

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Arleandra de Lima Ricardo

**O cotidiano repressor dos agentes da DOPS de Pernambuco na ordem
autocrática e bonapartista (1931 a 1956)**

Doutorado em História Social

**São Paulo
2017**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PRPG - Programa de Estudos Pós-Graduação em História

Arleandra de Lima Ricardo

**O cotidiano repressor dos agentes da DOPS de Pernambuco na ordem
autocrática e bonapartista (1931 a 1956)**

Doutorado em História Social

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História Social sob a orientação da Prof.^a Dra. Vera Lúcia Vieira.

São Paulo
2017

Banca examinadora

Dra. Vera Lúcia Vieira (PUC-SP) Orientadora

Dra. Cida Rago (PUC-SP) - Membro da banca

Dr. Luiz Antônio Dias (PUC-SP) – Membro da banca

Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG) – Membro da banca

Dr. Michel Zaidan Filho (UFPE) – Membro da banca

Suplentes:

Dra. Carla Reis Longhi (PUC-SP)

Dr. Nilo Dias de Oliveira (Instituto Sumaré de Educação Superior – ISES)

Tese financiada por verba pública, sob forma de bolsa de estudo do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (CAPES PROSUP).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu grandioso Deus, pelo milagre da vida.

Agradeço a minha companheira, estimada e querida orientadora Dra. Vera Lúcia Vieira, que me acompanha há uma década.

À CAPES PROSUP, sem a qual não seria possível custear, manter, dedicar, participar, e viajar aos diversos eventos e atividades acadêmicas ao longo desses quatro anos. Ao programa de bolsas da PUC/SP que permitiu que este sonho se tornasse realidade.

Aos queridos professores do departamento de História, que sempre se dispuseram a passar suas experiências e vivências: Dra. Estefânia Knotz; Fernando Londoño, Dr. Antônio Rago, Dra. Carla Longhi, Dr. Pedro Tota, Dr. Luiz Antônio, Dr. Amilcar, Dra. Yvone Avelino, Dra. Maria do Rosário, Dra. Denise Sant'Anna, Dra. Izilda Mattos, Dra. Maria Odila e a todos que direta ou indiretamente fazem parte desta instituição tão querida e estimada. Serei sempre grata pela solidariedade e confiança que depositaram em mim nesta longa jornada.

Agradeço ao meu marido Eduardo Scarpatti por toda paciência, respeito e apoio durante todos os quatro anos de doutoramento; ao meu filho Arthur Ricardo por servir de inspiração, à minha mãe Maria Helena, e meus irmãos pela dedicação com meu filho. Aos meus queridos revisores e amigos: Sra. Sheila Smith e Ricardo Smith. Agradeço à Wilma Antunes, Jussaramar da Silva, Valquíria Acácio, Zilá Sabino, Renata Costa e Yara pela amizade. A prima Socorro por todas as vezes que me acolheu em sua residência. Ao querido amigo Edgar Gomes pela ajuda e apoio na matrícula acadêmica.

Agradeço aos responsáveis pelo Arquivo Público Jordão Emerenciano: Leonardo (APEJE), Emerson (APEJE), a Pedro Moura que permitiu muitas pesquisas no início da tese, a todos os novos integrantes e aos que deixaram suas contribuições: Sandra Veríssimo e Cícero Souza. Ao querido Eraldo Tavares pela contribuição e dedicação em novas consultas e pesquisas ao arquivo.

Aos meus qualificadores pela generosa leitura e contribuições: Rodrigo Patto Sá Motta e Marcília Gama da Silva. Aos integrantes da banca de defesa, pela leitura, contribuições e apreciações do: Dr. Luiz Antônio Dias; Dr. Michel Zaidan; Dra. Cida Rago e novamente ao Dr. Rodrigo Patto Sá Motta. Aos meus suplentes da banca: ao Dr. Nilo Dias de Oliveira e Dra. Carla Reis Longhi.

RESUMO

RICARDO, A. L. O cotidiano repressor dos agentes da DOPS de Pernambuco na ordem autocrática e bonapartista (1931 a 1956). Tese de doutorado em História Social. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2017.

Esta tese teve como objetivo apreender o cotidiano repressor dos agentes lotados na Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco, no período de 1931 a 1956. Práticas repressivas que contaram com a anuência, integração e participação da sociedade civil e dos militares e expressas no cerceamento à liberdade de expressão, à violação de correspondências, prisões arbitrárias, perseguições, punições e torturas. Tais vestígios da história foram extraídos da documentação disponível no Arquivo Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco, e constam dos prontuários e livros de ofícios. Versam sobre as trocas de informações entre a Secretaria de Segurança Pública, as Delegacias Regionais e Estaduais, o Exército e a Marinha, envolvendo também os Ministérios da Guerra, do Exterior, do Trabalho, bem como empresários e imprensa. Toda essa lógica de vigilância, opressão, coerção e repressão foi investida contra militantes e pessoas suspeitas de integrarem organizações de esquerda – em especial o Partido Comunista do Brasil, ou de pertencerem à direita integralista, ou porque suspeitas de afetarem os bons costumes como os artistas, ou por exprimirem opiniões sobre a conjuntura política, como os jornalistas, ou por desconfiança como militares, soldados norte-americanos, entre outros. Calcada no ideário de defesa da segurança nacional e da integridade moral, funções atribuídas aos agentes lotados nas diversas instâncias burocráticas se superpunham, quando não conflitavam. As alterações na correlação de forças políticas que oscilam do aumento do poder central expresso na figura de Getúlio Vargas, para a sua fragilização final, impactam nos serviços prestados por tais agentes, resultando em um emaranhado de acusações, suspeições e procedimentos repressivos nem sempre coerentes entre si. Agentes advogam tanto em defesa dos altos escalões da política regional, ou do governo central de Vargas, quanto em causa própria. Assim, o cotidiano desses agentes expressa um período no qual o Estado ultrapassa os limites da democracia burguesa assumindo sua forma bonapartista.

Palavras-chaves: DOPS, Pernambuco, vigilância, repressão, censura, II Guerra, investigadores, agentes secretos, PCB.

ABSTRACT

RICARDO, A. L. The repressive daily routine of the DOPS agents of Pernambuco in the autocratic and bonapartist order (1931 to 1956). Doctoral thesis in Social History. Pontifical Catholic University. São Paulo, 2017.

The objective of this thesis is to apprehend the repressive daily activities of the agents from the Bureau of Political and Social Order in the state of Pernambuco, during the period of 1931 to 1956. These repressive practices were perpetrated with the consent, integration and participation of the civil society and the military forces regarding the restriction of freedom of expression, violation of correspondence, arbitrary arrests, persecutions, punishments and tortures. Such traces of history have been extracted from the documentation available in the Jordão Emerenciano State Archives in Pernambuco, and in the medical records and books. They deal with the exchange of information between the Public Security Secretariat, the Regional and State Stations, the Army and the Navy, also involving the Ministries of War, Foreign Affairs, Labor, as well as businessmen and the press. All this logic of surveillance, oppression, coercion and repression were invested against militants and people suspected of being part of left wing organizations, especially the Communist Party of Brazil (PCB), people associated with the integralist right wing, or because they were suspected of affecting the good manners, like the artists, or for expressing opinions on the political conjuncture, such as journalists, or for suspicion, such as the military staff, North American soldiers, among others. Based on the ideals of defense of national security and moral integrity, the functions attributed to the agents located in the various bureaucratic instances overlapped, when they did not conflict. The changes in the correlation of political forces that oscillate from the increase in central power expressed in the figure of Getúlio Vargas, for their final fragilization, impact on the services rendered by such agents, resulting in a maze of accusations, suspicions and repressive procedures that were not always coherent between themselves. The agents advocated both in defense of the upper echelons of regional politics, or the central government of Vargas, as well as in their own cause. Therefore, the daily life of these agents expresses a period in which the state goes beyond the limits of bourgeois democracy, assuming its Bonapartist form.

Keywords: *DOPS, Pernambuco, surveillance, repression, censorship, II World War, investigators, secret agents, PCB.*

Lista de siglas e abreviaturas

AIB – Ação Integralista Brasileira
AL – Aliança Liberal
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ANB – Arquivo Nacional de Brasília
APEJE/PE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano / Pernambuco
CCCDP – Comissão de Censura de Casas de Diversões Públicas
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CGI – Comissão Geral de Investigação
DA – Delegacia Auxiliar
DI – Delegacia do Interior
DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DEOPS – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DEC – Diretoria de Expediente e Contabilidade
DOP – Delegacia de Ordem Pública
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
DOPES – Delegacia de Ordem Política, Econômica e Social
DEOPS/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
ESG – Escola Superior de Guerra
FGV/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas / Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
IGTP – Inspetoria Geral do Tráfego Público
IPM – Inquérito Policial Militar
LAI – Lei do Acesso à Informação
LSN – Lei de Segurança Nacional
PCB – Partido Comunista Brasileiro
SCI – Seção de Controle da Imprensa
SNI – Serviço Nacional de Informações
SSP – Secretaria de Segurança Pública
SSIP – Serviço Secreto de Informações Policiais
STM – Supremo Tribunal Militar
UNE – União Nacional Estudantil

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Estrutura policial de Pernambuco até 1930

Tabela 02 – Salários e verbas secretas da 3ª DA (1937)

Tabela 03 – Subordinação das delegacias do Interior (1937)

Tabela 04 – Folha de pagamento SSP (1946)

Tabela 05 – Mudanças da organização da DOPS (1931-1990)

Tabela 06 – Administração e organização da DA (1956)

Tabela 07 – Salário mínimo no Recife, Pernambuco e Distrito Federal (1940-1956)

Tabela 08 – Lista de agentes policiais (1937)

Tabela 09 – Lista de Fontes documentais

Lista de Figuras

Figura 01 – Organograma do Gabinete do Secretário de Segurança (1939)

Figura 02 – Mapa: Organograma SSP (1939)

Sumário

Introdução.....	12
CAPÍTULO I.....	28
Estrutura da Polícia Política e Social em Pernambuco (1931 a 1956)	28
Os precedentes da DOPS.....	29
O impacto da Constituição de 1934 na organização policial	34
A organização policial após a implantação do Estado Novo 1937	43
Os emblemáticos anos de 1939 a 1944 e o mapa da repressão: o modus operandi	48
A reafirmação da repressão a partir de 1946: O Serviço Secreto de Investigações Policiais (SSIP)	57
A estrutura da Delegacia de Ordem Política, Econômica e Social (DOPES)	65
As funções da antiga DOPS no interior da Delegacia Auxiliar no Governo JK	71
As trocas de informações e a tipificação do crime político	75
Finalmente: a consolidação da articulação nacional da repressão na década de 1950	78
CAPÍTULO II.....	82
Dissonâncias políticas e repressivas: o conflito representativo	82
O jogo de poder: Carlos de Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães	83
A ameaça: a sociedade civil entre as “esquerdas” e as “direitas”	87
A insurreição comunista em Recife.....	89
A ação policial pós insurreição: prisões e movimento de contestação.....	94
A atuação do Exército na repressão política na década de 1930.....	99
Salve-se quem puder: A carta de delação de José Avelino de Carvalho	102
A ação repressora das Forças Armadas e Policiais contra o perigo estrangeiro no contexto da II Guerra Mundial.....	106
O centro de vigilância do Gabinete do Presidente Dutra entre 1948 a 1951	113
As raízes do golpe de 1964, ainda em 1949.....	119
CAPÍTULO III.....	131
Extrapolando os limites da censura: a integração entre DOPS, DIP, DEIP e Exército	131
O contexto social recifense	132
A censura à imprensa	134
A censura aos artistas.....	144
A neutralidade na II Guerra Mundial por imposição oficial e a campanha do Bônus de Guerra	147
A espionagem e censura na II Guerra Mundial.....	153
A censura ao cinema e aos aparelhos e transmissões radiofônicas	161
A censura às cartas postadas através dos Correios.....	163
A censura aos cabos submarinos, telefonia internacional e telegramas	164
CAPÍTULO IV	167
A ascensão, indisciplina e a construção dos agentes da polícia política e dos espões	167

A ascensão dos investigadores da ordem política.....	168
Casos de indisciplina dos agentes da DOPS nos primórdios da década de 1930.....	173
Agentes “ultrassecretos”, “gestapo pernambucana” ou “quinta-colunistas”?	183
A Faculdade de Direito sob a vigilância dos agentes Ultrassecretos	190
A vigilância ultrassecreta aos soldados americanos em Recife	196
A vigilância dos agentes ultrassecretos na Paraíba	199
A espionagem dos agentes ultrassecretos aos policiais da DOPS	202
Os agentes secretos da DOPS a serviço das indústrias de Pernambuco.....	216
Os agentes secretos na indústria de Camaragibe	221
Da casa grande às indústrias têxteis: o controle do trabalho, isolamento e precariedade	230
Considerações finais	239
FONTES	244
BIBLIOGRAFIA.....	246

Introdução

Esta tese analisa como se deu o cotidiano repressor dos agentes lotados na Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco, entre os anos de 1931 a 1956. Tange sobre a violência do período bonapartista capitaneado por Getúlio Vargas, resgatando os mecanismos de vigilância, opressão, coerção e repressão praticados pela polícia política, agentes infiltrados, articulados ao sistema judiciário, Forças Armadas, em especial o Exército, órgãos administrativos, governo local e interventores que interagiram com a sociedade civil, especialmente com os setores industriais, além da já conhecida vinculação com a grande imprensa e meios de comunicação. A discussão historiográfica sobre a DOPS de Pernambuco é limitada, praticamente restrita à monumental dissertação e tese de doutorado da historiadora Marcília Gama da Silva, defendidas na UFPE¹, que se constituem em leituras obrigatórias para a apreensão deste órgão.

Sobre o cotidiano dos agentes policiais no Estado de Pernambuco encontramos apenas a dissertação de mestrado de Lacerda (2006)² que aborda sobre essa perseguição à comunidade alemã. Outros trabalhos que tangenciam o cotidiano podem ser pesquisados nos trabalhos de Bretas (1997)³, Kraay (2004)⁴, Crespo (2005)⁵; Rosemberg (2008)⁶, Souza (2009)⁷,

¹ SILVA, Marcília Gama. *O DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996; SILVA, Marcília Gama. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

² LACERDA, Maria Lana Monteiro. *'Súditos do mal': O cotidiano da repressão policial sobre os alemães em Pernambuco (1937-1945)*. Dissertação de mestrado em História. UFPE, Recife, 2006.

³ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

⁴ KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-1889), *in*: CASTRO, Celso Castro, IZECKOSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004

⁵ CRESPO, Daniele dos Reis. *O cotidiano da repressão policial no Rio de Janeiro da Belle Époque (1902-1906)*. Anais do I colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES). UFJF, 13 a 16 junho 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a15.pdf>>. Acesso em: 16 abril 2017.

⁶ ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e policial na província de São Paulo no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. São Paulo, 2008, tese de doutorado,

Lunckes (2011)⁸; Fonteles (2006)⁹, acompanhados até por uma monografia de conclusão de graduação de Silva (2015)¹⁰. Os trabalhos voltados para o cotidiano numa vertente histórica cultural representa a grande maioria, que tecem sobre as questões de gênero, de resistência, das relações sociais das cidades, da violência que podem ser analisados nos trabalhos de: Rago (1985)¹¹, Mattos (2002)¹², Pereira (2010)¹³, Fausto (1984)¹⁴, Storch (1985)¹⁵, Chalhoub (1986)¹⁶, Mingardi (1992)¹⁷, Boschilia (1995)¹⁸, Sevckenko (1995)¹⁹,

USP. Disponível: < file:///C:/Users/xx/.oracle_jre_usage/Downloads/tese_roseberg_final.pdf>. Acesso em: 15 abril 2017.

⁷ SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Lei, cotidiano e cidade: polícia civil e práticas na São Paulo republicana (1889-1930)**. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

⁸ LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. **A 4.ª Companhia Isolada de Pedro Afonso e o cotidiano dos policiais militares: um projeto de policiamento e “ordem” para os sertões do antigo norte goiano (1930-1964)**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

⁹ FONTELES Neto, Francisco Linhares (2006). **Cotidiano e atuação policial em Fortaleza: entre o dever e a prática nas primeiras décadas do século XX**. Trajetos: Revista da Pós-Graduação em História Social da UFC, Dossiê: Cultura e Cidade, v. 4, n.7, p. 95- 118.

¹⁰ SILVA, Lincoln Wanderley Oliveira. **A força policial potiguar na revolução de 1930: o cotidiano institucional policial militar e sua participação na revolução**. Monografia de Bacharelado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. NATAL/RN 2015. Disponível em:

<<https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1998/1/Lincoln%20Wanderley%20Oliveira%20Silva.pdf>>. Acesso em: 15 abril 2017.

¹¹ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹² MATTOS, Maria Izilda: **Cotidiano e Cultura. História, Cidade e Trabalho**, Bauru, EDUSC, 2002.

¹³ Entende que o “cotidiano deve ser pensado como um lugar prenhe de interpretações, de desvios que transformam os sentidos reais em sentidos figurados”. PEREIRA, Márcio José. **Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial**. Dissertação de Mestrado em História Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2010. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/dissertacoes/8pereira_marcio_dissertacao.pdf>. Acesso em: 13 abril 2017.

¹⁴ FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo, Brasiliense, 1984. – Analisa os processos ligados aos crimes violentos entre vizinhos, conhecidos, apresentando com isso diversas tabelas, índices qualitativos e relato de crimes. Essa discussão sobre o cotidiano é extensíssima, tendo, inclusive uma disciplina sobre esta temática na USP que estuda autores como: Georg Lukács, Agnes Heller, H. Levebvre, Margareth Rago, Maria Izilda Mattos, Michel de Certeau, Michel Maffesolli, Claude Javeau, F. Braudel, Marc Bloch, F. Novais, Carlo Ginzburg, Elias Thomé Saliba, Mary Del Priori, Laura de Mello e Souza, Sidney Chalhoub, entre tantos outros das novas gerações. O que não apreciaremos nesta tese.

¹⁵ STORCH, Robert. **O policiamento do cotidiano na cidade Vitoriana**, in: Revista Brasileira de História, v. 5. São Paulo, 1985.

¹⁶ CHALHOUB. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**, São Paulo, Brasiliense, 1986, p.39-51;

¹⁷ MINGARDI, Guaraci. **Tiras, Gansos e Trutas: Cotidiano e reforma na polícia civil**. São Paulo: Scritta, 1992.

¹⁸ BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. In: **Boletim Informativo da Casa Romário Martins** (1995). Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 23.

Fraga Filho (1996) e Mattoso (1997)²⁰, Samara (2005)²¹, Martins (1992)²², Pinto (1994)²³, Lameida e Weis (2002)²⁴, Ferreras (2006)²⁵, Tavares (2007)²⁶.

Para Bretas (1997) a polícia é uma instituição que estabelece, nas práticas cotidianas, suas próprias relações de conflito e acordo com as elites, o Estado e os grupos populares. Os estudos de história da polícia dividem-se entre aqueles que analisam as práticas da instituição tomada como um todo, que se concentram em perguntas como: o que é a polícia? O que ela faz?, e aqueles mais recentes, que entendem que é necessário investigá-la a partir das práticas dos seus agentes, deslocando as perguntas para questões como: quem são os policiais? Como eles atuam no dia-a-dia? Rompendo assim com as histórias institucionais tradicionais. (BRETAS, 1997 *apud* MAUCH, 2011, p. 22²⁷).

O cotidiano repressor o *modus operandi* dos agentes da polícia política foi abordado minuciosamente interligando fatos isolados ao contexto historiográfico a partir de pesquisas em fontes documentais como: ofícios, prontuários individuais e funcionais e documentos diversos existentes no citado arquivo. Nesse sentido, mapeamos e identificamos as atividades de vigilância, perseguição, opressão e repressão desenvolvidas cotidianamente por tais agentes lotados em diversas instâncias da burocracia estatal, como a

¹⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

²⁰ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec/ Salvador: EdUFBA, 1996 e MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) **História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997. pp. 143-179.

²¹ SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano: Itu, 1780-1830**. São Paulo: Edusp, 2005.p.93-180.

²² MARTINS, José de Souza. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano, 1992.

²³ PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência - a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 - 1914)**. São Paulo : Edusp, 1994.

²⁴ LAMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar; In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. v. 4. p.319-409.

²⁵ FERRERAS, Norberto Osvaldo. **O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)**, Niterói, Eduff, 2006, p. 29.

²⁶ TAVARES, Rodrigo Rodrigues. **A 'Moscovizinha' Brasileira. Cenários e Personagens do Cotidiano Operário de Santos**. Coleção: Histórias da Repressão e da Resistência, 6. Direção: Maria Luíza Tucci Carneiro. Associação Editorial Humanitas. Fapesp, 2007.

²⁷ MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade: Polícia e policiais em Porto Alegre, 1836-1926**. Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34692/000791411.pdf?..>>. Acesso em: 16 abril 2017.

Secretaria de Segurança Pública, do Governo do Estado, Delegacias, Forças Armadas: Exército, Aeronáutica, Marinha, órgãos de censura (DIP e DEIP) assim como suas conexões locais, regionais e nacionais.

Como bem destacou a historiadora Marcília Gama, durante toda a existência da DOPS, criou-se um “cinturão” entre a polícia marítima, as Forças Armadas, os órgãos de espionagem internacional e as DOPS em caráter nacional, principalmente no período que corresponde à Segunda Guerra Mundial, que potencializou “as maiores experiências vivenciadas pelos agentes locais, em termos de intercâmbio, de troca de informações, de inovação das práticas e procedimentos utilizados, das técnicas de investigação e, sobretudo, de interrogatório, o que lhes permitirá potencializar as ações de vigilância, censura e repressão” (SILVA, 2007, p. 118).

Destacamos ainda que os assuntos abordados respeitaram o tempo e espaço de cada sujeito histórico. Como sabemos, somos produtos de nosso tempo, e por esta razão não nos cabe julgar os fatos, mas abordá-los conforme sua complexidade e historicidade.

A censura se processou através da integração entre Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), através de sua Seção de Controle de Imprensa (SIC). Como sabemos, é impossível apreender todos os discursos e práticas de vigilância, opressão, coerção e repressão que caracterizaram o cotidiano policial e institucional desses agentes. Por esta razão fizemos o uso da micro história como recurso de análise dos arquivos da repressão.

A análise encontra seus fundamentos na ontologia marxiana referida abaixo em consonância com os preceitos de Carlo Ginzburg (1989) contidos em seu trabalho intitulado: “Mitos, emblemas e sinais”, requisitando para as reflexões os conceitos de indícios, resíduos, vestígios, sintomas e pistas; perpassando pelas abordagens da historiadora Emília Viotti (1998) contidas no livro “Coroa de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823”, que nos deu pistas sobre a possível “união da macro com a micro história, já que não é impossível compreender uma sem a outra”; e em

diálogo com as escritas de Edward Thompson (1998) “Costumes em Comum” no que se refere a “história a partir de baixo”.

Perpassa ainda pela significativa influência de Walter Benjamim (2006) em “Passagens” no que se refere à construção historiográfica “a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. E, mesmo, descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total. Rompendo com o naturalismo histórico vulgar” (RAGO, VIEIRA, 2010, p.19), reconhece nas contribuições do filósofo húngaro György Lukács, em sua ontologia do ser social a contribuição marxiana:

A ontologia marxiana se diferencia da de Hegel por afastar todo elemento lógico-dedutivo e, no plano da evolução histórica, todo elemento teleológico. (...) aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre História, Historiadores, Historiografia. Parte movente e movida de um complexo concreto. Isto conduz, portanto, a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: formas do ser, determinações da existência (LUKÁCS, 2010).

E finalmente, para não ocorrer na passividade histórica, como destaca Le Goff (1990, p. 20), a analítica respeitou os fundamentos ontológicos apresentados por Chasin (1995) a partir de questões afetas à concretude social, evidências objetivas e subjetivas emanadas das categorias abstraídas dos documentos pesquisados. Nesse sentido, o objetivo é que não ocorra o inócuo de uma análise ingênua (LE GOFF, 1990, p. 472). Ir além das aparências (GINZBURG, 1989) foi um dos desafios desta tese.

Buscou-se, portanto, compreender e discorrer sobre o articulado aparelho repressor no interior de suas práticas de cerceamento à liberdade de expressão, vigilância, violações diversas aos direitos individuais, prisões arbitrárias, perseguições, punições, torturas e violência, praticadas pelos citados agentes do Estado, no decorrer dos anos de 1931 a 1956, configurando-se as permanências (LE GOFF, 1990, p. 20) da violência institucional em um crescimento contínuo.

Foram pesquisados cerca de 14.000 documentos desde o início do mestrado e fim do doutorado. Por questões de tempo, delimitação do objeto e aprofundamento das análises, optou-se por não adentrarmos na década de 1960. Pretendemos avançar em futuras investigações, pois nos deparamos com uma lógica repressora, resquícios de continuidades e permanências de violência no interior do Estado liberal brasileiro²⁸.

Essa vasta produção documental de troca de informações entre os órgãos policiais, militares, censores e assessorias evidenciaram implicitamente e tacitamente um modelo de violência institucional cotidiana de prisões relâmpagos, torturas físicas e psicológicas, extração de confissões e delações, seguida por testemunhos duvidosos, num primeiro momento, para comporem inquéritos, e em casos extremos, exterminar os oponentes, configurando crimes de lesa humanidade²⁹.

Dentre os documentos pesquisados, destacam-se os livros de ofícios que versam sobre troca de informações entre agentes lotados (ou clandestinos) nos mais diversos órgãos que compõem um verdadeiro sistema repressivo, ao qual se acrescentam outros órgãos do Estado, entidades e personagens da sociedade civil, particularmente, empresários. O acesso a tal emaranhado de

²⁸ A palavra liberal vem do latim *LIBER* (“livre”). No sentido original, o termo refere-se a uma filosofia política que tenta limitar o poder político, defendendo e apoiando os direitos individuais. Tais ideias surgiram com os pensadores iluministas do século XVIII, como John Locke e Montesquieu, que tentaram estabelecer os limites do poder político ao afirmarem que existiam direitos naturais e leis fundamentais de governo que nem os reis poderiam ultrapassar sob o risco de se transformarem em tiranos. As ideias liberais chegaram ao Brasil no início do século XIX com a promulgação da Independência de 1822. Emília Viotti ressalta que (1999 *apud* Lage) o liberalismo brasileiro só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. O liberalismo brasileiro está ligado a dois tipos: o primeiro atrelado aos proprietários rurais e o segundo aos profissionais urbanos. COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 7a. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999 *apud* Ana LAGE, Cristina P. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_liberalismo.htm#_ftn1>. Acesso em: 06 jan. 2017. Para aprofundamento sobre o tema indicamos: MENEZES, Fernanda Montenegro de. **A democracia econômica no constitucionalismo brasileiro**. Dissertação de mestrado. Direito Político e Econômico. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2010.

²⁹ “São crimes contra a humanidade: o assassinato, o extermínio, a escravidão, a deportação e qualquer outro ato desumano contra a população civil, ou a perseguição por motivos religiosos, raciais ou políticos, quando esses atos ou perseguições ocorram em conexão com qualquer crime contra a paz ou em qualquer crime de guerra”. GOMES, Luiz Flávio. Crimes contra a Humanidade: Conceito e Imprescritibilidade (Parte II) Disponível em <http://www.lfg.com.br>. 05 de agosto de 2009 *apud* cf. *Parecer técnico* firmado pelo Presidente do Centro Internacional para a Justiça de Transição, *in Memória e verdade*, coordenação de Inês Virgínia Prado Soares e Sandra Akemi Shimada Kishi, Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009, p. 372.

documentos foi liberado em diversos Estados, em Pernambuco, em especial foi um dos primeiros, a partir de 1991. Esses documentos encontram-se organizados conforme o grau de sigilo definido pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) criado pela lei nº 8.159/91³⁰. Onze anos depois um novo decreto foi sancionado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (Dec. nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002), visando estender os prazos de acesso aos documentos Ultrassecratos por mais 50 anos e ainda deu margem, em seu art. 7º § 1º, para que o prazo fosse renovado indefinidamente de acordo com o interesse da “segurança da sociedade e do Estado” (BAUER, 2011). Em 2004, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, foi editada uma Medida Provisória de n. 228 de 9 de dezembro - o Decreto n. 5.301, que continuou limitando o acesso aos documentos, porém com a possibilidade de acesso pela Comissão de Averiguações e Análise de Informações Sigilosas, retomando as características do ano de 1991: ultrassecreto: trinta anos; secreto: vinte anos, confidencial: dez anos; reservado: cinco anos (BAUER, 2011). Em 2005, a Lei 11.111 de 5 de maio buscou novamente limitar o acesso aos documentos que comprometessem a segurança da sociedade e do Estado. No final do mesmo ano, por meio do Decreto 5.584 de 18 de novembro, os documentos dos órgãos de informação como Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigação (CGI) e Serviço Nacional de Informação (SNI) foram para o Arquivo Nacional em Brasília (BAUER, 2011). O acesso a tais documentos é assegurado mediante assinatura de responsabilidade do pesquisador (BAUER, 2011, p. 183).

Só a partir de 2011, após a edição da Lei do Acesso à Informação³¹ que proibiu a restrição do acesso aos documentos que denunciasses as condutas de violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, o acesso a tais documentos ficou mais viável.

³⁰ Os considerados Ultrassecratos ficaram proibidos para consulta por, no máximo, trinta anos; os Secretos, no máximo, por vinte anos; os Confidenciais no máximo por dez anos; os Reservados no máximo por cinco anos (BAUER, 2011, p. 183)

³¹ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 08 jun. 2013.

Contudo, os documentos que vão de 1930 a 1990 estão “protegidos” por três regulações: reservado - 5 anos; secreto - 15 anos; ultrassecreto - 25 anos (art. 24, § 1º), podendo ainda os sigilosos acrescidos de mais 25 anos, totalizando 50 anos. Ainda proibiu-se o acesso à informação pessoal para, no máximo, 100 anos (BAUER, 2011, p. 183).

Apesar da liberação de acesso gradual aos historiadores, sociólogos, jornalistas, pesquisadores e afins, esses ainda são obrigados a assinar termos de responsabilidade sobre o uso dos dados, sua manipulação e divulgação. Apesar de toda essa abertura, entre os anos de 2015 até o fim desta tese, foram dificultadas e por fim proibidas novas consultas ao arquivo de Pernambuco com a desculpa de que o acervo seria digitalizado. Não fora o fato de já termos adiantado bastante a coleta de dados, faltando apenas complementar o que a banca de qualificação sugeriu, esta tese estaria comprometida.

Para apreendermos tamanha complexidade de informações, mapeamos e cruzamos informações nas dimensões individuais e institucionais, transitamos da micro à macro história e vice-versa, com o objetivo de identificar as estratégias de coerção, vigilância e opressão utilizadas pela polícia política contra a sociedade civil, os grupos de direita (integralistas³²), e fundamentalmente contra os grupos de esquerda, com destaque para os acusados de integrarem o Partido Comunista do Brasil (PCB), artistas, militares e imprensa.

Os arquivos pesquisados fazem parte do setor de Documentos Impressos da Secretaria de Governo e os da DOPS de Pernambuco que estão sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), e encontram-se divididos em prontuários funcionais, individuais, pastas administrativas, ofícios recebidos e enviados, informes, recortes de jornais coletados, entre outros.

³² “O aparecimento progressivo do integralismo na cena política dividiu e radicalizou as camadas médias urbanas, acrescentando ao intenso movimento grevista as lutas de rua contra os fascistas nacionais. A movimentação popular serviu de pretexto para o governo pedir a aprovação da Lei de Segurança Nacional e no final do ano, com a nova onda de boatos sobre possíveis golpes, desta vez “subversivos”, pretendia-se justificar a aprovação da LSN, chamada pelos setores democráticos de “Lei Mostro” (VIANNA Marly, 1992).

Trata-se de uma fonte rica e *instigante* de pesquisa, como observou Parra (2003, p. 22), pois revela parte das práticas repressoras perpetradas por agentes *policialescos* (SILVA, p. 2007), através de uma intrincada e complexa rede de informações, na qualidade de polícia civil e/ou militar das Forças Armadas e órgãos institucionais que criminalizaram os movimentos que demandavam direitos e garantias individuais e sociais.

Nesse sentido, a abertura dos arquivos da polícia política representou uma conquista da cidadania e abriu espaço para a melhor compreensão do funcionamento do aparelho repressor e de seu significado ao longo da história brasileira, “para além do drama que atingiu as vítimas da repressão” (MOTTA, 2006, p. 53).

Os vestígios da história contidos nos documentos não nos permitem chegar a verdades absolutas; muito pelo contrário, nos possibilita abstrações razoáveis. Mas se reproduzirmos as informações tal como se encontram, nada mais seremos do que apenas copistas, sendo que as técnicas de conservação, organização, sistematização e a avançada tecnologia já exercem essa finalidade. Não se tem a pretensão, portanto, de reproduzir os fatos tais como aconteceram (BLOCH, 2002, p.125), mas de objetivar aspectos da concretude social que revelam a intrincada integração entre diversas forças estatais e civis, constituindo-se uma rede repressora que permitiu a concretização, pelo alto, da modernização capitalista conservadora.

O modelo de modernização conservador no Brasil foi incompleto e incompletável, dado o seu caráter excludente, e, em condições de desenvolvimento capitalista atrofico. Como nunca alcançará sua completude, utiliza-se de violência institucionalizada e das formas bonapartistas para a governança, mantendo-se assim no poder enquanto promove a modernidade inerente ao capitalismo, mas em sua forma conservadora, porque sempre aquém das condições já existentes (RAGO, 2010), (COTRIN), (CHASIN, 1982).

Nesse sentido, “a autocracia burguesa institucionalizada é a forma da dominação burguesa em “tempos de paz” e o bonapartismo é sua forma em “tempos de guerra”. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação

do capitalismo pela Via Colonial, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus de bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada, como toda a nossa história republicana evidencia” (CHASIN, 1982, p. 11 *apud* RAGO, 2010).

O período que vai de 1931 a 1956 evidencia características de um capitalismo subordinado da periferia (CHASIN, 2000, p. 133 *apud* COTRIN, s.d.³³) e configura um bonapartismo a que se acresce o *politicismo* “mais um traço da atrofia histórico-estrutural da burguesia e do capital de via colonial que ‘íntegra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe’, atuando ‘como freio e protetor’ de sua estreiteza econômica”, a fim de escamotear as questões socioeconômicas (CHASIN, 2000, p. 124 *apud* COTRIN, s.d.).

O que define o governo bonapartista³⁴ é única e simplesmente o seu grau coercitivo, o nível de violência que o aparelho de Estado investe contra seus adversários políticos para a preservação da “integridade nacional”, tendendo a desempenhar, por intermédio de um líder “quase sempre carismático e solerte”, um papel arbitral hipertrofiado conduzindo o Estado a uma latente ideologia bonapartista, conforme fundamentam referindo-se a circunstâncias diversas, mas com configurações semelhantes, Marx, Engels, Trotsky e Gramsci (DEMIR, 2012).

A exacerbação do uso da força para conter uma ameaça real ou potencial a um projeto político, econômico e desenvolvimentista em detrimento a um grupo impõe pela força a “Paz social” visando “salvaguardar a ordem capitalista em xeque” (DEMIR, 2012, p. 18).

³³ COTRIM, Livia. Violência política e formas particulares de objetivação do capitalismo. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/coloquios-y-seminarios/violencia-politica-e-formas-particulares-de-objetivacao-do-capitalismo>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

³⁴ Indicamos a leitura de: ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Pandemônio de infâmias: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo. Tese de doutorado PUC/SP, 2005. Disponível em:

<<http://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Assun%C3%A7%C3%A3o,%20V%C3%A2nia/V%C3%A2nia%20Noeli%20F%20de%20Assun%C3%A7%C3%A3o%20-%20tese%20de%20doutorado.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

Vânia Noeli Ferreira de. Ditadura como bonapartismo: apreensões marxistas sobre o regime inaugurado em 1964. Verinotio revista on-line – n. 11, Ano VI, abr./2010, ISSN 1981-061X Espaço de interlocução em ciências humanas n. 17, Ano IX, abr./2013 – Publicação. Disponível em:

< file:///C:/Users/xx/Downloads/Ditadura_como_bonapartismo_apreensoes_ma.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2016.

Essa expressão violenta da dominação do tipo “oligárquica ou democrático-burguês” que configura o bonapartismo (DEMIR, 2012, p. 23), em resumo, é a expressão da violência por meio de “severas limitações às atividades sindicais e políticas da classe trabalhadora, assim como restrições aos grupos burgueses opositores” (DEMIR, 2012, p. 26). A “natureza” bonapartista apreendida para o caso brasileiro é de natureza “combinada, que exprime uma arquitetura política particularmente híbrida”³⁵.

A autocracia é entendida enquanto forma ambígua de “democracia forte”, ou uma “ordem burguesa firme”, consagrando o poder absoluto (das relações de produção, das superestruturas e do aparato ideológico). (FERNANDES, 1995, p. 333, 329 *apud* RICARDO, 2009, p.103 e CHASIN³⁶).

Tais aspectos analíticos estão no interior de um amplo debate sobre o período, promovido pelos mais diversos acadêmicos e que, em linhas gerais, expressam a seguinte configuração.

Muitos autores já se debruçaram sobre o período Vargas, desde os clássicos como: Fausto (1997), Gomes (1989, 2011, 2015), aos contemporâneos que revisitaram o tema: Ferreira (2015), Chaves (2006), Bellintani (2002), Del Priori e Venâncio (2010), Lira Neto (2013), Capelato (2006), D’ Araújo (1997). Esses e tantos outros destacam os mais variados temas, mas concluem sobre uma dada divisão clássica do período identificado como:

Governo Provisório ou Revolucionário de 1930 a 1934, o Governo Constitucional de 34 a 1937 e o Autoritarismo Corporativista de 1937 a 1945, acrescentando uma continuidade básica marcada pelo declínio político do grupo agroexportador e ascensão gradativa e paralela dos interesses urbano-industriais. Nesse sentido, os anos trinta colocam-se como importante etapa na definição do capitalismo industrial no Brasil, onde se observa ‘O deslocamento do eixo da economia do polo agroexportador para o urbano-industrial e, no plano político, o esvaziamento da influência e do poder dos

³⁵ Há versões complexas do conceito e regimes bonapartistas. Indicamos a leitura da tese de doutorado: **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. Universidade Federal Fluminense. Linha de pesquisa: DEMIR, Felipe Abranches. **Poder e sociedade**, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1389.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

³⁶ Esta questão foi dissertada no mestrado intitulado: **A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em tempos de “democracia”?**. PUC/SP, 2009. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13191>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

interesses ligados à preservação da preponderância do setor externo no conjunto da economia³⁷.

O momento histórico que se apresenta, às vésperas da implantação do Estado Novo, é marcado por uma crise de hegemonia política e ideológica. A crise hegemônica se dá pelo acirramento das cisões regionais, que romperam com a solidez da oligarquia agroexportadora. A burguesia cafeeira perdeu consideravelmente sua representatividade enquanto grupo hegemônico. Segundo Silva (1996, p. 45, 46), a falta de capacidade dos grupos agrários e urbanos emergentes em assumir o poder de forma exclusiva levou o governo a uma política de acomodação por parte desses setores frente à nova conjuntura, que ao mesmo tempo contribuiu para a formação de um Estado forte.

Estabeleceu-se um controle acentuado do poder de Estado fundamentado numa política de “nacionalização” em detrimento ao regionalismo e à ordem oligárquica, cujo objetivo era o de promover a transição para o capitalismo industrial. Iniciadas com a implantação de um imposto único, beneficiando diretamente as classes industriais e comerciais, como também, a institucionalização de crédito para o parque industrial (SILVA, 2006, p. 46).

Desse período são destacadas também as divisões entre “comunistas, socialistas e tenentistas esquerdizantes” (SILVA, 1996, p. 54). O alinhamento entre Prestes e os tenentes foi rompido em 1937 quando deu um golpe dentro do golpe. Nesse compasso, ainda conforme Gama, já que não haveria o apoio do exército para ascender ao poder, o Partido Comunista buscou ampliar sua inserção junto à classe trabalhadora, os sindicatos e no meio rural³⁸ para fazer frente aos demais grupos sedentos pelo poder. Com isso, várias campanhas foram promovidas, de alinhamento interno e até mesmo externo, gestando-se as bases políticas conhecidas como “frentes populares” (SILVA, 1996, p. 54).

³⁷ FONSECA, Pedro César Dutra. **O Capitalismo em Construção (1906-1954)** SP, Brasiliense, 1989 *apud* SILVA, Marcília, 1996, p. 47.

³⁸ Algumas das regiões afastadas da Capital do Recife e identificadas como regiões rurais eram: Palmares, Jaboatão, Garanhuns, Caruarú, Limoeiro, Amaragá, Vitória de Santo Antão, Quipapá, Triunfo, Bezerros, Floresta, Goiana, Bom Conselho, Cabo, São Caetano, Serra Talhada, Cabrobó, Belo Jardim, Bodocó, Coripós, vertentes, João Alfredo, Salgueiro, e seus entornos.

Para alguns estudiosos, o advento do Estado Novo representou a consolidação das mudanças empreendidas na trajetória política implantada em 1930 (SILVA, 1996, p. 45). O governo passou a mediar um complexo jogo de influências permitindo o acesso aos diferentes grupos de interesses, sem, no entanto, comprometer-se exclusivamente com nenhum, mas usando-os como instrumento no processo decisório, canalizando conflitos e interesses heterogêneos para as entranhas do aparelho do Estado. Assim, cria-se uma política de cooptação entre os diferentes setores dominantes, tendo o Estado a função de árbitro do conflito em nome de uma nova concepção que atendesse os interesses gerais (SILVA. M., 1996, p, 46).

Voltando-se mais para o âmbito da economia, Cytrynovicz (2000) considera que o ônus de tal modernização conservadora recaía sobre as classes mais pobres por causa do aumento de exportações sem o incremento equivalente da produção, diminuindo a oferta no mercado interno, resultando em pressão sobre os preços e, também, especulação e mercado negro; inflação de moeda, resultado de emissões federais com despesas direta ou indiretamente ligadas à guerra e para financiar exportações, causando inflação, pela pressão resultante do acúmulo de reservas com aumento das exportações e diminuição das importações. Este quadro, de relativo desabastecimento interno e inflação, foi agravado pela suspensão das leis trabalhistas em 1944 (CYTRYNOVICZ, 2000, p. 208).

Em que pesem as diferentes interpretações dos autores, ou a ênfase neste ou naquele tema, todos concordam que o período se caracterizou por uma intensa repressão. Apesar disso, ainda são poucos os estudos que se debruçaram sobre tal fator, restringindo-se as análises, conforme veremos adiante, à ação do DIP. Se tais estudos escasseiam sobre a questão nacional, sobre o tema no Estado de Pernambuco menos ainda existem estudos, principalmente por causa da recente abertura dos documentos do período.

O resultado da presente pesquisa está apresentado da seguinte forma:

No capítulo I - adentramos ao interior da organização da Delegacia de Ordem Política recuperando-a rapidamente desde o final da década de 1920 até o fim da década de 1950 em Pernambuco. Em seu interior identificamos as formas de prevenção, seu afrouxamento com a instalação da Constituição de

1934 e seu recrudescimento após a implantação do bonapartismo em 1937. A ampliação das atividades de vigilância e investigação sob a égide da II Guerra Mundial é demonstrada através do mapa que configura a Seção de Controle de Imprensa (SCI), dentro do DOPS, elaborado por um delegado de nome Edson Moury Fernandes, um de seus dos principais responsáveis em Pernambuco. Adentramos o período autocrático mostrando o acirramento da vigilância com a incorporação das práticas de repressão diretas naquele Estado, em especial, suspeitos de integrar o Partido Comunista do Brasil ou a políticos eleitos por outras legendas tidas como comunistas. Mostramos como a DOPS restabelece suas funções durante o governo Juscelino Kubistchek, vigiando, oprimindo e reprimindo partidários do PCB entre outros tidos como “inimigos internos” sob a égide da tipificação do crime político, que trataremos de forma a demonstrar a continuidade das ações repressoras. Finalmente avançamos no entendimento de 1950, demonstrando como, ao longo dessas três décadas, as polícias e os aparatos repressores integraram, desde então, uma rede nacional da repressão.

No capítulo II – resgatamos as práticas repressivas desencadeadas pelo bonapartismo getulista, tematizando-se e analisando-as em sua perspectiva cronológica. Destaca-se, neste capítulo, as divergências entre os interventores em Pernambuco, Carlos Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães. Demonstra-se que não se tratava apenas de uma disputa pelo poder regional, mas sim de divergências de posicionamento em relação a Vargas. Tais divergências se refletem na condução do órgão repressivo, cuja autonomia estadual ficou subordinada à centralização propugnada pelo ditador, com impacto na preservação dos poderes regionais e nas relações com o poder central.

Apresentamos o conflito existente nas forças armadas desde a tomada de poder de Vargas em 1930 e a conseqüente articulação entre o Interventor do Estado, a Secretaria de Segurança Pública, DOPS e Exército, com relação ao perigo interno e externo (no que se refere aos espiões tidos como nazistas) no período relacionado à II Guerra Mundial. Soma-se a isto o levante comunista de 1935, a ascensão das esquerdas e da direita, o que acirra a repressão desencadeada pela DOPS.

Ainda nesse capítulo adentramos na atuação do Ministério da Guerra e o relatório enviado ao Presidente Dutra, e os indícios do que provocou a institucionalização bonapartista de 1964.

No capítulo III – Com o objetivo de demonstrar a parceria entre o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) para a execução das práticas repressivas, este capítulo analisa as trocas de informações e o exercício da censura à imprensa, aos artistas, ao cinema, aos programas e aparelhos radiofônicos, e também as correspondências pessoais postadas em correios, telefones e telegramas internacionais. Emerge daí a sociedade recifense submetida às imposições decorrentes da II Guerra Mundial, como a neutralidade e os encargos compulsivos como o bônus de guerra.

O IV e último capítulo analisa os problemas provocados pelos agentes repressivos, o que permite deduzir sobre a ineficiência desses serviços e sobre as divergências e disputas entre eles. Pois se a obediência à ordem superior é um dos princípios basilares da hierarquia militar, como posicionar tais agentes que não eram de carreira na caserna, mas sim simples soldados ou pessoas contratadas para serviços de espionagem e enquadramento das suspeições? A documentação demonstra a existência de muitas rixas entre a guarda civil, a DOPS e a polícia militar, integrados todos nas funções de polícias políticas. Os problemas ensejaram a organização de um Regimento Disciplinar no qual transparecem as razões apontadas para tais rixas, versando também sobre comportamentos inadequados dos agentes na sociedade, além de indicar os problemas apresentados na confecção dos relatórios sobre os suspeitos. Submetidos a treinamentos mais intensivos, a punições disciplinares, suspensões e mesmo demissões, tudo em vão, conforme aparece nos ofícios. Poucos são os que ascendem na carreira, além do que, recebiam salários diferentes dependendo da inserção institucional, se militares ou policiais ou servidores. Contribui para tanto o fato de que a lógica da suspeição recai sobre eles mesmos, pois além de vigiarem, após 1939, até os soldados americanos, espreitam as altas patentes do Exército e os governantes na qualidade de

agentes ultrassecretos. Ou seja, vigiam a si próprios, os superiores, as fábricas, indústrias, os trabalhadores todos, enfim, a sociedade em geral.

Tais evidências não são encontradas nos prontuários funcionais e possivelmente seriam encontradas nos individuais de agentes policiais, mas como não há referências documentais, encontramos tal informação nos livros de trocas de correspondências entre as delegacias que se relacionavam com as especializadas da DOPS e a Secretaria de Segurança Pública. Tratam-se de inúmeros ofícios, aparentemente tratando de simples casos de indisciplina e ou correspondência sobre pequenas e corriqueiras questões administrativas. Mas que revelam o grau de ineficiência, amadorismo e irresponsabilidade que determinava a suspeição imposta a toda uma sociedade.

Ao fim e ao cabo, revelam tais documentos que ainda há muito por ser descortinado sobre as práticas coercitivas, violência, vigilância e repressão, e que no pós 1964 desagua num terrorismo de Estado.

CAPÍTULO I

Estrutura da Polícia Política e Social em Pernambuco (1931 a 1956)

Os precedentes da DOPS

A polícia pernambucana, assim como as de São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais, já possuía um aparato repressor de cunho político organizado ainda no governo de Arthur Bernardes (1922-1926), com objetivo de reprimir o movimento operário e grevista, fosse ele de cunho anarquista, comunista ou socialista. Através dele praticava a censura aos meios de comunicação, cinematografias³⁹, imprensa jornalística, ou de folhetos. A polícia também controlou os espaços públicos de lazer como: cabarés, teatros⁴⁰, sociedades recreativas e clubes⁴¹.

Em paralelo ao serviço de repressão política, a polícia era responsável junto com o Departamento de Saúde e Assistência Pública pela higienização da cidade de Recife. Esse serviço consistia em “sanear” a sociedade da presença das pessoas consideradas *non gratae*⁴² que circulavam pelas ruas, principalmente as que eram acometidas por doenças como: tuberculose, lepra, cancro, etc, além daquelas tidas como “desocupados” ou “vagabundos”, ou seja, improdutivos para o capital. Tais pessoas, após recolhidas, eram “recuperadas” e encaminhadas para o trabalho, outros para o Dispensatório, outros para o asilo de “mendicidade” e outros para a Casa de Detenção, o que nos remete a Foucault quando, em seu “Vigiar e Punir”, este analisa a sociedade europeia nos idos da era Moderna (1500 a 1800). Os que tivessem algum problema psíquico ou patológico eram tratados com uma bateria de choques elétricos em várias partes do corpo, tratamento comum nos hospitais manicomiais até tempos recentes, sob a justificativa de sua reinserção social e no trabalho.

³⁹ Nesse primeiro momento as notícias eram produzidas em formato fotográfico, sem som e movimento.

⁴⁰ No decorrer de 1927 foram 147 peças de teatro observadas por Mauricio Guimarães Antônio Freire. Relatório do Chefe De Polícia, 1928, pp. 23 - 26. APEJE/Arquivo Permanente.

⁴¹ Até dezembro de 1927 aparecem 102 endereços registrados como espaços de lazer e cultura, na cidade de Recife. Relatório do Chefe de Polícia, 1928, pp. 19 - 23. APEJE/Arquivo Permanente.

⁴² Do latim: Pessoa que, por diversas razões, inclusive por não ser benquista ou por ser politicamente inaceitável, não é bem-vinda a um lugar (casa, instituição, país etc.). Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/persona%2520non%2520grata>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

Os deficientes físicos eram proibidos de circular nas ruas das cidades, o acesso era permitido apenas com o uso da *carteira de doméstico*, que comprovasse sua deficiência e inabilidade para o serviço. Só em 1927, 238 pessoas foram encaminhadas para o Dispensatório dos Pobres, 65 pessoas para o asilo de mendicidade, 8 para casa de detenção no interior, 100 para a Casa de Detenção, 36 para o Hospital Pedro II, 1 para o Hospital Oswaldo Cruz, 2 para asilo Bom Pastor, 1 para a escola Correccional, 1 para o Colégio São Joaquim. Em todo o ano a polícia deteve e internou pelo menos 566 pessoas, dos quais, 96 foram libertados ou “recuperados”⁴³.

Essas funções foram regulamentadas pelo Código de Contravenções Penal de 1890 em seus artigos 399 a 401⁴⁴ que previam a repressão aos jogos, apostas, loterias não oficiais, mendicância, embriaguez, capoeira, vadiagem, religiões de matriz africana⁴⁵, feitiçaria e prostituição, e a reclusão ou prisão de 1 a 3 anos⁴⁶. Em geral, essa lei previa agir contra os *opróbrios*⁴⁷, considerados a escória da sociedade, como dito pelo chefe de polícia: verdadeiros mortos vivos para a vida social recifense⁴⁸.

Além da repressão à questão política, da censura e higienista, esta polícia combateu ferozmente o “banditismo nos sertões”, iniciado com uma campanha de desarmamento da população, constatando-se que só no ano de 1927 foram apreendidas 6.475 armas, entre elas: 471 *Trinchetes*, 22 Fuzis *Mauser*, 25 Carabinas *Camblain*, 119 rifles, 64 revólveres, 76 espingardas, 169 pistolas de espoleta, etc. Em paralelo ocorreu uma verdadeira caça ao grupo de Virgulino Ferreira (acunhado Lampião) e seus mais de cem seguidores na

⁴³Relatório do Chefe de Polícia, 1928, p. 8, 9 e 16. APEJE/Arquivo Permanente.

⁴⁴ Para maiores informações consultar: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169. Disponível em:

<http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a4.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016; Ver também: LOPES, Gustavo Acioli. A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926: Higienismo, vadiagem e repressão policial. Dissertação de mestrado em História. UFPE, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040609140451.pdf>>. Acesso em: 16 abril 2017.

⁴⁵ CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. A polícia no Estado Novo combatendo o catimbó. **Revista Brasileira de História das Religiões** – Ano I, n. 3, Jan. 2009. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas. Disponível em:

<<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf2/texto%2016.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

⁴⁶ Além dos casos mais graves relacionados aos homicídios e o fabrico de armas.

⁴⁷ Aqueles que são humilhados, desclassificados e oprimidos pelo Estado enquanto excluídos.

⁴⁸ Relatório do Chefe de Polícia, 1928, p. 8, 9 e 16. APEJE/Arquivo Permanente.

caatinga do Ceará, o que unificou policiais da Paraíba e forças do Exército Nacional⁴⁹.

Com o intuito de diminuir o índice de analfabetismo entre os policiais, foi criada uma escola de polícia em 1927, onde eram ministradas aulas de português, francês, geografia, história do Brasil, moral e cívica, posturas municipais, polícia marítima, práticas policiais de identificação, noções de direito penal, prática de processo, medicina legal, noções de direito constitucional, tiro e ginástica instruídos por dezesseis professores⁵⁰.

Até 1927 a polícia não possuía um arquivo criminal, quem ficava responsável pelo controle de prisões eram os órgãos de correção e as casas de detenção. Foi nesse período que, visando normatizar o controle da sociedade, foi criado o Arquivo Criminal Policial, para registrar os casos primários e de reincidência relacionados às contravenções, crimes, delitos, acidentes. Esse arquivo, desde o princípio, reuniu também notícias sobre casos policiais divulgados na imprensa. Cada caso consta em uma ficha nominal, contendo o nome, o motivo da prisão e o ano, e a cada ficha correspondia um prontuário contendo outra ficha com maiores informações com: ano, série, número, nome, filiação, o motivo da prisão, aplicação da pena, e outras observações como naturalidade, nacionalidade, idade, estado civil, profissão, grau de instrução, além da indicação dos dados e das circunstâncias da ocorrência como: local, natureza, data, arma utilizada, data da prisão e também se foi flagrante ou não. Fechando o prontuário, constam notas judiciais, dispondo sobre as leis em que a pessoa foi enquadrada. Em fins de 1927 já tinham sido fichados 3084 indivíduos.

Gradualmente, a documentação constante desse Arquivo vai se tornando mais complexa, passando a conter planilhas demonstrativas das ações repressoras do policiamento, emissão de certidões de salvo conduto, antecedentes, carteira de doméstico. Ou seja, a polícia inicia sua profissionalização e burocratização.

⁴⁹ O relatório do chefe de polícia apresenta com riqueza de informações a violência encetada ao grupo de Lampião com nomes dos soldados e oficiais que participaram das chacinas, fotos individuais de jovens menores e adultos da mesma família. Relatório do Chefe de Polícia, 1928, p. 5, 6, 31-44. Idem.

⁵⁰ Relatório do Chefe de Polícia, 1928. Idem.

Foi dentro dessa lógica que os departamentos e seções foram criados. Exemplo da Polícia de Costumes⁵¹ que comportava a “Seção de Ordem Política e Social (SOPS⁵²)” cuja função era a de reprimir o movimento operário.⁵³ Assim é que a estrutura policial de Pernambuco até 1930 foi organizada da seguinte maneira⁵⁴:

Tabela 01 - Estrutura policial de Pernambuco até 1930

Secretaria da Repartição	1º Seção (Serviço de polícia preventiva - Ordem Pública e Segurança Social)
	2º Seção (Serviço de polícia repressiva - Crimes e contravenções) e as Subseções: - Portaria; - Tesouraria, - Arquivo Policial criminal, - Presídio de Fernando de Noronha.
Inspetoria Geral de Polícia Gabinete de Investigações e Capturas Composta por: 24 investigadores; 10 soldados; 45 guardas civis.	Seção de Vigilância Geral e Capturas
	Seção de Investigações de Roubos e Furtos
	Seção de Costumes e Repressão a Jogos e Meretrício
	Seção de Repressão à Mendicância e Vadiagem
Delegacias da Capital	
1º Delegacia do Distrito: Santo Antônio, Recife, São José até Rua São João, ilha de Fernando de Noronha (esta área compreendia a parte central de Recife onde localizava-se a maior parte do comércio, do Porto, das casas de “meretrício” e principal localização de jogos de “azar”).	
2º Delegacia do Distrito: Boa vista, Pombal, Santo Amaro até Limoeiro, parte de Espinheiro e Caputinga (esta área era de residências, as principais ocorrências foram de jogos e furtos).	
3º Delegacia do Distrito: São José partindo da Rua São João, Afogados, Imbiribeira, Pina, Boa Viagem, Areias, Barro, Tejipió (região pobre, com repressão a “mendicância”).	
4º Delegacia do Distrito: Torre, Madalena, Caxangá, Cordeiro, Iputinga (região mais abastada, sem muitas ocorrências policiais).	
5º Delegacia do Distrito: Casa Amarela, Campo Grande, Santo Amaro, Limoeiro, Apipucos, Dois Irmãos, Casa Forte, Macaxeira (região de maior concentração de população, locais de fábricas).	

⁵¹Acto nº 143 de 09/02/1931 do Interventor Federal. Decretos, Actos e Notas do Governo Provisório, ano de 1931. APEJE – S.D.I. – pp. 58 a 59 – Imprensa Oficial-PE 1931/32 *apud* SILVA, 1996, p. 26.

⁵² Funcionou até dezembro de 1934. Ofícios. Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 26.638/APEJE.

⁵³ Temos em Pernambuco, por exemplo, o primeiro prontuário do Arquivo Policial Criminal de número 0002 que registrou a prisão “confessa” de um operário acusado de “agitador das ideias comunistas, grevistas, impressor e distribuidor de boletins subversivos agindo de preferência com os operários de sua classe” em 03 de fevereiro de 1932. APEJE. S.D.E.E. – Prontuário Individual nº 0002 – 1932-1942 – D.O.P.S. *apud* SILVA, 1996, p. 129.

⁵⁴ APEJE – S.D.I. Seção de Documentos Impressos. “O governo de Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública”. 1939. Exposição Nacional de PE, 1940. Recife Imprensa Oficial, 1939, *apud* SILVA, 1996, p. 68.

Delegacias do Interior: “No total de cinquenta e quatro municípios, com diversos comissariados e órgãos auxiliares”.
1ª zona: Delegacia Regional: sede - Olinda: Igarassu, Goyanna, Itambé, São Lourenço, Pau D'Iho, Nazaré, Timbaúba, Limoeiro, Bom Jardim.
2ª zona: Delegacia Regional: sede - Caruaru: Jaboatão, Vitória, Bezerros, Gloria de Goyta, Bonito, Altinho, Taquaritinga.
3ª zona: Delegacia Regional: sede - Palmares: Cabo, Escada, Gameleira, Barreiros, Ipojuca, Amaragy, Água Preta, Quipapá, Panelas, Sirinhaém, Rio Formoso.
4ª zona: Delegacia Regional: sede - Garanhuns: Canhotinho, São Bento, Correntes, Bom Conselho.
5ª zona: Delegacia Regional: sede - Alagoa de Baixo: São José do Egito, Afogados, Ingazeira, Flores.
6ª zona: Delegacia Regional: sede - Vila Bella: Triunfo, Belmonte, Salgueiros.
7ª zona: Delegacia Regional: sede - Floresta: Tacaratú e Cabrobó.
8ª zona: Delegacia Regional: sede – Petrolina
9ª zona: Delegacia Regional: sede - Granito: Leopoldina, Ouricuri, Novo Exu.
10ª zona: Delegacia Regional: sede - Pesqueira: Pedra, Buíque, Águas Belas.
Instituto de Medicina Legal
Gabinete de Identificação
Inspetoria de Polícia Marítima
Casa de Detenção do Recife
Cadeias do Interior

Em 1931 foi criado o cargo de Secretário de Segurança Pública⁵⁵, diretamente subordinado ao Interventor do Estado. Na sequência a Inspetoria Geral de Polícia foi substituída pela Delegacia Auxiliar⁵⁶. Foi criada no interior da SOPS a Seção de Controle da Imprensa (SCI) cuja função era a de censura, ligada nacionalmente pelo Departamento Oficial de Propaganda (DOP) cujo objetivo era o de fazer a propaganda do governo e capitanear a repressão em nível nacional. Observa-se assim que nesse período implantou-se um sistema burocrático e administrativo, integrando normas para a

⁵⁵ Decreto nº 73 de 03 de junho de 1931.

⁵⁶ Decreto nº 102 de 13 de novembro de 1931.

colaboração entre as autoridades e uma nova organização territorial entre as delegacias distritais⁵⁷ em nível estadual.

O impacto da Constituição de 1934 na organização policial

Com a promulgação da terceira Constituição do Brasil e segunda da República, foram suprimidas as Seções de Vigilância Geral e Capturas, a Seção de Investigações de Roubos e Furtos, a Seção de Costumes e Repressão a Jogos e Meretrício, e a Seção de Repressão à Mendicância e Vadiagem da antiga Inspetoria Geral de Polícia, pois os crimes de contravenção que criminalizavam a mendicância, vadiagem, prostituição em meretrícios, bem como os jogos clandestinos ou jogos de “azar”, as religiões afrodescendentes e o espiritismo,⁵⁸ passaram a serem protegidos pelas leis de garantias individuais.

Alguns juristas entendem que a Constituição de 1934 foi o resultado de uma revisão da Carta Constitucional de 1891 e que foi inspirada ainda na alemã de Weimar de 1919. Em certa medida essa Constituição foi uma positivação das garantias fundamentais, que previu regular a economia por meio do salário mínimo, proteger os trabalhadores⁵⁹, instituir programas previdenciários, a nacionalização de empresas, o mandato de segurança, o

⁵⁷Relatório. Agamêmnon Magalhães, apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da República, Estado de Pernambuco 1938-1939, p. 146. APEJE/Arquivo Permanete/Impressos.

⁵⁸ Por esta razão as associações religiosas passaram a se constituir em personalidade jurídica.

⁵⁹ Foram proibidas as diferenças salariais do mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; foi determinado o salário mínimo com referências a satisfazer as necessidades básicas do trabalhador; foi fixado o limite de oito horas de trabalho diárias, prorrogáveis nos casos previstos na lei; foram proibidos os trabalhos de menores de quatorze anos, o trabalho noturno para menores de dezesseis e insalubridade para menores de dezoito e as mulheres; foi instituída a obrigatoriedade do repouso semanal, férias remuneradas, indenização a dispensas sem justa causa; assistência médica e sanitária; assistência e repouso às gestantes – sem prejuízo de salários e do emprego; foi criada a previdência da União: por velhice, invalidez, maternidade, acidente de trabalho e morte; foram regulamentadas as profissões; as convenções coletivas de trabalho; as indústrias e empresas foram obrigadas a fornecer escolarização do ensino primário aos trabalhadores que estivessem fora do alcance dos centros urbanos, e por fim, criou a Justiça do Trabalho vinculada ao Poder Executivo. Disponível em: <https://iusvirtualis.wordpress.com/2009_jun_03/a-revolucao-de-1930-e-a-constituicao-de-1934/>. Acesso em: 27 abr. 2016.

voto secreto e universal para maiores de 18 anos alfabetizados e o voto feminino⁶⁰.

As conquistas de tais direitos foram decorrentes da crescente mobilização dos trabalhadores, inseridos ou não nas organizações partidárias que constituíam os movimentos de esquerda na época, entre eles: trotskistas, anarquistas, comunistas, bolchevistas, muitas vezes no interior dos sindicatos, ligas, associações e clubes que conquistaram os direitos trabalhistas tais como: salários, férias e repouso semanal. Contudo, havia uma distância entre o preceito legal e o cumprimento dessas garantias, levando o movimento dos trabalhadores a lutarem para o cumprimento da lei, ao passo que o movimento de direita, liderado principalmente por integralistas, industriais, latifundiários e governantes, seguiu o curso conservador, radicalizando-se retirar da leis os direitos conquistados.

No entanto, a lei de Segurança Nacional se embatia com a Constituição de 1934 que garantira uma série de direitos sociais. Direitos, aliás, muito criticados pela elite pernambucana que queria o restabelecimento do Código Penal de 1890⁶¹ e o retorno da perseguição às pessoas *non gratae*⁶². Para esses críticos, no lugar de amenizar as diferenças sociais, individuais e políticas, a Constituição de 1934 alimentara a liberdade e assegurava direitos a determinados grupos que deveriam ser perseguidos. Dizia-se, por exemplo, que trouxera com ela um “triste espetáculo” de degradação dos bons costumes, do decoro público e moral, de “jogatina desenfreada de azar”, da proliferação das casas de “tolerância” (meretrício – prostituição), das ciências “herméticas” (naturais), dos casos de bruxarias e dos cultos de origem africana, do “baixo” espiritismo.

⁶⁰ Disponível em: <https://iusvirtualis.wordpress.com/2009_jun.03/a-revolucao-de-1930-e-a-constituicao-de-1934/>. Acesso em: 27 abr. 2016.

⁶¹ Para maiores informações consultar: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana**. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169. Disponível em:

<http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a4.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016. Ver também: ALVAREZ, Marcos César, SALLA, Fernando, SOUZA, Luís Antônio F. **A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República**. Artigo disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down113.pdf>>. Acesso em: 19 abril 2017.

⁶² Como dito anteriormente, eram pessoas acometidas por doenças como: tuberculose, lepra, cancro, etc., além daquelas tidas como “desocupados” ou “vagabundos” e que não serviam para as finalidades capitalistas, ou seja, não eram aproveitáveis.

Foi referido a tal contexto, logo após a promulgação da Constituição de 1934, o alerta do Delegado Mário Gadelha Simas ao Secretário de Segurança Pública, de que a polícia deveria adequar-se aos “novos tempos”⁶³, principalmente com relação ao cumprimento da lei, que jogava na ilegalidade todas as práticas cotidianas do policiamento higienista, político e social. Foi proposto então que no lugar das antigas Seções fosse criada a 1ª Delegacia Auxiliar, a qual, por sua vez, foi dividida em 1ª, 2ª e 3ª zonas, cada uma “chefiada por um comissário (delegado)”, 43 investigadores efetivos e 17 adidos (secretos)⁶⁴.

As delegacias do interior passaram a denominar-se 2ª Delegacia Auxiliar. Foi criada a Inspetoria Geral do Tráfego Público; a Diretoria de Expediente e Contabilidade em substituição à antiga Secretaria da Repartição Central de Polícia. Surge também a Comissão de Censura de casas de diversões públicas; e a Delegacia de Ordem Política e Social⁶⁵. O interior dessa organização abrigava 22 burocratas e 48 investigadores, incluindo os adidos – secretos⁶⁶, sendo que todos tiveram que se adequar às novas e mais abrangentes formas de repressão, pois os poderes discricionários da polícia adquiriram maior importância na nova Constituição.

⁶³Entre as décadas de 1920 e 1930 foram disseminadas novas concepções sobre o que deveria ser o ‘homem novo’, o papel do Estado e a boa sociedade. Tanto a esquerda quanto a direita defendiam o Estado forte. Ideais antes inquestionáveis passaram a ser vistos como ultrapassados e as democracias liberais iam ficando para trás, com as ações dos movimentos autoritários e totalitários que defendiam um intervencionismo cada vez maior do Estado, contrapondo-se ao que seria a inoperância do capitalismo liberal e o perigo comunista. ARAÚJO, Maria Celina Soares D. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 7 *apud* LEWIS, Susan. **Política e estratégias de dominação: A Segunda Guerra Mundial e o campo de concentração Chã de Estevão**. V Colóquio de História. Perspectivas Históricas. Historiografia, pesquisa e patrimônio, SP: Unicamp, 2013, p. 706. Disponível em: <<http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Colp.705-716.pdf>>, acesso em: 31 jan. 2016.

⁶⁴Regulamentos Impressos do Governo de Pernambuco. SSP 571 (1ª e 2ª delegacia auxiliar, 1933-1935). Ao Secretário de Segurança Pública. Recife, 03 de junho de 1935, p. 8. APEJE/Arquivo Permanente.

⁶⁵“O governo de Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública”. 1939. Exposição Nacional de PE, 1940. Recife Imprensa Oficial. APEJE – S.D.I. Seção de Documentos Impressos. “O governo de Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública”. Exposição Nacional de PE, 1940. Recife Imprensa Oficial, 1939 *apud* SILVA, 1996, p. 69.

⁶⁶Regulamentos Impressos do Governo de Pernambuco. SSP 571 (1ª e 2ª delegacia auxiliar, 1933-1935). Ao Secretário de Segurança Pública. Recife, 03 de junho de 1935. APEJE/Arquivo Permanente.

O primeiro critério aplicado foi o de dividir o crime social do crime político, o que, no final das contas, confundiu ainda mais os agentes policiais. Nesse sentido, o investigador da Seção de Vigilância Geral e Capturas, por exemplo, em 1935, entendia que não lhe competia tomar conhecimento de um roubo ou furto, e assim pensava estar cumprindo o seu dever. O mesmo ocorria nas demais Seções, sempre que estivessem diante de fatos policiais, cujas providências entendiam escapar à sua competência⁶⁷.

Após reestruturarem a repressão ao crime comum, foi a vez de organizarem o policiamento para o crime político (inclusive criando-se em 1936 o Tribunal de Segurança Nacional para julgar os crimes ditos especiais). Antes mesmo da insurreição de 1935, os indícios de uma organização jurídica e policial que previa a ameaça de levantes de esquerda ou direita já apareciam arrolados no projeto 128, que em 4 de abril de 1935 se tornou a Lei de Segurança Nacional. Portanto, foi inaugurado a partir da Lei nº 38, de 04 de abril de 1935, o critério de deslocamento das leis especiais para os de crimes contra a segurança do Estado e foram abandonadas as garantias processuais (CRUSOÉ, 2014, p. 58)⁶⁸.

Atitudes que incitassem, provocassem ou instigassem a desobediência coletiva ou a ordem pública passaram à categoria de crime político, respaldado na Lei de Segurança Nacional; proibiu-se: rebeliões, deserção de militares e policiais, animosidade entre classes armadas e instituições civis, ódio entre as classes sociais, lutas violentas, disputas religiosas, atentados contra pessoas ou bens por motivos doutrinários, políticos e religiosos, paralisação de serviços

⁶⁷ Regulamentos Impressos do Governo de Pernambuco. SSP 571 (1ª e 2ª delegacia auxiliar, 1933-1935). Ao Secretário de Segurança Pública. Recife, 03 de junho de 1935, p. 6. APEJE/Arquivo Permanente.

⁶⁸ “O pensador em questão desenvolveu essa estrutura ideológica, moral e penal chamada de “Compêndio de Direito Penal” no ano de 1936, justamente o ano anterior ao Golpe de 10 de novembro de 1937 que instaurou o Estado Novo e ano em que foi criado o Tribunal de Segurança Nacional para julgar os crimes políticos e sociais estabelecidos na Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, posterior ao Levante Comunista daquele ano. Esta é uma evidência de que há uma estruturação progressiva de arcabouços jurídicos com roupagem liberal moderna para o Brasil, que poderia ser vista através de uma aparente contradição conceitual, mas que afirmava uma tradição autoritária de se pensar o país”. Para maiores informações consultar: CRUSOÉ Júnior, Nilson Carvalho. Estado e polícia política: vigilância e criminalização no Brasil (1933-1944) Tese doutorado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2014. Disponível em:

<http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=17690>. Acesso em: 05 jan. 2017.

públicos ou desabastecimento da população, cessação ou suspensão do trabalho (Cf. os artigos 6º a 19 da Lei 38/1935 *apud* BALZ, 2009, p. 58).

Muitos dos movimentos contestatórios encaixaram-se nessa classificação contidos nos art. 1º, 2º, 3º, 9º, 14º, 20º, 23º e 24º⁶⁹. As associações nacionais ou estrangeiras que se organizassem para subverter ou modificar a ordem poderiam ser dissolvidas e os indivíduos a elas filiados, punidos com 3 meses a 1 ano de prisão celular. Na mesma medida, o Capítulo IV, art. 29º determinava o fechamento por até seis meses ou a dissolução das instituições que fossem consideradas subversivas, assim como de partidos políticos, sindicatos ou associações que tivessem adquirido personalidade jurídica mediante falsa declaração de seus fins ou que, depois de registradas, passassem a exercer atividade subversiva da ordem política ou social (Cf. Artigo 29 *apud* BALZ, 2009, p. 61).

Os arts. 32 a 36 previam punições aos “militares das forças armadas e das polícias, bem como aos funcionários públicos em geral (inclusive os catedráticos) que se filiassem a instituições consideradas subversivas ou que propagassem ideias ou programas de tal natureza” (BALZ, 2009, p. 62), ficando esse impedido de tomar posse no cargo para o qual tivesse sido nomeado (art. 5º), enquanto o artigo 13º proibia a fabricação, a posse ou o comércio de armas e explosivos sem autorização. Com isso, a jurisprudência buscava dar os aparatos para ação policial. Desta forma, a polícia se organizou e se estruturou

⁶⁹ De acordo com Nelson Hungria, este artigo teve sua inspiração nos artigos 270 e 305 do Código Rocco. “*Associazioni sovversive. – Chiunque nel territorio dello Stato (a al.) promuove, costituisce, organizza o dirige associazioni dirette a stabilire violentemente la dittatura di una classe sociale sulle altre, ovvero a sopprimere violentemente una classe sociale, o, comunque, a sovvertire violentemente gli ordinamenti economici o sociali costituiti nello Stato, è punito con la reclusione da cinque a dodici anni. Alla stessa pena soggiace chiunque nel territorio dello Stato promuove, costituisce, organizza o dirige associazioni aventi per fine la soppressione violenta di ogni ordinamento politico e giuridico della società. Chiunque partecipa a tali associazioni è punito con la reclusione da uno a tre anni. Le pene sono aumentate per coloro che ricostituiscono, anche sotto falso nome o forma simulata, le associazioni predette, delle quali sia stato ordinato lo scioglimento (309 s., 311, 312)*”. Assim define FRANCHI, L. Codici e leggi del Regno D’Italia: codice penale e codice de procedura penale. 5ª Ed. Milano: Ulrico Hoepli, 1934, p. 53; “*Cospirazione politica mediante associazione. – Quando tre o più persone si associano al fine di commettere uno dei delitti indicati nell’art. 302, coloro che promuovono, costituiscono od organizzano la associazione sono puniti, per ciò solo, con la reclusione da cinque a dodici anni. Per il solo fatto di partecipare all’associazione, la pena è della reclusione da due a otto anni. I capi dell’associazione soggiacciono alla stessa pena stabilita per i promotori. Le pene sono aumentate se l’associazione tende a commettere due o più dei delitti sopra indicati*”. Cf. FRANCHI, L. Codici e leggi del Regno D’Italia loc. cit. Op. cit., loc. cit. *apud* BALZ, 2009, p. 61.

dentro dos preceitos da lei de Segurança Nacional. Podemos constatar que foi nesse período que a polícia social, até então fincada principalmente no caráter higienista, dá uma guinada em direção à polícia política, que no mesmo ano da promulgação Lei de Segurança Nacional, inspirada no Código Rocco (BALZ, 2009, p. 58)⁷⁰, que a própria LSN foi uma medida anterior a repressão desencadeada no pós insurreição.

Desde a proclamação da República até a criação da Lei de Segurança Nacional em 1935, os crimes contra a segurança interna do Estado, segundo o ordenamento penal brasileiro, eram regulados através dos crimes comuns, exceto quando incidiam sobre os crimes relacionados ao anarquismo, como bem observa Balz (2009, p. 36, 37). Com a criação da LSN e com suas posteriores modificações, esses crimes passaram a ser regulados por legislação especial, submetidos a um governo mais rigoroso, que abandonava diversas garantias processuais. No ano seguinte, a própria competência para julgar esses crimes viria a ser modificada, com a transferência da justiça comum para uma justiça especial, que tomaria forma com o Tribunal de Segurança Nacional.

A Seção de Ordem Política e Social, transformada em Inspeção de Ordem Política e Social⁷¹, funcionou até 22 de dezembro de 1935⁷². Ou seja, as funções de investigação, vigilância e repressão aos meios sociais e políticos foram definidas antes da criação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS⁷³). Portanto, o episódio insurreição comunista, fomentou não a criação, mas o estabelecimento de uma delegacia específica para a perseguição política. Apesar das controvérsias sobre a eficácia da separação entre o crime

⁷⁰ De acordo com DAL RI JÚNIOR, Arno. **O Estado e seus Inimigos**. Op. cit., p. 225 et. seq., “o Código Penal italiano, também conhecido como “Código Rocco”, compreendia concepções autoritárias típicas do fascismo, tendo sido elaborado pelo Ministro da Justiça de Mussolini, Alfredo Rocco, e promulgado em 1930. Permaneceu em vigor na Itália por mais de setenta anos, modificado por reformas que mitigaram seus elementos mais claramente autoritários” *apud* BALZ, 2009, p. 58.

⁷¹ Ofícios. Criada pelo Decreto-Lei 367, de 29 de dezembro de 1934. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 26.638.

⁷² Ofícios. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 26.638.

⁷³ Regulamentada pela Lei nº 71 de dezembro de 1935. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 26.638.

político e o social, a DOPS foi dividida:⁷⁴ a Ordem Política (DOP) ficou responsável pela repressão contra o comunismo, enquanto que a Ordem Social (DOS) ficou encarregada dos serviços de vigilância social⁷⁵ (SILVA, 2007).

Dividir a DOPS em duas foi uma das táticas utilizadas para fazer o cerco a todos os que participaram da insurreição de 1935, bem como para reprimir as mobilizações grevistas e reivindicatórias de operários, estudantes, comerciantes, soldados e oficiais das Forças Armadas e alguns grupos integralistas⁷⁶ descontentes com a implantação do bonapartismo varguista, ou mesmo a anulação das eleições de 1938.

No interior da DOP foi criada a Superintendência do Serviço de Repressão ao Comunismo, dirigido pelo major da Brigada Militar Nelson Leobaldo⁷⁷. Apesar de curta duração - de novembro a dezembro de 1937, agiu para identificar, prender e suspender das atividades os soldados e agentes suspeitos de atividade comunista, assim como para selecionar o corpo investigativo dos agentes secretos⁷⁸. O major Leobaldo, pós indicar diversos

⁷⁴ “Para Hungria, excetuando-se os crimes jurídicos da propriedade, da família e do trabalho, todo o mais que havia na definição empregada para ‘ordem social’ já se encontrava contemplado no conceito de ‘ordem política’ (...), não havia razão alguma para serem diversamente tratados os crimes políticos e os crimes sociais” (BALZ, 2009, p. 57).

⁷⁵ “O Interventor Federal no Estado, atendendo ao desenvolvimento dos serviços da Delegacia de Ordem Política e Social, decorrente da excepcional situação, que o país atravessa, e à conveniência de separar os serviços de vigilância social, dos de repressão ao comunismo; resolve constituir a atual Delegacia de Ordem Política e Social em Delegacia de Ordem Social, com categoria de 3ª Delegacia Auxiliar e criar a Delegacia de Ordem Política, cujo cargo fica a serviço de repressão e prevenção do comunismo”. Ofícios. 1ª Seção, n. 3490. Diretoria do Expediente. (aa) Gal. Amaro de A. Vilanova. Rodolfo Figueiredo de Souza. Ao Delegado de Ordem Política. Recife, 18 nov. 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563.

⁷⁶ O decreto-lei nº 37 de 2 de dezembro de 1937 determinou o fechamento da Ação Integralista.

⁷⁷ “O Interventor Federal no Estado, atendendo à necessidade de dar organização imediata ao serviço de repressão ao comunismo em todo o território do Estado, entregando à superintendência desse serviço a uma só direção, a qual ficarão subordinadas, nesse particular, as diversas delegacias de polícia na capital e no interior: resolve criar na Secretaria da Segurança e imediatamente subordinado ao respectivo Secretário, o lugar de Superintendente do Serviço de Repressão ao Comunismo, no Estado, designando para exercer o mesmo o major da Brigada Militar: Nelson Leobaldo de Moraes, sem ônus para o Tesouro, percebendo os atuais vencimentos do seu posto. Ofícios”. 1ª Seção, n. 3490. Diretoria do Expediente. (aa) Gal. Amaro de A. Vilanova. Rodolfo Figueiredo de Souza. Ao Delegado de Ordem Política. Nº 52. Recife, 18 nov. 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563.

⁷⁸ “Chegando ao meu conhecimento que no dia 20 da corrente, pelas dezenove horas, na casa nº 304, da Avenidas Nortes, em Santo Amaro, foram presos os soldados da Brigada Militar João José Bezerra, Murílio Florentino Diniz e outros que no momento promoviam reunião de caráter comunista, determinando que, A, esta, instaure-se o necessário inquérito para apurar a

agentes secretos em apenas um mês, solicitou sua saída em dezembro de 1937⁷⁹. Também o delegado Edson Moury indicou outros agentes adidos para que fossem contratados, entre eles muitos de seus amigos da Faculdade de Direito⁸⁰.

Com relação às indicações de cargos de confiança, estas seguiam uma hierarquia. O interventor indicava o Secretário de Segurança Pública, bem como criava novos cargos, como o de Superintendente do Serviço de Repressão ao Comunismo, que teve como responsável o major Leobaldo⁸¹. Essa superintendência também ficou responsável em fazer a censura à imprensa⁸².

A organização policial concentrou-se em juntar provas contra pessoas, associações e militares que fossem denunciados, tivessem algum processo de envolvimento ou que fosse suspeito de participação da insurreição comunista para procederem à abertura de inquéritos, expurgos e prisões.

A Lei de Segurança Nacional e o Tribunal de Segurança Nacional desempenharam um papel legitimador para as arbitrariedades praticadas

responsabilidade dos acusados, tomando-se por termo as declarações deste e de testemunhas”. Ofícios. Portaria nº 93, p. 310 Superintendência de Serviço de Repressão ao Comunismo. Major Nelson Leobaldo de Moraes. 22 nov. 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 21.562.

⁷⁹ Ofícios. 1ª Seção, n. 3530. Diretoria do Expedienteº 87 – Nomeação do Bacharel Edson Moury Fernandes para exercer, em comissão, o cargo de delegado de Ordem Social com a categoria do 3º Delegado Auxiliar, de acordo com o ato n. 53, de 17 do corrente. e. (aa) Gal. Amaro de A. Vilanova. Rodolfo Figueiredo de Souza. 3º Delegado Auxiliar. Recife, 20 nov. 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563.

⁸⁰ “Proponho a V. Exia., no interesse do serviço, que sejam classificados na Delegacia de Ordem Política, os investigadores-adidos Edgar Ciriaco da Silva, Arquimedes Guimarães, Vitório Acioli Lins, José Vitor da Silva, João Clímaco Ratis, Luiz Gonzaga de Arruda, Severino Albanez de Souza, José Martins de Arruda, e Gediél Raimundo da Silva. Ofícios”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 1.203. Superintendência do Serviço de Repressão ao Comunismo. Recife, 25 nov. 1937. Major Nelson Leobaldo. Ao Exm. Sr. Cel. Secretário de Segurança Pública). “Proponho a V. Excia., no interesse do serviço, a classificação do escrivão Heitor Araripe de Souza e escrevente José Bezerra Guilherme de Azevedo, nesta Delegacia”. Delegacia de Ordem Social. Delegado Edson Moury. Recife, 25 nov. 1937. Ao Exm. Sr. Cel. Secretário de Segurança Pública. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 21.562.

⁸¹ Ofícios. 1ª Seção. n. 3754. Nº 263 – “Exonerado, a pedido, do cargo de Superintendente do Serviço de Repressão ao Comunismo, o Major Nelson Leobaldo de Moraes”; PORTARIA. Diretoria do Expediente. Secretaria de Segurança Pública. Etelvino Lins de Albuquerque. Recife, 07 de dezembro de 1937 ao Delegado de Ordem Política e Social. Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563. APEJE.

⁸² O/S. 1.183. Delegacia de Ordem Política e Social. Ao Sr. Rubens Lima. 22 de nov. 1937, p. 622. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.584.

nesse período⁸³. A perseguição anticomunista foi recrudescida diante da suspensão dos direitos e implantação do estado de sítio. Em seguida foi promulgada a Constituição de 1937, acunhada “Polaca”. Novamente as forças policiais foram reorganizadas.

A ordem social assim como a ordem política tinham o contingente de 30 investigadores, além de uma verba para gratificações, bem como a permanência de 3 postos de fiscalização e a destinada para a superintendência, no total de 15:000\$000, conforme quadro abaixo:

Tabela 02 – Salários e verbas secretas da 3ª DA (1937)

3ª Delegacia Auxiliar	
ORDEM SOCIAL	
30 investigadores adidos a 200\$00	6:000\$000
Gratificações a encarregados de serviços	500\$000
Total:	6:500\$000
ORDEM POLÍTICA	
30 Investigadores adidos a 200\$000	6:000\$000
Gratificações a encarregados de serviços	400\$000
Manutenção de 3 postos de fiscalização	270\$000
Total:	6:670\$000
SUPERINTENDÊNCIA	
Verba secreta para aplicação reserva	1:830\$000
Total Geral	15:000\$000 ⁸⁴

Nesse período, houve uma intensa troca de informações entre as unidades dos serviços de informações sediadas nos diferentes Estados em que ocorreram episódios da insurreição: Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco, com remessa de fotografias dos policiais acusados de

⁸³ “Em cumprimento de resolução da Junta Executiva do Estado de Guerra neste Estado, tenho a honra de remeter a V. Excia. um volume da denúncia apresentada ao Tribunal de Segurança Nacional a propósito do levante comunista de 1935, no qual se encontra cópia do relatório do inquérito feito em Mossoró com referência ao Sargento do Exército Amaro Potengy e que, segundo informou o Capitão Hildebrando Lemos, membro da Junta, serve atualmente na guarnição da Paraíba”. Ofícios recebidos. N. 1394. Secretaria Geral do Estado de Natal. Rio Grande do Norte, ao Comandante da 7ª. Região Militar, Cell. Amaro de Azambuja Villa Nova. Natal, 8 nov. 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.562.

⁸⁴ Ofício nº 1.207. Superintendência do Serviço de Repressão ao Comunismo. Major Nelson Leobaldo. Ao Exm. Sr. Cel. Secretário de Segurança Pública. Recife, 25 nov. 1937, pp. 649, 650. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.584.

participarem do conflito,⁸⁵ solicitação de prisões,⁸⁶ processos que tramitavam no Tribunal de Segurança Nacional.

A organização policial após a implantação do Estado Novo 1937

Logo após a instauração do Estado Novo, o Secretário de Segurança Pública enviou um comunicado a todas as delegacias e repartições proibindo perseguições políticas, destacando que o clima de ruptura não deveria dividir ainda mais as classes políticas⁸⁷; em contrapartida, os crimes de contravenções públicas voltaram em cena com a suspensão das garantias individuais e a instalação da nova Constituição intitulada *Polaca*⁸⁸. As casas de “tolerância”, por exemplo, foram fechadas, as mulheres foram proibidas de exhibir-se nas ruas centrais ou na “cidade do baixo meretrício” por causa de

⁸⁵ “De ordem do Snr. Capitão Chefe de Polícia, inclusão, remeto a V. Excia. as fotografias dos ex-oficiais do Exército, Trifino Corrêa e Mário de Souza, que, em data de hoje, lograram evadir-se do Hospital em que estavam recolhidos, presos, sob tratamento. Sendo ambos os elementos que tiveram destacada atuação no movimento subversivo verificado nesta Capital, a 27 nov. 1935, solicito a fineza de suas ordens no sentido de que sejam capturados, caso se encontrem no território desse Estado. Solicito, ainda, a remessa a esta Delegacia de quaisquer informes que possam habilitar a localização dos referidos foragidos”. Ofícios. 76-Seg. Pol. SSP. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563.

⁸⁶ “Assim sendo, solicito V. Excia. a firmeza de suas providências no sentido de que os mesmos sejam capturados, caso se encontrem em território desse Estado, e apresentados a esta delegacia, para os devidos fins”. Ofícios. SSP. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1937. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Israel Souto. Delegado Especial de Segurança Política e Social. Ao Snr. Secretário. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 21.562.

⁸⁷ “O advento da nova ordem política, alterando ou transformando situações as mais diversas, não deverá jamais ser entendido como um ambiente propício à revivescência de costumes que tanto mal fizeram, dividindo e degradando os homens. Os políticos que perderam as posições não são por isso menos dignos de respeito. Segundo as ideias políticas do momento, todos os cidadãos estão no mesmo plano, como valor moral, social econômico. Ninguém decaiu, por motivo político, da consideração pública. O esquecimento dos ressentimentos e paixões, principalmente pelos que foram julgados aptos a colaborar na reconstrução do Estado, têm um mérito considerável para a manutenção da ordem. Visando, a respeito, acautelar os interesses da ordem pública, notadamente no interior do Estado, onde mais lenta é a adaptação dos costumes àquelas ideias políticas, quero recomendar-vos que interponhais sempre vossa autoridade, prudência e zelo para evitar possíveis vexames a qualquer pessoa, por motivo político, cercando todos os cidadãos das necessárias garantias, e a todos concitando para uma colaboração decidida e sincera na obra de reconstrução política. Deveis afixar cópia dessa circular, na sede da Delegacia, e recomendar às autoridades que estão subordinadas que a sua inobservância constituirá motivo de imediata punição por parte da administração policial”. Ofícios. Circular n. 77. SSP. Diretoria de Expediente. Etelvino Lins de Albuquerque. Secretário de Segurança Pública Recife, 10 de dezembro de 1937. Sr. Delegado de Ordem Política e Social. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 21.562.

⁸⁸ Gabinete do Secretário. 04 nov. 1938. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 26.638.

suas vestimentas “inconvenientes”. Inúmeros centros espíritas foram fechados, a censura com relação ao sensacionalismo de imprensa em notícias de suicídio e delitos foi proibida, assim como a permanência de veículo em vias públicas⁸⁹ e os tais jogos de azar “baralhos”⁹⁰.

No início de 1938, a 1^o e 2^o Delegacias Auxiliar e a Seção de Investigação foram transformadas em uma Delegacia Auxiliar e uma de Investigação e Capturas (Decreto n^o 32, de 6 de janeiro de 1938 *apud* SILVA, 1996, p. 71); um ano depois, essa organização foi substituída por uma Delegacia do 3^o Distrito da Capital, uma Inspetoria Geral do Tráfego Público e da Guarda Civil (Decreto n^o 262, de 19 de janeiro de 1939 *apud* SILVA, 1996, p. 72).

Passaram então as Delegacias a denominarem-se 1^a Delegacia Auxiliar do Recife, 2^o Delegacia (que eram as do Interior) e a 3^a Delegacia Auxiliar que manteve as atribuições de controlar os serviços de ordem política e social. As delegacias dos interiores passaram a funcionar com comissariados, os delegados deveriam ser formados em bacharéis de direito, com um salário mensal de 1:250\$000⁹¹.

Visando estender a jurisdição das delegacias e da DOPS para o interior do Estado, foram criadas três delegacias sedes, as de: Caruaru, Garanhuns e

⁸⁹ Secretaria de Segurança Pública/ Gabinete do Secretário. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional n^o 26.638.

⁹⁰ Ilmo. Snr. Chefe da Seção de Investigação. Parte. “Comunico-vos que tendo sido designado pela 2^a Delegacia Auxiliar para fazer o policiamento da festa de Santo Amaro na cidade de Sirinhaém, dirigi-me aquele município com o invest. 167, fazendo o serviço determinado, durante o qual efetuamos as seguintes apreensões: Em poder do indivíduo José Mendes residente a rua Santo Amaro, n^o 23, uma caixa de madeira, contendo 24 baralhos para jogo de barat (*sic*) e a importância de 40\$000; em poder do indivíduo de nome José Silva, 4 dados para o jogo de Branca Francesa; em poder de Luiz Gomes, 1 faca “peixeira” e 3 cartas para de Gramado. Ditos objetos foram entregues na permanência desta Seção”. Ofícios. SSP. Seção de Investigações. Chefe de Seção: Wandenkolk N. S. Wanderley ao 1^o Delegado Auxiliar. Recife, 18 jan. 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional n^o 27.563.

⁹¹ “a) - Proceder a inquéritos sobre crimes de ordem política e social; b) - Exercer medida de policia preventiva contra as atividades desta espécie; c) - Controlar os serviços, cujos fins estejam em conexão com a ordem política e social. ART. 2o. - Com a criação da referida Delegacia, o referido Inspetor de Ordem Política e Social fica transformado em comissariado, passando a ocupá-lo, com as vantagens atuais, o titular daquele cargo. ART. 3o. - Para o cargo de Delegado será escolhido um bacharel em direito, que perceberá os vencimentos anuais de quinze contos e seiscientos mil reais (15:600\$000); ART. 4o. - Revogam-se as disposições em contrário Diretoria do Expediente. LEI n^o 71. Palácio do Governo do Estado de Pernambuco, em 23 de Dezembro de 1935. (aa) Carlos de Lima Cavalcanti. Capitão Malvino Reis Mattos. 09 dez. 1937”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional n^o 26.638.

Palmares⁹². As questões referentes à ordem social em Pernambuco eram repassadas para a 3ª Delegacia Auxiliar, que por sua vez repassava através da Diretoria de Expediente e Contabilidade para o Secretário de Segurança Pública, e esta, por último, ao Interventor do Estado.

Assim, os comissariados das cidades sedes de Caruaru, Garanhuns e Palmares incorporavam sob a mesma jurisdição de Recife outras cidades do interior, como observado abaixo:

Tabela 03 – Subordinação das delegacias do Interior (1937)

Interventor do Estado		
Secretário de Segurança Pública		
3ª Delegacia Auxiliar: Ordem Social Delegacia de Ordem Política		
Superintendência do Serviço de Repressão ao Comunismo		
Comissariado de Caruaru	Comissariado de Garanhuns	Comissariado de Palmares
São Caetano Belo Jardim Pesqueira Rio Branco Lago Baixo Gravatá Bezerros Vitória Vertentes Brejo da Madre de Deus São Joaquim Bebedouro Bonito Glória de Goytá	Canhotinho Jurema São Bento Angelim Correntes Bom Conselho Águas Belas	Catende Gameleira Água Preta Barreiros Ribeirão Amaraji Escada Rio Formoso Frei Caneca Painelas Quipapá Sirinhaém Maraial Ipojuca Cabo ⁹³

Para que esta organização funcionasse foram criadas diversas normas, regulamentos e procedimentos regulados por portarias. Foi determinado que os comissários do interior comunicassem qualquer ocorrência no município ou distrito sob sua jurisdição, constando as circunstâncias do crime ou ocorrência; sua natureza, os envolvidos – da vítima e do agressor, dados qualificativos – data, horário, local; sinais característicos – instrumento utilizado; informativos –

⁹² 1ª Seção. n. 842. Diretoria do Expediente. PORTARIA. Secretário de Segurança Pública. Cap. Frederico Mindelo Carneiro Monteiro. Recife, 15 de julho de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 21.562.

⁹³ Diretoria do Expediente e Contabilidade. Recife, 09 de junho de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 21.562. Ofícios e Portaria. 1ª Seção, nº 679, p. 157.

e a medida adotada (no caso de detenção)⁹⁴. Após as prisões o delegado ou comissário deveriam enviar o inquérito ao juiz competente, e as cópias seguiriam para o arquivo.

Esses procedimentos foram adotados cotidianamente nos espaços públicos e privados, formando uma rede de conexões instrumentalizada pelo Direito Penal que legitimava a repressão. Neste sentido, a legislação penal poderia ser definida como uma forma de radicalização 'por escrito' da repressão; enquanto o aparato policial seria o executor das normas dessa legislação (PEDROSO, 2005, p. 54).

Ordenar os arquivos policiais nesse sentido era o mesmo que viabilizar o processo inicial da construção do crime político, o rápido acesso a informação era uma das peças chaves desse processo criminal. Cada delegacia via, portanto, a necessidade de manter seu próprio arquivo, ao mesmo tempo em que alimentava o Arquivo Policial Criminal, isso se na ausência de informações sigilosas. Essa lógica do controle e trocas da informação foi estabelecida entre as delegacias do interior, bem como entre as DOPS e as Superintendências dos Estados⁹⁵.

Diante da lógica do indiciamento, a burocratização administrativa penetrou em todas as instâncias policiais, através de portarias que eram produzidas em três cópias: uma para a publicação, outra para o prontuário e a última para o arquivo; os ofícios de *serviço*, ou seja, de pedidos de investigação ou mandatos, em duas cópias, uma arquivada e outra enviada ao destinatário. Por fim eram solicitados relatórios "minuciosos" com toda movimentação e

⁹⁴ Secretaria de Segurança Pública. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 21.562. Ofícios. Portaria. Diretoria do Expediente. 1ª Seção, nº 802. Recife, 06 de julho de 1937.

⁹⁵ "De acordo com o que ficou estabelecido, ultimamente, no Congresso do Chefe de Polícia aqui realizado, faço chegar, com esta, às suas mãos, uma cópia do último relatório da Superintendência de Ordem Política e Social, de São Paulo, em torno das atividades extremistas, no Brasil. Sobre esse assunto, e, mesmo, sobre todos os outros que se relacionam com a propaganda comunista, muito útil nos seria, aqui, si nos fossem remetidas das observações colhidas, a respeito, desse Estado, afim de que delas fossem informadas as demais polícias do país". Ofícios. Secretaria de Segurança Pública. Recife 2 de agosto de 1937. Polícia Civil do Distrito Federal. Filinto Muller. Ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, Capitão Frederico Mindelo Carneiro Monteiro. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 21.562.

produção dentro das delegacias⁹⁶. Nesse sentido, o arquivo criminal ficou responsável por expedir as certidões de antecedentes que posteriormente formariam os relatórios demonstrativos de todas as ocorrências e funcionalidade da polícia política.

Já em 1938 a Secretaria de Segurança Pública percebeu que enquanto cada delegacia auxiliar mantinha seus próprios arquivos, a base comum se perdia, e novamente estipulou-se que centralizasse o Arquivo Policial na “Seção de Ordem Política e Social⁹⁷”. Esse modelo foi elogiado pelo Interventor Agamenon Magalhães em relatórios encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas⁹⁸ (SILVA, M. 1996a, p. 61).

O relatório enviado pelo Interventor Agamenon Magalhães a Getúlio Vargas em 1939 demonstrou que no decorrer de um ano ocorreram 508 diligências⁹⁹, 522 buscas e apreensões, 440 prontuários foram abertos. Entre os locais que tiveram a ação repressora da DOPS, estavam 10 Células do Partido Comunista. O saldo, após toda essa investida, foi a prisão de 74 indivíduos acusados de ligação com “questões políticas”: 61 foram processados e condenados; 19 tiveram suas prisões decretadas pelo TSN e 9 cumpriram pena. Como podemos observar, a quantidade de diligências, buscas, apreensões e aberturas de prontuários foi muito inferior à quantidade de processados, detidos e presos por crime político. Nesse sentido, a

⁹⁶ O/S. n. 1. Delegacia de Ordem Política e Social. Delegado. Arthur Leite. Recife, 2 de Janeiro de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 21.562.

⁹⁷ APEJE – S.D.I. – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República em virtude do art. 46 do Decreto Lei Federal nº 1202. Agamenon Magalhães – Interventor Federal. Imprensa Oficial – Recife, 1940. pp. 138 *apud* SILVA, 1996, p. 57, 58.

⁹⁸ “As diligências realizadas pela Delegacia de Ordem Política e Social a tornam, hoje, uma das mais bem organizadas e aparelhadas do país. E que vem prestando ao regime os melhores serviços, e o ambiente tranquilo de Pernambuco, onde reina a mais completa ordem, jamais presenciada nesses últimos anos, são dados, enfim, que mostram não ter a atual administração policial faltado ao programa que de início se traçou”. APEJE– S.D.I. – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República em virtude do art. 46 do Decreto Lei Federal nº 1202. Agamenon Magalhães – Interventor Federal. Imprensa Oficial – Recife, 1940. Pp. 142 *apud* SILVA, Marcília 1996a, p. 61.

⁹⁹ “Trata-se de atuação de figura judicial, normalmente da polícia, que se dá fora da repartição pública para diversos fins. O juiz, por exemplo, poderá requerer diligências a fim de formar sua convicção acerca de determinado fato que não ficou totalmente comprovado, ou para dirimir algumas dúvidas sobre algum ponto relevante do processo. É a realização de algum ato de ofício por funcionário da justiça, como vistorias, citações, avaliações, penhora etc. É a investigação feita fora dos cartórios”.

Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/916/Diligencia>>, acesso em: 22 jul. 2015.

perseguição a qualquer pessoa que fosse associada a uma atividade reivindicatória foi superior à perseguição ao PCB. Situação que irá a cada década agravar-se diante do contexto político, econômico e segurança interna e externa.

Os emblemáticos anos de 1939 a 1944 e o mapa da repressão: o modus operandi

Nos anos que se seguiram à entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos países aliados, foram introduzidas diversas táticas¹⁰⁰ de investigação e vigilância *policialescas* cujo principal objetivo era conter e identificar os grupos contrários à permanência do bonapartismo varguista. O mapa da repressão¹⁰¹ representa bem essa fase em que o policiamento montou um aparato de vigilância engenhosa que será detalhado:

¹⁰⁰ Este assunto será tratado no capítulo sobre: *A rede de espões no período da II Guerra Mundial: agentes “ultrassecretos”, “gestapo pernambucana” ou “quinta-colunistas”?*

¹⁰¹ Mapa da estrutura de atuação e controle da DOPS em 1939. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.638 – Documentos Administrativos *apud* SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2007, p. 119.

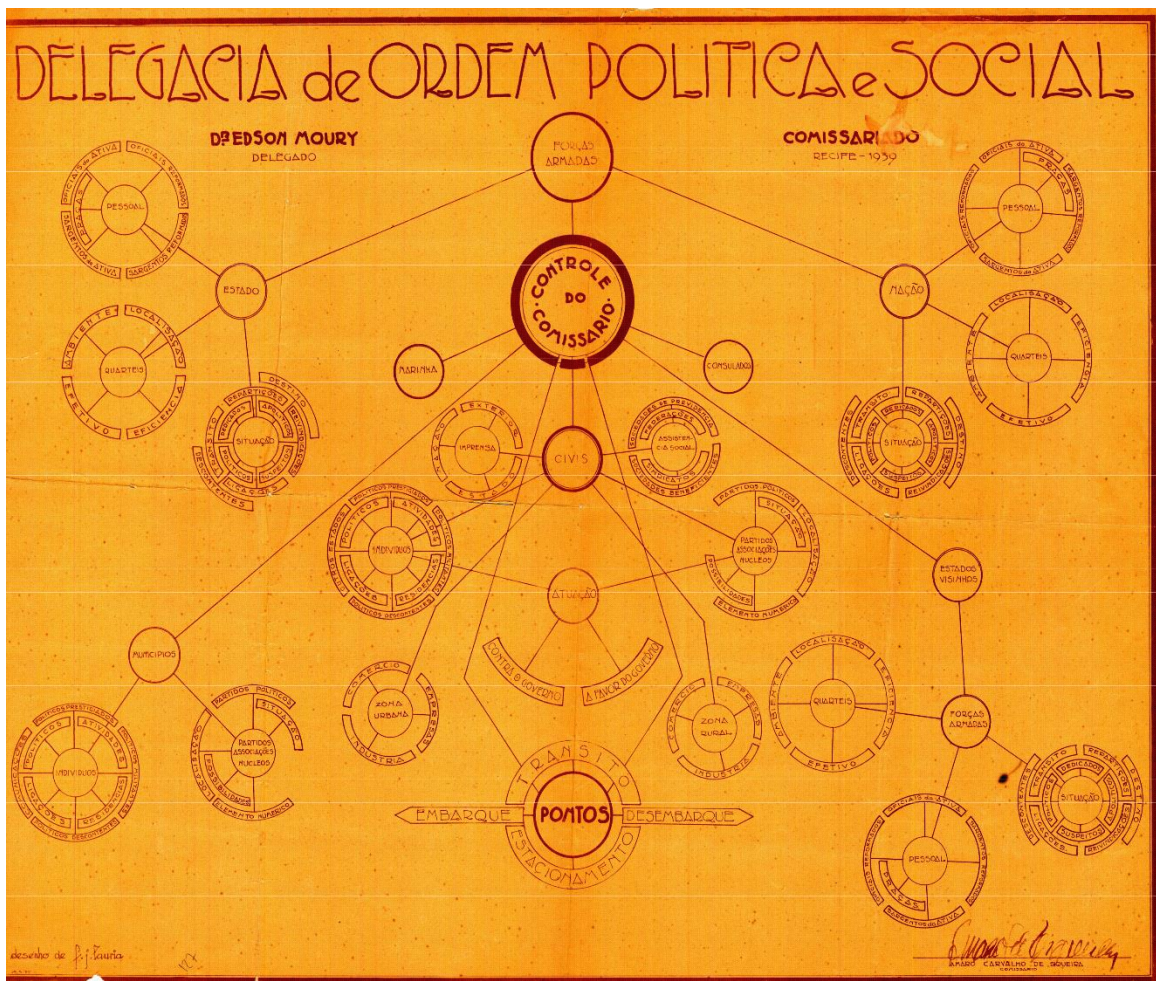


Figura 01 - Organograma do Gabinete do Secretário de Segurança: a integração entre Exército e o policiamento: a Geopolítica do controle

(Fonte: Mapa da estrutura de atuação e controle da DOPS em 1939. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.638 apud SILVA, 2007, p. 118).

O mapa (Figura 01) mostra o *modus operandi* do controle que se pretendia exercer e de que forma agiram as forças policiais em Pernambuco. Expõe como se deu a percepção desse órgão com relação aos segmentos vigiados, mostra quais eram as categorias de sistematização social e sua articulação política, social e governamental.

No centro em círculo sobrescrito encontra-se o **controle do comissário (delegado Edson Moury¹⁰² da DOPS)**. A partir desse ponto identificamos qual foi o campo de atuação, capilaridade e a extensão do policiamento nos espaços políticos, institucionais, econômicos, no qual estariam agindo a polícia

¹⁰² Edson Moury Fernandes recebeu elogios e congratulações pelo excelente serviço prestado em sua gestão, principalmente por sistematizar e organizar internamente as funções de vigilância e repressão.

secreta ou ultrassecreta, cuja missão seria a de identificar militares, diplomatas e qualquer um contra ou a favor do governo. Note-se que os favoráveis eram amplamente utilizados por esse órgão, enquanto os contrários eram perseguidos. Nesse sentido iremos esmiuçar as atribuições da extensão do mapa.

Na parte SUPERIOR do **controle do comissário** aparecem duas linhas e dois círculos: à esquerda está o **Estado** e à direita a **Nação** e, emanando dos dois polos, mais três círculos idênticos: **Pessoal**, **Quarteis** e **Situação**. Os círculos foram subdivididos em chaves: **Pessoal**: representando os **oficiais da ativa, oficiais reformados, sargentos da ativa** e numa chave interior **as praças**. Os **quarteis**: aparecem as chaves: **ambiente, localização, eficiência, efetivo**. Na **Situação** aparecem três níveis de chaves de fora para dentro, 1ª: **Destino, descontentes**, a 2ª: **Repartições, Reivindicações, Ligações, Trânsito**, na 3ª: **Dedicados, Apolíticos, Suspeitos, Políticos**. Ao que tudo indica tanto as Forças Armadas locais como a Federal estiveram sob a vigilância de agentes da DOPS.

Na parte INFERIOR do **controle do comissário** aparecem sete linhas de ligação, essa mais complexa e que possivelmente foi um dos grandes desafios da polícia. À esquerda: **Marinha**, mais à baixo **Municípios**; à direita: **Consulado**, mais abaixo **estados vizinhos**; No centro **Civis**, abaixo ligado pela junção de duas linhas o **ponto**.

O círculo **Município** subdivide-se em outros dois círculos: **Indivíduos** em duas chaves de fora para dentro, 1º: Políticos prestigiados, Políticos Militares, Políticos descontentes, comunicações; 2º Políticos, Atividades, Residências, Ligações; num segundo círculo: **Partidos, associações, núcleos** em duas chaves de fora para dentro: 1º Partidos Políticos, Localização, Elemento numérico, 2º Situação, possibilidades.

No círculo **estados vizinhos**: aparece um círculo central **Forças Armadas** dividida por mais três círculos: **quarteis** subdividido em chaves: Localização, Eficiência, efetivo e ambiente, o círculo **pessoal** subdividido em chaves: Oficiais da Ativa, Sargentos reformados, Sargentos da ativa, oficiais reformados e **situação subdividida** em chaves de fora para dentro: 1º:

Descontentes, Destino; 2º: Repartições, Reivindicações, Ligações, transito, 3º: Políticos, dedicados, apolíticos e suspeitos. O círculo: **Pontos**; referiu-se a chave de: embarque, desembarque, trânsito e Estacionamento.

Do círculo central abaixo do **controle do comissário: civis** saíram seis círculos: à esquerda **imprensa, indivíduos, zona urbana**. À direita **Assistência social, Partidos associações e núcleos, zona rural**. O círculo **imprensa** foi subdividido em chaves: Exterior, Estado, Nação; o círculo **assistência social** foi subdividido em duas chaves de fora para dentro: 1º sociedades de previdência, associações beneficentes; 2º Sindicatos e federações.

Saindo ainda do círculo de **civis**: duas linhas se formaram em **indivíduos em** duas chaves de fora para dentro: 1º Partidos Prestigiados, Políticos Militares, Políticos Descontentes, Comunicações; 2º Atividades, Resistência, Ligações, Políticos ligados ao círculo de **atuação** subdividido em **contra o governo e a favor do governo**.

À esquerda, mais abaixo de **indivíduos** aparece círculo chamado **Zona Urbana** dividido em comércio, empresas, indústrias. No outro extremo, do lado direito aparece outro círculo: **Zona rural**, também dividido em comércio, empresas, indústrias.

É possível que estas áreas, as urbanas e a rural fossem o desenho do campo de ação dos agentes policiais. Num primeiro momento achamos que o Exército estaria como força tarefa, mas por causa da pressão social e contestação a ordem bonapartista, entendemos que o objetivo era fazer um mapeamento dos grupos que estavam no poder, para, quem sabe, alinhar-se. Todos os círculos fazem parte de um campo de atuação que não respeitou sequer os limites geográficos. Esses agentes policiais, fossem eles secretos, ultrassecretos ou investigadores, vigiaram tudo e todos, inclusive o cotidiano da população, independente do órgão, fosse ele: Exército, Marinha, Consulado, Associações de classe ou cultural, nos interiores, na capital, ou nos estados vizinhos, lá estavam eles.

O mapa da repressão aludido acima fazia parte de um fragmento das atribuições da Secretaria de Segurança Pública, da função ampla do Secretário

que abrangia toda estrutura repressiva. Esse mapeamento fez parte do que veio a se identificar como geopolítica do controle, ou do poder (BRUSANTIN, 2003), ocorreu intensa vigilância da Polícia Política articulada por troca de informações, a qual mapeou as cidades e indivíduos, tanto por grupos, quanto por ruas ou instituições, o que também se deu em Pernambuco e que, conforme apuramos, teve continuidade nos anos da década de 1950¹⁰³.

¹⁰³ “Os mecanismos de repressão e de vigilância adotados pelo DEOPS em conjunto com as delegacias regionais abortaram muitos movimentos políticos e culturais que agiam em busca de uma vida social mais justa e de uma liberdade cultural independente da nacionalidade. Mas, certamente, a truculenta ação policial não agia sozinha. Em vários momentos contou com a colaboração de uma parcela da sociedade civil, que, seduzida pelo discurso oficial, denunciava os suspeitos de subversão. Estes, por sua vez, representavam o lado da resistência, que lutavam por dignidade e justiça” (BRUSANTIN, 2003, p. 14).

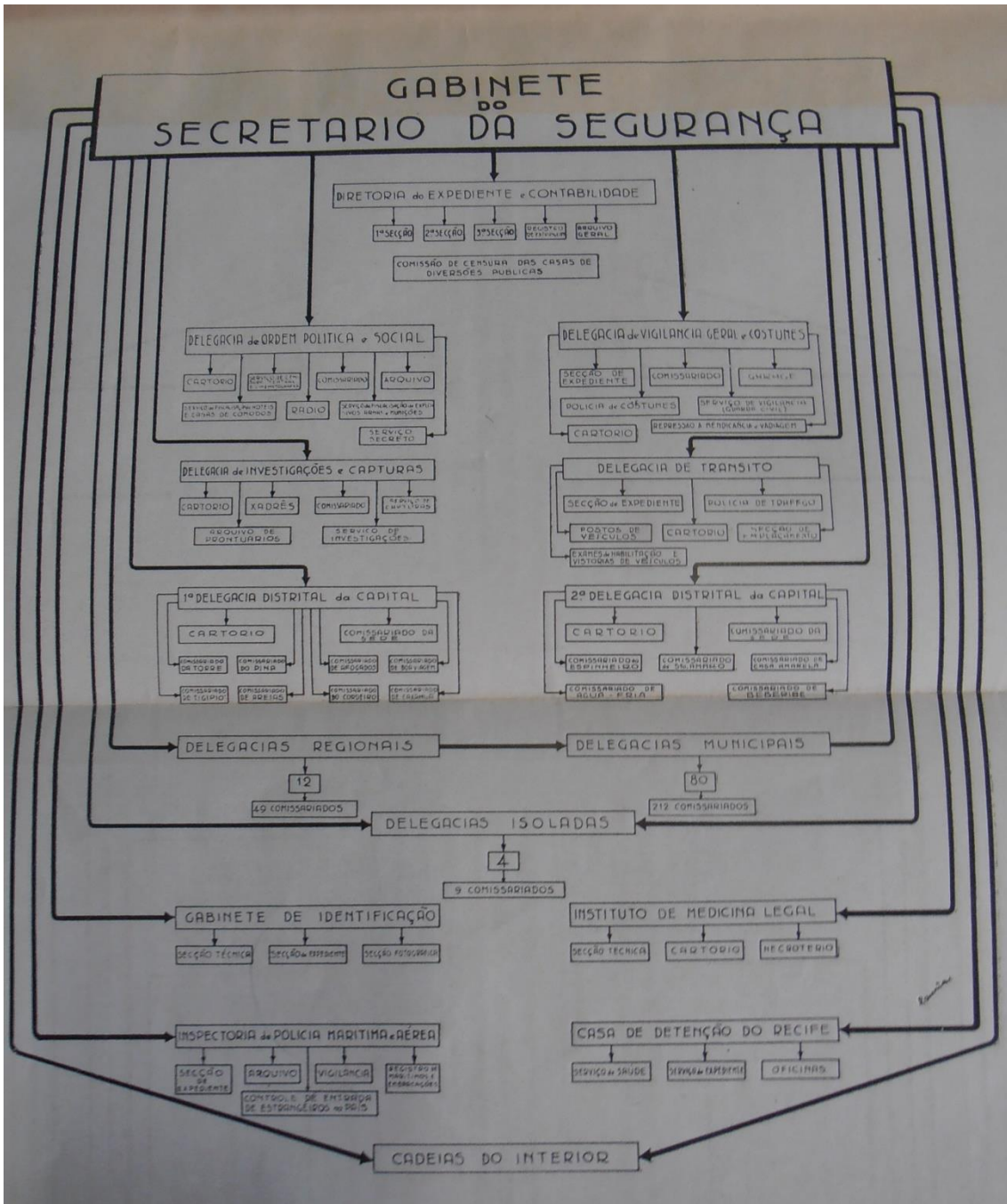


Figura 02 – Mapa: Organograma SSP (1939)

(Fonte: Relatório. Governo Agamenon Magalhães. Estante 48-P1. Imprensa Oficial, Recife, 1939. APEJE/Arquivo Permanente/SSP)

Essa organização funcionou a partir de 1939 a cargo do Gabinete do Secretário e contava com uma Assistência Militar, uma Diretoria do Expediente e Contabilidade e uma Comissão de Censura das Casas de Diversões Públicas, diretamente subordinados ao Secretário de Segurança Pública:

I – Núcleos da Administração:

a) Gabinete do Secretário de Segurança;

b) Diretoria do Expediente e Contabilidade, com três seções, portaria, arquivo geral e tesouraria (aqui procederam-se os atos referentes à organização dos serviços de pessoal (nomeações, exonerações e propostas), comunicações, registros diversos, passaportes, transportes, contratos, registro de estrangeiro, administração criminal, arquivo criminal, receita e despesa, contabilidade etc; processados por meio de protocolos, registros e arquivos).

c) Comissão de Censura das Casas de Diversões Públicas.

II – Sistema de polícia administrativa e judiciária:

a) Delegacia de Ordem Política e Social, com um comissariado;

b) Delegacia de Investigações e Capturas, com um comissariado;

c) Delegacia de Trânsito;

d) Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, com um comissariado;

e) Duas Delegacias Distritais na Capital, com diversos comissariados;

f) Doze Delegacias Regionais no interior, compreendendo 80 Delegacias Municipais e respectivos comissariados;

g) Quatro Delegacias isoladas e respectivos comissariados;

Órgãos auxiliares:

a) Gabinete de Identificação;

b) Instituto de Medicina Legal;

c) Inspetoria da Polícia Marítima;

d) Casa de Detenção do Recife;

e) Cadeias do Interior¹⁰⁴.

Segundo a organização exposta acima, todo o aparelho repressor seguiu uma lógica hierárquica e de colaboração mútua e direta entre qualquer jurisdição e delegacias em suas 12 Regiões, 84 delegacias municipais, 4 isoladas e 281 distritos¹⁰⁵.

Exemplo desta “colaboração”, identificamos o delegado Baptista Teixeira da Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal enviando uma nota reservada ao Delegado Fábio Correia, dando uma verdadeira aula de como infiltrar agentes secretos em reuniões do PCB e como fazer apreensão dos arquivos e posteriormente “interpretá-los” ao sabor e

¹⁰⁴ Relatório. Governo Agamenon Magalhães. Estante 48-P1. Imprensa Oficial, Recife, 1939, pp. 8,9. APEJE/Arquivo Permanente/SSP.

¹⁰⁵ Idem, p. 28.

dissabor dos eventos políticos e sociais de cada peculiaridade regional¹⁰⁶. Ensino praticado na década de 1950, quando da apreensão de documentos expostos no livro: *Aspectos da atividade do comunismo em Pernambuco*¹⁰⁷ citada nesta tese¹⁰⁸. Além disto, foram implantadas nas Forças Armadas assessorias de informação, subordinadas ao Comissário da DOPS, que deveriam garantir a vigilância à própria polícia, tinham que prestar contas de sua prática ao superior hierárquico imediato e este ao Secretário, geralmente apresentadas na forma de relatórios e boletins” (SILVA, 2007, p. 128)¹⁰⁹. Foi ainda nesse período, antes da decretação do estado de neutralidade, que foi conferida à DOPS processar e expulsar os estrangeiros¹¹⁰.

¹⁰⁶ “Em referência a seu Estado tenho o grato prazer de enviar-lhe a nota anexa, por onde poderá o prezado colega iniciar investigações que, acredito, redundarão no aniquilamento da organização comunista nesse Estado e conseqüente prisão dos membros do C.R e seus órgãos de publicidade. Sem querer dar lições ao ilustre colega, tomo a liberdade de apontar um método que aqui aplicamos com grande sucesso, apesar de não contarmos com os elementos que ora lhe forneço. Salvo melhor juízo penso ser aproveitadas pela Polícia as ligações e senhas remetidas para uma rápida infiltração e identificação do maior número possível de elementos para depois ser procedida a batida geral que deverá, assim, colher nas malhas da Justiça os principais orientadores comunistas nessa Região”. Ofícios. Nota Reservada. G.T nº 190. Delegacia Especial de Segurança Pública: Delegado Especial: Baptista Teixeira a DOPS/PE: Fábio Correia. Rio de Janeiro, 20 abril 1940. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

¹⁰⁷ LIMA, A. G. da C.; SALAMICO, A. A. H. R. L. *Aspectos da atividade do comunismo em Pernambuco*. Recife: Secretaria da Segurança Pública, Delegacia Auxiliar, 3ª ed., 1986.

¹⁰⁸ *Finalmente: a consolidação da articulação nacional da repressão na década de 1950*.

¹⁰⁹ “Solicito de V. Excia. as necessárias providências no sentido de serem confeccionadas, com brevidade possível, carteiras funcionais para os investigadores de quadro de nº, 4, 14, 17, 19, 23, 25, 27, 30, 32, 34, 36, 39, 43, 44, 49, 51, 57, 62, 69 e 70, para os investigadores Adidos de número 71 e 145, inclusive, para o Comissário e Delegado, tudo desta Delegacia, de vez que as atuais se acham em desacordo com o disposto no ato 128, de 24 do mês próximo passado, do Exmo. Sr. General, então Interventor Federal do Estado”. O/S. 1.282. Delegacia de Ordem Política e Social. Delegado. Edson Moury. Ao Exmo. Sr. Dr. Secretário, de Segurança Pública. Recife, 10 dez. 1937, p. 736. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.584.

¹¹⁰ “Há uma documentação sobre os casos de arbitrariedades praticadas pela polícia utilizando-se do Decreto-Lei nº 554, de 12 de julho de 1938. Regulamentado pelo Decreto lei: 392 (27/04/1938); 394 (04/05/1938); 406 (04/05/1938), entre outras. Muitos foram deportados ilegalmente e outros conduzidos pelas fronteiras. “Sob a faceta do anticomunismo e do antissemitismo os subterfúgios da decretação do estado de guerra e de sitio, da Lei de Segurança Nacional e dos decretos do Tribunal de Segurança Nacional, resultam, por exemplo, em uma série de medidas drásticas para executar a deportação de estrangeiros”, temos isso como o emblemático caso da esposa grávida de Luís Carlos Prestes, a judia-alemã Olga Benário (LACERDA, 2006, p. 35). Ao que tudo indica Olga foi negociada pela diplomacia brasileira, por brasileiros residentes na Alemanha. Com relação à grande maioria dos estrangeiros residentes no Brasil foi feita uma ampla campanha de nacionalização: ver Decretos-leis: 341 (17/03/1938); 383 (18/04/1938); até a suspensão e concessão de vistos de estrangeiros 3.175 (07/04/1941), entre outros decretos-lei. Para maiores informações ver: LACERDA. Maria Lana Monteiro. ‘Súditos do Mal’: O cotidiano da repressão policial sobre os

O quadro oficial do funcionalismo policial em 1942 era de um total de 37 pessoas, contando com delegados, investigadores secretos, escriturários, uma datilógrafa, comissários de delegacias do interior, receptor de rádio, muitos dos quais seguiram carreira interna, entre outros¹¹¹. Os espaços vigiados pelos agentes da DOPS não eram escolhidos aleatoriamente. Integravam um intrincado mapeamento do Estado de Pernambuco relativo a todas as instâncias sociais, como: Marinha, Consulados, imprensa, entidades, partidos, associações, indústria, comércio, fábrica, pessoas dos mais variados segmentos sociais e institucionais; inclusive as notícias de jornais que também serviram de motivo para abertura de inquéritos e articulações dos órgãos de repressão para “averiguações”.

A polícia política cercou os movimentos sociais, principalmente os que estiveram associados às greves e reivindicações, passou a reprimir mais ostensivamente os meios políticos e contestatórios de forma a criar um cinturão em nível nacional de colaboração mútua entre as polícias, visivelmente identificado no ofício reservado de nº 56 do Delegado de Polícia do DFSP João Alberto Lins de Barros, ordenando que fossem repassadas as informações com maior brevidade e agilidade sobre os fatos ocorridos em Pernambuco,

alemães em Pernambuco (1937-1945). Dissertação de mestrado em história. UFPE, 2006. Anexo 01. Disponível em:

<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7237/arquivo3297_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2016.

¹¹¹ “Dr. Fábio Corrêa de Oliveira Andrade (delegado); Dr. Antônio Ferreira de Melo Sobrinho (delegado adjunto); Oscar Valença Ribas, José Ramos Ferreira, João Mesquita Cabral (comissários); Onevaldo Fernandes Maia (escrivão); José Arthur Lima, Luiz Alves Carneiro Pereira, Samuel Magalhães, Pedro Muniz de Farias, Severino Tavares Maciel, Francisco de Assis Lima, Francisco Gomes Calado, Alcides Varejão de Freitas, Gediel Raimundo da Silva, Júlio de Vasconcellos Barros, João Alves Pinheiro de Almeida, Júlio Hemeterio de Lima, Severino Crespo Manso, João Crisostomo da Silva, Joaquim do Nascimento Pimentel, Luiz Gonzaga de Arruda Mélo, Severino Rodrigues de Freitas, Eliel Tavares Benevides Francisco, Francisco Izidoro de Brito, José Silvestre de Macedo Viana, José Vitor da Silva, Romildo Alves Leite, Raul Barreto Lins, Manoel Florentino de Lima, Olímpio de Souza Aragão, Zeno Andrade de Albuquerque (investigadores); Ten. Laurentino Bezerra de Albuquerque (Chefe de Serviço Rádio); Nair Cabral de Vasconcelos (Datilógrafa); Juracy de Souza Góes (Radiotelegrafista); Severino Bezerra do Amaral (Radiotelegrafista); Francisco Buarque Milanez (Ajudante de fotógrafo. Estatuto dos Funcionários Públicos. (1941/1960). Ofício n. 513. Delegacia de Ordem Política e Social. Relação dos Funcionários com exercício”. Fabio Correia, ao Ilmo. Sr. Dr. Diretor, do Expediente e Contabilidade. Circular n. 70. Recife, 30 de junho de 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.559.

principalmente no que se refere às greves e suas causas determinantes, atividades, movimentação e diretrizes políticas¹¹².

No mês de maio de 1945 a Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal advertiu sobre a urgência do envio dos relatórios que deveriam ocorrer com mais brevidade possível. Uma vez que o bonapartismo dava sinais de queda livre no cenário político, a polícia buscava cercear os grupos contrários¹¹³. Esses agentes foram estabelecidos dentro de duas divisões: a Delegacia de Ordem Política e Social: o Serviço Especial Secreto e o Serviço Secreto do Movimento da Guerra. Foram apuradas informações que vinham desde os Estados Unidos via Polícia do Distrito Federal.

A reafirmação da repressão a partir de 1946: O Serviço Secreto de Investigações Policiais (SSIP)

Após a II Guerra Mundial, no fim do bonapartismo Vargasista e início da autocracia burguesa capitaneada pelo general Eurico Gaspar Dutra, foram fechados os aparatos de censura, propaganda e controle, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP¹¹⁴), o DEIP (Departamento

¹¹² “Venho esclarecer a Vossa Excelência que, em face da nova situação que se criou, o sistema de mútua colaboração originalmente proposto não mais corresponde aos imperativos da ação policial.

O fornecimento de informações em períodos mais ou menos longos, como vinha sendo feito, mostra-se inoperante diante da rapidez com que se desenvolvem os fatos políticos, dando especial relevância ao fato cronológico e exigido dos órgãos policiais o controle imediato dos acontecimentos em sua plenitude. Faz-se, pois, mister que esse sistema de colaboração seja modificado no sentido de maior e mais completa eficiência, para o que solicito as imprescindíveis determinações de Vossa Excelência na parte que se refere a essa Secretaria. (...) passando as informações a ser fornecidas a este Departamento, diariamente, via telegrafia urgente. Esclareço, outrossim, a Vossa Excelência que as informações deverão se referir a fatos concretos, que digam respeito a movimentos grevistas em geral, sua natureza e causa determinante; atividades, movimentos e diretrizes de elementos ou grupos políticos naquilo que possa afetar a ordem pública e outras informações que, a critério de Vossa Excelência, possam interessar aos Poderes Públicos. Cópias de ofícios recebidos e expedidos”. Delegacia Especial de segurança Política e Social, Rio de Janeiro ao Secretário de Segurança Pública. Delegacia de Ordem Política e Social. 02 maio. 1945. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033

¹¹³ Ofícios. O.R. -56. Delegacia Especial de segurança Política e Social. Ao Secretário de Segurança Pública. 02 maio. 1945. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

¹¹⁴ O mesmo Decreto que extinguiu o DIP substituiu-o pelo Departamento Nacional de Informações (DNI), ligado ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores.

Estadual de Imprensa e Propaganda), foram concedidas anistias aos presos políticos de 1935, legalizou-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB¹¹⁵).

Ainda nesse período em que as Delegacias de Ordem Política e a de Ordem Social eram distintas, o encarregado do Serviço Social João Pinheiro de Almeida enviou um ofício solicitando que fosse incorporada em uma só delegacia as duas funções para “melhorar a eficiência” policial, colocando-se em execução um “plano, senão uma reforma” que permitisse trabalhar e desenvolver uma ação mais eficaz, em proveito da “Ordem Pública”, concluindo que a divisão estabelecida anteriormente estava “prejudicando a ação da DOPS”. Concluiu que deveriam substituir os quadros permanentes, contratar mais 10 investigadores, adquirir um automóvel, aumentar a verba extra da delegacia e investir um policial para vigiar os próprios policiais¹¹⁶. Todas essas solicitações podem ter sido concedidas quando Almeida tornou-se delegado substituto em julho de 1947¹¹⁷.

Como é possível observar, no interior da organização policial articulavam-se as novas formas de repressão que deveriam dar continuidade à repressão policial à ordem política, apesar da promulgação da Carta Constitucional de setembro de 1946. Enquanto isso o novo Secretário de Segurança Pública Cap. Heleno Soares Castelar enviou uma circular para a DOPS que previa punir e proibir as duras arbitrariedades da repressão à ordem política¹¹⁸, caso não fosse assegurado: I- livre manifestação do pensamento, pela palavra escrita ou oral; II – as atividades de partidos ou outras associações políticas; III – a liberdade sindical; IV – o direito de greve¹¹⁹. Essa questão deveria, segundo o secretário “manter a ação policial acima de

¹¹⁵ Ato Adicional n. 9 de 28 de fevereiro de 1945.

¹¹⁶ Delegacia de Ordem Política e Social. Serviço de Ordem Política. Encarregado de Serviço: João Alves Pinheiro de Almeida. Recife, 22 maio. 1946. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/ Prontuário individual: João Alves Pinheiro de Almeida nº 7072.

¹¹⁷ Diretoria do Expediente e Contabilidade. Recife, 11 jul. 1947. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/ Prontuário individual: João Alves Pinheiro de Almeida nº 7072.

¹¹⁸ Essa questão de não participação na política em sindicatos ou qualquer outro movimento era prevista no Regulamento Disciplinar de 1939, no Artigo 13, item d nº 4. Brigada Militar de Pernambuco. Regulamento Disciplinar (RD). Título II. Das transgressões Disciplinares. Capítulo I da Definição e especificações. Imprensa Oficial. Recife, 1939, pp. 9. Governo do Estado de Pernambuco. Caixa 24 (1938-1939). APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Acervo Permanente/Impressos.

¹¹⁹. Administração. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1947. Artigo 29. a) Otávio Correa de Araújo; José Leite Filho e outros deputados. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.638.

qualquer influência partidária, e de assegurar à Polícia a simpatia e consideração que deve merecer por parte do povo, fazem as seguintes observações”.

Continua o secretário: 1º - As simpatias políticas ou particulares das autoridades não devem, de modo algum, concorrer para perseguições ou concessão de favores. Desejo não encontrar oportunidade de constatar qualquer falta neste sentido. 2º - Os espancamentos ou agressões físicas constituem faltas puníveis pelas leis, mesmo quando praticados pelas autoridades policiais. As leis serão rigorosamente cumpridas, sem exceção. 3º - As extorsões, os pedidos de dinheiro ou favores em troca de serviços de competência policial, merecerão minha particular atenção. E conclui: “Desejo manter a convicção que trago que esses fatos não se passam nesta Secretaria, em qualquer que seja o setor. 4º - Nós, da Secretaria de Segurança Pública, devemos concorrer para atos de justiça, equilíbrio, educação, moralidade e firmeza na manutenção da ordem¹²⁰”. Contudo, como veremos mais adiante será criado o SSIP, bem como as divisões de Ordem Política e Ordem Social no interior da Delegacia de Ordem Política, Econômica e Social¹²¹.

O SSIP foi criado para antecipar as medidas repressivas, contradizendo até mesmo o discurso do Secretário, que “proibiu” as perseguições políticas, porém acionou um serviço secreto de vigilância¹²². Uma das observações que fazemos é a semelhança do SSIP e as táticas de vigilância secreta utilizadas no período da recente II Guerra Mundial com relação ao Serviço Especial Secreto e o Serviço Secreto do Movimento da Guerra, utilizados como

¹²⁰ 1º Seção. Circular n. 19. Diretoria do Expediente e Contabilidade. Portaria, Circular, Edital. março 1938 a 1948. Do Secretário de Segurança Pública Cap. Heleno Soares Castelar para o Delegado de Ordem Política e Social. Recife, 17 jul. 1946. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

¹²¹ Decreto-Lei nº 1481, de 16 de outubro de 1946.

¹²² “1º) FINALIDADE: 1º) O SSIP tem por fim obter os esclarecimentos de que necessita o Secretário da Segurança Pública para tomar suas decisões. 2º) desnecessário se torna esclarecer o interesse e o valor de informação como condição preliminar de êxito. Entretanto, cumpre lembrar que só é valiosa a informação colhida e transmitida com oportunidade, isto é, aquela que permite ao chefe prevenir os acontecimentos e, portanto, dirigidos a seu modo. 3º) A finalidade precípua do SSIP será, deste modo, sentir o ambiente de maneira a prevenir-se contra a surpresa, para que seja possível assegurar a todo custo a manutenção da Ordem”. Portaria, Circular, Edital. Circular nº 12. Diretoria de Administração, 1ª Seção. SSP: Cap. Murilo Rodrigues de Souza. s/d. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

mecanismo de vigilância durante o declínio do bonapartismo varguista¹²³. Outra observação é que essas informações foram repassadas para o Serviço Regional de Informações do Exército¹²⁴.

Nesse sentido, foi determinado que cada delegacia ou repartições organizasse seu serviço secreto, “competindo aos chefes ampliá-las, desenvolvê-las e complementá-las com o objetivo de obter rendimento máximo na procura de informação”; “O SSIP compreenderá, além do Chefe, um Assistente de informações e Agentes em número variável com necessidades”. “O assistente de informações, cuja escolha será feita pelo Chefe respectivo, entre seus auxiliares imediatos, deverá possuir indiscutível idoneidade moral e comprovadas qualidades de inteligência, argúcia e descrição”; “em princípio, dentro da Delegacia ou Repartição, o nome do Assistente de informação será somente conhecido pelo seu chefe imediato, que dele dará ciência ao Secretário de Segurança Pública, por intermédio do Delegado de Ordem Política, Econômica e Social”; “as funções de Agentes de informação não terão caráter de permanência e serão atribuídas, para determinados fins, a funcionários idôneos de qualquer categoria. Os agentes, via de regra, deverão, tanto quanto possível, ignorar a finalidade de sua missão”¹²⁵.

A principal função desse órgão era a coleta de informação; não dispunha de verbas extras e deveria funcionar com recursos próprios. O anonimato da informação era uma característica peculiar nesse período de abertura política. Foram criados métodos para entrega da informação em envelope escrito em carimbo “secreto” e revestido por outro envelope que traria o endereço da Inspeção Geral mensalmente até o dia dez de cada mês¹²⁶. Nessa

¹²³ Trataremos sobre estes dois serviços no capítulo IV.

¹²⁴ Não tivemos acesso à informação primária entre o Exército e as DOPS, porém, de um relatório feito pelo general Valdetaro de Amorim e Mello. Esse assunto será tratado no item: O centro de vigilância do Gabinete do Presidente Dutra entre 1948 a 1951.

¹²⁵ Portaria, Circular, Edital. Circular nº 12. Diretoria de Administração, 1ª Seção. SSP: Cap. Murilo Rodrigues de Souza. s/d. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

¹²⁶ “2º) ORGANIZAÇÃO GERAL: 4º) Tem sido geralmente descuidada a obtenção de informações pela maioria das autoridades policiais. Mas, seus resultados têm sido sempre funestos a quantos se deixa surpreender pelos Inimigos da ordem. 5º) No ambiente das Delegacias ou Repartições cabe ao respectivo Delegado ou Chefe organizar dirigir o SSIP. 6º) O SSIP tem jurisdição em todo o território da Delegacia, particularmente no que se refere a sua possível influência e relações com o meio militar. Poderá ainda o Chefe do SSIP lançar mão de outros elementos que a seu critério devem concorrer para a coleta de informações. Não

engrenagem a figura do assistente aparece como braço direito do chefe do SSIP e a ele era conferido o poder de dar opinião e indicar soluções.

O “assistente” deveria ser uma espécie de “invisível”, apenas o delegado e o Secretário de Segurança Pública poderiam saber de sua existência. Possivelmente porque uma das características desse serviço era o de denunciar policiais e integrantes de altas patentes das Forças Armadas. A seleção desse assistente deveria obedecer às características de uma pessoa idônea, moral e com qualidades de inteligência, argúcia e descrição comprovadas para que exercesse esse serviço inconstitucional e para tanto deveria seguir muitos procedimentos.

Entre os procedimentos estava a entrega de relatórios que deveriam ser produzidos através de linguagem simples e objetiva, atendendo aos critérios de: a) Resumo das informações colhidas, com indicação da parte e grau de credibilidade de cada uma; b) Impressão de quem confirma o relatório – Observações: - Convirá reproduzir nos relatórios especiais: a impressão tem caráter pessoal. Ao receber o relatório do Assistente ou suas informações escritas ou verbais, o Delegado ou Chefe fará um resumo das mesmas, que depois de autenticado será entregue à SSP. Os relatórios e demais informações por escrito dos assistentes serão inutilizados, a fim de ser mantido o mais absoluto sigilo em torno do nome ou identidade do Assistente ou Informante¹²⁷.

O SSIP tinha autonomia para contratar quantos agentes fossem necessários para fazer vigilância as autoridades, vereadores, deputados, prefeitos, interventores e até mesmo aos próprios agentes policiais e as Forças Armadas. Esse serviço consistia em observar as mudanças relacionadas a

disporá, contudo, de verbas especiais para tender a qualquer despesa superveniente. 7º) Toda correspondência relativa ao SSIP terá caráter secreto. O envelope com endereço, acrescido da palavra secreto, a carmim, deve ser posto dentro de outro envelope que trará o endereço comum e normal.

8º) Os relatórios mensais deverão dar entrada até o dia 10 do mês seguinte na DOPES, salvo informações de caráter urgente ou relevante que serão enviadas logo após sejam colhidas”. Portaria, Circular, Edital. Circular nº 12. Diretoria de Administração, 1ª Seção. SSP: Cap. Murilo Rodrigues de Souza. s/d. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

¹²⁷ Portaria, Circular, Edital. Circular nº 12. Diretoria de Administração, 1ª Seção. SSP: Cap. Murilo Rodrigues de Souza. s/d. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

“orientação” política dos servidores, agentes do governo e militares que tivessem potencial para se tornarem “inimigos” internos, contrários a direção política e executiva do país. Ao serem identificados, essas pessoas tinham suas promoções interrompidas, eram afastados sem motivos justificáveis de seus cargos¹²⁸. Para isso, foi expressamente indicado que a vigilância seguisse as seguintes observações: a) o ponto de vista político de todos os funcionários; b) o aparecimento e difusão de literatura subversiva (manifestos, panfletos, boletins e impressos em geral); c) manifestações isoladas ou coletivas de indisciplina; d) funcionários de qualquer categoria ou militar de qualquer patente que apresentasse alguma mudança acentuada de conduta ou comportamento¹²⁹.

Como todos estavam em suspeição, até mesmo os agentes que fossem pegos fazendo gastos excessivos, ou que almejassem ganhar popularidade entre camaradas e subordinados também passariam para as listas de suspeitos, junto com os desmotivados pela profissão, os que manifestassem oralmente pessimismo e derrotismo ou que propagassem desânimo e desconfiança entre camaradas e subordinados; também eram vigiados os agentes que tivessem qualquer hábito de leitura ou jornais e que debatessem temas de doutrinas extremistas; os que recebessem correspondência exagerada; os que tivessem relações com elementos reconhecidamente ligados a corrente subversivas¹³⁰, estes passariam então para a lista de suspeitos de subversão da Secretária de Segurança Pública.

Foi montada, portanto, uma engrenagem cujo principal gatilho se dava por critérios subjetivos, sem provas ou confissão, apenas por convicção. Por esta razão foram construídos relatórios minuciosos que visavam comprovar o crime de subversão ou participação nos movimentos políticos. É nesse contexto que identificamos a vigilância cotidiana da ex-deputada estadual

¹²⁸ Não é por acaso que em 1964, encontramos listas intermináveis de pessoas expulsas, exoneradas e aposentadas dos cargos públicos. Essas estavam dentro desta lógica implantada desde o período da II Guerra Mundial.

¹²⁹ Portaria, Circular, Edital. Circular nº 12. Diretoria de Administração, 1ª Seção. SSP: Cap. Murilo Rodrigues de Souza. s/d. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

¹³⁰ Portaria, Circular, Edital. Circular nº 12. Diretoria de Administração, 1ª Seção. SSP: Cap. Murilo Rodrigues de Souza. s/d. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

Adalgisa Rodrigues Cavalcanti em suas horas de afazeres domésticos, enquanto varria a rua de sua residência, trocava de vestimentas para sair de casa, fazia compras, tomava café e por assim a diante¹³¹. Isso não quer dizer que tais informações foram enviadas por relatórios para a Inspetoria Geral e encaminhadas para o Serviço Regional de Informações da 7ª Região Militar, mas que buscavam certificar a veracidade e o compromisso de quem a repassava. Contudo, tais informações foram arquivadas, porque saber o cotidiano das pessoas perseguidas assegurava-lhe o controle social tão almejado.

Nesse sentido, a seleção da informação era feita pelo assistente que julgava o grau de importância para conclusão do relatório mensal e esta análise era acompanhada de sugestões a serem executadas, como: a) propor e solicitar medidas que interessem à vigilância e consequente repressão de atividades subversivas; b) preparar as partes e relatórios de informações; c) coligir dados necessários à segurança da própria Delegacia contra eventuais ataques de surpresa, por parte de Inimigos da ordem. Concluindo: “É mister não esquecer que um indício de aparência desprezível para quem colhe, pode ter, muitas vezes, grande significação em escalão superior, que geralmente dispõe de outras fontes e mais amplos recursos para interpretá-lo¹³²”.

Além de todas essas questões, foi ordenado ainda que as delegacias não virassem centros individuais de informação e que todas as repartições deveriam seguir uma hierarquia para o envio dos relatórios, advertindo-as que não deveriam esperar que as informações viessem ao encontro dos interessados, mas que tivessem iniciativa para sondar as suspeitas ou mesmo “provocá-las”. Entre as SSIP não foi permitida a troca de informações, as quais deveriam agir isoladamente: “formando compartimentos estanques”, segundo o delegado.

¹³¹ Referências expostas na dissertação de mestrado. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 5.305. 13 de novembro de 1952 *apud* RICARDO, A. L. *A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em tempos de “democracia”?* Dissertação de mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009.

¹³² Portaria, Circular, Edital. Circular nº 12. Diretoria de Administração, 1ª Seção. SSP: Cap. Murilo Rodrigues de Souza. s/d. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

Nesse sentido os Delegados ou Chefes eram responsáveis por enviar um boletim, juntamente com um relatório do assistente e neles deveria constar “informações sobre elementos suspeitos e extremistas”. “Os relatórios deverão conter impressões sobre o ambiente e orientação dos partidos que visem a perturbação da ordem e a modificação do governo, greves, sabotagens, etc”¹³³.

Portanto, apesar da propalada abertura democrática, esse período desempenhou a função não só de coletar informações, mas autorizou ações que beiram a criminalidade institucional, isso porque tudo era permitido, inclusive, “provocar uma situação ou uma ação – independente de qual fosse – para ir de encontro aos indícios de suspeição” nos casos de: 1) agitações de natureza política; 2) greves e movimentos de caráter social; 3) presença de indivíduos suspeitos de atividades contra o governo; 4) presença de qualquer militares em ligações com pessoas filiadas a correntes subversivas¹³⁴.

Como vimos, entre 1940 a 1950 a nomenclatura da delegacia foi mudada, porém suas funções de ordem política permaneceram, mesmo após todo empenho do Secretário em determinar que fossem proibidas as perseguições de ordem política. Isso porque a função de polícia política passou a ser exercida pela Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) através do Serviço Secreto de Investigações Policiais (SSIP), e sua existência deveria ser mantida em sigilo por todos os agentes policiais por determinação de seu idealizador o capitão Murilo Rodrigues de Souza¹³⁵. Foi, portanto, efetivada uma perseguição velada, nesse período “redemocrático”, aos partidos políticos, às associações, aos movimentos sociais, fossem eles contestatórios, reivindicatórios, por garantias individuais ou de classe, conforme apresentado no Documento Secreto da SSIP.

¹³³. Portaria, Circular, Edital. Circular nº 12. Diretoria de Administração, 1ª Seção. SSP: Cap. Murilo Rodrigues de Souza. s/d. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

¹³⁴ Portaria, Circular, Edital. Circular nº 12. Diretoria de Administração, 1ª Seção. SSP: Cap. Murilo Rodrigues de Souza. s/d. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

¹³⁵ Há referências de que este militar tenha cursado a Escola Superior de Guerra (ESG) na década de 1950.

A estrutura da Delegacia de Ordem Política, Econômica e Social (DOPES)

A partir de 25 de julho de 1947 foi extinta a Delegacia de Ordem Política, Econômica e Social (DOPES), subordinada à Secretaria de Segurança Pública e transformada em Delegacia de Ordem Econômica (DOE)¹³⁶, composta por: I - Uma Inspeção Geral, compreendendo: a) - Uma Divisão de Ordem Política e Social; b) Uma Divisão de Ordem Econômica; II - Uma Chefia de Expediente; III - Um Arquivo Administrativo; IV - Uma Divisão de Fiscalização de Armas e Munições; V - Uma Divisão de Fiscalização de casas e Cômodos.

Nesse período encontramos documentos com as duas referências, cuja atribuição seria a de reprimir crimes contra a economia popular e delitos conexos segundo o Código Penal. Para que essa medida fosse, de fato efetivada, ocorreu o desligamento dos agentes que estiveram ligados à verba direta do gabinete do secretário de segurança pública¹³⁷, porém, em 1948 foi recriado como investigadores especiais.¹³⁸

As Divisões de Ordem Política e Social, e de Ordem Econômica passaram à subordinação da Inspeção Geral, com atribuições administrativas e judiciárias. Essa divisão previu abarcar o caráter fiscalizador da ordem econômica. Nesse período encontramos muitos dos agentes investigando o “mercado negro”, ou seja, a supervalorização dos produtos de primeiras necessidades, principalmente alimentos. A oscilação inflacionária, a corrosão dos salários e o aprofundado da exploração do trabalho inseriram esses policiais em mais esse campo de ação.

Entre as atividades exercidas pelos agentes no interior da ordem econômica era a de que acompanhassem os dissídios e conciliações trabalhistas, tecnicamente para fazer-se cumprir as leis vigentes; em alguns

¹³⁶ 1ª Seção. Circular n. 19. Diretoria do Expediente e Contabilidade. Portaria, Circular, Edital. Mar. 1938 a mar. 1948. Do Secretário de Segurança Pública Cap. Heleno Soares Castelar para o Delegado de Ordem Política e Social. Recife, 17 jul. 1946. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

¹³⁷ “O Cap. Secretário da Segurança Pública, no uso de suas atribuições, resolve extinguir, por desnecessários, os cargos de investigadores especiais, extranumerários, referência 11, do quadro n. 401, Pessoal Variável, - Gabinete do Secretário, lotados na Delegacia de Ordem Econômica e Social, à medida em que vagarem”. 1ª Seção. Portaria 650. Cap. Murilo Rodrigues de Sousa. Recife, 21 jun. 1947. Administração. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.638.

¹³⁸ Lei nº 414, de 30 de dezembro de 1948. Decretos, Recortes de Jornais (1931-1960). APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 1494.

casos os trabalhadores eram obrigados a aceitar coercitivamente a decisão que os lesava, em outros casos as denúncias de irregularidade trabalhista eram apuradas, solicitava-se o pagamento dos salários, das indenizações e direitos trabalhistas, mas no geral vemos o total descumprimento e falta da aplicação das leis.

A partir de 1949 a Secretaria de Segurança Pública e as Delegacias passaram a executar ações: extraordinária, especial, ordinária e geral. Estava a cargo da função extraordinária, com amplitude para proceder a inquéritos, a seu juízo em qualquer parte do território do Estado. A função especializada seria exercida pelas Delegacias Auxiliares, de Vigilância Geral e Costumes, de Investigações e Capturas, de Ordem Econômica e de Acidentes, abrangendo Recife e Olinda. No interior ficou a critério do Secretário. A função ordinária seria exercida pelos titulares das 1ª e 2ª Delegacias Distritais do Recife e Olinda. A função geral era de competência das Delegacias municipais do interior do Estado no que se refere à polícia jurídica.

As Divisões de Fiscalização de Armas e Munições e de "Casas de Cômodos" foram chefiadas pelo Comissário padrão "G". As funções de Delegado e de Chefe de Divisão foram exercidas em comissão, o primeiro titulado em Direito e de nomeação do Governo, mediante proposta do Secretário da Segurança Pública, e o último por livre nomeação; bem como os cargos de Chefe de Expediente e Chefe do Arquivo¹³⁹.

O primeiro parágrafo determinou que os cargos de Inspetor Geral, Comissários, Investigadores e Escrivães permanecessem com suas atribuições anteriores; o 2º parágrafo deliberou sobre os Fiscais de Armas e Munições, que deveriam ocupar os cargos em comissão, funcionários da Secretaria nomeados pelo Secretário da Segurança Pública mediante proposta do Delegado de Ordem Política, Econômica e Social. O parágrafo 3º definiu uma apostila de títulos dos funcionários nomeados ou promovidos de acordo com artigo. O parágrafo 4º dispôs sobre os lotados sem destinação especificada para que fossem alocados a cargo do Delegado, a partir das condições de adaptabilidade de cada indicação ou transferência de cargos; o artigo 8º deu

¹³⁹ Decreto-Lei nº 1481 de 16 de outubro de 1946, Artigos: 4º, 5º e 6º.

poderes para Inspetor Geral responder na ausência do Delegado, o expediente da delegacia¹⁴⁰.

Em termos gerais ocorreu uma ampla reestruturação: os salários mais do que duplicaram, bem como a quantidade de integrantes da Delegacia de Ordem Política, Econômica e Social. Os investigadores *non gratos* foram dispensados, alocados ou transferidos, principalmente os que tiveram problemas com a “falta de exatidão” no cumprimento dos “deveres” e por causa da indisciplina¹⁴¹. Segundo relatório dos agentes adidos (secretos), eles foram pagos entre 1938 a 1941 através de consignações de parte variável, conforme relatou em ofício do contador Hamilton Cesar de Andrade¹⁴².

O ordenamento de salários na Delegacia de Ordem Política, Econômica e Social seguiu conforme o quadro abaixo:

Tabela 04 – Folha de pagamento SSP (1946)

Cargos e Padrão	Cr\$	
1 - Delegado "M"	2.900,00	
1- Inspetor Geral "L"	2.700,00	
1 - Chefe de Expediente "I"	2.100,00	
1 - Chefe de Arquivo "I".	2.100,00	
1 - Chefe de Divisão de Ordem Política e Social "G"	1.700,00	
2 - Comissários "G"	1.700,00	total: 3.400,00
2 - Escrivães "E"	1.300,00	total: 2.600,00
5 - Fiscais de Armas e Munições "E"	1.300,00	total: 6.500,00
9 - Investigadores "E"	1.411,11	total: 12.700,00
19 - Investigadores "D"	1.100,00	total: 20.900,00
37 - Investigadores "C"	919,51	total: 33.800,00
70 - Adidos, contratados, referente II	550,00	total: 38.500,00
Total: 140	Total: 129.900,00 ¹⁴³	

Dentro do pacote de mudanças estava a extensão dos espaços de vigilância; os delegados especiais, por exemplo, poderiam adentrar ao interior do Estado seguindo as normas: a) quando se verificarem conexões de crimes

¹⁴⁰ Ofícios. DECRETO-LEI No. 1481, de 16 de outubro de 1946. (aa) General Dermeval Peixoto; Humberto de Souza Melo; Alfredo Duarte Filho. Recorte de Jornal. *Diário do Poder Executivo*. Estado de Pernambuco. Ano XXIII - N. 232. Recife - quinta feira, 17 de outubro de 1946. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 26.638.

¹⁴¹ Este assunto será tratado no item sobre indisciplina policial.

¹⁴² Administração. Informação, 19 maio. 1949. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.638.

¹⁴³ DECRETO-LEI Nº 1481, de 16 de outubro de 1946. General Dermeval Peixoto; Humberto de Souza Melo; Alfredo Duarte Filho. Recorte de Jornal. *Diário do Poder Executivo*. Estado de Pernambuco. Ano XXIII - N. 232. Recife - quinta feira, 17 de outubro de 1946. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 26.638.

de qualquer natureza, a respeito do provimento especial em conexão; b) quando a ação criminosa se desenvolver por diferentes territórios, um dos quais seja o da capital; c) quando, em se tratando de crimes conexos, a uma consumação na capital ou no interior, não corresponder ao território de um ou outro, onde começou a execução; d) quando o crime for praticado nos limites da capital e do interior; e) quando o determinar, expressamente, o Secretário de Segurança Pública¹⁴⁴.

Essa “colaboração” entre as delegacias de outras jurisdições estava celebrada muito antes de 1949. Há diversos casos de “colaboração” entre as polícias interestaduais para fazerem a repressão, como os casos emblemáticos de Canudos e até o Caldeirão, ou o simples caso da ida de um agente do Recife à Timbaúba em 1936¹⁴⁵. Dessa forma, o intercâmbio de agentes visava estreitar as relações de colaboração entre as delegacias e as Secretarias de Segurança Pública¹⁴⁶. Entre as formas de “colaboração” estava a produção de ocorrências através de trocas de listas de pessoas *non grata* que percorriam os departamentos e órgãos públicos, inclusive os privados, em geral acompanhadas por recomendações para que não fossem mais admitidos em corporações, instituições ou em indústrias, bem como nas Forças Armadas, a Marinha, por exemplo¹⁴⁷.

¹⁴⁴ Administração. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.638.

¹⁴⁵ “De acordo com as instruções contidas no vosso cartão de 5 do corrente, a mim dirigido, prestei ao investigador José Tenório Cavalcanti todo apoio e auxílio necessário à sua missão nesse município. Essa autoridade agiu com toda serenidade de ânimo, esforçando-se de modo digno, que muito concorreu para melhor desempenho da missão que lhe fora conferida. Diversas prisões foram efetuadas para averiguações policiais, dando finalmente um resultado negativo”. Ofícios Recebidos. Delegacia de Polícia do Município de Timbaúba, nº 123. Ao Delegado de Ordem Política e Social. 08 set. 1936, p. 19. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4698.

¹⁴⁶ “Todas as Delegacias deverão manter em estreita colaboração entre si com os departamentos administrativos da Secretaria de Segurança Pública, podendo os respectivos titulares manter entendimentos diretos sobre os serviços dependidos de ação recíproca, no sentido do bom desempenho das funções a seu cargo o da boa administração policial. Administração. Iremos tratar deste assunto nesta tese no item: As trocas de informações e a tipificação do crime político”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.638.

¹⁴⁷ “Senhor Governador Doutor Carlos de Lima Cavalcanti:

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência cópia da relação nominal do pessoal da Marinha excluído como participante de atividade comunista, para que sejam tomadas, nesse Estado, as providências que se fizerem necessárias a fim de evitar que tais elementos venham a se alistar nas forças policiais deste Estado. A citada lista nos foi enviada oficialmente pelo Ministério da Marinha que solicitou fossem as mesmas encaminhadas aos governos estaduais, aos quais pede comunicar que as cadernetas fornecidas por aquele Ministério às praças excluídas pelo motivo já assinalado, tem única finalidade facilitar a integração de tais

A antiga DOPS transferiu seu arquivo para a então Delegacia Auxiliar (que permaneceu com as atividades da antiga DOPS)¹⁴⁸, continuou subordinada ao Secretário de Segurança e manteve colaboração entre as Delegacias Especializadas, Distritais da Capital e com os Diretores de departamentos na execução dos serviços de ação recíproca. A Delegacia Auxiliar também ficou responsável em superintender os Comissários, Investigadores e Escrivães.

A Delegacia Auxiliar ficou responsável em: a – Atender as requisições de comissários para os serviços especializados das Delegacias, formar as lotações de investigadores, proceder às alterações solicitadas e designá-los para os serviços especiais próprios de outros departamentos; b – vigiar-lhes a conduta funcional e proceder às sindicâncias sobre faltas disciplinares que lhe forem atribuídas; c – colaborar com o Departamento de Assistência da D.E, c – na execução dos serviços orgânicos relativos ao seu pessoal¹⁴⁹.

No tocante dos processos e inquéritos referentes a contravenções: 1- associações secretas, provocação de tumulto e conduta inconveniente; falso alarme, perturbação do trabalho ou do sossego alheio – referente à paz pública (Lei das Contravenções Penais – arts 39 a 42); 2 – referente à administração pública (dita lei – Art. 66-70); b) sobre as medidas de segurança condicentes a interdição que servir de meio ou pretexto para a prática de confisco dos instrumentos e dos produtos do crime (Cód. Penal – arts. 99-100); c) sobre os crimes: 1 – Contra a liberdade individual, a liberdade pessoal e a inviolabilidade de domicílio, de correspondência e dos secretos (Cód. Penal – arts. 146 a 154); 2 – Contra a incolumidade pública – perigo comum, segurança dos meios de

elementos na vida civil e jamais fazer com que os mesmos possam ingressar em polícias estaduais, de conveniência evidente”. Ofícios. URGENTE-SECRETO. (CÓPIA). G/6. Inconveniente do alistamento nas forças policiais estaduais de marinheiros expulsos como comunistas. Guilherme Ricken. Cap. De Mar e Guerra, Chefe do Gabinete. Ao Governador do Estado de Pernambuco. Carlos Lima Cavalcanti. 03 set. 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 5258.

¹⁴⁸ Lei 423 de 31 de dezembro de 1948. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 5258.

¹⁴⁹ Administração. Lei 423 de 31 de dezembro de 1948 aa. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, João Inácio Ribeiro Roma. Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.638. APEJE

comunicação e transporte e outros serviços públicos, saúde pública e paz pública (Cód. Penal – arts. 250 a 288)? (*sic*)¹⁵⁰.

Foram conferidos poderes à nova Delegacia Auxiliar para conduzir dentro das brechas da lei sua função repressora de: proceder à diligência de inquéritos de natureza especial determinados pela Constituição Federal e a Estadual e por leis Especiais, inclusive os crimes de imprensa, eleitorais e militares, na forma prescrita e na medida em que coubesse a colaboração policial subsidiária de outra alçada¹⁵¹. Também ficaram responsáveis por proceder a diligencia a inquéritos de natureza especial, determinados pela Constituição Federal e do Estado e por leis Especiais, inclusive os crimes de imprensa, eleitorais e militares, na forma prescrita e na medida em que coubesse a colaboração policial subsidiária de outra alçada. A Delegacia Auxiliar também ficou responsável por solucionar os casos de crimes conexos, praticados no território da Capital, quando um deles estivesse compreendido na sua jurisdição especial. Por fim, foi transferido da Delegacia de Ordem Econômica para a Auxiliar: o Serviço de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições e o Arquivo¹⁵².

Nesse sentido, a força policial não estaria centrada apenas no motivo político, porque este não caberia mais “dentro da nova ordem”, mas estaria sujeita a qualquer punição que as “brechas” da lei permitissem. A organização da DOPS foi muito além do que podemos mensurar. No entanto, apresentamos um quadro com suas principais mudanças de nomenclaturas, funções e leis que regulamentaram, conforme segue (SILVA, 2007, p. 127):

Tabela 05 – Mudanças da organização da DOPS (1931-1990)

SIGLA	PERÍODO	DENOMINAÇÃO E LEGISLAÇÃO
SOPS	1931 – 1934	Sessão de Ordem Pública e Social – Subordinada à Secretaria de Segurança Pública e, em nível nacional, à Polícia Federal
IOPS	29 mar. 1934 a 22 dez. 1935	Inspetoria de Ordem Política e Social – criada pelo Decreto-Lei n. 367

¹⁵⁰ Administração. Lei 423 de 31 de dezembro de 1948 aa. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, João Inácio Ribeiro Roma. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.638.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Idem.

DOPS	23 dez. 1935	Delegacia de Ordem Política e Social – criada pela Lei n. 71
DEOPS	09 out. 1939	Delegacia Especial de Ordem Política e Social
		Foi instituído o Serviço Secreto / Serviço Especial, que cuidará da espionagem em geral
IOPS	16 out. 1946	Inspetoria de Ordem Política Econômica e Social – criada pelo Decreto-Lei n. 1.481
DA	31 dez. 1948 e 23 dez. 1957	Delegacia Auxiliar – criada pela lei n. 423, de 31 dez. 1948, e Decreto n. 58, de 17 jan. 1949. Reestruturada posteriormente pelo regulamento da Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública, Decreto n. 382
DOPS	15 abr. 1961	Departamento de Ordem Política e Social – em 15 abr. 1961, permanecendo até sua extinção em 22 mar. 1990, pelo Decreto n. 14.276
C.I/SSP	Regulamento 176 abril/1990, art. 197	Cría o Centro de Informações da SSP órgão central da direção departamental diretamente subordinado ao Secretário de Segurança Pública

As funções da antiga DOPS no interior da Delegacia Auxiliar no Governo JK

Como foi possível observar, já em 1946 foram reestabelecidas as funções da antiga DOPS através de leis especiais para a Delegacia Auxiliar, modelo que se manteve até 1955. Em 1956 já com Juscelino Kubistchek recém-eleito, as funções da DOPS foram retomadas e novamente se processou as divisões e atribuições de uma polícia política com funções de investigação, inquérito, judicial e administrativo conforme demonstra o documento em tela a partir de suas funções, responsáveis e atribuições¹⁵³.

Tabela 06 – Administração e organização da DA (1956)

Delegado Auxiliar	Bel. Álvaro Gonçalves da Costa Lima	
Função	Responsável	Atribuições
Comissário Supervisor	Francisco Assis Lima (sem prejuízo que vem prestando à Marinha de Guerra Nacional)	Este comissário supervisionará os Setores Político e Social, encarregando-se, ainda, do serviço de investigações e do Serviço Secreto. Cada Setor será chefiado por um Comissário, com exceção de Arquivo Geral, Seção de Pessoal e Expediente.
Comissário: Setor Político	Otavio Domingues	Serviço Externo I – Serviço Especial – Contra a espionagem em geral. II – Serviços Diversos a) Garantia pessoal; b) Observações individuais; c) Fiscalização de edifícios; públicos e particulares; d) Vigilância nas estradas de rodagem; e) Vigilância nos pontos de embarque, desembarque e trânsito

¹⁵³ Administração. Delegacia Auxiliar. Delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima. Ordem de Serviço Interno, n. 1. Recife, 27 de janeiro de 1956. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.638.

		<p>terrestre;</p> <p>f) Vigilância nas repartições públicas;</p> <p>g) Vigilância a políticos, conspiradores, descontentes, boateiros, (?queiros) etc;</p> <p>h) Repressão ao totalitarismo da direita (integralismo, nazismo, fascismo etc);</p> <p>i) Diligências;</p> <p>j) Sindicâncias;</p> <p>k) Controle sobre estudantes e intelectuais.</p> <p>Serviço Interno</p> <p>a) Estatística;</p> <p>b) Comunicações e informações;</p> <p>c) Relatórios.</p>
Comissário: Setor Social	Vinício de Albuquerque Melo	<p>Serviço Externo</p> <p>I – Serviço Especial – Fiscalizar a conduta de estrangeiros que por suas atividades, hábitos ou ocupações, façam-se presumir suspeitos ou nocivos aos interesses da ordem pública.</p> <p>II – Serviços Diversos</p> <p>a) Manifestações, comícios, etc.;</p> <p>b) Vigilância aos centros industriais e operários, com o fim de preservá-los contra atentados criminosos, greves e outros procedimentos prejudiciais à organização do trabalho;</p> <p>b) Vigilância aos centros industriais e operários, com o fim de preservá-los contra atentados criminosos, greves e outros procedimentos prejudiciais à ordem do trabalho;</p> <p>c) Vigilância e garantia aos depósitos de inflamáveis e bem assim, dos estabelecimentos de energia elétrica e serviços conexos;</p> <p>d) Vigilância nos bairros proletários;</p> <p>e) Vigilância nos logradouros públicos;</p> <p>f) Sindicâncias;</p> <p>g). Diligências;</p> <p>h) Repressão aos totalitarismos da esquerda (comunismo, Marxismo, Trotskismo etc);</p> <p>i) Vigilância nos Centros intelectuais;</p> <p>j) Vigilância nos Sindicatos e Associações de Classe;</p> <p>k) Observações individuais;</p> <p>l) Vigilância em torno das sociedades secretas;</p> <p>m) Rondas.</p> <p>Serviço Interno</p> <p>a) Estatística;</p> <p>b) Comunicações e informação;</p> <p>c) Relatórios.</p>
Divisão de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições	João Mesquita Cabral	<p>a) Fiscalizar a fabricação, comércio, o emprego de explosivos em geral; produtos químicos, agressivos, corrosivos e materiais, alias, matéria prima correlatas;</p> <p>b) Fiscalizar a fabricação, o porte e deposito de armas e munições;</p> <p>c) Fiscalizar o estoque de explosivos, armas e munições;</p> <p>d) Controle do comércio de explosivos, armas e munições nas cidades do interior;</p> <p>e) Expedição de licenças e guias de transporte;</p> <p>f) Estatísticas;</p> <p>g) Prontuários;</p> <p>h) Almoxarifado.</p>
Seção do Pessoal	Newton Muniz Guerra	Esta Seção controlará a Permanência, encarregar-se-á da escala de serviço, do livro de ponto e do controle geral do pessoal subordinado à Delegacia Auxiliar.
Cartório: Escrivão	Eudesio de Holanda Cavalcante	<p>O Cartório encarregar-se-á de remeter ao Arquivo Geral duas ou três cópias dos ofícios expedidos para a execução de diligencias processuais ou cumprimento de despachos da autoridade e remeter-lhe, também, cópias, pelo menos dos principais depoimentos, quando o inquérito tiver por objetivo de apurar a responsabilidade de pessoas envolvidas em crimes contra a ordem política ou social.</p> <p>a) Inquéritos;</p>

		b) Certidões; c) Intimações.
Arquivo Geral	Julio Vasconcelos Barros	I – Índice, prontuários e fichas de pessoas físicas e jurídicas que exerçam por si ou através de suas representantes atividades políticas contrárias ao regime do país; II – Índice e prontuários de organizações políticas clandestinas; III – Índice e prontuários de artistas teatrais; IV – Catalogação de listas de passageiros embarcados, desembarcados ou em trânsito, quer por via marítima ou aérea; V – Encadernação de jornais subversivos, ofícios, rádios e telegramas; VI – Recortes de jornais; VII – Busca em geral; VIII – Informações em requerimentos, ofícios, rádios e telegramas; IX – Índice prontuários e assentamentos de funcionários da Secretaria; X – Controle de endereços; XI – Arquivo de documentos; XII – Informações e comunicações; XIII – Fichário em geral; XIV – Relações.
Expediente	Aurino Xavier de Oliveira	a) Portaria; b) Protocolo; c) Ofícios; d). Circulares; e) Correspondência em geral; f) Portarias; h) Relatórios.

No geral, as funções da Delegacia Auxiliar (DOPS) foram divididas em áreas, como a administração¹⁵⁴ que compreendia as atividades burocráticas e de organização interna; de investigação que correspondia às atividades que envolvessem delegados, agentes policiais contratados, servidores e secretos, militares e colaboradores¹⁵⁵; a censura¹⁵⁶ e repressão¹⁵⁷. A base da

¹⁵⁴ É a parte burocrática de funções exercidas no interior das delegacias, seções e departamentos do pessoal interno; e externo no que se refere às investigações e aberturas de inquéritos e processos.

¹⁵⁵ “[...] procedimento usado quando se impõe a necessidade de averiguar, pesquisar, diagnosticar a atividade de pessoas físicas e jurídicas. Constituindo-se um passo inicial empregado quando havia alguma ‘suspeita’, podendo caracterizar ou não o ‘delito’ da instituição ou indivíduo. A base desse serviço se dava pelo acompanhamento sistemático, pela coleta de dados e pela vigilância preventiva do objeto de investigação, gerando uma documentação característica como: pedido de busca, sindicância, parte de serviço. Radiogramas, fotografias, recortes de jornais, telegramas, etc. que passariam a fazer parte ou não do prontuário funcional da entidade ou pessoa em questão. Como exemplo de entidades alvo de investigação, temos: os Sindicatos, as igrejas, as fábricas, as instituições filantrópicas, os clubes, agremiações carnavalescas, a imprensa, etc”. (SILVA, 1997, p. 79).

¹⁵⁶ “Procedimento adotado após a investigação ou paralela a ela, quando constatada a existência de alguma atividade suspeita, nociva à ordem ou que sugerisse subversão. Esta se configura no controle político-cultural ou a qualquer forma de expressão que contenha ou signifique ameaça à ordem estabelecida. Aqui, a ideia, o pensamento, era objeto de censura. Nesta perspectiva, a atuação do órgão censor se apresenta mais eficaz. Como resultado dessa atuação, são abertos prontuários funcionais para as entidades ou instituições ‘suspeitas’, sob

organização policial se baseou em três pilares, Investigação, censura e repressão.

A investigação passava pela primeira fase de coleta de informações realizadas através de sindicâncias, pedidos de buscas e apreensões, suspeições, delações de ordem política ou pessoal. Após essa identificação era processada a vigilância às pessoas ou entidades partidárias ou de classe. Após a “apuração” e tratamento dos informes, estes passavam por uma classificação de veracidade e urgência e eram direcionados aos órgãos superiores às Forças Armadas, em especial ao Exército, às superintendências, aos Ministérios, etc. Em geral a informação recebida era também investigada, novamente processava-se outra coleta de informações, respondiam-se os informes e finalmente operava-se a repressão, que muitas vezes estava sob o controle do Departamento de Segurança Pública e Social^{158,159}.

vigilância, que se tornam alvo da investigação policial seja porque agregam número de indivíduos (fábricas, igrejas), seja porque atuam como formadora de opinião (imprensa), ou porque adotam postura contrária ao sistema, atentando ainda contra a ‘moral e bons costumes’. Nesse contexto, se encaixam os clubes, bares, bordéis, sindicatos, cinemas, companhias teatrais e demais meios de comunicação. Os casos de censura às propagandas políticas são os mais comuns, tendo gerado uma quantidade expressiva de documentos que formam um banco de dados, partidos, eleições e etc. Principalmente se os discursos, posturas ou comportamento de seus integrantes incitassem a sublevação da ordem instituída. Nessa categoria, o Partido Comunista, enquanto organização política, aparece como principal, não como o único, mas o alvo da repressão, o que se observa pela quantidade de material apreendido e produzido pela Delegacia de Ordem Política e Social ligado à sua atuação”. (SILVA, 1997, p. 79)

¹⁵⁷ “[...] procedimento último na hierarquia das atividades-fim do órgão. É utilizado quando comprovada a existência de atividade subversiva. Em consequência, em nível oficial dá-se a abertura de prontuários individuais e ou funcionais, referentes a pessoa física ou jurídica. Significando acúmulo de informações geradas em torno do indivíduo ou entidade, o que corresponde a uma coletânea de ‘provas’ criminais sobre o objeto da investigação em questão. Como exemplo dos tipos de documentais, temos: ficha de identificação criminal, com dados pessoais, antecedentes criminais do indivíduo, foto, pedido de busca, recortes de jornais, fichas individuais datiloscópicas, artigos, relatório, etc. [...] é importante acrescentar, que os mecanismos repressivos se dão num primeiro momento, na esfera subjetiva (contra as ideias), passando a atuar paralelamente em níveis diferenciados de castigos físicos pós-64. [...]. Assim, têm-se do conjunto de documentos produzidos, recortes de jornais, sindicâncias, auto de apreensão, relatórios, informes, telex, radiogramas, ofícios, telegramas, etc. Características do acervo do DOPS” (SILVA, 1997, p. 80-81).

¹⁵⁸ Ofício. Cópia. Secretaria da Segurança Pública. Diretoria do Expediente e Contabilidade. 1º Seção. Ofício: 6399. Recife, 31 de julho de 1946. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

¹⁵⁹ Decreto Lei nº 6378 de 28 de março de 1944.

As trocas de informações e a tipificação do crime político

Acordos de colaboração e trocas de informações desde pelo menos 1932, entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o comunismo de “Moscou” foram firmados, conforme apontam alguns historiadores (ROSE, 2011, p. 53). Um dos exemplos dessa colaboração foi o envio, pelo delegado do Distrito Federal ao Chefe de Polícia de Pernambuco, de um recorte do jornal de Montevidéu *El Dia* listando as pessoas envolvidas nesse país com o movimento grevista para que fossem impedidas de desembarcar no Brasil, temeroso de que propagassem os ideais considerados subversivos¹⁶⁰.

No bojo dos acordos, após o insurreição comunista, cogitou-se inclusive da Federalização da Polícia Política¹⁶¹, com a finalidade de melhorar a repressão, porém não se efetivou, principalmente porque a polícia de São Paulo não concordou¹⁶². A propalada autonomia esteve em discussão no Congresso dos Chefes de Polícia realizado no Rio de Janeiro em 1936, convocada pela Polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça. Entre as várias discussões prevaleceu a que previa o estreitamento – as trocas de informações e colaboração entre as polícias estaduais, “tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho de repressão ao comunismo”, o que na prática previa também fortalecer a polícia do Distrito Federal comandada por Filinto Müller (MOTTA, 2006, p. 57).

Dessa troca de informações, seguiu-se ao clássico intercâmbio de treinamento policial. A DEOPS/SP, por exemplo, enviou policiais para

¹⁶⁰ Ofícios. Reservado, n. 2556 –O.S. 4ª Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal. Rio de Janeiro. João Coelho Branco. Ao Chefe de Polícia do Estado de Pernambuco. 08 mar. 1932. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.082.

¹⁶¹ “A existência de um forte departamento de polícia política com capacidade de atuar em todo o país seria sentida como ameaça aos Estados. A Quarta Delegacia e depois a DESPS eram repartições com atuação restrita ao Distrito Federal, quer dizer, à cidade do Rio de Janeiro. A polícia carioca tinha status de força federal por ser subordinada ao ministro da Justiça e ao presidente da República, mas não tinha poder efetivo para atuar fora da capital. As delegacias de polícia política, portanto, surgiram como forças de caráter estadual, autônomas em relação ao governo federal” (MOTTA, 2006, p. 57).

¹⁶² “Ou seja, de retirar as delegacias especializadas do controle dos Estados para criação de uma polícia federal efetiva, cujo raio de ação não se restringisse ao Distrito Federal. Entretanto, houve resistência de alguns representantes estaduais, particularmente de São Paulo, que derrotaram tal proposição com o argumento de que a federalização iria diminuir a eficiência do trabalho policial. No final do congresso ficou acertado que as polícias estaduais celebrariam convênios entre si e com a polícia do Distrito Federal, para trocar informações e compartilhar investigações sobre atividades subversivas” (MOTTA, 2006, p. 59).

treinamento e estágios em Nova York, Uruguai e até na Alemanha¹⁶³, “enquanto especialistas do estrangeiro eram convidados para ministrar cursos aos policiais locais. Já em 1931, um grupo de especialistas do FBI americano foi convidado para ensinar as novidades testadas na repressão ao extremismo na América (CANCELLI, 1993, p.187 *apud* FLORINDO, 2007, p. 116).

Foram enviados¹⁶⁴ em 1942 os Investigadores Ildefonso Vasconcelos Filho e Raul Ático de Lima e o investigador nº 64, Manoel Virgulino de Souza¹⁶⁵ da DOPS de Pernambuco para se aperfeiçoarem nas técnicas desenvolvidas pelo Serviço de Investigações e Pesquisas Secretas através de censura em correspondência postal, telegráfica e em notícias de jornais comandada por Olindo Denys (REZNIK, 2004, p. 109).

Essa característica de controle na sociedade se baseava na troca de informações, que poderia em algum momento “solucionar” algum caso, ou servir de delação, persuasão, confissão, ou até mesmo de influência (SILVA, 2007, p. 132), característico de chantagens e opressão que acompanharia por décadas um indivíduo criminalizado politicamente. A informação possuía um valor incalculável para os órgãos que compunham a *rede de informação*, “ricas em detalhes de foro íntimo, de natureza privada ou pública” e tinha um caráter volátil, manipulável, ambíguo, malicioso, escorregadio na primeira fase de coleta, “mas extremamente burocratizado e operante na fase institucional” (SILVA, 2007, p. 132, 135).

Com isso o trato da informação passou da simples coleta para a análise, tratamento, cruzamento de dados, classificação, registro, arquivamento e distribuição entre os órgãos de repressão (JARDIM, 1987 *apud* SILVA, M. 2007, p. 135).

¹⁶³ “No acordo da polícia brasileira com a polícia política do *Reich* nazista, existia mesmo uma cláusula para o “encaminhamento de ideias sobre a ação dos policiais para combate e possível execução de comunistas, anarquistas” (CANCELLI, 1993, p.187 *apud* FLORINDO, 2007, p. 116).

¹⁶⁴ “Apresento ao ilustre colega os comissários Ildefonso Vasconcelos Filho e Raul Ático de Lima e o investigador nº 64, Manoel Virgulino de Souza, que vão a essa capital a serviço desta polícia e para os quais solicito sua valiosa proteção”. Ofícios (1939-1946). Delegado de Ordem Política e Social ao Major Denys. Delegado Especial. Recife, 12 out. 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

¹⁶⁵ Esse agente esteve envolvido em questões de indisciplina policial em janeiro de 1942, conforme tratado nessa tese.

Essa coleta de informação fazia parte de um processo discricionário o qual operou como lógica de suspeição para incriminar e afastar os movimentos reivindicatórios do interior da sociedade. Esse procedimento discricionário buscou demarcar o indivíduo através do mapeamento de suas redes de amizade e espaços de convivência, condutas, trajetórias políticas, religiosas ou étnicas que possivelmente a conduziria a um estágio de suspeição e culpa. Muitos dos processos foram marcados pela confissão de culpa, interrogatórios probatórios e um histórico de investigações contundentes. Essa lógica só foi possível por causa da centralização dos arquivos e prontuários criados e alimentados por informações de diversos Estados e das delegacias do interior e da capital.

Para facilitar a circulação da informação entre os departamentos, foi proposto em 1957 que o endereço de saída e entrada nos ofícios fosse abreviado. Foi determinado que toda correspondência expedida pelos diversos órgãos da Secretaria se desse por siglas¹⁶⁶, que deveriam seguir uma sequência ordinária, obrigatoriamente no expediente de resposta e que em correspondências telegráficas constasse a data, o número de ordem e o indicativo do Departamento e referências de resposta¹⁶⁷. Essa dinâmica interna da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco foi adotada por outros órgãos de Segurança e informação.

¹⁶⁶ “Gabinete do Secretário (Gab); Diretoria de Administração (Dir. A.); 1ª Seção (Ia.S.); 2ª Seção ou Arquivo Criminal (A. Cr.); Seção de Contabilidade (S. Cont.); Delegacia Auxiliar (D.A); Delegacia de Investigações e Capturas (DIC.); Delegacia de Vigilância Geral e Costumes (DVGC.); Delegacia de Ordem Econômica (DOE); Delegacia de Trânsito. (DT) Delegacia de Acidentes (D. Ac.); 1ª Delegacia Distrital (1ª D.D.) 2ª Delegacia Distrital (2ª D.D.); 3ª Delegacia Distrital (3ª D.D.); Gabinete de Identificação. (G. Id.); Instituto de Medicina Legal (I.M.L.); Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea (I.P.M.A.); Inspetoria Geral e Polícia (I.G.P)”. Portaria, Circular, Edital 04/1938- a 03/1948. Circular nº 12. Diretoria de Administração, 1ª Seção. SSP: Cel. Bráulio R. Guimarães. 19 set. 1957. APEJE/ Secretaria de Segurança Pública/ Prontuário Funcional nº 31.153.

¹⁶⁷ Portaria, Circular, Edital 04/1938- a 03/1948. Circular nº 12. Diretoria de Administração, 1ª Seção. SSP: Cel. Bráulio R. Guimarães. 19 set. 1957. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.153.

Finalmente: a consolidação da articulação nacional da repressão na década de 1950

Como vimos, o policiamento do Departamento Federal de Segurança Pública centralizou as informações advindas de diversas delegacias. Nesse cenário, o Exército aparece entre as forças repressoras que trocam informações, porém não integrado ao policiamento, mas centralizado no Gabinete do Presidente, incluindo a colaboração de diversos setores da sociedade como a imprensa, o judiciário e o legislativo.

Para que fosse promovida essa articulação nacional entre as polícias Estaduais, foram promovidas pelo menos duas conferências na década de 1950. A primeira, I Conferência de Polícia Nacional sediada no Rio de Janeiro entre os dias 3 a 8 de dezembro de 1951. Estiveram presentes: o então presidente Getúlio Vargas, Negrão de Lima (Ministro da Justiça e de Negócios Interiores), do presidente do Supremo Tribunal Nacional, José Linhares, entre outras personalidades públicas, principalmente os Secretários de Segurança Pública e os chefes de polícia dos Estados (REZNIK, 2004, p. 134). Esse congresso teve como finalidade traçar as diretrizes que deveriam ser seguidas para implantarem estratégias de combate ao comunismo, mais eficiente.

Dentre as trinta e cinco teses apresentadas, a de Ciro Rezende da DFSP foi a mais contundente, versando sobre a infiltração de agentes policiais no interior do Partido Comunista do Brasil (PCB), utilizando-se para isso dos partidários descontentes “(do tipo ‘não-fanático’, arrependidos, de tendências nacionais, opositoristas)”, além de associar-se aos anticomunistas. No interior do PCB deveriam coletar informações sobre a estrutura da Frente Democrática da Libertação Nacional (FDLN); sobre a participação no movimento sindicalista e das Confederações dos Trabalhadores do Brasil, ou uniões sindicais. Entre os sindicalistas o agente infiltrado deveria galgar postos até obter a direção dos sindicatos “reforçar, amparando e prestigiando os grupos anticomunistas ‘até obterem a direção dos sindicatos” (REZNIK, 2004, p. 143-144).

A missão desses agentes infiltrados era a de obter a maior quantidade de informações sobre toda a capilaridade e influência que exercia a direção do

PCB no movimento estudantil; no movimento feminino; no movimento pró-paz, no das ligas camponesas; no de associações culturais, nas alianças com outros partidos políticos progressistas, com parlamentares, na administração pública Estadual e Federal, nos serviços públicos. Esses agentes também deveriam repassar informações sobre congressos e conferências, sobre representações estrangeiras e suas ligações com o movimento comunista; de firmas brasileiras e estrangeiras ligadas ao PCB.

Como tática, os agentes policiais deveriam inserir-se na imprensa anticomunista, unir-se aos descontentes de base política, administrativa e governamental. O curioso dessa ação é que esses agentes deveriam agir como infiltrados, nem mesmo os anticomunistas deveriam saber de sua existência. Por fim, os agentes policiais deveriam desarticular qualquer forma de comunicação entre os comunistas, confiscando e desmontando os radiotransmissores de ondas curtas (REZNIK, 2004, p. 143-144).

A II Conferência de Polícia Nacional foi realizada em 1958. Ao que tudo indica, as polícias Estaduais, incluindo Pernambuco, colocaram em prática muitas das medidas repressivas e opressivas sugeridas na I Conferência. Foi nesse contexto que os delegados Álvaro Gonçalves da Costa Lima, Armando Hermes Ribeiro Samico e Francisco de Assis Lima escreveram o livro: *Aspectos da atividade do comunismo em Pernambuco* (1958), publicado pela Secretaria de Segurança Pública e difundido amplamente nos órgãos públicos e privados, cujo objetivo era difundir e ampliar a discussão sobre o anticomunismo a partir da análise de documentos apreendidos em janeiro de 1956, período em que vigorava o Estado de Sítio dos dias 11 de novembro a 31 de janeiro.

Em diversas passagens do livro, os agentes deixaram claro que não remetiam suas reflexões à conjuntura histórica, mas que ao longo dos anos identificaram que o PCB agiu em cinco períodos: de 1922-1929; 1929 a 1935; de 1936 a 1945; de 1945 a 1956 e finalmente 1958¹⁶⁸. As lutas reivindicatórias

¹⁶⁸ “Na história da agitação comunista em Pernambuco podemos admitir, grosso modo, cinco períodos [...]. Ora visaram atingir frontalmente a ordem política, agitando as massas para uma ação guerreira contra o poder constituído; noutras ocasiões fizeram o trabalho subterrâneo, de infiltração nas hostes do governo, para enfraquecê-lo e derrubá-lo; buscaram, também, pelas urnas, chegar ao poder, na sua própria legenda ou com infelizes uniões com outros partidos

e por direitos sociais foram vistas pelo policiamento e autarquias governamentais como subversão de valores consagrados, como: o local da mulher na tradicional família, da hierarquia militar, dos camponeses, dos operários, do governo, do moralismo, do patriarcalismo, do clientelismo e por fim a alienação religiosa¹⁶⁹.

As reivindicações que iam desde a liberdade de expressão, contra a ida de soldados para a Coréia encampanada pela bandeira *Pró-Paz, o Petróleo é Nosso*¹⁷⁰, até as reivindicatórias por igualdade trabalhista, de gênero, educação, creche, foram reprimidas e sabotadas pelas forças repressoras, acompanhadas por intensa campanha na imprensa anticomunista. Todos esses movimentos foram considerados danosos, que o que estava em curso era “rompimento da unidade da família brasileira, a quebra da nossa formação, tradicionalmente cristã, e, com isto, a marcha para o caos moral social” (LIMA et. al., 1986, p. 56), ao contrário do que acreditavam muitos dos estudantes, mulheres, camponeses e operários que aderiram a alguma forma de reivindicação política ou por direitos individuais.

políticos; perturbaram a ordem social, por todos os meios, para chegar à modificação da ordem política; explorou o patriotismo do povo com campanhas as mais diferentes, que sob o rótulo de honestos, algumas vezes, ocultavam formas precisas de agitações das massas; atingiram e caluniaram os homens do governo, para tentar a desmoralização do poder; perturbaram o trabalho das fábricas, transtornaram as atividades nos campos, lançaram o germe da agitação na juventude, envolveram as mulheres, forjaram [sic] greves e protestos os mais diversos; atacaram a nossa tradicional formação cristã; procuraram, enfim, por todos os meios, perturbar a ordem pública para seguir derrocada do regime democrático” (LIMA et. al. 1986, p. 11-12).

¹⁶⁹ “O Partido Comunista, a sua ação demolidora do regime, da ordem social e da própria família, utilizando para isso os mais variados meios, desde o preparo guerreiro até as campanhas nacionalistas, dos ataques às autoridades constituídas até o combate à religião, da infiltração das massas juvenis até nos meios obreiros citadinos e rurais [...].

a verdade, inegavelmente, é que o Partido age em todas as horas e em todas as situações; explora fatos e credulidade pública; serve-se da especialíssima condição de pobreza do trabalhador para atraí-lo às suas hostes; quando desarticulado em determinado local, logo trabalha metódico e sistematicamente para reorganizar-se, o que de comum chega a conseguir, impondo assim, às autoridades uma ação contínua para sua repressão. O exemplo de Pernambuco é bastante claro e convincente: a grande atividade do Partido, sua larga organização em certos períodos, seus processos de ataque em diversas épocas, infiltrações em diversos campos, tudo enfim a demonstrar o grave perigo que temos de debelar” (LIMA et. al., 1989, p. 222).

¹⁷⁰ “A campanha pela Paz e o Petróleo é Nosso, por exemplo, foi amplamente difundida entre os proletários, os jovens e as mulheres. A descoberta do petróleo em plena II Guerra Mundial acentuou ainda mais as lutas pela exploração por uma indústria nacional. ‘Ha petróleo no Brasil’”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, quarta feira, 25 jan. 1939. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_04&pagfis=50387&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 28 nov. 2016.

Sob o preceito de Segurança Nacional, foi praticado todo tipo de arbitrariedade opressora e repressora de baixos e sombrios recursos, como: a chantagem, o desemprego, a fome, a sabotagem, as prisões sumárias, o sumiço, as torturas, incluindo o assassinato em defesa de uma moral: familiar, religiosa e patriarcal.

O discurso era o mesmo, dizia-se que havia “infiltração comunista”. A divulgação da obra daqueles delegados, agentes do sistema de Informações e repressão acima descrito, serviu de propaganda anticomunista. Para tanto, não bastava que a Secretaria de Segurança Pública soubesse, mas, sobretudo, que tal “expressão da verdade” chegasse ao conhecimento da população em geral: as elites culturais, a juventude acadêmica, os membros das classes produtoras, as Forças Armadas, os profissionais liberais, as massas trabalhadoras, os jovens das fábricas, os camponeses e os empregados do comércio. Enfim, uma contrapropaganda ao movimento das esquerdas, lideradas nesse período pelo PCB.

Foram colocadas em prática diversas propagandas publicitárias chamando os militantes do PCB ou não de “perturbadores da ordem pública”, “comunistas fanáticos”, “agitadores profissionais” e “enganadores das massas” (LIMA et. al., 1986, p. 8-9). Nesse sentido, “justificados” pelo perigo que se punha pelo ideário comunista, os governantes, a polícia, as Forças Armadas e a imprensa deveriam desencadear uma ação conjunta, capaz de utilizar-se de qualquer pessoa ou grupo para eliminar os opositores da ordem social, da família, dos bons costumes e da religião.

O policiamento objetivava a adesão de membros dos três Poderes da União, dos dirigentes estaduais, dos sindicatos, dos educadores, dos religiosos, dos profissionais liberais, dos operários e militares; os que fossem contrários a esta “causa” passariam para o grupo dos perseguidos¹⁷¹. Nesse sentido o objetivo primordial desse período foi o de congregar todas as forças policiais e da nação a um mesmo objetivo: a criminalização do comunismo.

¹⁷¹ Para maiores esclarecimentos sobre o congresso ver: RICARDO, Arleandra de Lima. **A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em tempos de “democracia”?** Mestrado em história social, PUC/SP, 2009.

CAPÍTULO II

Dissonâncias políticas e repressivas: o conflito representativo

O jogo de poder: Carlos de Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães

Como destacou Manoel Correia de Andrade (1991, p. 46), após a “Revolução de 1930”, ficou nas mãos de dois interventores o domínio de votar as leis e organizar o orçamento do Estado. Carlos de Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães foram os senhores ‘poderosos’ de Pernambuco, controlaram o Estado de forma quase que absoluta até 1945.

O usineiro Lima Cavalcanti esteve na cúpula dos que conspiraram com o golpe de 1930 e, nomeado interventor de Pernambuco, nesse cargo permaneceu até 1937, quando foi substituído por Agamenon Magalhães. Durante sua gestão criou o Instituto de Pesquisas Agronômicas, o Serviço de Higiene Mental e a Escola Rural Modelo, posteriormente denominada Escola Rural Alberto Torres, visando implementar as condições orgânicas vinculadas ao setor que explorava. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, organizou o Comitê Central Revolucionário de Pernambuco, com cerca de seis mil homens, que auxiliou na repressão a São Paulo. Fundou o *jornal Diário da manhã* e o *Diário da tarde*¹⁷². Depois de destituído do cargo em 1937 foi nomeado embaixador da Colômbia em 1938. Nesse mesmo ano perdeu o controle do jornal para o Estado Novo, que passou a ser dirigido por Rubens Pereira de Araújo, e um ano depois por Pedro de Sousa¹⁷³. Entre os anos de 1939-1945 Cavalcanti foi embaixador no México e em 1945 de Cuba. Após retornar ao Brasil, foi candidato a deputado federal em 1945, eleito pela União Democrática Nacional (UDN) entre os anos de 1946-1954, reeleito entre 1956-

¹⁷²Os jornais foram fundados em 16 de abril de 1927 pela empresa Lima Cavalcanti e Cia. de propriedade dos usineiros Artur de Siqueira Cavalcanti, Caio de Lima Cavalcanti, Carlos de Lima Cavalcanti, Fernando de Lima Cavalcanti e Rui de Lima Cavalcanti. O Diário da Manhã começou a circular com oito páginas nos dias úteis e 16 aos domingos, em dois cadernos de formato padrão. Custava inicialmente duzentos réis. Seu aspecto gráfico moderno, idealizado por Andrés Guevara — diagramador da escola argentina de desenho —, chegou a impressionar o jornalismo pernambucano da época e é hoje considerado um marco na renovação da imprensa do Nordeste. Foi fechado em 31 de dezembro de 1950. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

¹⁷³Esse periódico sempre apoiou o Estado Novo, e, a partir de 1941 ficou reduzido a um inexpressível semanário da imprensa pernambucana até 1946, quando foi adquirido por um grupo ligado à ala dissidente do Partido Social Democrático (PSD). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

1959. Entre os anos de 1954 a 1955 Cavalcanti¹⁷⁴ foi presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

Um dos principais motivos que levaram à saída de Lima Cavalcanti do governo em 10 de novembro de 1937 foi o desentendimento com relação à permanência de Getúlio Vargas no poder, do qual também comungava Juracy Magalhães, Interventor da Bahia (SILVA, 2015, p. 86). Embora não de forma contundente, a conduta heterogênea na organização de sua administração levou-o a ser visto com desconfiança pelo governo central, pois segundo Andrade, entre seus correligionários, “parte procurava encontrar caminhos socialistas e parte se inspirava no fascismo italiano”.

Além dessa debilidade com o governo central, a crise do preço do açúcar exportável e o da cana de açúcar local, em consequência da grande crise mundial de 1929 e da crise climática de fins de 1932 (ANDRADE, 1991, p. 46), as quais afetaram inclusive a Usina Pedrosa, de propriedade de Cavalcanti. Tais crises desencadearam, entre os fornecedores de cana de açúcar e os usineiros, hostilidades e rivalidade, seguidas por sabotagens, ameaças de incêndios nos canaviais e explosões de usinas e, para contorná-las, foi criada, em nível federal, a Comissão de Defesa do Açúcar. Esse órgão estabeleceu cotas de produção por Estados e buscou controlar as exportações, problema que seguiu por toda a década de 1930 e só foi superado após a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira (ANDRADE, 1991, p. 48, 49).

O histórico de secas do sertão desestabilizou também o setor têxtil; em 1932 foram perdidas grandes safras de algodão e cereais, na agropecuária rebanhos foram dizimados. Em meio a pobreza e falta de assistência, surge o movimento do Cangaço, que de tão numeroso, amedrontava a própria polícia que tinha que combater famílias inteiras que se juntavam aos justiceiros dos sertões e saqueavam depósitos em busca de suprimentos de primeira necessidade e rebanhos, em sua maioria liderados por Lampião.

A criação da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, em vez de beneficiar os necessitados, suscitou ainda mais instabilidade entre os poderosos que passaram a se digladiar para receber vantagens do governo

¹⁷⁴Faleceu em 19 de setembro de 1967, no Rio de Janeiro.

(ANDRADE, 1991, p. 49), deixando à própria sorte os pequenos proprietários e os flagelados da seca que, ou recorriam ao êxodo rural para as capitais úmidas e litorâneas, ou aderiam ao cangaço.

O resultado foi que a polícia passou a combater a população mais carente e flagelada com violência armada nos sertões. Nos centros urbanos a violência foi deflagrada para além dos “opróbrios”, também contra a classe trabalhadora, também atingida pelas crises climáticas e econômicas, ampliando sobremaneira o ambiente de violência policial que se imiscuía com a política.

Tal desestruturação climática e econômica desembocou numa crise política que levou aos grupos que levaram Vargas ao poder em 1930 a romperem com ele em 1937. Carlos Lima Cavalcanti foi um dos que rejeitaram a continuidade de Vargas no poder, sendo substituído pelo então Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães. Foram nomeados, juntamente com ele, os jovens Manuel Lubambo e Etelvino Lins, para a Segurança Pública, Apolônio Sales, para a Agricultura, Arnóbio Tenório Wanderley, para a Governo e Nilo Pereira, para o Departamento de Educação. Esses novos integrantes do governo de Pernambuco comungavam com os ideários integralistas e representavam a ala conservadora do Estado. Da ala católica faziam parte, além de Agamenon, Gercino de Pontes, que foi para a Viação, Artur Moura, para a Justiça enquanto Novaes Filho ficou com a Prefeitura do Recife (ANDRADE, 1991, p. 51).

A partir de então as disputas entre a esquerda e a direita tomaram proporções radicais. A direita representando os integrantes do governo, agora com um perfil mais conservador, e a esquerda, os movimentos dos trabalhadores urbanos – operários têxteis em particular e os rurais, camponeses transformados em bandos de famélicos a vagarem pelo sertão ou integrantes dos bandos do cangaço.

Uma das figuras mais expressivas de tal polarização pode ser encontrada em Lubambo: integralista, intelectual, jornalista e funcionário do Banco do Brasil, defendia o desenvolvimento capitalista sem qualquer compromisso com o social. Opositorista acirrado de socialistas, comunistas, socialdemocratas e inclusive, religiosos mações, renegava qualquer movimento

que incluísse os mais pobres ou lhes garantisse acesso a melhores condições de vida via assistência social. Foi um dos que promoveu forte campanha contra Gilberto Freyre, por considerar a obra *Casa Grande & Senzala* um livro comunista e imoral. Enquanto diretor da revista *Fronteiras*, sugeriu queimar o livro de Freyre em solenidade pública, “como se fazia na Alemanha Nazista”, e como se praticou enquanto Vargas estava no poder. Como não obteve resultado, passou a depreciar a obra de Freire publicamente, chamando de ‘Casa grande sem Sala’ (ANDRADE, 1991, p. 51).

Agamenon Magalhães, conhecido entre amigos como china gordo – como apelidou Manoel Bandeira, era um sertanejo seminarista que foi criado dentro dos princípios católicos e teve grande influência da doutrina social-católica de Leão XIII. A Interventoria dirigida por Agamenon acentuou a perseguição ao comunismo, além de um feroz sexista, reprimiu prostitutas, afro-brasileiros e saía em defesa da preservação da “moral e dos bons costumes”, da família, da propriedade, da ética no trabalho, do respeito à hierarquia, fundamentalmente dos pilares da tradição. Para que seu projeto fosse implantado com sucesso, fez uso de um modelo de educação civilizatória, fundamentada na “profilaxia social” de “educar, regenerar, civilizar e integrar”, seu governo foi um verdadeiro laboratório de propaganda do Estado Novo (ZAIDAN, 2005).

Para além do conservadorismo moral e civilizatório, Agamenon também imprimiu mudanças significativas de modernização urbana, fez uma campanha de radicalização dos mocambos, o trabalho de saneamento civilizatório suscitou profundos embates entre sociólogos, antropólogos, engenheiros, sanitaristas e urbanistas, entre eles estavam Gilberto Freyre, Mario Sette, Manoel Bandeira e outros. Quando Vargas ocorreu a saída de Vargas do poder, Agamenon ocupou um cargo no Ministério da Justiça, foi a partir de Agamenon que o Partido Social Democrata (PSD) ganha projeção no período de abertura política e lança candidatos como Barbosa Lima Sobrinho (1947), Etelvino Lins, o próprio Agamenon (1951), Etelvino Lins (1953) e o marechal Cordeiro de Farias. Foi só com o movimento intitulado “Frente do Recife” que foi possível desbancar a força dos conservadores agraristas e ruralistas do PSD (ZAIDAN, 2005).

A ameaça: a sociedade civil entre as “esquerdas” e as “direitas”

Para entendermos a divisão acentuada que existiu entre a esquerda e direita durante a década de 1930, basta-nos saber que ela se estendeu do campo político, ideológico ao existencialismo humano, chegando mesmo ao ultimo estágio de intolerância, violência física e radicalismo partidário, centrada nas organizações sindicalistas, operárias, em sua maioria nos grandes centros urbanos (VIANNA Marly, 1992, p. 106). No campo das ideias, a dos dilemas ideológicos e conceituais, por exemplo, os integralistas diziam que a literatura comunista era nefasta, que se caracterizava como uma falsa ciência, que era perversa, medíocre e até mesmo imoral e faziam grupos de estudos para melhor desenvolver formas de combate ao comunismo.

No mesmo nível de agressividade declarada estava a propaganda de esquerda¹⁷⁵ contra o integralismo, que chegava a beirar apologia à violência, declarando inclusive que os eleitores deveriam descer o “cacete” nos candidatos da “peste verde”, chegando a desejar a morte¹⁷⁶ da oposição, conforme se observa no folheto impresso de um candidato, João Martins de Carvalho, do interior de Barreiros¹⁷⁷ nos idos anos de 1935.

¹⁷⁵ Para maiores informações ver: ZIMBARG. Luís Alberto. **O cidadão armado comunismo e tenentismo (1927 – 1945)**. Dissertação de história. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, 2001.

¹⁷⁶ “Um apelo do Operariado independente de Barreiros. Está na Hora! As eleições vêm aí! Combateis pelo voto os tyraneles (*sic*) que se aproximam traiçoeiramente em busca do PODER MUNICIPAL. Olhai bem para a triste situação de tua terra; eis aí uma verdade verdadeira? Barreiros é um Município paupérrimo triste combalido. Vive exclusivamente como um miserável que está condenado a uma desgraça eterna que só espera no seu futuro a esperança de uma maior *miséria*. HIGIENE: A higiene é uma calamidade sem protesto, campo aberto do impaludismo, império absoluto dos vermes, berço querido da tuberculose com todos os seus efeitos fatais e recanto central de cegos e aleijados. Tudo isso, meus caros patrícios, são heranças da Situação passada, efetivamente a Revolução Brasileira quase nada fez por sua terra, porque tudo encontrou por fazer! VOTAE no Candidato da Situação que também não é lá essas grandes cousas, porém, desgraçadamente é melhor do que o Candidato do “PERREPISMO”, anauê (*sic*)! Se por ventura triunfar (que Deus nos livre), teremos fatalmente um retrocesso, Cuidado com ele! Cacête (*sic*) nele! ANAUÊ? NUNCA! VIVA O Brasil! Morra a Peste Verde”. Propaganda eleitoral de Barreiros. 06 out. 1935. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.207.

¹⁷⁷ “Barreiros foi o nome dado pelos povos nativos dos Caetés de caititus localizado na Zona da Mata Sul litorâneo do estado de Pernambuco, esta a 110 km de Recife, faz divisa ao norte com Tamandaré, a oeste Água Preta; ao sul com São José da Coroa Grande e Moragi em Alagoas e ao leste faz limite com o Oceano Atlântico”. (CARVALHO, 2009, p. 69).

Essa característica oposicionista entre esquerda e direita já vinha acentuando-se desde o golpe de 1930. A Ação Integralista Brasileira (AIB)¹⁷⁸, criada em 7 de outubro de 1932, liderada por Plínio Salgado, articulava-se para cooptar as camadas médias e alta do país, divulgando as obras de Gustavo Barroso, Miguel Reale e Oliveira Vianna¹⁷⁹, entre outros, e, em pouco tempo de existência aglutinou boa parte da intelectualidade, dos industriais e empresários, e juntos, faziam coro com as propagandas anticomunistas de Getúlio Vargas. No interior das discussões da esquerda, estava a disputa de quem poderia liderar a revolução, foram iniciadas diversas discussões no interior das esquerdas, do PCB e da Aliança Nacional Libertadora.

Após essa fase de discussões, os intelectuais, concentrados em sua maior parte no Partido Comunista do Brasil¹⁸⁰, buscaram uma saída radical para romper com o “regime feudal burguês” e a “influência imperialista e capitalista” no Brasil, e, conforme o Boletim apreendido pela repressão, editado pela *secção da L.C – Agitação-propaganda Nacional*¹⁸¹, propunham um

¹⁷⁸ “O integralismo (Ação Integralista Brasileira, AIB) devia suas origens ao fascismo de Benito Mussolini e à depressão econômica mundial dos anos 30. Era conduzido por Plínio Salgado, um escritor casmurro, de bigodes, vindo de um recanto remoto do estado de São Paulo. Salgado tinha sido apenas mais um intelectual perdido até visitar a Europa em 1930, onde teve a sorte de conhecer o próprio *Duce*, Plínio voltou de encontro nitidamente impressionado e logo resolveu que ‘a concepção fascista da existência será a luz dos tempos novos’” (ROSE, 2001, p. 54).

¹⁷⁹ Vianna foi “em parte ideólogo do Estado (consultor do Ministério do Trabalho, membro do Tribunal de Contas da União, professor de direito) e em parte intelectual ‘descomprometido’, sociólogo e produtor de teorias sobre a realidade política brasileira” (MEDEIROS, 1978, p. XV *apud* BALZ, 2009, p. 30).

¹⁸⁰ Para maiores informações sobre o PCB consultar: SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial/UFRJ, 2001. SOUZA, Vital Nogueira de. **O Partido Comunista (1922-1962): lugar de memória, espaço de disputa**. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, 2008. Disponível em:

<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16921/1/VitalNS.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

CONSENZA. Apoena Canuto. **Um Partido, duas táticas: Uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935**. Tese. USP, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-21082013-111540/pt-br.php>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

ROCHA, Rafael Pires. **Propaganda política e censura no Estado Novo em Pernambuco (1937-45)**. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa- PB, 2008, p. 26-40. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2008_mest_rafael_rocha.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016. Tb. a pg. do cpdoc.fgv.br. Disponível em:

<[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%BAblica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%BAblica.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2016.

¹⁸¹ Essa discussão se dava no interior da organização ANL “uma associação constituída para defender a Liberdade e a Emancipação nacional e social do Brasil” (Estatuto, 1935, p. 01), pretendia incorporar “partidos, classes, sindicatos, associações, movimentos organizados,

governo Popular Nacional Revolucionário através de uma Revolução Nacional Libertadora, rompendo com a dependência regional e nacional em que vivia o Brasil para que reinasse a “paz”¹⁸², uma vez que no contexto mundial já despontava na II Guerra Mundial¹⁸³.

A insurreição comunista em Recife

Segundo a historiografia, desde 1934, durante a III Conferência Comunista da América Latina em Moscou, já se discutia a possibilidade de no Brasil para o ano de 1934. Participaram desta conferência o secretário geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim (“Miranda”)¹⁸⁴, Lauro Reginaldo da Costa (“Bangu”), Fernando Lacerda, José Caetano Machado, que desde 1932 estudava estratégia de guerrilha e Elias Reinaldo da Silva (“André”), todos membros do Comitê Central do PCB que haviam sido enviados à URSS a fim

intelectuais, personalidades democráticas (...) dispostos a lutar contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e o governo Vargas” (Freitas, 1998, p.129), “bem como comunistas, socialistas e militares de média patente que tinham se decepcionado com o governo e que estavam ávidos para substituir os que estavam no poder” (Estatuto, 1935, p. 01; FREITAS, 1998, p.129 *apud* LIRA Neto, 2012, p. 2). Disponível em:

<http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/alvaro_souza.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

¹⁸² “Só a Revolução Nacional Libertadora, só um governo Popular Nacional Revolucionário, em transição para o governo Soviético, nos assegurará uma paz duradoura e efetiva. A paz não se conquista, pois, com apelos vazios <à dignidade humana> e muito menos através de conchavos entre os próprios lobos interessados e responsáveis pelas guerras. A paz se conseguirá com a derrubada do regime atual, com a transformação das guerras de rapina em guerra civil, segundo o caminho que nos mostrou o exemplo da Rússia dos Soviéticos”. Boletins sobre a revolta de 1935. *Boletim interno de julho de 1935 “agitação e propaganda”*, editado pela comissão de *Agit-prop Nacional do Partido Comunista do Brasil (seção da L.C)*, p. 3). APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.207.

¹⁸³ “O armamento, cada vez maior, do hediondo nazismo alemão, do imperialismo inglês, francês, norte-americano, de todos os países capitalistas, dependentes e coloniais, denotam claramente seus intuítos sinistros de buscarem uma saída da crise à custa das massas, através da guerra de rapina. A política justa e aberta pela paz realizada pela União Soviética, de um lado, e o poderoso movimento internacional de massas contra a guerra e o fascismo, por outro, tem sido e continuam sendo os principais fatores do recuo do imperialismo sanguinário em seus sinistros intuítos de massacrar o povo trabalhador. Mas, somente, isto não é bastante para afastar de vez os perigos de guerra. A paz só descerá sobre o mundo com a derrocada final do capitalismo – causa de todas as guerras – com a vitória da Revolução Proletária Mundial, com o Poder Soviético Universal, com o Socialismo é nossa missão fundamental preparar e mobilizar o proletariado e todo povo explorado e oprimido para as grandes batalhas revolucionárias de extermínio do feudalismo, expulsão dos imperialistas e estabelecimento do Governo Popular Nacional Revolucionário, primeiro passo para a conquista do Poder Soviético no Brasil”. Boletins sobre a revolta de 1935. *Boletim interno de julho de 1935 “agitação e propaganda”*, editado pela comissão de *Agit-prop Nacional do Partido Comunista do Brasil (seção da L.C)*, pp. 1,2. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.207.

¹⁸⁴ Ex-sargento e participante da extinta Liga de Ação Revolucionária de Prestes.

de representar o Partido no VII Congresso da IC. Além destes, estavam presentes o “tenente” Silo Meirelles, Prestes e o Comitê Executivo da IC. Aprovou-se a decisão de preparar a armada para o primeiro semestre de 1936 (ZIMBARG, 2001, p. 107)¹⁸⁵.

Após a conferência, Silo Meireles¹⁸⁶ teria sido enviado para Pernambuco com a missão de preparar os principais focos de insurreição. Após o ato, integrantes do PCB, por anos, discutiram longamente sobre a precipitada insurreição de fins de 1935, e uma das conclusões era a de que Cristiano Cordeiro, conhecido por Miranda teria levado informações fantasiosas ao Congresso, versão com a qual também comungou Prestes. Um dos argumentos de Miranda era que o ambiente nas Forças Armadas era de “grande anarquia” e que havia militares do Exército e da Marinha dispostos a organizar os soldados para a . “Em depoimento concedido aos jornalistas Dênis de Moraes e Francisco Viana, Prestes afirmava” que depois do movimento de 1930, estabeleceu-se grande anarquia nas Forças Armadas. Mas havia uma falha: o trabalho não era feito no sentido de organizar os soldados para apoiar o movimento operário. Era um trabalho meramente de agitação¹⁸⁷.

Entre as demais discussões sobre a precipitação do movimento armado estava também a de que os antigos tenentistas do levante de 1922 e 1924 tinham se organizado dentro da ANL, a exemplo do presidente Hercolino Cascardo, ex-vice-presidente do Clube 3 de Outubro, da agremiação tenentista, junto com o Cavaleiro da Esperança e demais integrantes da organização e lançaram, durante as comemorações do mês de julho de 1935, a ANL na ilegalidade em decorrência de um manifesto aberto que entoava a

¹⁸⁵ Para maiores esclarecimentos, consultar: VIANNA, Marly de A. G. **As rebeliões de novembro de 1935**. *Revista Novos Rumos*, n. 34. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/revista_novos_rumos_rebelioes_1935.pdf>.

Acesso em: 19 dez. 2016.

¹⁸⁶ Silo Meireles foi um dos tenentes que participou do levante de Forte Copacabana, em 5 de julho de 1922 na Escola Militar do Realengo, ficou preso até 1927.

¹⁸⁷ “Bem, a questão militar era apenas uma das mentiras contadas por Miranda. Havia outras. Ele dizia que o partido tinha grande influência no movimento operário. Chegava a dizer que os postes da Light estavam todos minados, aguardando apenas a deflagração do levante para que todos fossem pelos ares. Era um elemento fantasioso. Depois é que eu vim descobrir que ele era um nacionalista, um patrioteiro, um pequeno burguês que pensava ser a revolução uma coisa fácil. Eu até hoje não renego 35. Miranda – este sim, o maior responsável pelo levante – o renegou: foi preso e passou a colaborar com a polícia” (MORAES, D.; VIANA, F., Prestes: Lutas e autocríticas, p. 69 *apud* ZIMBARG, 2001, p. 108).

tomada de poder, “inspirada diretamente na consigna da Revolução Russa de 1917 “Todo o poder aos soviets”¹⁸⁸”. Por causa desse manifesto, Prestes foi acusado de jogar a ANL na ilegalidade. A partir de então, diversos integrantes se desligaram, entre eles Miguel Costa que rompe em carta com a ANL, em agosto de 1935¹⁸⁹.

Mesmo que houvesse rumores de levante contra o governo, a insurreição deflagrada em Natal pegou de surpresa os dirigentes do PCB e aliancistas desprevenidos em Recife; às pressas reuniram-se Gregório Bezerra, Silo Meirelles, Caetano Machado e Pascácio Fonseca. Enquanto Gregório e Caetano Machado concordavam que deveriam apoiar o movimento armado do Rio Grande do Norte no domingo de 24 de novembro de 1935, Silo Meirelles achava que deveriam informar à Direção Nacional e aguardar as instruções do Comitê Central (ZIMBARG, 2001, p. 116). Por fim, concitaram ao movimento insurrecional.

Um primeiro folheto distribuído *Ao Povo* em Natal buscava explicar os motivos da *revolução*: 1 – Pela expulsão dos imperialistas do território nacional

¹⁸⁸ “Como o poder chegará às mãos do povo – Mas o poder só chegará às mãos do povo através dos mais duros combates. O principal adversário da Aliança não é somente o governo podre de Vargas, são, fundamentalmente, os imperialistas aos quais ele serve e que tratarão de impedir por todos os meios a implantação de um governo popular revolucionário no Brasil. Os mais evidentes sinais da resistência que se prepara no campo da reação já nos são dados pelos latidos da imprensa venal vendida ao imperialismo. A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se, ativamente, para o assalto. “A ideia do assalto amadurece na consciência das grandes massas. Cabe aos seus chefes organizá-las e dirigi-las. Um apelo – População trabalhadora de todo o país! Em guarda, na defesa de seus interesses! Venha ocupar o seu posto com os libertadores do Brasil! Brasileiros! Todos vós que estais unidos pela ideia, pelo sofrimento e pela humilhação de todo Brasil! Organizai o vosso ódio contra os dominadores, transformando-os na força irresistível e invencível da Revolução brasileira! Vós que nada tendes a perder, e a riqueza imensa de todo Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil da guerra do imperialismo e dos seus lacaios! Todos à luta para a libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário. Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora” (PRESTES, L. C., Manifesto da ANL, 5 de julho de 1935, em *A Plateia*, 6 jul. 35 *apud* ZIMBARG, 2001, p. 113).

¹⁸⁹ “Você, naturalmente pouco informado, supondo que o movimento da ANL tivesse tanto de profundidade como de extensão, lançou seu manifesto, dando a sua palavra de ordem de ‘todo o poder à ANL’, brado profundamente revolucionário, subversivo, aconselhável aos momentos que devem preceder à ação. Grito que deveria, para estar certo, ser respondido pela . No entanto, aí estão os fatos: veio o seu manifesto, veio o fechamento da ANL e este movimento popular que parecia à primeira vista ter tomado o país não reagiu nem com duas greves organizadas... Mas, se você tivesse, em vez de pregar o assalto ao poder, recomendando a mais viva congregação em torno da Aliança, não se teriam precipitado os acontecimentos” (DEL ROIO, M., *A classe operária na revolução burguesa*, p. 297 *apud* ZIMBARG, 2001, p. 113).

e punição dos seus lacaios do país!; 2 – Pelo não pagamento das dívidas externas! 3 – Contra a saída de capitães para pagamento de dividendos das empresas imperialistas! 4 – Pela nacionalização e unificação da Marinha mercante! 5 – Pela nacionalização de todas as empresas imperialistas e dos bancos! 6 – Pela tomada das terras dos grandes fazendeiros, latifundiários e barões feudais, do clero e do imperialismo e sua distribuição entre os camponeses e índios! 7 – Contra os despejos e a opressão nas fazendas, usinas e latifúndios! 8 – Pelo reajustamento imediato, com aumento de vencimentos, para todos os funcionários civis e militares! 9 – Pelo aumento de salários para todos os trabalhadores das cidades e dos campos! 10 – Pela unificação sindical de todo o proletariado do Brasil!

Continua: 11 – Contra a carestia da vida! Pela diminuição dos impostos para o pequeno comércio, a pequena indústria e os pequenos proprietários! 12 – Pelo desarmamento e dissolução dos bandos! Integralistas! 13 – Contra a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas e pela liberdade de cátedra! 14 – Pelas mais amplas liberdades democráticas de todo o povo do Brasil! Por isto e para isto contamos com o apoio da adesão de todos os brasileiros homens e mulheres, principalmente da juventude que é a alma do Brasil jovem. Viva a Revolução! Viva LUIZ CARLOS PRESTES!... Viva o 21. B. C. Viva o povo livre do Rio Grande do Norte¹⁹⁰.

Além deste folheto, que entoava qual seria a missão da “Marcha da Revolução Libertadora”, em 26 de novembro de 1935, esclareciam ainda que estavam de posse dos telégrafos, dos rádios e que estavam controlando as notícias que entravam e saíam do Rio Grande do Norte. Entre os libertadores divulgavam que estavam envolvidos também os Estados de Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Maranhão, prontos para implantar um governo popular, junto com São Paulo que estaria insurreccionado com o povo em armas e o proletariado em greve revolucionária, tudo indicando que o

¹⁹⁰ “Mais uma vez, queremos declarar ao povo em geral, e em particular aqueles que apoiam este grandíssimo movimento revolucionário, que ele não surja de forma alguma beneficiar políticos de quaisquer correntes regionalistas, pois que é um amplo movimento popular e por isso só beneficiará o povo, *quiça* [sic] o Brasil. Nós lutamos e lutaremos pela implantação no Brasil de um governo que esteja disposto a pôr em prática os seguintes itens”. Boletins 1935. *Ao Povo*. Boletim da Tip. Da Aliança Libertadora, Natal, 24 nov. 1935. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.207.

governo não se sustentaria por muitas horas, e mais para o sul o proletariado estaria se atirando a greves combativas aclamando o nome de Luiz Carlos Prestes. A notícia concluiu que a gloriosa Marinha Brasileira também já teria virado seus canhões contra a tirania, estando também revoltada na Baía Guanabara a poucos minutos de cair sob o “comando do valente companheiro Herculino Cascardo. Viva a Aliança Nacional Libertadora! Viva Luiz Carlos Prestes! Viva o Governo N. Popular Revolucionário”¹⁹¹.

Durante o período de “Governo Nacional Popular Revolucionário” em Natal, o comércio fechou as portas. O Secretariado de Abastecimento Público, comandado por José Praxedes de Andrade, ameaçou os comerciantes de que se não abrissem para vender os bens de primeira necessidade normalizando o comércio local poderiam sofrer saques da população. Foi prometido que iriam diminuir os impostos em comum acordo e que estariam abertos a sugestões sobre os problemas comerciais¹⁹². Diante dos “boatos” e dificuldades do ambiente social, outro folheto ameaçava os populares que atemorizassem as famílias contra o movimento¹⁹³.

O que é possível observar era que o movimento buscava a adesão da população e principalmente dos pequenos e médios comerciantes, o que de fato não ocorreu. Com o fiasco da insurreição em Recife e no Rio de Janeiro, o movimento sucumbiu, os principais líderes caíram, muitos fugiram para os países vizinhos, como Argentina, Paraguai, Uruguai, muitos desapareceram, outros foram presos, torturados e confinados em Presídios Especiais, como o de Fernando de Noronha.

¹⁹¹. Boletins 1935. A Marcha da Revolução Libertadora. Boletim informativo. (Tip. Libertadora), Natal, 26 nov. 1935. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.207.

¹⁹² Boletins 1935. Aos Senhores Comerciantes. José Praxedes de Andrade. Pelo Secretariado de Abastecimento Público. Natal, 27 nov. 1935. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.207.

¹⁹³ “Serão punidos com o máximo rigor todos os que forem [pegos] espalhando boatos de qualquer natureza tendentes a implantar o desânimo e o terror entre as famílias. Serão presos e punidos com o máximo rigor os que forem [pegos] na prática de atos atentatórios à moral e ao decoro público. Será preso todo e qualquer indivíduo que transite pelas ruas em visível estado de embriaguez”. Boletins 1935. *Comunicado do Comité Revolucionário*. 21 nov. 1935. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.207.

A ação policial pós insurreição: prisões e movimento de contestação

Após a insurreição de 24 de novembro de 1935, Vargas suspendeu a Carta Constitucional de 1934, decretou Estado de Guerra e o anticomunismo se ampliou. Um mês depois, em 23 de dezembro 1935, oficializou-se a criação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em Pernambuco.

Ocorreu, como destaca Rodrigo Patto (2006), uma escalada repressiva: O malogrado levante de novembro de 1935, liderado pelos comunistas, causou impacto profundo na sociedade brasileira. Além de ter fornecido motivação e justificativa para a aplicação (e ampliação) dos mecanismos repressivos à disposição do Estado, a insurreição teve o efeito de cristalizar a imagem do principal inimigo da polícia política, o comunismo. Os DOPS tiveram outros inimigos a combater, mas, sem dúvida, o anticomunismo foi a principal motivação da polícia durante várias décadas, o que pode ser comprovado num breve exame dos arquivos policiais (MOTTA, 2006, p. 57).

Posteriormente foi criado o Tribunal de Segurança Nacional (TSN)¹⁹⁴ para julgar os militares e civis suspeitos de terem participado do movimento: A função do tribunal era processar e julgar, em primeira instância, as pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança interna do país, principalmente contra as instituições militares, políticas e sociais. Entre setembro de 1936 e dezembro de 1937, 1.420 pessoas foram por ele sentenciadas¹⁹⁵.

De certo que, pelo menos entre os anos de 1936 a 1937, a vigilância aos “camisas verdes” ou “cabeça de tomate” (ROSE, 2001) se deu de forma branda. A intenção de Vargas era aproximar o integralismo das aspirações do governo, e em seu diário registrou: “O integralismo é uma forma orgânica de governo e uma propaganda útil no sentido de disciplinar a opinião” (Cf. VARGAS, Getúlio. Diário 1930-1936. Op. cit., p. 373 *apud* BALZ, 2009, p. 61), mas por temer os seus dirigentes permitiu que a Lei de Segurança Nacional também os atingisse.

¹⁹⁴ A Lei de Segurança Nacional criada em 1934 e promulgada em abril de 1935 legitimou as funções já exercidas pela polícia, particularmente as relativas às perseguições, à vigilância; à censura e às repressões políticas.

¹⁹⁵ Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_tsn.htm. Acesso em 27 mai. 2009 *apud* RICARDO, 2009, p. 27.

Muitos soldados e oficiais pertenceram a algum dos movimentos de esquerda ou de direita no interior das Forças Armadas, mas principalmente os que participaram da insurreição de 1935, foram os processados e presos¹⁹⁶. As provas indiciárias devidamente manipuladas eram encaminhadas ao “egrégio tribunal”, “o sucesso da empreitada investigativa estava relacionado à aceitação, em juízo, das premissas de culpa e de indiciamento penal sugeridas no inquérito” referendado na Lei de Segurança Nacional, vigente desde 1934 (FLORINDO, 2007, p. 17).

Os Inquéritos Policiais Militares (IPM) que foram movidos entre março de 1936 a junho de 1937, durante o estado de sítio, seguiram o curso de julgamentos sumários (ROSE, 2001, p. 132) de militares e civis que participaram ou não da insurreição de 24 de novembro de 1935¹⁹⁷. Tratando-se de “um julgamento sumário”, “a corte podia mudar o indiciamento contra o réu no meio do processo. Todos os réus levados a julgamento eram considerados culpados a *la* código napoleônico, até provarem inocência” (ROSE, 2001, p. 132).

As acusações contra os indiciados nos inquéritos deviam estar consubstanciadas pela apreensão de provas documentais e demais testemunhos, forjados ou não, do ato criminal, coroados pela confissão do acusado, e nesse aspecto o uso permanente de práticas extralegais de investigação – como a tortura nos interrogatórios foram utilizadas como método de extrair confissões (FLORINDO, 2007, p. 14, 17).

¹⁹⁶ “Apresento-vos, com este, devidamente escoltado, o ex-cabo FRANCISCO DE ASSIS CRUZ, acusado de haver tomado parte do movimento extremista de novembro de 1935, conforme consta do respectivo inquérito policial militar. O referido ex-praça continuará no Presídio Especial desta Capital, à disposição da Justiça Militar (auditorada da 7ª R.M.) sem prejuízo do processo que responde na Justiça Civil pelo crime que motivou o inquérito de referência (Sol. do off. Nº 500, de 36/937/ Secretaria da Segurança Pública) (Do Bol. Regional nº 131, de 5/6/937). Ofícios. Ministério da Guerra. 7ª Região Militar. 31º B.C. Tem. Cel. Comandante: Amado Menna Barreto ao Secretário da Segurança Pública. Assunto: Ex-cabo (apresentação)”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563.

¹⁹⁷ “Solicito a V. Excia. Sejam tomadas as necessárias providências, a fim de serem apresentados a este juízo, os investigadores de polícia Gaston Neves da Silva e Edgar Cyriaco da Silva, amanhã, às 9 horas, na sala das audiências criminais, do Palácio da Justiça, para deporem como testemunhas num processo crime. Ofícios Recebidos. Juízo Municipal da 1ª Vara. Ao Secretário de Segurança Pública”. [Encaminhado à caneta ao Delegado de Ordem Social, 1ª Delegacia Auxiliar], 10 set. 1936. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4698.

Ao longo dos processos referentes a insurreição, bastaria qualquer dado “informativo” ou denúncia para que fosse iniciada uma longa investigação, como exemplo do Sr. Sebastião Albuquerque Uchôa na cidade de Timbaúba, acusado de saquear a cidade¹⁹⁸. As rivalidades políticas e sociais seguiam ao sabor das denúncias dos opositores, exemplo do Governador Carlos de Lima Cavalcanti¹⁹⁹, acusação de intitular o governo de Getúlio Vargas de “traição nacional” por Silo Meireles²⁰⁰, também investigado.

Entre os documentos de ofícios recebidos e enviados, encontramos muitos pedidos dos gerentes de fábricas e parentes solicitando informações sobre o desaparecimento de operários que eram levados coercitivamente para as delegacias. Achar um operário sumido, por exemplo, era simples, bastava percorrer as delegacias de polícia para saber que ele se encontrava nas dependências da DOPS. Foi assim que Bilú da 8ª Inspetoria do Trabalho²⁰¹ ficou sabendo em 9 de setembro de 1936 que Jayme Barbosa da Silva estava detido desde 01 de junho de 1936 e sumariamente enviado ao presídio de Fernando de Noronha no dia 18 do mesmo mês, incomunicável por longos três meses, acusado de pertencer à Federação da Juventude Comunista e uma

¹⁹⁸ “De acordo com as instruções contidas no vosso cartão de 5 do corrente, a mim dirigido, prestei ao investigador José Tenório Cavalcanti todo apoio e auxílio necessários à sua missão nesse município. Essa autoridade agiu com toda serenidade de ânimo, esforçando-se de modo digno, que muito concorreu para melhor desempenho da comissão que em boa hora lhe fora confiado. Diversas prisões foram efetuadas para averiguações policiais, dando finalmente um resultado negativo. Todos os boatos sobre o caso em questão careceram de fundamentos, uma vez que o Sr. Sebastião de Albuquerque Uchôa não teve a intenção de organizar grupos de facínoras para invadir e saquear esta cidade. Só elogios merecem de minha parte a conduta e a atitude do investigador José Tenório Cavalcanti, por tê-lo acompanhado de perto em toda sua ação policial nesse município”. Ofícios Recebidos. Delegacia de Polícia do Município de Timbaúba. n. 123. Ao Delegado de Ordem Política e Social. 08 set. 1936, p. 19. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4698.

¹⁹⁹ Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAVALCANTI,%20Carlos%20de%20Lima.pdf>>; <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=579>. Acesso em: 31 jan. 2016.

²⁰⁰ “Em resposta ao ofício de V. Excia., desta data, tenho a informar que o inquérito a que estou procedendo não há, em todos os depoimentos até agora tomados, a mais leve referência, sequer, ao nome do Governador Carlos de Lima Cavalcanti, a não ser nas declarações do extenente Silo Meireles, por ele próprio redigidas, a isto mesmo quando esse chefe do movimento subversivo último faz referência ao que chama de ‘Governo de traição nacional de Getúlio Vargas, Lima Cavalcanti, Flores da Cunha, etc..’ (sic)”. Etelvino Lins – Presidente do inquérito ao Secretário de Segurança Pública. Recife, 24 de dezembro de 1935. (1ª e 2ª delegacia auxiliar, 1933-1935). APEJE./cervo Permanente/ Regulamentos Impressos do Governo de Pernambuco/SSP 571.

²⁰¹ “Solicito de V. Excia. a fineza de mandar informar esta Inspetoria si o Sr. Jayme Barbosa da Silva acha-se detido desde junho ultimo, como extremista”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4698. Ofícios recebidos 1936. Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio. 8ª Inspetoria Regional. F. Bilu Oliveira. Ao Secretário da Segurança Pública.

Célula dos Comerciários em Recife, só sendo possível saber seu paradeiro após esta correspondência²⁰².

Ante o desaparecimento de inúmeros operários, as organizações de esquerda passaram a denunciar a repressão policial e até mesmo integralistas. Em um manifesto contundente e corajoso ante a repressão que se abatia contra eles, a Confederação Sindical Unitária do Brasil, liderada pelo Partido Comunista, lança uma carta aberta, onde denuncia o golpe de Estado, pede a suspensão do estado de sítio e da pena de morte e exige a liberdade dos presos políticos e, concomitantemente, denuncia também a falta de cumprimento das leis trabalhistas com relação à jornada de trabalho, ajuda a gestantes, a corrosão dos salários, etc...²⁰³, concluindo ainda que esse retrocesso reduzia o Brasil a um feudo dos grandes senhores de terras e de imperialistas estrangeiros.

O feudo para os que protestavam significava 71% da população que vivia nas áreas rurais em 1935 (ROSE, 2001, p. 67). O Sr. Maravilha ou “Gêge”, para os íntimos, – Getúlio Vargas fazia parte dos 1,8% que detinham cerca de 72,4% de toda terra cultivável no Brasil (idem, idem), portanto, conforme o documento, o esquecimento da população rural não foi uma coincidência ou falta de organização, mas sim uma conveniente exploração dos setores agrários em detrimento ao camponês²⁰⁴.

²⁰² Ofícios recebidos 1936. Folha escrita a mão em verso. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 8ª Inspeção Regional. F. Bilú Oliveira. Ao Secretário da Segurança Pública. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4698.

²⁰³ “Companheiros: O governo de Getúlio, aproveitando-se das medidas excepcionais votadas contra a luta heroica dos nossos companheiros do Nordeste e desta capital, com a obediência passiva de uma maioria no Parlamento, vem de privar os trabalhadores dos seus direitos políticos, submetendo-os à mais feroz exploração, fazendo desaparecer também as conquistas econômicas, obtidas em avias lutas memoráveis em todos os setores operários do Brasil.

Mobilizando a polícia política, custeada com o dinheiro do povo; solicitando o concurso de bandos de assassinos, integralistas; usando corrupção e o suborno para obter “apoio” de elementos que se prestam a ser seus lacaios; exercendo toda a sorte de pressão, lançando mão do mais negro terror – vem o governo de investir contra o proletariado, contra o povo do Brasil, liquidando as liberdades democráticas e os direitos sindicais, estabelecendo pena de morte, liquidando o direito de pensar dos operários, aos militares e pequenos funcionários, tornando inexistentes e inoperantes as leis que beneficiam os trabalhadores, estabelecendo um regime de inquisição que reduz o Brasil a um feudo dos grandes senhores de terras e dos imperialistas estrangeiros”. Ofícios recebidos 1936. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4698.

²⁰⁴ “Para além da questão rural, os operários que viviam nas capitais em processo de industrialização eram manipulados, cooptados e até mesmo chantageados para que participassem e colaborassem com o governo, caso recusassem seriam excluídos dos

benefícios políticos, cargos e regalias públicas, conforme protesto da Confederação Sindical Unitária do Brasil. O Ministério do Trabalho só manteve cooperação com os sindicatos que obedecessem aos interesses do governo, cuidando de desenvolver sua ação no sentido de atrair demais sindicatos, a fim de integrá-los no “nosso sistema”. Não diz novidade o Snr. Ministro. Os trabalhadores do Brasil já sabem de sobejo dos propósitos e dos interesses do governo em enganar e trair os trabalhadores, orientando-os ao sabor dos magnatas das grandes empresas imperialistas. Os exemplos concretos estão aí: O Ministro do Trabalho, tomando de assalto o Sindicato Brasileiro de Bancários, reconhecendo como legal a diretoria escolhida por trinta integralistas e vinte policiais, que numa simulada assembleia geral sem convocação, sem respeito aos estatutos, colocou na presidência um investigador da ordem social. Outros exemplos aí estão: o gráfico vitima dos corrompidos apoiados ostensivamente pelo “patrono” do Ministério do Trabalho; os marceneiros, os cerâmicos, etc. Falando das leis sociais, diz Snr. das Maravilhas: regime das oito horas – lei de férias – de indenização dos trabalhadores dispensados sem motivo justificado, da assistência às parturientes [gestantes], etc. Nós, os trabalhadores e a Confederação Sindical Unitária do Brasil, podemos provar ao titular da pasta do trabalho que essas leis só foram cumpridas ali onde a luta dos operários obrigaram as empresas ao seu cumprimento. Todo o mais são mentiras do Ministro, servente das grandes empresas e quem tem mais prejudicado os trabalhadores. As leis existem no papel e agora nem isso o governo quer deixar. Os nossos irmãos do campo trabalham de estrela a estrela, 14 a 15 horas. Os tecelões de S. Paulo trabalham 9 a 10 horas por dia, e os do Nordeste 13 a 14 horas por dia; os mineiros do Morro Velho trabalham 12 horas por dia; aqui no Rio os garçons trabalham de 12 a 15 horas por dia. Na Light trabalha-se 8 e 10 horas, e até mais, e na Leopoldina igualmente. Na Marinha Mercante se vem lutando pelo regulamento das 8 horas, mas S. Ex. deveria dizer que temos, mas não são cumpridas porque os imperialistas não respeitam as leis desta feitoria. E por todo esse horário estafante pagam um salário tal que o operário e sua família têm que viver permanentemente com fome. O caso da Atlantic está aí. Um funcionário demitido sem motivo. A corporação prestigia esse companheiro, paralisando o trabalho. O processo, sob a pressão da massa voa e vae ao final: o funcionário tem ganga de causa. Mas a Atlantic manda no Brasil e o Ministério do Trabalho é uma dependência sua como é da Light, Leopoldina, etc, e nada fará noutros caso semelhantes para reintegrar o funcionário porque os patrões imperialistas se consideram donos do Brasil, e nos tratam como colônia. Leis feudais: desejamos perguntar ao Snr. Agamenon porque o Ministério não as faz executar nas grandes empresas de transporte, na têxtil, e editoras? Legislação social? Ora, Snr., Ministro e a sentença do juiz Ribas Carneiro não destruiu tudo? E com a reforma da Lei de Segurança? Como lei que é, que esta de pé? O Snr. Agamenon já se esqueceu do juizado do trabalho, que o “juiz” Ribas Carneiro, a mando de Getúlio, pôs por água abaixo? Nós trabalharemos mais, Snr. Ministro: podíamos alinhar milhares de exemplos de desmoralização e da tapeação que desempenha o seu Ministério. Assistência às portuárias? Onde anda isso, Snr. Ministro? Era preciso que V. Exa. desse um passeio pelas companhias de cerâmica, pelas fábricas de tecidos, Snr. Ministro, para, com mais respeito a si próprio, não vir a público dizer mentiras. Das Caixas de Aposentadorias dos trabalhadores exigirão contas, não como as quer a Light, e sim como homens que estão fartos de exploração e que saberão usar de remédio eficaz para fazê-la cessar: o desencadeamento da luta, a greve para impor aos imperialistas e seus lacaios as reivindicações a que tem direito o povo trabalhador. Os trabalhadores dispõem de forças suficientes para repelir esses exploradores e defender os seus direitos e as suas reivindicações realizando a Unidade Sindical, criando em cada fábrica ou empresa e nas diversas secções destas comissões de reclamações para exigir, por meio da força dos operários, o cumprimento das leis que nos beneficiam, para arrancarmos mais um pouco de pão para as nossas famílias e um pouco de liberdade. As receitas do Snr. Ministro só aproveita aos imperialistas. Nossa conquista só as alcançará pela luta e pelas greves. Só assim serão elas garantidas.

Companheiros: A Confederação Sindical Unitária do Brasil vos concita a protestar contra as mentiras dos que vendem o Brasil. Unidos: lutemos pelas liberdades democráticas! Defendamos os direitos sindicais!

Contra a pena de morte e o estado de sítio! Pelo cumprimento das leis sociais que beneficiam os trabalhadores! Pelo aumento de salários! Pela liberdade dos presos políticos. Partido Comunista. Folheto em formato de carta corrida escrita à máquina: *A confederação sindical*

Nos anos que se seguiram, as esquerdas se organizaram de várias formas: estavam nos sindicatos, nas associações e buscavam no interior das disputas ideológicas afirmarem sua luta pelo acesso aos direitos e garantias individuais.

Nesse período as listas corridas de suspeitos sumários percorreram as delegacias, bastava alguma denúncia para que se processassem os inquiridos e os julgamentos sumários que alimentaram os arquivos da polícia, do Exército, da Marinha e das superintendências²⁰⁵.

A atuação do Exército na repressão política na década de 1930

As trocas de informações entre o Exército e a polícia com pedidos de intervenção se intensificam a partir de 1930, pois embora grande parte do oficialato tivesse apoiado o golpe getulista, ainda não havia coesão nas forças armadas, ainda sob forte influência dos poderes estatais. Embora remanescentes do movimento tenentista estivessem ao lado de Getúlio, assim que assumiu o poder, a forte centralização do poder no executivo aplicou-se também ao Exército, Marinha e Aeronáutica. Mas, para além disso, o governo central alterou as regras de promoção na carreira e também no aproveitamento dos reservistas. As alterações fixadas pelo Decreto Nº. 19.610, de 20 de janeiro de 1931²⁰⁶, resultaram, entre outras coisas, na transferência, para a

unitária do Brasil e o Ministério do Trabalho, aos trabalhadores do Brasil". APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.247, pp. 1, 2.

²⁰⁵ "Em resposta a vosso ofício nº 1038, de 2 do corrente, comunico-vos que o ex-músico do extinto 29º B.C., LUIZ CARLOS CORREA DE SOUZA, foi excluído das fileiras do Exército por haver contra o mesmo indícios veementes da sua participação no movimento revolucionário de 24 de Novembro de 1935, conforme ficou apurado em I.P.M. de que foi encarregado o Coronel Arthur Sílio Portela. Ofícios recebidos 1936. Ministério da Guerra. Gen. Cmt. da 7ª Região Militar". 2ª Sessão do Estado Maior. Gen. Newton de Andrade Cavalcante. Ao Delegado de Ordem Política e Social. Assunto: Informação, n. 205. 05 set. 1936. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4698.

²⁰⁶ "O Decreto Nº 19.610, de 20 de janeiro de 1931, que dispunha sobre promoções dos quadros das Armas e Serviços do Exército e dava outras providências, determinava que o acesso aos quadros do Exército nacional seria feito pela última lei de promoções, como prêmio ou recompensa e não como escolha dos que fossem julgados em melhores condições para o desempenho das funções do posto imediato, a fim de satisfazerem os indispensáveis requisitos morais, intelectuais e físicos; que a referida lei, ainda em estudo, estabelecia normas para sua aplicação, o que a tornava impraticável naquele momento por exigir prazos longos de apreciação da atividade do oficial; e, entre outras considerações, que, em virtude da situação política e administrativa do País, anterior a 03 de novembro de 1930, uma parte da oficialidade do Exército permaneceu privada da faculdade de adquirir os requisitos para promoções

reserva, de grande número de oficiais considerados não confiáveis e alterou os requisitos para o acesso à carreira. Por outro lado, os reservistas formados pelos tradicionais “tiros de Guerra” espalhados nos municípios de todo o país, viram na tomada de poder de Vargas a chance do cumprimento do capítulo XVIII do Decreto 15.934 de 22 de janeiro de 1923²⁰⁷. O referido Decreto regulamentou as admissões dos denominados reservistas ao funcionalismo público; fixou que o tempo de aposentadoria deveria ser contado em dobro em tempos de guerra; garantia benefícios para aquisição de moradia com o fornecimento de lotes ou terras custeadas pelo governo; preferências na recolocação de serviço; acesso e concessão a títulos científicos (no sentido de garantia de escolaridade). Ou seja, para ser “nomeado para o funcionalismo público federal ou admitido em qualquer caráter, em repartições e estabelecimentos da União”, qualquer pessoa do sexo masculino, considerada cidadã, deveria possuir “caderneta de reservista ou certificado regulamentar da 1ª ou 2ª linha” do Decreto²⁰⁸.

exigidas pela lei em vigor, quer em consequência da agregação aos respectivos quadros, quer por lhe ter sido negada a matrícula aos cursos necessários ou ainda por ter sido recusada a arregimentação. De acordo com o Art. 1º desse Decreto, ficou resolvido que a promoção dos oficiais das Armas e Serviço do Exército continuava a ser regulada, durante o ano de 1931, pela legislação em vigor com as alterações estabelecidas nesse Decreto e que, pelo Art. 2º ficavam dispensados, temporariamente, os requisitos para promoção exigidos pelo Art. 8º da Lei Nº 5.168, de 13 de janeiro de 1928. O Art. 3º reduzia a um ano os interstícios mínimos no posto, fixados no Art. 7º da Lei Nº 5.108, de 13 de janeiro de 1927. Pelo Art. 5º, não seria promovido, ainda que ocupasse o primeiro número da escala de antiguidade, o oficial de qualquer Arma ou Serviço do Exército que, a juízo do Chefe do Governo Provisório, não satisfizesse os requisitos de idoneidade moral. O oficial que incorresse nessa disposição seria transferido para a reserva de 1ª classe, sem prejuízo da apuração judiciária dos atos políticos que lhe fossem imputados. RODRIGUES, Fernando da Silva. Renovação e revoltas: a escola militar do Realengo entre a primeira guerra mundial e a revolução de 1930”. Revista Territórios e Fronteiras V.2 N.2 ICHS/UFMT– Jul/Dez 2009. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Laboratorio/publicacoes/renovacao.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

²⁰⁷ Centro dos Reservistas das Classes Armadas “Tudo pelo Brasil”, nº 0255. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 415.

²⁰⁸ “Art. 134. Nenhum cidadão poderá ser nomeado para o funcionalismo público federal ou admitido, em qualquer caráter, em repartições e estabelecimentos da União, sem que apresente a caderneta de reservista ou certificado regulamentar da 1ª ou 2ª linha, e conste desses documentos estar em dia com suas obrigações militares, devendo ter preferência, em igualdade de condições, o de 3ª categoria da 1ª linha sobre os reservistas do Exército de 2ª linha, o de 2ª categoria sobre os anteriores, e o de 1ª sobre os demais. Parágrafo único. O Governo Federal entender-se-á com os Governos dos Estados para que as disposições deste artigo se estendam ao funcionalismo estadual e municipal, bem como ao operariado.

Art. 135. O tempo de serviço no Exército ativo, prestado durante a paz, será contado para aposentadoria em cargo civil; quando, porém, for prestado na guerra, será contado pelo dobro.

§ 1º Nos contratos de arrendamento de vias férreas e de execução de obras públicas federais, o Governo explicitamente reservará um terço dos lugares para os voluntários ou sorteados que tenham concluído o tempo de serviço no Exército ativo. § 2º Aos sorteados e

Passados onze anos, nada do fixado em lei havia sido praticado e, em 1941, esses reservistas, organizados enquanto uma classe e com cerca de 6.000 associados, aparecem nos documentos do sistema repressivo, reclamando os direitos previstos em lei a todos os profissionais das forças armadas. Ou seja, a lei de garantias sociais aos reservistas não estava sendo aplicada, gerando uma série de descontentamentos cuja dinâmica passou a ser controlada pelos agentes do sistema de informações.

Em Pernambuco, o Centro de Reservistas das Classes Armadas iniciou uma série de encontros com o intuito de discutir sua situação e, imediatamente, a administração central do sistema repressivo se manifestou. Assim, por exemplo, a proibição de realização de um segundo encontro foi formalizada pelo Cel. Manoel Araripe de Faria da 7ª RM, 2º sessão, em ofício dirigido ao Secretário de Segurança Pública, pois eram suspeitos de estarem articulando um movimento contra a ordem pública.²⁰⁹ Tal ordem foi lavrada após o Cel. receber denúncia verbal sobre isso, advinda do delegado Mamede, do Serviço de Ordem Política e Social, e a prova era um folheto que conclamava todos os

voluntários que concluírem o tempo de serviço no Exército ativo concederá o Governo, quando requererem e isentos de qualquer despesa, lotes de terra nos núcleos coloniais por ele custeados. § 3º Os sargentos e cabos engajados têm preferência sobre quaisquer cidadãos, reservistas ou não, para o preenchimento de empregos que não exijam o provimento por concurso, desde que tenham, pelo menos, estes cinco ou aqueles oito anos de serviço militar, tudo de acordo com o respectivo regulamento. Art. 136. Os cidadãos sorteados ou os voluntários, enquanto estiverem no serviço ativo, terão direito à concessão gratuita de títulos científicos a que tenham feito jus de escolas federais ou subvencionadas pela União, de que fossem alunos ao serem incorporados. Parágrafo único. Os voluntários, ou os sorteados que forem estudantes matriculados, têm o direito de prestar exames na época própria, embora não frequentem as escolas em consequência do serviço militar.

Art. 137. Os comandantes da região e circunscrição solicitarão dos Presidentes e Governadores dos Estados, compreendidos na sua jurisdição, as providências que julgarem convenientes para a boa execução das disposições deste regulamento. Art. 138. Para que se tornem efetivas e possam ser aplicadas aos alistados e sorteados, que não observarem as disposições estabelecidas neste regulamento. Os comandantes de regiões e circunscrição farão capturá-los ou solicitarão das autoridades policiais a captura dos mesmos. Art. 139. O Ministro da Guerra poderá nomear oficial da ativa para inspecionar os serviços de recrutamento e, em tempo oportuno, expedirá as instruções que forem necessárias para a execução das disposições deste regulamento. Art. 140. Durante os períodos em que não funcionarem as juntas de alistamento, os delegados distritais do Serviço de Recrutamento terão direito à gratificação que lhes competir, como si elas estivessem funcionando. Em caso de mobilização do Exército, geral ou parcial, perceberão todas as vantagens pecuniárias do seu posto atribuídas aos mobilizados". Decreto nº 15.934, de 22 de janeiro de 1923. Título XVIII, Disposições Gerais, Capítulo XVIII. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15934-22-janeiro-1923-499084-republicacao-90294-pe.html>>.

Acesso em 23 jul. 2015.

²⁰⁹ Centro dos Reservistas das Classes Armadas "Tudo pelo Brasil", nº 0255. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 415.

reservistas a “colaborarem” na “reconstrução política e econômica” do Brasil e a apoiar o movimento paulista dos ex-combatentes. Ou seja, advinda do nível federal, a comunicação passou pelo crivo do Secretário de Segurança, para que este emanasse as ordens à SOPS. Devido à demora da resposta, o Cel. Manoel Araripe de Faria exige novamente uma resposta sobre as providências tomadas pelo Secretário de Segurança Pública de Pernambuco. Após a apuração do folheto, imediatamente o chefe da SOPS solicitou, com dia e horário marcados, que um investigador, infiltrado, colhesse informações sobre a reunião. Segundo o relato do investigador de número 244, haviam comparecido ao evento 150 pessoas, de baixa classe, informando ainda que seria lançado um jornal chamado “A Frente” e que estariam procurando um local para se reunir com um grande número de sócios.

Assim, a partir da abertura da associação, a Seção de Ordem Política num curto espaço de tempo acompanhou de perto as atividades dos reservistas. O recorte de jornal “A Frente” do dia 23 de fevereiro de 1933 foi arquivado no prontuário, bem como os folhetos distribuídos. Como a prática era fazer o reconhecimento dos líderes, em uma folha foram datilografados os nomes e suas ocupações²¹⁰, que em algum momento poderiam ser revisitados para abertura ou confirmação de novos inquiridos.

Salve-se quem puder: A carta de delação de José Avelino de Carvalho

O documento discutido a seguir é uma carta de delação lavrada por José Avelino de Carvalho, na qual se evidencia tanto a articulação entre as polícias políticas e civis e entre as instâncias da federação brasileira no processo repressivo, como as formas abusivas de obtenção das informações.

O tenente José Avelino de Carvalho foi um dos que participou da insurreição de novembro de 1935, no 29º Batalhão de Caçadores da Vila Militar

²¹⁰ “Conselho Central: Waldemar Montenegro, Wenefrido Alves, Milton Leal, Manoel Domingues Tavares, Amphilóquio Cavalcanti, Dr. José Gomes Pinto Alvaro Galvão; Conselho legislativo: Dr. Francisco Caldas de Araújo, Altino Gitirana, Arnobio Gonçalves Mello, Ivan Cavalcanti, Arlindo Gonçalves Albuquerque, Antonio Miranda Souza; Conselho judiciário: José Torres, Rubens Macedo, José Candido; Conselho do trabalho: José Lopes Ramalho, Emidio Pereira da Silva, Enedino Lira Mercez. Centro dos Reservistas das Classes Armadas ‘Tudo pelo Brasil’”, nº 0255. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 415.

Floriano Peixoto em Socorro, localizado no município de Teresina, no Estado do Piauí, subordinado diretamente a 10ª Região *Militar*, em Fortaleza. A insurreição foi liderada pelo Tenente Lamartine Coutinho Correia de Oliveira e Roberto Alberto Bomilcar Besouchet. Teve ainda a participação de Waldemar Diniz Henriques, Antônio Alves Damasceno e Augusto José Bezerra²¹¹.

A carta foi endereçada ao Capitão Baptista Teixeira e retransmitida ao Delegado Fábio Correia em abril de 1941, todos de Pernambuco. Esta carta pode ter comprometido diversos amigos e conhecidos de seu delator e “colegas” revolucionários, para talvez, quem sabe, conquistar algum tipo de relaxamento de prisão ou “perdão” confesso, ou quem sabe tornar-se um espião, segundo podemos observar de sua leitura.²¹²

Apesar da carta ter saído do Presídio do Recife, só foi conhecida pela DOPS de Pernambuco dois meses depois, quando a Polícia Civil do Distrito Federal, através da Delegacia Especial de Segurança Política e Social,²¹³ enviou uma cópia para o delegado de polícia de Recife, Fábio Correia. Ou seja, do presídio de Recife, foi diretamente para o controle do governo central e daí, voltou para a instância estadual.

Preso após insurreição, Avelino buscou chamar a atenção do responsável imediato por sua prisão, o capitão Baptista Teixeira, contando-lhe casos que viera a conhecer quanto estava na casa de detenção. Ele vai dando nomes, posições militares, mas, sobretudo, observa-se que busca incriminar o comitê central do PCB. No início de sua carta ele acusa o tenente Bezouchet

²¹¹ Para maiores informações sobre o levante consultar: OLIVEIRA. Costa, Homero de. A comunista de 1935 [recurso eletrônico] / Homero de Oliveira Costa. – Natal, RN: EDUFRRN, 2015. 5,8 Mb; PDF Modo de acesso: <<http://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/1/6223>>. Acesso em: 18 out. 2016.

²¹² “Não há na historiografia referências sobre este caso. Como não foram consultados outros arquivos não é possível analisar a veracidade deste assunto. Porém o que ressaltamos é o caso de uma possível morte de agente secreto descoberto em sua função”.

²¹³ Ofício (1933-1946). Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Nota Reservada. G.T nº 000172. De Alaidio A. do Amaral – Delegado Especial de Segurança Política e Social ao Delegado de Ordem Política e Social do Estado de Pernambuco: Dr. Fábio Correa. “Transmito a V.S., por cópia, para conhecimento e fins convenientes, uma carta firmada pelo preso político JOSÉ AVELINO DE CARVALHO, recolhido à Casa de Correção desta Capital”. Rio de Janeiro, D.F, 12 abril 1941. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

(sic), que também participara da insurreição²¹⁴, de pedir o ocultamento de um foragido do Exército, alcunhado “Alemãozinho”.²¹⁵ Este, por sua vez, contara-lhe que estava foragido porque tentara matar um cabo suspeito de infiltração policial no quartel, justamente com seu irmão Joaquim Pimentel de Alencar, vulgo Piauí, um cabo e um outro tenente, em um morro próximo do quartel. Feriram-no numa cerca de arame, acertaram-lhe a cabeça e deram-lhe facadas, após o que, retornaram calmamente ao quartel. Mas o *pseudo* policial sobreviveu e todos se viram obrigados a desertar²¹⁶.

O outro caso delatado por Avelino foi este que: “havia no 21º B.C. em 1935 um tal Tenente Santoro, que muito combatia os comunistas. Por isso o ‘Comitê’ local resolveu eliminá-lo. Para tal encarregaram o soldado Manoel Bento Silva, vulgo Alemão, do 21º Batalhão, e mais dois para executarem o serviço. Na fala de Avelino os três foram vestidos de soldados da polícia, para o Tirol e com toda naturalidade diz que Santoro saiu “ileso” perdeu apenas um

²¹⁴ Após a Insurreição comunista, “Alberto Bomílcar Besouchet foi para a Espanha. Participou da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) nas fileiras do Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM), de orientação antiestalinista, onde alcançou a patente de coronel. Foi ferido em combate. Em maio de 1937 participou dos conflitos de Barcelona, onde milícias comunistas entraram em choque com contingentes do POUM e dos anarquistas. Acusados pelos comunistas de montarem um complô fascista, os líderes do POUM foram presos no mês seguinte e suas colunas militares desmanteladas. Andrés Nin, o presidente do POUM, foi fuzilado e Besouchet morreu em circunstâncias ignoradas. Segundo Barreto Leite Filho, foi executado por ordem dos estalinistas”. Fontes: CARNEIRO, G. *História*; DULLES, J. *Anarquistas*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934); SILVA, H. 1935; *Temas de Ciências Humanas* (9) *apud*

<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/besouchet-alberto-bomilcar>>. Acesso em: 17 out. 2016. Sobre brasileiros na Guerra Civil Espanhola, consultar: OLIVEIRA, Eliane Venturini de. *Republicanos y Rebeldes más Allá de Las Fronteras: Brasil y La Guerra Civil Española*. Tesis Doctoral. Universitat de València Facultat de Geografia I Història Departament d’Història Contemporànea. Valencia, 2015. Disponível em: <<http://mobiroderic.uv.es/bitstream/handle/10550/53031/Republicanos%20e%20Rebeldes%20mas%20alla%20de%20las%20fronteras%20-%20Brasil%20y%20la%20Guerra%20Civil%20Espanola.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 out. 2016.

²¹⁵ Identificado apenas como irmão de Joaquim Pimentel de Alencar.

²¹⁶ “Mas eis-nos se não quando, reboa a noticia, que a vítima em estado de coma achava-se na enfermaria do B.E. Imediatamente o Tenente nos arranhou dinheiro e roupa, e desertou-nos para aqui. Enquanto ele – o Tenente – vai ver o que faz. Vim com meu irmão Piauí que já esta em local seguro. Não tendo eu um local seguro, fora o mesmo encaminhado ao Dr. Alcedo Coutinho, que, mandou-o para Natal onde ficou até o movimento rebelde. Depois disso segui para Mossoró não sendo preso até agora. O Piauí permaneceu escondido em Recife, até deflagrar o movimento. Estando em consequência preso em Fernando. Logo que ali chegamos, o Soveral contara ao Piauí, que o desfecho no B.E. fora: O Tenente conseguiu ser presidente do inquérito, e assim nada apurou-se”. Ofício (1933-1946), Carta de José Avelino de Carvalho. Casa de Detenção, 17 de fev. 1941. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

braço em consequência dos ferimentos graves. Mas seguindo as normas dos inquéritos de Quartel, nada foi apurado.

Sobre o terceiro caso, contado por Alelino, diz que só contará quando o delegado entrar em contato com ele, e continua, instigando para que entre em contato com ele: “trata-se apenas de uma informação sobre a situação conspirativa de Recife (em Março de 38) bem como os nomes e funções, dos seus então dirigentes, bem como suas ligações civis e militares, até onde me foi possível saber”²¹⁷.

Após tais afirmativas, possivelmente, no intuito de “colaborar” ou mesmo “retalhar” seus companheiros, Avelino continuou: “agora quero falar um pouco do meu caso. Primeiramente quero pedir-vos desculpar minha fraqueza e permitir-me usá-la. Vós sois culto e arguto, por isso confio que ides julgar o que vou dizer, sem mágoas e dentro de um juízo parcial”:²¹⁸

São decorridos 8 meses que vim da ilha, sem que durante este período de observação e apesar das minhas insistências, eu tenha podido avistar-vos. Em parte tendes razão. Muitos teem (*sic*) iludindo-vos talvez (ou julgado iludindo-vos) mas meu caso é bem outro. Haveis de convir que eu também tenho tido muitas desilusões na vida, e que muitas promessas me teem falhado. Minha reserva até agora convosco, decorreu tão somente, da vossa para comigo. E, se não fosse o Miranda ficaríamos assim a vida inteira; cada qual mais bem-intencionado e cada um mais desconfiado com o outro. Para uma cousa, entretanto eu peço a vossa atenção, embora eu já esteja seguro do Homem com quem falo. Um Homem moço como eu, cheio de vaidades, próprias do meio e da idade, não toma uma atitude como a minha, sem uma razão muito forte. O homem que tem um passado militar brilhante como o meu (firmado em 31, 32 e 30 ao lado do atual Governo) e um igualmente revolucionário; e que deixando tudo isso, desce até a delação, Sr. Capitão, não pode ser um simples descontente, deve haver um drama íntimo superior a tudo isso. Quando falo aqui em delator não subentendo o julgamento dos comunistas. Estes além de não me interessarem, são mortais como eu. Refiro-me é ao julgamento da história de meu Estado, por um movimento armado. Conspirei, levantei parte do B.C., assumi o comando deste, quando Bezouchet foi ferido; marchei depois sobre Recife; abatido recuei para o Sertão e fui preso à frente de um grupo. Recife inteiro, inclusive minha família, sabem quem sou e o que fiz. E sou eu Sr. Capitão, que renegando tudo isso (que orgulharia qualquer outro) escrevo, que ficará sobre minha cabeça, qual ‘Espada de Damocles’. O homem que procede assim conscientemente, é porque adquiriu outra concepção da vida e quer dar-lhe nova orientação. Não são 2 anos e 7 meses que me faltam (quando já tirei 5 e 4 meses) que me levam a isso. Os motivos são outros²¹⁹.

²¹⁷. Ofício (1933-1946). Carta de José Avelino de Carvalho. Casa de Detenção, 17 de fev. 1941. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

²¹⁸ Idem, idem.

²¹⁹ Ibidem.

Avelino continuou afirmando que são muitos os motivos de suas delações e que gostaria, em uma oportunidade, de relatar tudo ao capitão Baptista Teixeira. Em sua carta, queixou-se da situação miserável que se encontrava na prisão, das calúnias que recebeu e insultos a “toda hora”, sem ter em quem apoiar-se, e continuou: “Estou como um náufrago, que, depois de exaurir as forças debatendo-se com as ondas, cai numa ilha cujos habitantes lhe fogem, deixando após si a calúnia e a intriga”:

Que eu fosse um vacilante (suponhamos) acaso poderia recusar? Qual é o comunista que acreditaria, eu ter vindo da Ilha e ter passado aí 70 dias, sem ser para nada?! Eu próprio não cria o fato sendo como outro. Sabeis de que me acusam entre outras cousas? De haver em 38 orientado a polícia de Recife sobre a prisão do Tenente Tourinho; e agora de ter concorrido para o suicídio do Pascácio, confirmado as delações de Miranda. No primeiro caso, por eu não ter apanhado quando fui preso, apesar da polícia saber que eu estivera com Tourinho, e, por ter sido sua prisão poucos meses depois da minha. E no segundo por termos sido requisitados para aí no mesmo dia. Portanto que posso eu esperar deles? Era preciso que não os conhecesse, e não soubesse o destino que outros tiveram, por menos de um milésimo das acusações que pesam sobre mim. Sem mais peço-vos desculpar-me, se usei aqui de alguma irreverência e estou ao vosso inteiro dispor. Casa de Correção, 17 de fevereiro de 1941. (a) José Avelino de Carvalho²²⁰.

No interior da documentação pesquisada não identificamos qual foi o transcorrer da história de José Avelino de Carvalho. Entendemos que ele possa ter continuado preso.

A ação repressora das Forças Armadas e Policiais contra o perigo estrangeiro no contexto da II Guerra Mundial

Como vimos, a partir de 1935, a justificativa do “anticomunismo” dominou os relatórios e trocas de informações entre as delegacias.

²²⁰ Idem.

A partir de 1942, com a entrada do Brasil na II Guerra, o perigo estrangeiro²²¹ ocupou juntamente com o anticomunismo o cotidiano repressor de policiais da DOPS de Pernambuco assim como o das Forças Armadas e diversos outros órgãos. A comunicação entre os diversos órgãos ocorreu através das trocas de informações por rádio, telégrafos e correspondências advindas das diversas regiões do Brasil, incluindo internacionais, como o caso dos Estados Unidos. Assim, por exemplo, em 1942, a polícia da Delegacia Especial do Distrito Federal solicitou informações sobre Lorenzo Cazzola; Miquelini e Furozzi, suspeitos de pertencerem ao Centro Americano de Operações que, segundo eles, era controlado por Berlim. A alegação era a de que esses iriam promover “sabotagem em alta escala à maneira do que foi feito nos Estados Unidos da América” e que teriam planos de fazer o mesmo em países da América Latina. Para esse serviço o delegado Fábio Correia da DOPS/PE²²² enviou Francisco Lima, mas as conclusões do agente foram negativas, pois, ainda que Cazzola, Miquelini e Furozzi estivessem em Recife, “nenhuma atividade empreenderam no sentido de perturbar a ordem e desmoronar a estrutura econômica do Estado, em face da constante vigilância desta polícia em torno de elementos suspeitos, do que é prova o ambiente de calma que se observa em todas as fontes produtoras e na população em geral”.²²³

A DOPS de Pernambuco não só executava os pedidos de investigações e de prisões, como também os solicitava, sob qualquer suspeita, como se verifica na troca de ofícios entre o Delegado Fábio Correia e o Delegado Baptista Teixeira no Rio de Janeiro sobre um alemão de nome Erwin

²²¹ Muitos estrangeiros foram presos pelo que denominaram como medida de segurança sem sequer terem provas ou denúncias, como foi o caso de Martin Peter Fruedrich Petzold, Werner Tiedemann e Albert Muhlethaler, por tentarem ir para Recife. Ofícios (1939-1946). Ofício nº 695. Delegacia de Ordem Política e Social: Fábio Correa ao Delegado de Segurança Política e Social: Teobaldo Neumann. Recife, 10 ago. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

²²² Ofícios. G.T. nº 000128. Nota reservada. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Delegado cap. Baptista Teixeira ao Delegado de Ordem Política e Social de Pernambuco Dr. Fábio Correia. 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033

²²³ Ofícios. Delegacia de Ordem Política e Social. Serviço de Ordem Social. Encarregado de Serviço: Francisco Lima ao Delegado. Recife, 02 de mar. 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

Backhaus.²²⁴ Segundo o delegado de Recife, Backhaus tornara-se suspeito desde meados do ano anterior (o ofício data de 1942) por suas ligações com o consulado alemão e por suas constantes viagens de avião a diversos pontos do País. A partir de foi então severamente vigiado até ser preso no Presídio Especial de Pernambuco e, por não haver de fato provas consistentes, foi posto em liberdade. Mas, meses depois, um telegrama cifrado emitido pelo Serviço Secreto Norte Americano foi encontrado em poder de Hans Heinrich Sievert e, por serem amigos, Backhaus preso foi novamente²²⁵.

Tanto Backhaus como Heinrich Sievert foram acusados de serem espões alemães e de utilizarem processos químicos²²⁶ para camuflar trocas de informações secretas com relação ao movimento de navios inimigos e neutros, nos portos de todo o Brasil. O curioso é que o depoimento de Heinrich Sievert ao Delegado de Ordem Política e Social em 23 de março de 1942²²⁷ aparece na íntegra, em uma revista intitulada *Revista Semanal Diretrizes*.²²⁸

²²⁴ Sobre a perseguição aos alemães em Recife ver: LACERDA. Maria Lana Monteiro. 'Súditos do Mal': O cotidiano da repressão policial sobre os alemães em Pernambuco (1937-1945). Dissertação de mestrado em história. UFPE, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7237/arquivo3297_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2016.

²²⁵ Ofícios. Nº 304. Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco. Delegado Fábio Correia ao Delegado Especial de Segurança Política e Social: Baptista Teixeira. Recife, 15 abril 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

²²⁶ "Há referência do uso desse processo como "tinta simpática" por Herbert Friedrich Julius Von Heyer, brasileiro, natural de São Paulo, comerciante, solteiro, 42 anos. 'Retransmitia para a Alemanha as informações militares que recebia de agentes alemães que operavam nos Estados Unidos. Essas informações eram escritas em tinta simpática'. 'Confessou que, juntamente com Othmar Gamillscheg, estava providenciando a remessa de uma estação emissora que deveria ser enviada a Recife onde ficaria aos cuidados de Joffre Magalhães dos Santos, ex-investigador desta delegacia e que ali se achava em gozo de licença". Ofícios (1939-1946). Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Reservado. 0655 (310-S4). Delegado Especial de Segurança Política e Social: Olindo Denys. A DOPS de Pernambuco. Fabio Correia. Resposta do Ofício nº 41 encaminhando em 18 jan. 1943. Resposta de Olindo Denys em 9 fev. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

²²⁷ Entendemos que o cruzamento das documentações esclareceria com propriedade muitas das articulações e procedimentos policiais deste período, porém não foi possível fazer novas pesquisas ao arquivo por motivo de não darem acesso a pesquisadores por causa de uma possível digitalização dos arquivos. Encontramos as mesmas referências deste caso na *Revista Semanal Diretrizes*. O Brasil não pode hesitar entre o despotismo e a liberdade. *ERWIN BACKHAUS*. Ano V – n. 108 – Julho, 23, 1942. Rio de Janeiro, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/163880/per163880_1942_00108.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

²²⁸ Depoimento de Heinrich Sievert. *Revista Semanal Diretrizes*. O Brasil não pode hesitar entre o despotismo e a liberdade. Esplendor e miséria da espionagem... Ano V – n. 108 – Julho, 23, 1942. Rio de Janeiro, p. 8, 23, 26. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/163880/per163880_1942_00108.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016. "Revista mensal lançada em 1938 por Samuel Wainer, e transformada em jornal semanal em 1941. Este foi fechado pela primeira vez em 4 de julho de 1944, reaberto em 1945, e definitivamente extinto no final da década de

A ideologia nazifascista alemã causou desconforto e temor às forças militares e policiais, em especial entre os que ocupavam os postos mais elevados e que mantinham contato direto com as dicotomias existentes no período. Nesse contexto de vigilância em que prevalecia o perigo externo da II Guerra Mundial e o interno com relação ao anticomunismo, agentes secretos investigavam cônsules de outros países, em especial os da Itália e Alemanha²²⁹ e em outros casos os que estivessem sob a suspeita de colaboração com esses países do eixo, exemplo do consulado espanhol.

Os pedidos de investigações e prisões podiam acontecer por diferentes motivos. Iam desde denúncias em jornais especulativos ou supostamente verídicos, a um simples diálogo cotidiano ouvido por um agente infiltrado, até pedidos oficiais trocados entre as Forças Armadas Federais e as Delegacias de Ordem Política e Social do Estado. Mas sem dúvida, o contexto da II Guerra Mundial causou pânico nas Forças Militares, policiais, diplomatas e no governo pernambucano, entre outras questões, por causa do poder civil e policial com o qual contava, principalmente, a Alemanha²³⁰. Os agentes deixaram inúmeros relatórios contendo informações sobre o poderio alemão, como o que destacamos a seguir, como exemplo. Uma dessas investigações consistiu em analisar um documento denominado *Anuário Nacional Socialista*, de 1940. Segundo este, existiam 36 divisões da ‘SS’ e cada uma delas era composta por 12.000 homens. “Isto quer dizer que a Alemanha tem pelo menos 432.000 destes agentes, um verdadeiro exército de ocupação. As suas atividades não estão restritas às provisões formais da lei. Werner Best, perito legal da ‘GESTAPO’, preveniu que os inimigos do estado Nazi se colocam fora da lei pela simples oposição à ordem política existente”²³¹.

1940”. Para maiores informações, consultar: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretrizes>>. Acesso em: 8 de abril 2017.

²²⁹ Existe uma vasta documentação no arquivo sobre o assunto nos prontuários funcionais do consulado alemão: nº 29.444 (p. 390 a 530); 29.653 (p. 354-382). APEJE/Secretaria de Segurança.

²³⁰ Esta questão sobre o perigo alemão em Pernambuco é instigante, porém, não adentraremos pelas razões expostas acima.

²³¹ O S.S - que significa essa Organização NAZI “S.S” é a abreviação de “SHUTZ – STAFFEL” (Destacamentos de Proteção) sendo conhecido, também, como o BLACK CORPS (Exército Negro). Criação de 1929 de HIMMLER, como corpo especial de guarda-costas até 1933, o “S.S”. Constitui hoje, ainda sob o comando de Himmler (Também chefe do GESTAPO, que é

Continua do documento: “Empregaremos, sem restrições, toda a força do estado contra estes dissidentes ‘escreveu ele no Anuário da Academia Alemã de Direito, em 1939’. Por enquanto, o plano de intimidação organizado por Himmler, o terror silencioso junto com propaganda em massa e condicionalmente individual, tem se provado suficiente para preservar a moral cívica na Alemanha. Assim os Nazis podem concentrar numa ofensiva contra a moral dos países estrangeiros, em coordenação com a ação militar, guerra econômica e pressão diplomática” ²³².

A possibilidade eminente do conflito Europeu chegar ao litoral brasileiro através do Distrito Federal (Rio de Janeiro), Salvador, Santa Catarina ou Recife passou a mobilizar as forças Armadas e o policiamento numa constante e ostensiva vigilância em torno de imigrantes e estrangeiros naturalizados. Uma dessas observações partiu do Delegado Denys em um boletim em que aparecem brasileiros civis e militares²³³, estrangeiros da Itália e da Alemanha²³⁴, assim como os naturalizados, suspeitos de conspiração, seja ela “comunista” ou nazista. A característica principal dessa documentação era a ligação do grupo a que pertenciam e seu imediato chefe. Tais informações podem ter sido subtraídas por delações, torturas ou meios escusos, como se pode constatar nos exemplos a seguir.

um ramo do ‘S.S’). Alemanha (continuação). Sociedade Beneficiária Alemã, p. 331, 332. 16 fev. 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.653.

²³² Idem.

²³³ “Entre os brasileiros acusados de comunismo e em espionagem nessa documentação estavam: Alexandre Konder, Carlos da Costa Leite (ou Joaquim Fernandes, ou João Carlos da Costa Leite), Brasil Gerson Wander Heyden Gorresen, Ivan Pedro Martins, José Gay Cunha, José Oliveira Andrade (ou Walter Artoza), Jorge Amado, Oswaldo Reifel França, Mary Mercio Martins, Valencio Wurch Duarte, Armando de Araújo da Cunha, Roberto Henrique Faller Sisson, David Capistrano de Costa, José Homem Correa de Sá. Ministério da Justiça e Negócios Interiores”. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Reservado. 0655 (310-S4). Delegado Especial de Segurança Política e Social: Olindo Denys. A DOPS de Pernambuco. Fabio Correia. Resposta do Ofício nº 41 encaminhando em 18 jan. 1943. Resposta de Olindo Denys em 9 fev. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033. Ofícios (1939-1946).

²³⁴ “Italianos: Amleto Albieri, Edmondo di Robilant, Guido Corti; alemães: Rudolf Heirich Adolf Karl Ehrhorn, Heinz Otto Hermann Lorenz. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Reservado. 0655 (310-S4)”. Delegado Especial de Segurança Política e Social: Olindo Denys. A DOPS de Pernambuco. Fabio Correia. Resposta do Ofício nº 41 encaminhando em 18 jan. 1943. Resposta de Olindo Denys em 9 fev. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033. Ofícios (1939-1946).

Entre os processados pelo Tribunal de Segurança Nacional e condenado a 14 anos de reclusão por crime de espionagem estava o italiano de 54 anos, naturalizado brasileiro Amleto Albierim²³⁵, casado, técnico de rádio. Foi preso em setembro de 1942 acusado de espionagem sobre o movimento de navios do Rio de Janeiro e por repassar informações para Enrico di Viccino, conhecido como chefe Supremo da espionagem fascista da Marinha de Guerra Italiana. Trabalhava também para Edmondo di Robilant e Guido Corti²³⁶. Este último, por sua vez, foi preso no mesmo mês de setembro, também era italiano, tinha 40 anos, era casado, engenheiro civil, acusado de ser um dos tesoureiros e chefes da espionagem fascista no Brasil. Consta que ele também era subordinado a Enzo di Viccino e Edmond di Robilant e que “confessou” sua participação nas espionagens, tendo sido igualmente condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 14 anos de prisão em 12 de dezembro de 1942²³⁷.

Em janeiro de 1945 o Serviço de Informações Regional do Estado Maior do Exército incumbiu o general da 7ª Região Militar de entrar em contato com o Interventor do Estado de Pernambuco, para que fosse ordenada à Secretaria de Segurança a proibição de circulação de alemães e japoneses na faixa litorânea de Pernambuco por suspeitas de contrabando de material estratégico²³⁸ e de sabotagens²³⁹.

²³⁵ Consta na documentação que ele fugiu para a Itália possivelmente após sua prisão. Segundo documentação de Hans Heinrich Sievert, Luiz Eugenio Lacerda de Almeida e Wilhelm Pfisterer, foram alguns que presos, pediram *habeas corpus* para o Tribunal de Segurança Nacional e fugiram. Para a DESPS isso era mais do que a prova de condenação em conspiração. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033. Ofícios (1939-1946). Ofício nº 578. Delegacia de Ordem Política e Social: Fábio Correa ao Delegado Especial de Segurança Política e Social: Tte. Cel. Olindo Denys. Recife, 12 jul. 1943.

²³⁶ Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Reservado. 0655 (310-S4). Delegado Especial de Segurança Política e Social: Olindo Denys. A DOPS de Pernambuco. Fabio Correia. Resposta do Ofício nº 41 encaminhando em 18 jan. 1943. Resposta de Olindo Denys em 9 fev. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033. Ofícios (1939-1946). A comunicação nesse caso não foi instantânea, devido entre outras questões a distância e coleta de dados.

²³⁷ Consta na documentação que foi recolhido ao Presídio do Distrito Federal. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Reservado. 0655 (310-S4). Delegado Especial de Segurança Política e Social: Olindo Denys. A DOPS de Pernambuco. Fabio Correia. Resposta do Ofício nº 41 encaminhando em 18 jan. 1943. Resposta de Olindo Denys em 9 fev. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033. Ofícios (1939-1946).

²³⁸ Entre esse material estratégico estavam os minérios utilizados para energia nuclear e aproveitamento dessa energia no Brasil; esse assunto de contrabando de minerais segue por toda a década de 1950. Essa documentação encontra-se em Brasília. Entre eles: CSN. BR_AN_BSB_N8_PSN_EST_638. Outra questão do período era a produção de gasogênio e

Acompanhando este pedido foi enviada uma cópia do início das investigações realizadas em dezembro de 1944 pelo Serviço de Informação do Estado Maior a partir de notícias publicadas nos jornais da Argentina sobre a descoberta de contrabando de: borracha, pneus, platina, cristais, águas marinhas, diamantes, vitaminas e artefatos de borracha enviados a este país por estrada de ferro, navios argentinos e espanhóis, procedente do Pará, Recife, Bahia (indiretamente), Rio e Santos (diretamente)²⁴⁰.

Segundo as investigações estavam envolvidos nesse contrabando: policiais da guarda marítima, da alfândega e “guarda-morias²⁴¹”. Talvez por essa razão tenham sido levantadas as fichas dos funcionários e trabalhadores dos portos, principalmente no Rio de Janeiro, Santos, Recife e Salvador, conciliando com a vigilância em torno do anticomunismo.

Ainda nesse mesmo período, o investigador Erico Coelho Quinan da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, Delegado Especial do Distrito Federal, foi enviado para “apurar o desvio de alguns volumes pertencentes ao Ministério da Aeronáutica²⁴²”.

álcool, para este assunto consultar: MEIRA, Roberta Barros. Defesa e propaganda de combustíveis alternativos durante o Primeiro Governo Vargas: o caso do gasogênio e do álcool. Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG 08 a 11 de outubro de 2014. Disponível em:

<www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1876>. Acesso em: 28/09/2015.

²³⁹ “I- Envio a V. Excia., em cópia, informação sobre contrabando de materiais estratégicos, recebidas do Estado Maior do Exército. II- Cumpri-me, demais, informar a V.Excia. que ponderáveis indivíduos colhidos pelo Serviço de Informações Regional justificam, igualmente, rigorosa vigilância sobre o movimento portuário, sobre toda a faixa litorânea do Estado, vias de comunicação que conduzem do interior para o litoral e, em particular, sobre as atividades dos súditos inimigos e elementos suspeitos de convivência com eles. Faz-se manifesta a conveniência de permanecerem, os súditos alemães e japoneses, afastados do litoral e fora das vias de acesso principais, bem como de restringir ao máximo seus deslocamentos. Esses deslocamentos só se poderão efetuar em caráter excepcional e com prévio consentimento deste comando. III- Solicito, pois, V. Excia., sua valiosa colaboração no sentido de serem mantidos sob vigilância policial, todos os súditos alemães e japoneses residentes no território deste Estado. IV- Aproveito o ensejo para renovar a V. Excia. os meus protestos de mais alta estima e distinta consideração”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 1500. Ofícios Recebidos (jan. a dez 1945). Ofício Reservado 20-B. 7ª. Região Militar. 2ª E.M.R. Cmt. Gen. de Div. Isauro Reguera ao Interventor do Estado de Pernambuco. Informação sobre contrabando e Sabotagem. 11 jan. 1945.

²⁴⁰ Ofícios Recebidos (jan. a dez 1945). M.G. Estado Maior do Exército. 1ª subchefia. 2ª secção. Cópia. 20 dez. 1944. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 1500.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Ofícios. N. 9. Telegrama. Cópia. Divisão de Polícia Civil do Distrito Federal – Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Delegado de Segurança Política: Joaquim Antunes de

Após a experiência da Segunda Guerra Mundial, os agentes da DOPS receberam “treinamento” e foram capacitados para exercer maior controle social e político, de organizações internacionais como a Christian Children’s Fund. Inc. de Richmond – Estados Unidos, a Christian e Nielsen, e o Bureau Central Nacional da Interpol. Foram ainda importadas muitas “técnicas de investigação e, sobretudo, de interrogatório” (SILVA, 2007, p. 118), com o intuito de potencializar e profissionalizar os procedimentos adquiridos para o exercício da repressão. Em 1943 foi solicitada a participação do FBI (*Federal Bureau of Investigation*) para instruir a polícia paulista (HUGGINS, 1998, p. 69-71 *apud* BATTIBUGLI, 2006, p. 138), ou seja, diversos programas e órgãos articulados auxiliaram na instrumentação da repressão.

O centro de vigilância do Gabinete do Presidente Dutra entre 1948 a 1951

A troca de informações iniciada durante a II Guerra Mundial permaneceu em plena atividade no período da Guerra Fria. Boletins produzidos pelo Serviço Regional de Informações da 2ª à 10ª Regiões Militares, fruto da colaboração entre as DOPS Estaduais,²⁴³ eram enviados sistematicamente para o Gabinete do Ministro da Guerra, o general Valdetaro de Amorim e Mello²⁴⁴ e, quando considerados de interesse nacional,²⁴⁵ remetidos ao Presidente Dutra.²⁴⁶

A característica predominante deste relatório de informação é que demonstra a continuidade da vigilância e da repressão. Após o TSE julgar o PCB ilegal, acusado de irregularidade em seu estatuto de fundação, em 10 de

Oliveira ao Delegado de Ordem Política e Social de Pernambuco. Rio de Janeiro, 15 jan. 1945. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

²⁴³ Todo este item foi baseado na seleção e organização por temáticas de documentação disponível no Arquivo Nacional de Brasília. CSN. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_638. Atividade comunista. Do Secretário Geral João Valdetaro de Amorim e Mello ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Jan 1951.

²⁴⁴ Melo foi um dos que participaram da Comissão Militar Brasileira nos Estados Unidos durante a II Guerra Mundial, foi secretário-geral da Comissão de Segurança Nacional e presidente da Comissão Especial de Faixa de Fronteiras.

²⁴⁵ Biografia disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-valdetaro-de-amorim-e-melo>>. Acesso em: 04 out. 2016.

²⁴⁶ Dutra, além de manter a repressão ao PCB enquanto foi presidente, era temido porque em 1935 comandara a repressão no 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos no Rio de Janeiro entre os dias 26 e 27 de novembro. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2016.

maio de 1947, a repressão às células comunistas se intensificou sobremaneira. Só no Rio de Janeiro foram mais de seiscentas, em São Paulo trezentos e sessenta células, vinte e dois núcleos distritais e cento e dois comitês, em Porto Alegre, cento e vinte e três células²⁴⁷. Em contrapartida emergem diversas mobilizações e reivindicações capitaneadas por personalidades públicas e por intelectuais como: Jorge Amado, Graciliano Ramos e Álvaro Moreira, o historiador Caio Prado Júnior, o pintor Cândido Portinari, o físico Mário Schemberg e o jornalista Aparício Torelli²⁴⁸.

O PCB, no curto espaço de tempo em que esteve na legalidade, expandiu sua produção intelectual através da criação de editoras, produzindo oito jornais diários, semanários, revistas, além de influenciar os movimentos sociais e culturais através de campanhas como: a União Nacional, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT).²⁴⁹ Os integrantes do PCB também buscaram fortalecer o movimento estudantil através da União Nacional dos Estudantes (UNE)²⁵⁰.

A troca de informações entre as Delegacias de Ordem Política e Social e as segundas sessões das Forças Armadas referem-se a esse contexto. Portanto, entre os grupos vigiados estavam intelectuais, estudantes, políticos, clérigos da igreja católica, jornalistas, movimentos contestatórios: operariados, militares, camponeses, bem como movimentos de ocupação e redistribuição de terras.

O relatório encaminhado ao Presidente Dutra alertava-o sobre a difusão e crescimento da propaganda em defesa do Petróleo, da Paz e contra a Lei de Segurança Nacional²⁵¹ lideradas por militantes do PCB, mas, sobretudo,

²⁴⁷ Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2016.

²⁴⁸ Nas em que Dutra foi eleito com 55% dos votos, também concorreram: Ledo Fiúza representando o PCB (10% dos votos), e o brigadeiro Eduardo Gomes (35% dos votos). O PCB elegeu 14 deputados e um senador, Luís Carlos Prestes. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2016.

²⁴⁹ Órgão de âmbito nacional que pretendia fazer frente à organização corporativista oficial.

²⁵⁰ Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2016.

²⁵¹ Ver: REZNIK, L. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. São Paulo: FGV, 2004, p. 89-96.

destacava a adesão da sociedade em geral, inclusive de corpos militares e em especial a 7ª Região Militar de Pernambuco. Outra questão apontada pelo general foi o elevado número de vereadores e deputados considerados comunistas eleitos entre 1945 a 1947, dentro da legenda do PSB e do PDT²⁵².

A participação da 7ª Região²⁵³ Militar na insurreição de 1935 conferiu a essa região o caráter de suspeição permanente, aguardava-se apenas um comando para que fossem encetadas as medidas repressoras contra simpatizantes do P.C. nela infiltrados. Dizia-se, por exemplo, que em Recife habitavam os “maus brasileiros” seguidores da “linha de Moscou”.²⁵⁴

Mais de trinta agentes secretos da DOPS foram enviados simultaneamente para a cidade de Recife e cercanias com a missão de identificar políticos, comerciantes e militares que apoiassem o P.C.B. durante o período de abertura política. Os boletins produzidos nesse período foram enviados ao Exército com cópias transcritas e reescritas contendo nomes e posições políticas²⁵⁵. Dentre as Forças Armadas, em franca vigilância estava a

²⁵² “- É incontestável a existência de uma agitação comunista em todo o país, que se manifesta de maneira homogênea, sendo a “linha” do P.C. rigorosamente obedecida. As campanhas do Petrôleo, da Paz, da Lei de Segurança, são assinaladas do mesmo modo e ao mesmo tempo por todos os Comandantes de Regiões Militares. - O meio militar, se bem que até agora, de algum modo, imune à propaganda subversiva, é sem dúvida o mais visado. Entretanto, certos afloramentos que tem notado, principalmente na jurisdição da 7ª R.M., são indícios de que a propaganda existente também na tropa. - As facilidades – de consequência funesta para a Nação – que o sistema democrático oferece à propaganda comunista, parecem aconselhar medidas acauteladoras, consubstanciadas em lei. Assim, pelas informações vindas a lume, verifica-se a completa inoperância de nossas leis no combate à ideia comunista, propaganda abertamente em todas as oportunidades pelos adeptos do credo de Moscou, sem excluir os seus partidários eleitos em cambalachos pelos partidos democráticos existentes”. Arquivo Nacional de Brasília. CSN. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_638. Atividade comunista. Do Secretário Geral João Valdetaro de Amorim e Mello ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Jan 1951.

²⁵³ A 7ª RM compreende: PE (Recife, Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Belo Jardim); RN (Natal, Caicó); PB (João Pessoa, Bayeux, Cajazeiras, Campina Grande); AL (Maceió, Penedo, Arapiaca). Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.125/3570>>. Acesso em: 13 out. 2016.

²⁵⁴ “É sabido que as medidas de ordem preventiva são muito mais eficientes e armam melhor o Governo contra todas as formas de exploração demagógica. Urde, assim, por tais medidas em execução em toda parte, muito embora a máquina repressiva esteja apta a funcionar a qualquer momento. 5 - Peço a atenção de VOSSA EXCELÊNCIA, especialmente, para o caso da 7ª R.M., já uma vez traiçoeiramente conflagrada pelos que maldosa e impatrioticamente seguem a ‘linha’ de Moscou, onde maiores tem sido as atividades desenvolvidas por tão maus brasileiros”. Atividade comunista. Do Secretário Geral João Valdetaro de Amorim e Mello ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Jan 1951. Arquivo Nacional de Brasília. CSN. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_638.

²⁵⁵ Ofício n.360-A2. Do Comandante interino da Base. 6 out. 1954. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4622 *apud* RICARDO, 2009, p. 71.

Base Aérea Recife, em cuja região teria sido aberta uma célula do Partido Comunista e seus associados passaram a compor as listas de indesejáveis da Aeronáutica²⁵⁶.

Como foi possível observar, a abertura política serviu para descortinar os militares e civis que possivelmente eram coniventes com o programa do Partido Comunista. As listas produzidas pela DOPS de Pernambuco foram reaproveitadas por diversas vezes, muitos militares foram intimados a depor e dar esclarecimentos. A DOPS serviu para o Serviço Regional de Informação da 7ª Região Militar como um “arquivo vivo”, cuja base de dados podia ser consultada a qualquer momento, como exemplo os denunciados da insurreição de novembro de 1935²⁵⁷. As listas *policialescas* visavam registrar o maior número de pessoas possível, ia desde operários, militantes a militares²⁵⁸.

Foi durante a abertura política de 1945 que muitos dos militantes, seguidores, defensores e apoiadores da linha política do Partido Comunista foram identificados. A propalada abertura serviu para que a vigilância às Forças Armadas continuasse e que essa, como estava fazendo com a sociedade em geral, olhasse a “democracia” com estranhamento. Enquanto não podiam agir

²⁵⁶ “CARLOS PLACIDO MARQUES – 75 – Consta o mesmo nome na.S.S., apontado como elemento filiado à Célula Comunista da Base Aérea de Recife, em 24.6.1947. Não registrando prisão. CIRIACO DO NASCIMENTO MARQUES – 80 – Consta o nome do mesmo, prontuariado nesta delegacia, em virtude de comunicação feita pelo S.S. em 24.6.1947, apontado como elemento filiado à Célula Comunista da Base Aérea. Em 8.6.1950 foi apresentado a esta delegacia por uma escolta da Base Aérea, para averiguações policiais, sendo posteriormente, posto em liberdade. 140 – FRANCISCO ANTONIO FERREIRA – Consta o mesmo na comunicação fornecida pelo S.S., apontado como elemento comunista, filiado à Célula Comunista que atuava na Base Aérea, em 24.06.1947”. Consta, ainda o mesmo nome filiado à Célula Comunista ‘José Bezerra’, em 12.2.1946 em Olinda. Existe aqui apenas assinatura. 9 abr. 1946, 14 jun. 1946. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.922. *apud* RICARDO, 2009, p. 74.

²⁵⁷ “Venho pela presente, denunciar a V.S., a existência de uma coluna comunista, na Base Aérea do Iburá, a qual se encontra em pleno funcionamento, não bastando o fechamento do Partido. Dirigem-na, o indivíduo Demócrito Ramos da Silveira suplente de deputado pelo PCB que é ali empregado e bastante conhecido da polícia, como elemento de grande projeção e confiança do Partido, desde a sua fundação. Tomou parte do movimento de 1935, tendo cumprido sentença no então Presídio de Fernando de Noronha”. Ofício n.23. Cópia. DOPS. Divisão de Ordem Econômica. Recife, 31 jul. 1947; 25 jul. 1947. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4622.

²⁵⁸ “[...] acolitado pelo não menos perigoso Delmiro Rone de Melo, motorista daquela Base; Dr. Júlio Santos, engenheiro eletricista; Rubens Cristiano dos Santos, chefe do escritório, Miranda, chefe do serviço geral de abastecimento; João Pedro da Silva, operário; Josué Campos da Silva, operário, residente em Jaboatão e outros que o nosso serviço de informação não conseguiu identificar. Ao todo, são 10, os elementos integrantes da célula aludida [...]” Ofício n.23. Cópia. DOPS. Divisão de Ordem Econômica. Recife, 31 jul. 1947; 25 jul. 1947. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4622.

por falta de leis que autorizassem a perseguição ao comunismo, os Serviços Secretos das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) de diversos Estados²⁵⁹ do Brasil trocavam informações com os arquivos das Forças Armadas, em especial o Exército.

Como podemos observar, por mais que a arquitetura da repressão estivesse montada e pronta para agir, não podia fazê-la diretamente por causa da abertura política vigente. É nesse contexto que identificamos no relatório secreto²⁶⁰ enviado a Dutra, informações sobre integrantes ou militantes do partido comunista que haviam sido presos em 1935 e que estavam assumindo cargos públicos por vantagens eleitorais, no caso de Pernambuco, e que a “culpa” da disseminação do ideário comunista se dava em consequência da tolerância e vigência do então intitulado “regime democrático”²⁶¹.

Para o general Morim e Melo, baseado em Pernambuco, bastava a participação em alguma campanha nacional para que a adesão da população ao ideário comunista se consumasse. Dizia ele que a precariedade da região era o principal problema: a falta de cumprimento das garantias sociais aos menos favorecidos, a falta de fiscalização das leis de trabalho, o diminuto número de civis e verbas nos órgãos públicos ou departamentos estariam

²⁵⁹ Assunto tratado na dissertação de mestrado de Nilo Dias de Oliveira, como o caso do Serviço Secreto de São Paulo disponível na “família documental 50-Z-9 229 pastas – Documentação do II Exército e do DOI-CODI”. OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil – década de 1950) Sistema repressivo num estado de natureza autocrático**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2009, 313 pp.

²⁶⁰ “1- Em 11 de outubro de 1949, tive oportunidade de encaminhar a VOSSA EXCELENCIA o processo nº 590/49, desta Secretaria, versando sobre atividades comunistas no Estado de S. Paulo. Agora chegam a esta Secretaria, vindos de todas as Regiões Militares, relatórios dos respectivos comandantes, sobre o mesmo assunto, acompanhados de farta documentação. 2 - Aproveitando – oportuna e inteligentemente – as facilidades que o regime democrático vigente assegura a todos os cidadãos brasileiros, vem os partidários do comunismo desenvolvendo intensa campanha, que cada dia mais se avoluma, em todo o território nacional”. Idem.

²⁶¹ “3 – Vale acentuar que entre as maiores facilidades encontradas pelos inimigos do regime sobressai, de maneira alarmante, a tolerância, e mais do que isso, o oportunismo de homens de responsabilidade no governo dos Estados, que admitem no serviço público – por sentimentalismo ou, o que é pior, visando positivamente vantagens eleitorais – indivíduos havidos como comunistas militantes, alguns dos quais processados, e mesmo egressos das prisões, como responsáveis ou participantes do levante comunista de 1935. E não se diga que o faze, por ignorância. Tais governantes foram e continuam a ser publicamente advertidos não somente pela imprensa – que poderia ser acoimada de partidarismo – mas também pelas autoridades militares, que sentem a propaganda vermelha insinuar-se perigosamente pelos quartéis adentro, pondo em sério risco a ordem e a disciplina e gerando nas guarnições militares, desse modo, um estado de desconfiança latente, incompatível com a finalidade e com a própria natureza das Forças Armadas”. Atividade comunista. Do Secretário Geral João Valdetaro de Amorim e Mello ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Jan 1951. Arquivo Nacional de Brasília. CSN. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_638.

inviabilizando a contenção da difusão do ideário comunista e que, portanto, estaria o governo em perigo por causa da “deficiência da defesa do governo, no tocante à feitura e execução de leis que visem beneficiar as populações menos favorecidas, as quais deveriam constituir e salvaguardar das nossas instituições e evitar a formação do clima propício ao crescimento do comunismo”²⁶².

Continuou: “a falta de fiscalização das leis do trabalho, por insuficiência ou incapacidade do pessoal encarregado, constitui outro fator negativo que tem comprometido a administração pública e servido aos propósitos da propaganda comunista. Vale lembrar que em Pernambuco, cujo parque industrial é responsável e onde o nível de vida das populações menos favorecidas é lamentavelmente baixo, o Delegado do Ministério do Trabalho afirma em relatório ‘para ressaltar a minha (dele) responsabilidade funcional’, que é precária a situação administrativa da Delegacia Regional, ‘não só no que se refere ao número de servidores, mas, igualmente, no tocante à deficiência de material’. Basta citar que para um quadro previsto de 41 funcionários, somente existem em exercício 28. Esta mesma Delegacia Regional, por onde transitam mais de 15.000 processos por ano, apenas dispõe de uma verba de 7.000,00 anuais e as 8 máquinas de escrever existentes, ‘a maioria em condições imprestáveis’, têm mais de 9 anos de uso”.²⁶³

A instalação de uma *pseudodemocracia* inviabilizou juridicamente a ação repressiva das Forças Armadas, mas não impediu a vigilância, troca de informações e a da culpabilidade produzida pelas DOPS, que entre muitas formas de repressão, prendeu e desempregou a quem perseguiu. Criou, inclusive, condições favoráveis para a instalação bonapartista de 1964²⁶⁴,

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ “Este assunto não será abordado; há, no entanto, uma vasta produção intelectual nas diversas áreas do conhecimento, desde tecnológicas a humanas. A vasta produção acadêmica escrita a partir da abertura de documentos em diversas DOPS do Brasil e arquivos internacionais fazem parte dessa produção historiográfica, muitos dos quais são clássicos e outros contemporâneos”. Como: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Integram ainda a coletânea os seguintes livros que foram reeditados em 2014: GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; ROLLEMBERG, Denise. **Esquerdas revolucionárias e luta armada**. In: FERREIRA, Jorge;

usando, portanto, como mecanismo a violência: o desemprego, a opressão e o flagelo.

Cada Região Militar manteve ligações com as Delegacias Auxiliares (de ordem política e social – DOPS), mas como nem todas estavam alinhadas na repressão ao comunismo, o Exército lançou seus próprios agentes secretos, vigiando a polícia, os órgãos públicos, o próprio Exército e os governantes locais.

As raízes do golpe de 1964, ainda em 1949

Apesar do Exército se posicionar numa esfera de defesa nacional, ele necessitava manter uma ligação estreita com as Delegacias de Ordem Política e Social Estaduais para manter-se informado. Esta foi uma das principais dificuldades em fins de 1940 dos comandantes das Regiões Militares²⁶⁵ pois, além de cortejarem tal relação, também ficavam rendidos dadas dificuldades de estrutura ou mesmo de não colaboração entre os departamentos de

DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Volume 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 43-91; GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987; FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). O Brasil republicano. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 167-205; FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997; MATTOS, Marcelo Badaró. **Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia**. Revista História & Luta de Classes, nº 1, abr., 2005, (pp. 7-18); MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969**. Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85 <www.revistatopoi.org>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518-3319-topoi-14-26-00062.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016. VALLE, Maria Ribeiro do (Org.). **1964 – 2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos**. Cultura Acadêmica, São Paulo, 2014, p. 174. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-temas-em-sociologia-n7.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016; PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. **Repressão e diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do golpe de 1964 no Rio Grande do Norte**. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 593-603, dez. 2004. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9983/7416>>. Acesso em: 10 out. 2016.

²⁶⁵ As regiões militares (RM) do Exército Brasileiro (equivale a Divisões do Exército). Cada RM abrange diversos estados. Há regiões com apenas um ou dois estados, para estados muito importantes (em termos de renda, população e/ou problemas relacionados a armas de fogo e/ou disponibilidade). FERNANDES, Rubem César. **Brasil: as armas e as vítimas** (coord.). 7 Letras, Rio de Janeiro, 2005, p. 135.

Divisões: 1ª RM (RJ, ES); 2ª RM (SP); 3ª RM (RS); 4ª (Parte de MG); 5ª RM (PR, SC); 6ª RM (SE, BA); 7ª RM (AL, PE, PB, RN); 8ª RM (PA, AP); 9ª RM (MT, MS); 10ª RM (MA, PI, CE); 11ª RM (TO, GO, Brasília, parte MG); 12ª (RO, RR, AC, AM). Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.125/3570>>. Acesso em: 19 out. 2016.

informações. Exemplo da 7ª RM que comportava os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, cada uma respondia a um delegado que colaborava ou não com os pedidos de informações dos generais militares, dificultando dessa forma a precisão de cada informação. Como por exemplo, do policiamento da Paraíba e Alagoas, questionados por sua falta de recurso e aparente tranquilidade²⁶⁶.

A ação da polícia política entre as Regiões Militares visou identificar os líderes, militantes e simpatizantes. Como não podiam agir por falta de leis específicas, usaram de métodos não convencionais, como por exemplo, a procrastinação na entrega de passaportes, a sabotagem aos meios de sobrevivência das pessoas identificadas, no desmonte de oficinas, na proibição de eventos, vendas de selo, jornais, arrecadação de donativos e festivais artísticos.

Entre as propagandas de maior repercussão nacional estava a campanha *Pró-Paz e O Petróleo é Nosso*. Além desses, as Regiões Militares diagnosticaram a *Passeata da Fome, o III Congresso de Jornalistas, o Congresso no México, a Campanha da Imprensa Popular, a Campanha contra a Lei de Segurança, os comícios relâmpagos*, todos como obra de militantes do PCB. Trocando informações entre as regionais, a 6ª RM informou sobre os fatos ocorridos em outubro de 1951, em Salvador: “Os líderes intelectuais, sub líderes e testas de ferro continuam intensa propaganda escrita, oral e fonada, explorando, a seu modo, os fatos da política estadual, federal e internacional”. Jornais fazem a propaganda escrita, diziam os agentes, os ‘comícios relâmpagos’ fazem a oral e os autofalantes em automóveis fazem a fonada. Os principais assuntos ventilados pela propaganda vermelha foram: aumento do salário, ‘o petróleo é nosso’, ‘Congressos de Paz e Cultura’ e ‘passeata de fome’. (...) [o movimento na Bahia em torno dos assuntos mencionados foi intenso, ocorreram muitas passeatas, convenções e congressos, a participação de estudantes – Anísio Teixeira apresentou-se como socialista e os estudantes perante os militares seriam comunistas]. Sobre o ‘O Petróleo é nosso’: Numa

²⁶⁶ Atividade comunista. Do Secretário Geral João Valdetaro de Amorim e Mello ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Jan 1951. Arquivo Nacional de Brasília. CSN. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_638.

mesa redonda presidida pelo General Juarez Távora para os alunos da Escola Politécnica, foi o mesmo general classificado pelo 'O Momento' de entreguista. O engenheiro comunista Fernando Santana foi o principal aparteador do General. Há uma intensa campanha dos comunistas contra os Estados Unidos, cujos tentáculos no Estado da Bahia são, dizem eles, a SIMMEL, a ORQUIMA e S.A. Magalhães²⁶⁷.

Os relatórios das Regiões Militares tiveram em comum a identificação de comunistas ou simpatizantes eleitos pela legenda do PSB e PTB para os cargos de vereadores, deputados Estaduais e Federais e governantes, eleitos e administradores de primeiro escalão acusados de exercerem atividades comunistas no meio operário, camponês, militar, policial e administrativo. A imunidade parlamentar deixou o policiamento travado. Os vereadores, deputados e governantes eram chamados à delegacia para prestar informações e em seguida eram liberados. Tanto os militares como a polícia política queriam mudar a legislação para poderem reprimir. Enquanto não podiam efetivamente atingir os grupos vigiados, iam identificando-os e criando prontuários comprobatórios como o ocorrido na: 10ª Região Militar, em que estavam envolvidos os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará nas campanhas "Pro-paz".

Concluíram que a propaganda comunista estava sendo intensa na 10ª RM e que teriam estado à frente muitos dos vereadores e deputados eleitos, "em virtude das imunidades que a lei lhes assegura", que estavam realizando comícios relâmpagos nas portas das fábricas e oficinas e nas sedes das associações ligadas ao P.C. Também destacam que havia denúncias sobre a Lei de Segurança, de Imprensa e de Reforma de Militares comunistas. A Campanha Pró-Petróleo os assustava sobremaneira. – "Vem tendo grande divulgação em todo território na regional".

Em Fortaleza, conta o General da 10ª RM, que havia pelo menos 8 vereadores comunistas, eleitos pela legenda do P.R. "Em todos os movimentos grevistas, estão eles à frente. Também o ex-deputado Federal Dr. Pontes Neto,

²⁶⁷ Atividade comunista. Do Secretário Geral João Valdetaro de Amorim e Mello ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Jan 1951. Arquivo Nacional de Brasília. CSN. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_638.

médico de grande prestígio e mesmo veneração entre a classe pobre de Fortaleza, vale-se do seu prestígio para propagar o comunismo, não obstante haver publicamente abjurado a doutrina”. Continuou o documento informando ainda que outro deputado, este estadual, que propaga o comunismo, era Péricles Moreira da Rocha, que recentemente liderara a chamada “Frente Democrática’, que parece ter ampla articulação em todo o país”. E conclui que a polícia local “tem se revelado nula a respeito de repressão, por não ter recursos e também por estar infiltrada de elementos simpatizantes, além dos propriamente comunistas nela existentes”²⁶⁸.

No contexto da Reforma Agrária, por exemplo, a 2ª e 6ª R.Ms. informavam que entre abril e outubro de 1949 dois vereadores estiveram envolvidos em questões agrárias. O vereador Nestor Veras, em Santo Anastácio²⁶⁹ era líder da Liga Camponesa na região. Por conta de um conflito armado durante a reabertura da Liga, o cabo da Força Policial José Luiz França foi morto²⁷⁰. Na sequência Nestor perdeu seu mandato de vereador e todos os integrantes da Liga Camponesa foram fichados pela Delegacia de Rancheira no Estado de São Paulo²⁷¹.

Em Fernandópolis²⁷², outro vereador chamado Alves dos Santos reuniu a população local em sua residência no sítio “Córrego do Feijão” e foi conflagrada uma “Revolução Agrária” em 23 de junho sob a ordem de uma senha que era: “a partida do feijão está pronta”. O relatório informou ainda que o vereador teria utilizado uma jardineira (ônibus) e roubado o comércio local e foi para Fernandópolis aos gritos de “viva a Revolução Agrária e viva a Rússia²⁷³”. Em consequência desses relatos, foram abertos verdadeiras peças acusatórias e inquéritos criminais, muitos dos envolvidos foram indiciados e presos, incursos no Decreto-Lei 431, de 18 de maio de 1938²⁷⁴.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ 2ª Região Militar.

²⁷⁰ Idem, *Ibidem*.

²⁷¹ Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/upload/003-Cadastro-Presidente-Prudente.pdf>>; <<http://verdadeaberta.org/upload/004-Cassacao-mandato-1949.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

²⁷² 2ª Região Militar.

²⁷³ Idem, *Ibidem*.

²⁷⁴ A tese de doutoramento em história de Vagner José Moreira: **Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964**. Defendida pela Universidade Federal de Uberlândia em 2009, trata sobre o caso com detalhes pormenores da

Na Bahia, Salvador na região da Península de Itapagipe²⁷⁵, a 6ª R.M. informou que o Movimento ‘A terra é nossa’ conseguiu desapropriar a região de Corta Braço em favor de pessoas que haviam invadido um terreno. Outro terreno no ‘Jardim Cruzeiro’ foi também desapropriado e fora criada a Villa Ruy Barbosa, à margem da Avenida Tiradentes, com a ajuda de um “vereador comunista”, segundo o informe: “a propaganda comunista explorou habilmente, de um lado os desajustados que não encontraram morada na cidade e de outro os advogados inescrupulosos que procuram casos de sensação²⁷⁶”.

participação e ação policial. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp114075.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

²⁷⁵ “A Península de Itapagipe é constituída por uma população superior a 175 mil habitantes, e um índice de analfabetismo bastante elevado, é uma das áreas mais pobres da Cidade, composta por quatorze bairros: a) eixo turístico – que concentra o patrimônio histórico e cultural, compreendendo os bairros da Ribeira, Bonfim, Monte Serrat e parte da Boa Viagem e do Uruguai; b) área mista – que compreende os bairros de Dendezeiros, Vila Rui Barbosa, Machado, Itapagipe, Roma e Mares, que abrigam comércio e residências; c) área dos Alagados – constituída pelos bairros da Massaranduba, Jardim Cruzeiro e parte do Uruguai, que reúnem a maior parcela da população de baixíssima renda. Por outro lado, Itapagipe é uma das áreas mais atraentes de Salvador, detentora de um rico patrimônio histórico e arquitetônico, ao que se somam belas e diferentes paisagens urbanas. Essa parte da Cidade caracterizou-se, também, por ter abrigado, por mais de um século, a quase totalidade das indústrias de Salvador. Segundo Milton Santos (1956, p. 257), nos meados do século XX, concentravam-se na região itapagipana as principais indústrias têxteis, químicas e farmacêuticas, ou seja, as de óleos vegetais, sabões, velas, de preparação de cacau, metalurgia e todas se relacionavam com a rodovia e a ferrovia, direta ou indiretamente. Tratavam-se de indústrias tradicionais, dos ramos de alimentos, bebidas, têxteis e transportes”. (FLEXOR, 2011, p, 15, 16). Para maiores informações, consultar: FLEXOR. Maria Helena Ochi; SCHWEIZER, Peter José (org.). Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural. Salvador: EDUFBA, 2011. 250 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16789/1/pensinsula-de-itapagipe.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

²⁷⁶ “6ª. Região Militar: Outubro: Salvador: III – Congresso dos jornalistas. Este congresso foi um completo êxito para os comunistas. Realizado num ambiente de licenciosidade, facilmente foi por eles aproveitado. O jornalista Pedro Mota Lima paginou pela ‘Defesa das Liberdades Democráticas, fundamente ameaçada pelas Leis da Imprensa e da Segurança, conclamando os presentes a desobedecer e resistir. Vários comícios relâmpagos’ foram realizados, onde falaram diversos líderes da política nacional.

O referido jornalista, acompanhado de Elias Chaves Neto e Eno Duarte, seguiram para Ilhéus e Itaúna a fim de falarem em um comício que realizaram naquelas cidades. Ilhéus - Surge novo órgão da imprensa comunista ‘A Tribuna do Sul’, dirigida pelo comunista Nelson Schaum. 6ª. Região Militar: Outubro: Salvador: Congresso do México – Como a polícia demorasse propositalmente a conceder passaporte ao vereador ALMIR MATTOS para ir ao México como representante da Bahia, dito vereador obteve mandato de segurança. Este vereador e o seu colega FLORISVAL DO VIANA são representantes do P.C.B. na Assembleia Municipal da Bahia. 8ª Região Militar: agosto 1949: Manaus: Tentativa de realização do Congresso Pró-Paz, sem resultado. 9ª Região Militar: set. 1949: Campo Grande: Campanha Pró-Paz. 10ª Região Militar: s.d.: Maranhão, Piauí, Ceará: Campanha da Imprensa Popular - Igual a propaganda por todos os meios tem ser realizado por toda parte. 10ª Região Militar: s.d.: Maranhão, Piauí, Ceará: PARLAMENTARES COMUNISTAS - São os principais responsáveis pela propaganda. 10ª Região Militar: s.d.: Maranhão, Piauí, Ceará: CAMPANHA PRO PAZ - Tem sido intensa em todo território da Região, com a realização de comícios relâmpagos nas portas das fábricas e oficinas e nas sedes das associações ligadas ao P.C.. Também tem sido focalizadas a Lei de

Sobre o contexto operário circunscrito às 3ª, 7ª e 8ª Regiões Militares, entre abril a outubro de 1949, as cidades de Juiz de Fora, Livramento, Porto Alegre, Rio Grande do Norte e Belém foram as mais citadas nessas regiões. Novamente atribuiu-se à precariedade local, aos salários baixos e à exploração dos empresários, a inserção nos meios militares da doutrina comunista.

Em síntese, se ocorria uma greve, eram os comunistas, se os sindicatos lutavam a favor dos operários, eram os comunistas, no caso de alguma revolta lá estariam acusados os comunistas. Como observado: qualquer pensamento direcionado para a população mais pobre era tratado como coisa de comunista. Não eram comunistas aqueles que exploravam, mas aqueles que subvertiam essa ordem, como identificado na fala do general da 10ª R.M. Novamente identificamos que todas as notícias tiveram em comum os políticos que, eleitos por outras legendas, eram tachados de comunistas²⁷⁷.

Com menos ênfase, aparece a denúncia da participação de padres católicos e do movimento estudantil suspeitos de comunismo nos relatórios da 4ª R.M. em outubro de “1949 – Belo Horizonte: Atividades suspeitas de dois padres católicos. Um deles pretendia fazer uma conferência, no que foi proibido pelo Bispo Diocesano”²⁷⁸.

Segurança, de Imprensa e de Reforma de Militares comunistas”. Atividade comunista. Do Secretário Geral João Valdetaro de Amorim e Mello ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Jan 1951. Arquivo Nacional de Brasília. CSN. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_638.

²⁷⁷ “3ª Região Militar: 14 Abr. Livramento: Greve dos operários dos frigoríficos ARMOUR. Houve intervenção da polícia militar, guarnecendo o estabelecimento a fim de impedir depreciações. Provocada pelos comunistas. 7ª Região Militar: Out. 1949: Rio Grande do Norte (Natal): Meio Operário. De acordo com os relatórios do Delegado do Trabalho em Pernambuco, há uma forte infiltração em quase todos os sindicatos operários, à frente de algumas de cujas diretorias estão elementos considerados “marechais” do P.C. pela atuação que de longa data vem tendo. Entre os sindicatos mais influentes e poderosos pelo número de associados que estão nessa situação, são citados: -Trabalhadores em Carvão Mineral; Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas; Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Nordeste; Trabalhadores nas Indústrias do Trigo, Milho e Mandioca. Queixa-se o delegado do Ministério do Trabalho da falta de recursos e de pessoal para fiscalização nos quadros do Ministério. 8ª Região Militar: jun. 1949: Belém: Greve dos Portuários instigada pelo deputado Estadual PLINIO COELHO sobre o qual pesa a suspeita de ligação com o P.C. Out. 1949: Belém: Greve dos Trabalhadores do Sindicato do Comércio Armazenador, orientada, segundo a polícia local, por PEDRO POMAR, sem maiores consequências”. Atividade comunista. Do Secretário Geral João Valdetaro de Amorim e Mello ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Jan 1951. Arquivo Nacional de Brasília. CSN. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_638.

²⁷⁸ “4ª Região Militar: Out. 1949 – Belo Horizonte: O deputado francês ROGER GAURADY, membro do Comitê Central do Partido Comunista Francês, fez uma conferência na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, presidida pelo diretor da dita faculdade. Segundo informações não confirmadas, teria ele recebido uma ajuda de custo de 25 mil cruzeiros e um ou dois dias após, fez uma outra conferência secreta para estudantes comunistas”. Arquivo Nacional de

Entre as regiões que concentraram a maior quantidade de “comunistas” eleitos estavam as 5ª, 6ª e 7ª Regiões Militares. Os políticos que não foram jogados na ilegalidade em 1948 foram sistematicamente vigiados. Entre os municípios da 5ª R.M., estavam: Curitiba, Ponta-Grossa, Londrina, Jataizinho, Apucarana, Antonina²⁷⁹. As colônias polonesa, ucraniana e o consulado em Curitiba também foram caracterizados como comunistas por receberem notícias vindas da Rússia. Foram identificados “adeptos do credo” no funcionalismo público e no porto de Paranaguá comandado pela 5ª R.M., bem como em Florianópolis, Lages, S. Francisco do Sul. Em Florianópolis foram acusados de comunistas o Dr. José Patrocínio Galloti e o Juiz de Direito.

Entre as Regiões Militares acusadas de “subversivas²⁸⁰” estava a 7ª R.M. A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco foi acusada de ineficiente, porque foram identificados nas autarquias muitos dos considerados comunistas ocupando cargos públicos.

Outro direito considerado expressão de ineficiência eram as prisões e solturas concedidas mediante pedidos de habeas corpus. O general dessa região informou que só em outubro de 1949 foram 33 pedidos de *habeas corpus* concedidos. Entre os presos políticos estavam os deputados da Assembleia Estadual: “Paulo Cavalcanti, cujas atividades comunicação subjacente comprovadas; Nelson Monteiro, Vereador Heitor Pereira, militante

Brasília. CSN. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_638. [Existem referências diversas sobre Juiz de Fora].

²⁷⁹ 5ª Região Militar.

²⁸⁰ “Curitiba – 5ª R.M. O Serviço Regional de Informações registra que tem sido pequena a infiltração no meio militar. Entretanto há um grande esforço por parte do P.C. para infiltrar-se, principalmente através boletins subversivos conhecidos “Guararapes”, “Antônio João” e “Felipe dos Santos”. Curitiba. 6ª. Região Militar: Outubro: Associação dos Ex-combatentes – os comunistas interessam-se pela associação e promovem uma campanha de descrédito contra o atual presidente. 7ª Região Militar: Out. 1949: Rearticulação do PC.: Parece ao Cmt. da 7ª R.M que o P.C. está passando das atividades demagógicas a franco preparo de subversão. A presença dos agitadores AGILDO BARATA e GREGÓRIO BEZERRA da 7ª R.M. e as atividades desenvolvidas por ambos, visando principalmente a fundação das células comunistas denominadas ‘GUARDAS DE FERRO’”, são indícios mais do que suspeitos daquele preparo. Sabe-se por infiltração de agentes da existência em funcionamento de célula comunista em atividade franca, nas Bases Aéreas de Recife, Natal, em corpos de tropas da Região e da Marinha Mercante em ligação com a existente nas Docas de Pernambuco. Visão essas atividades, segundo as informações obtidas, a organização de “exércitos populares” que serão armados com as armas que clandestinamente são armazenadas, obtidas por meios diversos. Elementos civis, armados de rifles, já foram vistos na casa homisiava (*sic*) Agildo Barata, em Recife”. Idem.

do P.C”. Além desses, mais 12 vereadores eleitos por outras legendas foram acusados de comunismo.

Na administração do Estado foi citado o secretário da agricultura o Dr. Luiz Antônio C.A de Barreto; o secretário da Fazenda Miguel Arraes por ter pedido demissão; o Secretário da Agricultura o Dr. Luiz Antônio Cavalcanti de Albuquerque e o Secretário da Educação o Dr. Sílvio Rabelo, por terem pedido exoneração depois de 27 de novembro, tendo sido mantidos em suas funções.

No relatório ainda constou uma relação de mais de 10 nomes de auxiliares imediatos dos secretários e também do Gabinete do Governador do Estado, o Dr. José Ariston Filho que “pertenceu ao P.C.B. e sua fotografia está anexada ao processo”. Segundo o relatório, os documentos enviados atestariam de “maneira muito concludente a lógica das atividades comunistas” na 7ª R.M: “Contra o Dr. Barros Barreto, há a atuação pública que teve durante a campanha de eleição de Yeddo Fiuza; vem fundando Ligas Camponesas em diversos pontos do Estado, cuja direção é entregue a elementos comunistas; usa o ardil de somente entregar a direção das ligas a pessoas apresentadas pelo clero; quanto ao segundo, mantém ligações constantes como elementos declaradamente comunistas, como a agitadora RAÍSSA GODMANN, que o visita frequentemente”.

Continua o relatório: “Jornalistas e vereadores comunistas foram empilhados pela polícia em plena ação subversiva. Como fora “preso em flagrante”, o deputado comunista PAULO CAVALCANTI apresentou, posteriormente, um protesto na Assembleia do Estado contra ação das autoridades. Este protesto, continua o relato, “foi aprovado inclusive pelos partidos da Coligação que se opõem ao governo do Estado, coligação de partidos democráticos que, desse modo, fazem oposição ao governo local, do que as aproveitam os comunistas”.

Uma das funções desse relatório era também o de expor como estava distribuído o contexto da política local, a exemplo da situação política descrita pelo general da 7ª R.M. em que havia 12 vereadores comunistas eleitos por legendas de partidos democráticos e deputados, nas mesmas condições, existentes na Assembleia Estadual, bem como autoridades administrativas

conhecidamente comunistas em municípios vizinhos à Capital e próximos à Vila Militar Floriano Peixoto, como as de Jaboatão²⁸¹.

Além do Recife, a 7ª Região Militar destacou as atividades e inserção de “comunistas” no Rio Grande do Norte (Natal²⁸²), em que estaria envolvido o Governador do Estado, Dr. José Ariston Filho, concluindo que este era “egresso da prisão, onde cumpriu pena como um dos responsáveis pelo movimento comunista que em 1935 dominou por horas a Capital Potiguar. Uma fotografia do mesmo quando foi identificado na Polícia está anexa relatório”.

Segundo o comandante Fernando Távora, até o Chefe de Polícia, o Major Aloísio Moura foi acusado de fazer “vista grossa” às atividades comunistas e que ele era mais “político do que militar”: “talvez visando combinações eleitorais, a exemplo do que acontece em Recife e noutras capitais do Brasil”. Esta situação ocorreu porque a representação política do PCB mesmo na ilegalidade podia decidir a política local, mas, sobretudo devido ao trabalho nos meios operários, estudantis, políticos e feministas, concluiu Fernando Távora²⁸³. Segundo o relatório, as atividades comunistas estavam passando de simples atividades demagógicas para um “franco” preparo subversivo.

O relatório informou ainda que na 2ª R.M. havia sido descoberta uma bomba relógio, ligada a 50 “bananas” de dinamite e um despertador em Guaianazes, subúrbio de São Paulo, por ocasião das comemorações da Bandeira. A explosão estava marcada para 13h50min. e deveria funcionar por intermédio de uma pilha seca embaixo do palanque das autoridades. O relatório concluiu que as autoridades policiais do Estado, especialmente as de Superintendência da Ordem Política e Social, são unânimes em afirmar que as medidas legais contra os agitadores são completamente ineficientes, por falta de leis especiais reguladoras do assunto. Além disso, a prisão de elementos nocivos à ordem pública e à segurança nacional são anuladas pelo remédio

²⁸¹ Idem.

²⁸² Informação fornecida pelo comandante: General Fernando Távora. Idem.

²⁸³ “Nota-se no Estado a mesma cobiça pelos votos dos comunistas por parte dos partidos Democráticos. Já se sabe que os comunistas aguardam os acontecimentos para saber em que partido irão infiltrar-se, em troca de votos que derem”. Idem.

legal do “*habeas-corpus*”, o que dificulta ou mesmo impossibilita a ação da justiça²⁸⁴.

Concluindo que a aprovação da Lei de Segurança Nacional que tramitava a dois anos no Legislativo precisava ser votada²⁸⁵:

6 – Como se vê, torna-se urgente e imperiosa a aprovação da legislação própria que, consubstanciada no projeto de lei conhecido pelo nome de Lei de Segurança, está, há cerca de dois anos, sendo estudada e discutida pelo Congresso. Cumpre ao Executivo – ciente dos riscos de uma situação que cada dia mais se agrava – pedir a atenção do Legislativo para as responsabilidades, agora exclusivamente suas, na demora da aprovação de uma lei que permita às autoridades civis e militares não só prevenir, como reprimir todas as manifestações comunistas, sejam quais forem os seus aspectos, anular devidamente a ação maléfica dos transgressores e levá-los à barra dos tribunais²⁸⁶.

Nesse interregno, enquanto a Lei de Segurança Nacional não era aprovada, os militares criaram a Escola Superior de Guerra (Instituto Superior de Altos Estudos)²⁸⁷, subordinada diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas: “destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional²⁸⁸”. A ESG teve a função de concentrar, independente das alterações de governos e presidentes sua função de estudos, o que garantiu autonomia entre oficiais das Três Forças Militares.

A criação da ESG²⁸⁹ foi vinculada aos ideais Americanos, herdeira da II Guerra Mundial onde alguns militares foram enviados aos Estados Unidos para

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ “Com relação ao Petróleo, a Paz e a lei de Segurança só foram “negociadas” no governo eleito de Getúlio Vargas em meados de 1952, período em foram votadas a Lei de Segurança e regularizou-se a concessão e extração de petróleo” (REZNIK, 2004, p. 92).

²⁸⁶ Idem, Ibidem.

²⁸⁷ O primeiro general responsável foi pela ESG foi Oswaldo Cordeiro de Farias.

²⁸⁸ Lei de 20 de agosto de 1949, Art. 1º. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-785-20-agosto-1949-363936-norma-pl.html>>. Acesso em: 09 out. 2016.

²⁸⁹ Para maior aprofundamento sobre o tema indicamos: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 1ª ed. Bauru, São Paulo. EDUSC, 2005; OLIVEIRA, Nilo Dias. **A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil – década de 1950) Sistema repressivo num estado de natureza autocrático**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2009. COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 13-42. BRASIL. **Escola Superior de Guerra. Fundamentos teóricos**. Ed. rev. Rio de Janeiro: ESG, 1983. BRASIL. **Escola Superior de Guerra. Manual básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

curso de Altos Comandos. Essa aproximação com os Estados Unidos se acentuou ainda mais durante a Guerra Fria²⁹⁰. Foi nesse contexto que em 7 de maio de 1947 as relações diplomáticas com a Rússia foram rompidas, o PCB foi lançado para ilegalidade e em 1948 foram cassados os direitos constitucionais dos deputados e vereadores eleitos sob essa legenda.

A organização militar em torno de um “inimigo” comum reordenou a dinâmica de um modelo de Segurança Nacional centrado nas estratégias de defesa das fronteiras e integração física do país num prazo curto. A principal preocupação era o Nordeste, visto como revolucionário e que poderia estourar a qualquer momento. Aprofundaram os estudos no aspecto de domínio através de uma geopolítica do poder²⁹¹, que foi uma das principais características desse período. A essa altura, os acordos bilaterais (Programa de Ajuda Militar²⁹²) com os Estados Unidos estavam em pleno funcionamento através do Sistema Interamericano de Defesa, do qual o Brasil foi o primeiro país a

²⁹⁰ “A Guerra-Fria foi a designação atribuída ao conflito político-ideológico entre os Estados Unidos, defensores da democracia, e a União Soviética, defensora do socialismo, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial em 1945 e a extinção da União Soviética em 1991” (AMBRÓSIO, 2008, p. 35). “Um dos pivôs para a corrida armamentista foi a criação da bomba nuclear nos Estados Unidos e lançada em Hiroshima e Nakasaki. Outras nações, também, estavam desenvolvendo pesquisas na busca desta arma e, com o sucesso apresentado pelos EUA, intensificaram seus estudos. Em 1949, os EUA se viam senhores da situação, determinando quem podia fazer e o que podia ser feito nas questões nucleares, inclusive com a criação de um plano no qual todo material nuclear disponível no mundo deveria estar submetido ao seu controle. Entretanto, naquele ano, a União Soviética surpreendeu o ocidente, detonando um artefato nuclear cinco mil vezes mais potente do que a bomba de Hiroshima e mais potente que a soma de todas as bombas detonadas durante a Segunda Guerra, inclusive com as duas bombas nucleares”. Outros países como: a Inglaterra, a França e a China também alcançaram o domínio da tecnologia nuclear. “Com receio de que esta corrida armamentista não tivesse limites, foi criada a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), dentro do seio da ONU, que tinha como objetivo fomentar as pesquisas no campo nuclear apenas para a utilização e aplicação no meio civil, ou seja, para qualquer finalidade que não fosse bélica. Logo em seguida, foi criado o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que proibia os países chamados ‘nuclearizados’ de comercializar com os demais países não só os artefatos nucleares como a tecnologia para fabricá-los. Mas para aqueles que já possuíam a tecnologia para a fabricação desses artefatos, este tratado não previa restrição, e se deu, então, uma corrida armamentista que originou a chamada Guerra Fria”. Para maiores informações consultar: AMBRÓSIO, David Acherman. **A Energia Nuclear e Seus Reflexos na Área Militar**. Revista da Escola Superior de Guerra. — v. 24, n. 49 (jan/jun) 2008 – Rio de Janeiro: ESG, 2008, p. 29.

²⁹¹ FERNANDES, Ananda Simões. **A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva**. Antíteses, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-856 <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 09 out. 2016.

²⁹² Até 1964 apenas o México e a Argentina não participaram dos acordos bilaterais (FERNANDES, 2009, p. 833).

participar. A criação em 1949 da Escola Superior de Guerra esta inserida nesse contexto (FERNANDES, 2009, p. 833).

O Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, através das Escolas Militares instaladas na América Latina difundiu a Doutrina de Segurança Nacional (DSN²⁹³) (FERNANDES, 2009, p. 834). A partir de 1959, a política externa norte-americana adotou uma nova estratégia após a Revolução Cubana e o despertar dos movimentos nacionalistas, reformistas e comunistas em todo subcontinente contra o anti-imperialismo norte-americano²⁹⁴: “A estratégia da contrainsurgência foi imensamente difundida pelas escolas de guerra, principalmente após a desastrosa tentativa da invasão da Baía dos Porcos, em 1961, e a Crise dos Mísseis, em 1962” (FERNANDES, 2009, p. 835). Nesse sentido, os gastos norte-americanos rapidamente aumentaram na América Latina em resposta ao avanço dos ideários comunistas.

²⁹³ “A origem embrionária da DSN para a América Latina pode ser encontrada durante X Conferência Interamericana através da ‘Declaração de Caracas de 1954’ realizada nessa capital. Os Estados Unidos conseguiram uma condenação por parte da OEA referente à intervenção ao ‘comunismo internacional na América Latina’. As ditaduras que se estabeleceram no Cone Sul tiveram como sustentação ideológica os preceitos dessa doutrina”. (FERNANDES, 2009, p. 834), “no qual se posicionou fortemente contrário à Guatemala, levando à queda do presidente Arbenz, assim como no apoio à tentativa de golpe que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, no Brasil, também em 1954, e à queda do segundo governo de Juan Domingo Perón, na Argentina, em 1955” (FERNANDES, 2009, p. 835).

²⁹⁴ “Cuba e seu exemplo revolucionário passaram a ser o maior perigo para os interesses norte-americanos na região. John F. Kennedy chegou à presidência dos Estados Unidos calcado num discurso completamente anticomunista e anticastrista: ‘Castro é apenas o início de nossas dificuldades na América Latina. A grande batalha será evitar que a influência de Castro se espalhe para outros países. É tempo de ganhar os corações e mentes dos pobres da América Latina’” (KENNEDY; SCHOULTZ, 2000: 393 *apud* FERNANDES, 2009, p. 835).

CAPÍTULO III

Extrapolando os limites da censura: a integração entre DOPS, DIP, DEIP e Exército

O contexto social recifense

Nos anos quarenta, a cidade do Recife crescia vertiginosamente, os jornais gabavam-se em dizer que era a terceira maior cidade do Brasil com 348.424 habitantes. Em apenas dez anos já somavam 524.682 pessoas, um crescimento de 5% ao ano. Nos anos de 1960 chegou a 797.234 pessoas (COSTA, 2008, p. 30). Alguns bairros expressavam essa atmosfera desenvolvimentista, como o caso de Casa Amarela que em 1950 somava 81.746 habitantes, e em dez anos chegou a 126.474 pessoas. Assim como alguns bairros tornavam-se espaços de moradia, em outros despontavam vias públicas e comerciais, como os bairros de São José e Santo Antônio que nos anos de 1950 tinham 6.229 habitantes e nos anos de 1960 diminuíram para 4.794 (REZENDE, 2002 *apud* COSTA, 2008, p. 40).

O acelerado crescimento demográfico decorrente em parte do êxodo rural provocado pelas estiagens, secas e o latifúndio improdutivo, transformou e agravou os problemas de estrutura, como a falta de distribuição de energia elétrica, transporte, acompanhado da falta de escolas, condições higiênicas, saúde e moradia, fazendo surgir uma periferia com muitos mocambos que desenharam, a partir de 1939, os 63,7% das construções da cidade. Para completar, o analfabetismo, mortalidade infantil, surtos endêmicos e fome, faziam parte de um “quadro aterrador do Nordeste e, particularmente, da sua metrópole regional – o Recife”. Foi em meio ao descaso dos governos e às precariedades que Recife a “sinhazinha simpática e educada” também ficou conhecida como “menina rebelde” e “mal educada”, como descreveu o jornalista Mário Melo (COSTA, 2008, pp. 31 a 41).

Entre 1940 a 1956 a defasagem salarial do Estado de Pernambuco, comparada com o Rio de Janeiro, Distrito Federal, chegava a 56,25%, e entre a capital e os interiores do Estado chegava a 33,33% como podemos observar²⁹⁵:

²⁹⁵ COSTA 2008, p. 31 *apud* Salário mínimo no Recife, Pernambuco e Distrito Federal. Diário Oficial da União, várias edições.

Tabela 07- Salário mínimo no Recife, Pernambuco e Distrito Federal (1940-1959)

LOCAL	Valores e anos						01 jan. 1959
	05 jan. 1940	17 jul. 1943	12 jan. 1943	01 jan. 1952	05 jan. 1954	08 jan. 1956	
Recife e Olinda	150\$000	187,50	240,00	650,00	1.600,00	2.700,00	4.500,00
Pernambuco	100\$000	130,00	180,00	500,00	1.200,00	2.000,00	3.700,00
Distrito Federal (RJ)	240\$000	300,00	380,00	1.200,00	2.400,00	3.800,00	6.000,00

Como todas as grandes capitais onde a concentração de riqueza estava nas mãos de poucas pessoas e onde o desemprego era altíssimo, o desenho socioeconômico se fazia pela grande quantidade de trabalhadores liberais, como costureiras, barbeiros, feirantes e comerciantes de pequeno porte e incontáveis informais, visíveis até os tempos atuais, como os vendedores ambulantes, de pipoca, água, refrigerante e petiscos, nos semáforos da cidade, principalmente na região central.

Os bairros centrais da cidade nos anos de 1940 a 1950 eram cortados por becos, ruas estreitas, pontes de madeira, que de certa forma uniram as ilhas, alguns arrabaldes, como as regiões de Madalena, Torre, Caxangá, Várzea, Afogados, Tejipló, Casa Forte, Dois Irmãos, Apipucos, Casa Amarela, Macaxeira, Beberibe, São José, Boa Vista, Encruzilhada, e os bairros da elite açucareira, Espinheiro, Graças, balneário do Pina e Boa Viagem (COSTA, 2008, pp. 2).

Recife, assim como algumas outras capitais metropolitanas do Brasil, garantia, a quem pudesse pagar, um bom acesso à cultura e às notícias distribuídas, por exemplo, em Jornais como: o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal Pequeno*, o *Diário da Manhã*, o *Jornal do Comércio*, o *Diário da Folha da Manhã e Folha da Tarde*; *Folha do Povo* e o *Popular*; em teatros como o de *Santa Isabel*, *Moderno* e do *Parque*; em cinemas: o *Royal*, a *Encruzilhada*, a *Espinheirense*, a *Politeama*, a *Glória* e o *Ideal*; em clubes: o *Internacional*, o *Português*, o *Sport*, o *Atlético de Amadores e Náutico*, e nos acessos gratuitos como as notícias no *Rádio Clube* e *Tamandaré* (RESENDE, 2002 apud COSTA, 2008, p. 2)

O movimento cultural contava com um alto nível de escritores do porte de Gilberto Freire, Mário Melo, Manuel Bandeira e Mário Sette; jornalistas como Chateaubriand, Aníbal Fernandes, Paulo do Couto Matta, entre atores, escultores, pintores (COSTA, 2008, p. 2). Era no interior desse cotidiano que os agentes policiais circulavam. A censura repressora a esses meios de sociabilidade foi intensa, e artistas, cineastas, bailarinas, cantoras que não seguiram os padrões determinados pelo DIP, DEIP tiveram suas carreiras ameaçadas e por vezes sabotadas.

O controle aos meios de comunicação e dos espaços públicos e privados da sociedade recifense foi efetuado inicialmente através de uma das Seções da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), pelo Serviço Censura à Imprensa (SCI) e posteriormente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), todos sob o comando dos Militares do Exército e do Ministro da Guerra.

Tal dinâmica perdurou dos idos de 1938 até o período da entrada do Brasil na II Guerra Mundial em 1942, e após uma simulada abertura política em 1945, o DIP e DEIP foram transformados no Departamento Nacional de Informações, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores²⁹⁶.

A censura à imprensa

O “quarto poder²⁹⁷” (BOORTEIN *apud* MAINENTI, 2014, p. 47) foi um dos setores mais censurados e reprimidos pela polícia. O controle da imprensa precede ao Decreto nº 4.743/1923, batizado com o nome de seu idealizador, Adolfo Gordo, prelúdio das punições aos meios artísticos e à imprensa, e que determinou entre outras punições o pagamento de multas e pena de prisão para jornalistas, diretores de periódicos, associações, e o fechamento de jornais, revistas e periódicos.

No entanto, foi a partir de 1931 que tomou caráter de censura profissional. Logo após assumir a presidência da república, Getúlio Vargas deu

²⁹⁶ Disponível em: <http://www.an.gov.br/mr/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=250>. Acesso em: 17 dez. 2015.

²⁹⁷ Termo usado desde 1828.

o primeiro passo no sentido de centralizar e controlar a opinião pública, instituindo o Departamento Oficial de Propaganda (DOP).

No mesmo período, em Pernambuco, foi criada a Seção de Ordem Política e Social (SOPS). O DOP em 1934 foi transformado em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) (SILVA, Lucas, 2009) e a SOPS em 1935 tornou-se Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS).

A DOPS funcionou de 1935 até sua extinção, em 1990. A estrutura montada a partir da vigilância, produção e repasse de informações serviu como uma interface da “rede a serviço da repressão” (SILVA, Marcília 2007, p.111), cuja finalidade era a prática do policiamento preventivo e controle à ordem política e social, com o fim de excluir dos meios sociais os indesejáveis através de inquéritos que justificassem as prisões e a violência policial. Essa foi a finalidade da Sessão de Controle da Imprensa (SCI), órgão interno da Delegacia de Ordem Política e Social, subordinado ao Secretário de Segurança Pública, e ambos controlados pelo Interventor do Estado. Suas atividades iam desde uma simples observação, a uma vigilância permanente da sociedade pelo uso frequente de escuta telefônica, da interceptação de correspondências, da investigação sistemática e invasões (SILVA, 2007, p.128) a domicílios e estabelecimentos particulares, públicos, etc.

Cada Estado possuía o mesmo tipo de Sessão, e em São Paulo, por exemplo, esteve subordinado à Superintendência de Segurança Pública e Social, nome dado ao DEOPS nesse período, dirigido pelo cap. Newton Brayner. A rotina diária da SCI-SP se dava por visitas às redações, transmitindo proibições para os responsáveis de cada diário, por plantões de trabalho, das 8 às 11, das 13:30 às 18 e das 22 às 0:30 (acompanhando a saída dos jornais matutinos, vespertinos²⁹⁸ e o fechamento das redações). Ao fim de cada jornada dos agentes de plantão, eram anotados em uma caderneta os avisos transmitidos, as infrações cometidas pelos jornais, em suma, a rotina diária. A partir de janeiro de 1941, as atribuições do SCI passaram para a alçada do DEIP, e Carlos Jorge Correa passou a dirigir o órgão (SOUZA, 2003, p. 183).

²⁹⁸ Essa medida foi aplicada desde 29 de dezembro de 1936, através do Decreto n. 154.

Assim como SCI de SP, a SCI de Pernambuco funcionou para fins de controle e manipulação das notícias. As atividades de controle se davam pela conferência de prova de “paquet” de página dos principais jornais, revistas, folhetins, panfletos que eram analisados por três agentes, designados internamente. Externamente os agentes percorriam a cidade e fiscalizavam as “várias oficinas” e locais de distribuição²⁹⁹ de jornais semanais, revistas, folhetins e panfletos, esporádicos e de classe.

No caso dos jornais estrangeiros, dois agentes políglotas ficaram responsáveis pela censura antes que fossem disponibilizados para a venda. Os distribuidores de revistas e livros eram obrigados a enviar uma cópia aos censores antes da venda e mesmo após a permissão; em alguns casos eram censurados quando as publicações já estavam à venda. Com isso, o prejuízo desse meio intelectual alcançava toda a cadeia, desde a produção, passando pela de distribuição e pela venda.

Em 1938 foi definido³⁰⁰ que os jornais e os meios de comunicação registrassem³⁰¹ seus funcionários, diretores e redatores no DOPS, mais especificadamente na SCI. O Jornal *Diário de Pernambuco*, já em 1937, foi uma das empresas que enviou os dados de seus trabalhadores, bem como contratou agentes secretos para trabalharem internamente nos jornais a serviço da Sessão de Controle de Imprensa (SCI).

Amigo e senhor: respondendo às s/circulares sobre o n. 1, endereçadas ao “Diário da Manhã” e “Diário da Tarde”, temos a dizer-lhe que em data de 29 de outubro do (ano) transcrito, fizemos (remeter) à Ordem Política e Social a relação dos nomes de todos os nossos (funcionários) da parte comercial da (n/Empresa) e do corpo redacional dos “Diários da Manhã” e “Diário da Tarde”, com os respectivos endereços de cada um, tendo seguido, também, na mesma (ocasião) as fichas contendo os nomes e endereços de todos os operários das nossas seções, o que foi remetido, aliás, sob protocolo, e constantemente temos feito (comunicação) a essa repartição das alterações do pessoal.

²⁹⁹ Ofícios e Decretos. 1931-1953. S/D [data provável: 21 de maio de 1938]. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³⁰⁰ Decreto Lei n. 431, de 18 de maio de 1938, Art. 15.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0431.htm>.

Acesso em: 02 out. 2015.

³⁰¹ Para constar os nomes, nacionalidades, residências de: diretores, redatores, empregados e operários.

De acordo, porém, com a circulares em apreço, vamos providenciar na breve remessa das fichas com os retratos dos (funcionários) da parte comercial, bem como do corpo (redacional) dos nossos (jornais). Sendo só o que se (oferece) para o momento, subscrevemo-nos com alta estima e apreço³⁰².

Como observado na documentação da Delegacia de Ordem Política e Social, esses agentes secretos estiveram presentes em diversos órgãos públicos e privados, até mesmo a Imprensa Oficial de Pernambuco manteve em seus bastidores um desses agentes³⁰³.

As medidas repressoras e censoras foram tomando proporções sofisticadas, ficando ainda a cargo do SCI a censura às correspondências e a todas as comunicações orais, escritas e fotográficas³⁰⁴. Em janeiro de 1938 o *Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas*³⁰⁵ encaminhou ao Secretário de Pernambuco um memorando que atribuía à imprensa o recrudescimento da criminalidade e suicídios. De posse da informação, Etelvino Lins determinou que a Delegacia de Ordem Política e Social censurasse o “sensacionalismo da Imprensa³⁰⁶”, no que dizia respeito aos anúncios de suicídios e delitos, com base na Constituição de 10 nov. 1937, no que se referia às “medidas para a defesa do Estado, particulares do estado de emergência”, conforme rezavam os artigos 122, 168, § a e b, n. 15³⁰⁷.

³⁰² Ofícios. Correspondência: Diário da Manhã. Mário Lima. Ao Delegado de Ordem Política e Social: José Arthur Leite. (grifo nosso) 25 jan. 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563.

³⁰³ “Necessitando a Delegacia de Ordem Política e Social manter uma pessoa junto à Imprensa Oficial deste Estado, em caráter reservado, solicito providências de V. Excia no sentido de ser mantido como funcionário daquela Repartição o portador do presente, sr. João Avellino Barbosa”. RESERVADO. Delegacia de Ordem Política e Social. Cap. Frederico Mindello Carneiro Monteiro. Ao Sr. Dr. Secretário da Fazenda. 04 set. 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.583.

³⁰⁴ Ofícios e decretos. Diretoria do Expediente. 1ª Seção. n. 77. Portaria. Etelvino Lins de Albuquerque. SSP. 12/01/1938. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 8.594.

³⁰⁵ O Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas foi o primeiro criado no Brasil. (PADOVAN, 2007 apud SILVA. F, 2008, p. 76).

³⁰⁶ Diretoria do Expediente. 1ª Seção. n. 77. Censura da correspondência e de todas as comunicações orais e escritas. Ofícios e decretos. Portaria. Etelvino Lins de Albuquerque. Secretário da Segurança Pública. 12/01/1938. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³⁰⁷ “Com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação”. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10615122/artigo-122-da-constituicao-federal-de-10-de-novembro-de-1937>>. Acesso em: 04 out. 2015.

Outra constatação é a da subordinação de um Estado a outro quando se tratava da censura e repressão. Ou seja, um agente repressor podia solicitar a uma instância superior ou mesmo governo central, a aplicação de medidas repressivas contra funcionários ou pessoa política que atuasse em outro Estado. É o que se verifica no caso abaixo, em que um delegado da SCI de Recife pede ao Interventor da Paraíba que ele solicite a intervenção do Tribunal de Segurança Nacional contra outro delegado do mesmo nível e cargo que ele, mas lotado em João Pessoa, naquele Estado. Sua denúncia foi enviada diretamente ao Interventor da Paraíba, sem passar pelo Interventor de Pernambuco ao qual, em princípio, ele era subordinado.

Tratava-se de matéria publicada em um jornal de João Pessoa, denominado “*A Liberdade*” e, de quebra, o delegado denunciante, Edson Moury³⁰⁸, pedia também a intervenção no periódico, baseado na Lei 244, de 11 set. 1936, pois a linguagem utilizada pelo jornal era “violenta, nitidamente subversiva³⁰⁹”, o crime era claro, “feria” ou “ofendia” uma personalidade pública, nesse caso, o interventor e a própria polícia³¹⁰. Ou seja, o delegado se serviu de todos os argumentos que encontrou para sensibilizar o interventor a aceitar sua interferência em outra jurisdição.

Como provas, Edson Moury anexou dois conjuntos de folhas soltas do jornal a “*Liberdade*”, edições de 21, 24 e 28 de maio de 1938. Alves de Melo, além de delegado de Ordem Política e Social, escrevia artigos jornalísticos na cidade de João Pessoa. Tratava-se, na realidade, de divergências políticas em decorrência do momento político pelo qual passava o Brasil. Ou seja, a instalação do Estado Novo impactou na política regional, e muitos dos que, em 1930, haviam apoiado a ascensão de Getúlio, não apoiaram o golpe dentro do golpe. Com isso, a censura política na região passou a considerar subversivos

³⁰⁸ Edson Moury Fernandes assumiu a Delegacia de Ordem Política e Social, teve uma carreira breve. Recebeu elogios e congratulações pelo excelente serviço prestado em sua gestão por sistematizar e organizar internamente as funções de vigilância e repressão. Criou em 1939 um “mapa” – ou podemos distinguir como organograma, que serviu como referência nos anos seguintes.

³⁰⁹ Ofícios e Decretos. O/S. Delegacia de Ordem Política e Social. Delegado Edson Moury. Ao Secretário de Segurança Pública. 31 mar. 1939. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0431.htm>. Acesso em: 25 set. 2015.

e comunistas antigos correligionários de Getúlio, atingindo pessoas influentes porque integrantes dos segmentos dominantes e não apenas os que pertenciam às classes trabalhadoras ou que eram intelectuais e profissionais liberais progressistas.

O Delegado Moury mostrava-se pasmo, pois a “subversão”, o “crime” provinha de uma autoridade policial contra um chefe do executivo, no caso, o Interventor Agamenon Magalhães. Nas suas palavras, estavam em pleno “Estado Autoritário” e as leis produzidas no período tinham como objetivo atingir os considerados “agentes” da “Internacional Comunista” e destinavam-se a “preservar o governo³¹¹” e, segundo o ele, as notícias se constituíam em verdadeiras afrontas à lei.

Os títulos censurados não aparentavam grandes problemas - “*Falsos doutrinadores*”, “*Paraíba e o Estado Novo*” e “*Paraíba e Pernambuco*”, mas as matérias eram absolutamente ofensivas ao novo Interventor de Pernambuco, por ter aderido ao Estado Novo como o fizera Agamenon Magalhães, alcunhado de “Gigolô e covarde”. Além de fazer acusações sobre corrupção, apontou problemas fiscais como o imposto de fronteiras (barreiras) e tentativa de interferência da Polícia Pernambucana na Paraíba³¹² e que o Estado de Pernambuco se tornara uma “verdadeira fornalha diabólica” após a saída de Lima Cavalcanti e a entrada de Agamenon Magalhães. Como observamos nos

³¹¹ Ofícios e decretos. O/S. Delegacia de Ordem Política e Social. Delegado Edson Moury. Ao Secretário de Segurança Pública. 31 mar. 1939. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³¹² “Nós paraibanos, estamos satisfeitos com o governo do Sr. Argemiro de Figueiredo. Ele representa a nossa vontade, a vontade do povo que não tem faltado, até hoje, com mais decidido apoio e inquebrantável solidariedade. S. excelência não é adesista de última hora. Nem tão pouco um ‘gigolô’ do Estado Novo. Isto não!” (Liberdade, 24- 3- 39). “Engana-se, porém, o sr. Agamenon Magalhães. A Paraíba é pequenina, mas tem bastante dignidade para defender os seus fins e a sua liberdade. Não somos nós os covardes, porque na posição de defesa em que nos encontramos agimos desassombadamente, com a coragem dos que sabem enfrentar qualquer situação. Covardes são, ao contrário, os que nos agridem de emboscada, lançando mão de todos os recursos de embuste e de vilania, tecendo intrigas em proveito de uma variedade mórbida e insopitável.” (Liberdade, 28-3-39). ‘Essa questão do imposto de Barreiras’ lamentavelmente suscitada pelo oficialismo de Pernambuco, veio revelar em tempo a preocupação do Dr. Agamenon Magalhães em se inculcar de Chefe do Norte, como se os Estados desta vasta região pudessem ser facilmente atrelados ao carro ‘Político Policial’ daquela Interventoria.” (Liberdade 24-3-39). Ofícios e decretos. O/S. Delegacia de Ordem Política e Social. Delegado Edson Moury. Ao Secretário de Segurança Pública. 31 mar. 1939. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

documentos da DOPS, ocorreu uma intensa vigilância e repressão a todos que se colocaram contra a implantação do bonapartismo varguista³¹³.

Além do problema político, o delegado Edson Moury questionou o direito de publicação do jornal *Liberdade* e o colocou também sob suspeição, alegando que a escrita era de linguagem incendiária e duvidosa, principalmente por voltar-se contra a política³¹⁴ e à direção repressiva da polícia de Pernambuco. O delegado concluiu o caso inculcando a publicação e seus dirigentes a punição prevista no artigo 3^a § 25, combinado com o art. 6^o do Decreto-Lei nº 431, de 18 de Maio de 1938³¹⁵, que previa multa de 1:000\$ a 10:000\$00 cruzeiros.

O surgimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP³¹⁶) foi posterior à criação dos SCIs em cada Estado da federação, foi a partir dessa função policial que o DIP foi estruturado para melhorar e ampliar brutalmente a censura, o controle e a repressão às produções literárias, políticas e publicitárias, contrárias ao bonapartismo varguista. Se esse sistema reprimiu artistas, intelectuais e a publicidade em geral³¹⁷, por outro lado articulou e

³¹³ “Certo Estado vizinho, desde que lhe deram novo dirigente, transformou-se em verdadeira fonalha diabólica onde os remanescentes da situação depostos embora dignos e respeitáveis são triturados pela máquina policial que ali é manobrada somente para satisfazer velhos ódios pessoais exercitando-se as mais pequeninas e execráveis vinganças. Não há ali liberdade nem respeito aos que não rezam na cartilha do Interventor e não fazem parte da cartilha oficial”. Ofícios e decretos. O/S. Delegacia de Ordem Política e Social. Delegado Edson Moury. Ao Secretário de Segurança Pública. 31 mar. 1939. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³¹⁴ “Não resta dúvida alguma, Exmo. sr. dr. Secretário, que o exercício do direito de crítica dêva ser respeitado em toda parte, como o é em Pernambuco, mas a tolerância assacador de verrinas toma-se um crime, especialmente tratando-se, como no caso em líder, a pessoa do chefe do Governo, cuja autoridade não pode e não deve ficar à mercê de qualquer irrequieto, desde que a sua intenção criminoso não nos parece menos prejudicial à coletividade que só agitador profissional, devendo ambos ser considerados no mesmo pé de igualdade em face da lei”. Ofícios e Decretos. O/S. Delegacia de Ordem Política e Social. Delegado Edson Moury. Ao Secretário de Segurança Pública. 31 mar. 1939. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³¹⁵ Ofícios e decretos. O/S. Delegacia de Ordem Política e Social. Delegado Edson Moury. Ao Secretário de Segurança Pública. 31 mar. 1939. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³¹⁶ Decreto Lei n. 1.949, de 30 de dezembro de 1939.

³¹⁷ Art. 10. “Fica sujeita à aplicação de penalidade a transgressão ou inobservância de instruções oficiais vedando, por motivo de interesse público, a divulgação de determinados assuntos, fatos, acontecimentos ou medidas administrativas. Art. 11. É passível de punição a publicação de notícias ou comentários falsos, tendenciosos ou de intuito provocador, induzindo ao desrespeito e descrédito do país, suas instituições, esferas ou autoridades representativas do poder público, classes armadas ou quando visem criar conflitos sociais, de classe ou antagonismos regionais”. Decreto Lei n. 1.949, de 30 de dezembro de 1939.

promoveu artistas em todo território nacional. Para isso, ele foi organizado em divisões com suas respectivas responsabilidades: a Divisão de Divulgação controlava os discursos da imprensa e literaturas em geral; a Divisão de Radiodifusão comandava os meios de comunicação de massa; a Divisão de Cinema e Teatro, voltada para a vigilância de duas formas de expressão ‘tradicionalmente’ críticas - uma divisão de Turismo, sem muita expressão ou função prática e uma Divisão de Imprensa – responsável pelo controle de informação direta disposta em jornais, revistas ou livros (PAULO, Heloísa 1987, p. 101).

Entre 1939 a 1942 o DEIP de Pernambuco foi dirigido por Lourival Fontes; entre agosto de 1942 até junho de 1943, pelo major Coelho dos Reis; e até sua extinção, em 1945, pelo Capitão Amilcar Dutra de Menezes, ou seja, militares do alto escalão das forças armadas. Após 1945 esse órgão foi substituído pelo Departamento Nacional de Informação (DNI), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e com as mesmas atribuições de censura ao teatro, cinema, recreações e radiodifusão, previstos no Decreto-Lei 21.111 de 1 de março de 1932.

O “jornalismo moderno”, de responsabilidade da Divisão de Imprensa, foi dividido em duas categorias, o noticiário e o doutrinário. Referira-se ao doutrinário a qualquer categoria de críticas contrárias ao governo e suas autarquias, sobre política, economia, finanças, relações internacionais, militares, institucionais³¹⁸. Já a “produção discursiva” foi categorizada em artigos, crônicas, comentários, sueltos, tópicos, comunicados, notícias, anedotas, “manchetes”, títulos, fotografias, diagramas, desenhos, “charges”, caricaturas, anúncios³¹⁹.

Esse órgão também operou como uma “esfera” centralizadora e justificadora dos comandos de censura emanados do Conselho de Segurança Nacional, do Ministro da Justiça, do Ministério da Guerra e do Ministério das Relações Exteriores.

³¹⁸ Ofícios e Decretos. 1931-1953. S/D. 21 maio. 1938. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³¹⁹ Ofícios e Decretos. Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1942. Lourival Fontes. DIP. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

Em 1940 o Diretor do DIP advertiu o Interventor de Pernambuco de que a responsabilidade por fiscalizar a imprensa no Estado era desse órgão,³²⁰ uma vez que chegavam reclamações sobre a repressão desencadeada pela polícia local. Mas logo esse problema ficou resolvido quando foi o DEIP, como a extensão do DIP nos Estados. Porém, como esses dois órgãos não tinham poder de ação policial, o resultado foi que as DOPS cumpriam tal função. Não por acaso, o DEIP foi montado no mesmo prédio da DOPS, em 18 de dezembro de 1942, e funcionavam na Rua Conde da Boa Vista, 145, em Recife³²¹.

No contexto da II Guerra Mundial as interações se intensificaram muito, com trocas de informações entre todos os órgãos associados ao mesmo tempo. Nos arquivos policiais encontram-se documentos sobre tais trocas de informações procedentes de todo Brasil, das Forças Armadas³²², superintendências, Inspetorias e Ministérios (Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), prefeitura³²³. Além desses, outros órgãos³²⁴

³²⁰ “Como é de conhecimento de V.Exa. cabe ao Departamento de Imprensa e Propaganda, diretamente subordinado sr. Presidente da República, como órgão centralizador, orientador fiscalizar as atividades da Imprensa e propaganda e fixar número jornais revistas periódicos em todo país”. DEIP – Departamento Estadual de Informações e Propaganda. Telegrama do Rio. Lourival Fontes, DIP. Ao Interventor de Pernambuco. 20 maio. 1940. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.626.

³²¹ DEIP. 212-D. Armas da República – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Pernambuco – Ofício n. 57 – K – Recife. Nilo Pereira – Diretor D.E.I.P.E. 05 abr. 1943. Decreto-Lei n. 814, de 18 de dezembro de 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.626.

³²² “I – Respondendo vosso ofício de referência agradeço a comunicação sobre a instalação em nova sede do D.E.I.P., recentemente criado”. Ofícios. Ministério da Guerra. Quartel-General da 7ª. Região Militar – I/E.M.R. Ofício n. 1952-a. Cmt. Da 7ª. Região Militar. Arthur Carnaúba – Tenente Coronel. Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Nilo Pereira. 17 mar. 1943. APEJE/Arquivo Permanente/ Documentos Manuscritos e Impressos/Interventoria (DEIP) 1931-1947. II – Aproveito a oportunidade para vos apresentar meus protestos de estima e consideração”. Idem.

³²³ “Em nome do sr. Prefeito, tenho o prazer de agradecer a gentileza da comunicação de haver sido instalado, em data de 5 do corrente, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda”. Ofícios. Prefeitura Municipal do Recife. Ofício no. 377. Secretário da Prefeitura. Luís Oiticica. 15 mar. 1943. APEJE/Arquivo Permanente/ Documentos Manuscritos e Impressos/Interventoria (DEIP) 1931-1947.

³²⁴ “Agradecemos a comunicação que me fez sobre a instalação desse Departamento, desejo à gestão de V.S na direção do mesmo os melhores êxitos. APEJE/Arquivo Permanente/ Documentos Manuscritos e Impressos/Interventoria (DEIP) 1931-1947. Ofícios. Procuradoria Geral do Estado. D.D Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Nilo Pereira. 16 mar. 1943. Acuso e agradeço a comunicação que me fizestes em ofício no. 34, de 5 do corrente, de ter sido instalado o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, criado pelo Decreto-lei no. 814, de 18 de Dezembro de 1942. Ofício 217. Secretaria da Fazenda. Recebedoria do Estado de Pernambuco. Francisco Lacerda. Diretor do Departamento Estadual

colaboravam com a censura, como foi o caso da recomendação à Inspeção Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para que ficasse alerta a “quaisquer outras publicações classistas” como o *Jornal Pequeno*, *Folha da Manhã*, *Diário da Manhã*, *Jornal do Comércio* e *Diário de Pernambuco*. Toda essa organização garantiu que, gradativamente, o poder central estendesse seus tentáculos de controle sobre a vida cotidiana e com isso as relações pessoais foram sendo corrompidas pelas trocas de favores e em outros casos, perseguições pessoais.

A partir de 1942 a rede de informações foi ampliada mais uma vez e passaram a integrar o DEIP³²⁵: as Forças Armadas, os Ministérios, as Embaixadas, os Consulados, os Correios, os Telégrafos, as indústrias, além dos diversos órgãos de superintendências. Dá-nos uma ideia do emaranhado em que foi se transformando esse serviço de repressão e informação, espionagem e contraespionagem, a existência de agentes secretos da DOPS lotados na 7ª Região Militar do Exército. Esses agentes secretos não eram apenas lançados pela DOPS, haviam também os agentes secretos do Ministro da Guerra, na época do General Eurico Gaspar Dutra, de nome Antônio Edir Albuquerque³²⁶, e outros a serviço de interventores, secretários e altos comandos, conotando uma verdadeira trama de espionagem e contraespionagem. Ou seja, a censura e a vigilância ou mesmo espionagem poderiam partir de quaisquer órgãos, ministérios, ou qualquer órgão ou instituição da República.

Por meio de correspondências telegráficas que visavam à proibição parcial ou total sobre as notícias de guerra, embasados no pressuposto do estado de guerra e em um protocolo de defesa nacional, agentes secretos e censores foram infiltrados nos principais meios de comunicação pública e privada.

de Imprensa e Propaganda”. Nilo Pereira. 17 mar. 1943. APEJE/Departamento de Arquivos Permanentes/Documents Manuscritos e Impressos/Interventoria (DEIP) 1931-1947.

³²⁵ Criado oficialmente pelo Decreto-Lei n. 828 de 15 de janeiro de 1943.

³²⁶ Há informações de que era um estudante de economia e finanças, hospedado no Grande Hotel. 384-D. Ministério da Guerra. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.770 (1941-1973).

Entendemos como comunicação toda forma de difusão de informação. Seja ela interna, no sentido de “inteligência”, quando se relacionasse à Polícia Política, Polícia Militar, Exército, Marinha, Aeronáutica, Secretarias, Ministérios e órgãos estaduais; de propaganda política, como o DIP e o DEIP, entre os Estados e países, nos formatos de rádio, telefones, telégrafos, correios, boletins, impressos governamentais, cartilhas e inclusive arquivos, cuja função tenha sido a difusão de informação entre órgãos públicos e privados, com o objetivo de criar opinião, difundir um ideal.

No interior do DEIP a lógica de comunicação foi feita através de ofícios, cada diretor ou censor responsável pelas revistas e jornais interagiu enviando em listas quais assuntos deveriam ser proibidos. Com relação aos meios físicos, havia o controle por endereços de teatros, cassinos, cabarés para os quais eram enviados agentes nos dias das apresentações para conferir se estavam atendendo às normas de apresentação; no caso de insubordinação, as apresentações eram proibidas e por vezes foi promovida uma verdadeira retaliação nas carreiras artísticas, sabotagem de apresentações e toda onda de perseguição sorrateira e oculta. Sem multas, sem denúncia de delitos, muitas vezes sem defesa, alguns artistas simplesmente não conseguiam se apresentar. Para escapar dessas desventuras, buscavam solucionar seus problemas de “falta de sorte” no interior do Brasil ou nos países vizinhos.

A censura aos artistas

O departamento responsável por promover a censura aos artistas antes da criação do DEIP de Pernambuco foi a *Comissão de Censura das Casas de Diversões Públicas* subordinada à Secretaria de Segurança Pública. A peça intitulada *Deus lhe pague* de Joracy Camargo, por exemplo, foi uma das censuradas nesse período³²⁷. Quando o DEIP foi instalado em Pernambuco, ele interagiu com os órgãos dos demais Estados. A cantora Dilú Melo³²⁸, por

³²⁷ Ofícios recebidos 1936. Secretaria de Segurança Pública. Comissão de Censura das Casas de Diversões Públicas. Ao Delegado de Ordem Política e Social. 11 set. 1936. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4698.

³²⁸ Maria de Lourdes Argollo Oliver, nascida em 25/9/1913 Viena, MA. Falecimento em 27/4/2000, Rio de Janeiro, RJ. Algumas das músicas de sucesso do período foram: Engenho d'Água (1938); Coco Babaçu (1938); Fiz a Cama na Varanda (1944); Lá na Serra (1948);

exemplo, em turnê pelo nordeste foi censurada por Cunha Pereira do DEIP do Maranhão enquanto seguia viagem para Pernambuco.

Dilú foi uma das artistas mais prestigiadas de seu tempo. Em 1940 foi considerada em Caxias do Sul como uma “artista completa”, “folclorista nacional”, cantava e vivia coisas nacionais, “criadora de beleza, de cores e de ritmo”. Conhecida como a “caboclinha” do Maranhão, foi da mesma escola de Olga Pragher Coelho³²⁹ e Jorge Fernandes. A censura que sofreu tinha como objetivo puni-la porque teria feito críticas ao Interventor do Maranhão, Magalhães Barata nos meios de comunicação e na apresentação³³⁰. O diretor do DEIP do Maranhão não economizou nas palavras, utilizou termos pejorativos e, com base no Decreto lei n. 431, de 18 de maio de 1938, foi iniciada uma perseguição velada à artista.

Situação semelhante ocorreu com a bailarina Dolores Macedo Campos³³¹, quando o diretor de diversões públicas, Muggliatti Sobrinho, de Curitiba, Paraná, solicitou aos DEIPs de Pernambuco e do Espírito Santo para

Maravia (1952); Tudo é Verdade (1952); Serenô (1955); Nos Velhos Tempos (1958). *Jornal A Época*, *Jornal da mocidade em pró das aspirações coletivas. Crônica da Cidade*. Dilú Melo. Diretor João Brusa Netto. Ano II, Caxias do Sul, 14 jul. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/097209/per097209_1940_00089.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015.

“Segundo a crítica do período: ‘Dilú não interpreta apenas músicas alheias. Ela cria os seus motivos, toma-os de cenário ambiente e da rua – do grito dos baleiros, dos vendedores de cana, do ruído dos trens velhos do nordeste, das festas de São João, na roça. Musicaliza-os, dá-lhes coloridos e riqueza de harmonia’”. *Jornal A Época*, *Jornal da mocidade em pró das aspirações coletivas. Crônica da Cidade*. Dilú Melo. Diretor João Brusa Netto. Ano II, Caxias do Sul, 14 jul. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/097209/per097209_1940_00089.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015.

³²⁹ “Considerada em sua época como uma das principais intérpretes da música brasileira e uma das melhores pesquisadoras/cantoras de nosso folclore. Ao lado de Elsie Houston, Stefana de Macedo, Helena de Magalhães Castro, Amélia Brandão Nery, Celeste Leal Borges e Jesy Barbosa foi uma das pioneiras pesquisadoras e divulgadoras do folclore brasileiro no Brasil e no Mundo ainda nos anos 20 do século passado. Olga Pragher Coelho nasceu em 12 de agosto de 1909, em Manaus, Amazonas, e faleceu em abril de 2008, meses antes de completar 99 anos de idade”. Disponível em: <http://bonavides75.blogspot.com.br/2010/01/olga-praguer-coelho-100-anos.html><http://bonavides75.blogspot.com.br/2010/01/olga-praguer-coelho-100-anos.html>. Acesso em: 30 set. 2015.

³³⁰ “Artista conhecida como Dilu Melo e seu amasio Pimenta em excursão pelos estados norte atualmente estado Maranhão em entrevistas nos jornais e espetáculos teatros cinemas atual estado vem atacando sistematicamente todos modos governo paraense seu interventor Cel. Magalhaes Barata procurando diminuir ridicularizando administração mesmo e terra paraense a qualquer decidida falta senso patriotismo perversas inverdades”. DEIP Belém, Cunha Coimbra, ao Diretor do DEIP Recife, Nilo Pereira. 15 mar. 1944. APEJE/Arquivo Permanente/Interventoria 09/Departamento dos Correios e Telégrafos.

³³¹ Diretor de Diversões Públicas Muggliatti Sobrinho. Curitiba PR. Ao Diretor DEIP Recife. Nilo Pereira. 09 out. 1944. APEJE/Arquivo Permanente/Interventoria 09/Departamento dos Correios e Telégrafos.

que não fossem permitidas novas apresentações, por não ter cumprido contrato em Curitiba³³². Situação semelhante ocorreu com o professor Marinósio Filho^{333,334}, diretor do grupo Afoxé, de Curitiba, apesar de iniciar sua carreira apoiando a implantação do bonapartismo, também, alegando-se falta de cumprimento de contrato, foi impedido de trabalhar em qualquer outro Estado do Brasil, com isso, seguiu para Montevidéu – Uruguai, onde gravou *Baiana Me Leva e Cachaça Não é Água* – a famosa marchinha carnavalesca, gravada pela editora *A Melodia*, em São Paulo (MELHADO, 2014, p. 140).

Outro caso foi o do cineasta Norberto Américo Aymonino³³⁵, proibido de trabalhar por quatro anos pelo diretor da Divisão de Cinema e Teatro do DIP -

³³²BR.APEES. DEIP. DTD.0236. Telegrama do Diretor do Departamento de Diversões públicas do DEIP de Curitiba, Sr. Muggiatti Sobrinho, ao Diretor do DEIP Vitória, solicitando que fique impedida de trabalhar a bailarina Dolores Macedo Campos, por motivo de abandono de serviço no cassino da capital. Curitiba. 10 out. 1944. 1f. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Inventario_Analitico_DEIP_ES.pdf>. Acesso em 30 set.2015.

³³³Marinósio Trigueiros Filho, nascido em 20 maio de 1914, Salvador – BA. Escreveu: **Crimes que abalaram Londrina. São Paulo**: Flamur, 1973. **Dos porões da delegacia de polícia**. Londrina: Canadá, 1979 e **História da imprensa de Londrina : do baú do jornalista**. Londrina: UEL, 1991. **Gente de Londrina**. Londrina: Litográfica, 1972.

³³⁴Para maiores informações, o artista, compositor, boêmio e jornalista é uma referência na região Paraense, citado em teses, dissertações e várias notícias jornalísticas.

CASTRO. Rosimeire Aparecida Angelini. **Cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em londrina (1930-1960)**. Dissertação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27073/D%20-%20CASTRO,%20ROSIMEIRE%20APARECIDA%20ANGELINI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 set. 2015.

NASCIMENTO, Layse Pereira Soares do. **A imprensa paranaense e a ditadura militar: 1964-1974**. Tese doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro 2014. disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/tese_Inascimento_2014.pdf>. Acesso em 30 set. 2015.

MARSON, Elzio dos Reis. **No limiar do horizonte: manifestações e discursos diversionistas norte/sul e política integracionista no Paraná (1920-1975)**. Dissertação. História e Sociedade. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2005. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93428/marson_er_me_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 30 set. 2015. KOMARCHESQUI, Bruna Mayara. **Retratos de uma cidade: a fotografia no jornal paraná-norte (1934-1953) e na revista a pioneira (1948-1954)**. Dissertação em Comunicação. Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mestradocomunicacao/wp-content/uploads/Disserta%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3s-defesa-FINAL.pdf>>. Acesso em 30 set. 2015.

ÁVILA, Ingrid Carolina. **O nascimento da prisão em londrina de 1930 a 1955**. Boletim Historiar- ISSN 2357-9145 Boletim Historiar, n. 06, nov./dez. 2014, p. 16-27. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/3283>>. Acesso em 30 set. 2015.

HARA, Tony. Disponível em: <<http://doclondrina.blogspot.com.br/2013/02/cenas-de-uma-vida-boemia.html>>. Acesso em 30 set. 2015.

³³⁵ Conhecido na vida como Aymond, nasceu em Dolores, Argentina, no dia 24 de abril de 1902.

Rio de Janeiro, Israel Souto,³³⁶ também com a justificativa de não cumprimento do contrato da produção Haymond com a empresa Eva Stachino. Ou seja, entre as diversas formas de violência institucional implantadas no período, no mundo artístico, essa mostrou-se a mais velada e punitiva.

A neutralidade na II Guerra Mundial por imposição oficial e a campanha do Bônus de Guerra

Como muitas medidas institucionais que regeram o Brasil em toda sua história, assim também ocorreu com relação à imposição da neutralidade³³⁷ no conflito internacional. Foram proibidas as manifestações a favor ou contra, as notícias sobre vitórias e derrotas enviadas por telegramas, correspondências, comunicados, fotografias e quaisquer gravuras, tudo o que pudesse ser considerado infrações à neutralidade³³⁸.

Nesse período foi proibida a “formação, em território brasileiro, de corpos de combatentes para servirem a qualquer dos beligerantes, bem como a instalação de escritórios, agências ou ofícios de alistamento, quer dos próprios nacionais, dos beligerantes, brasileiros ou qualquer um de outros países”. Foi “vedada também a arrecadação de donativos ou remessa de fundos para as nações beligerantes”, exceto para o serviço da Cruz vermelha³³⁹, exceção feita aos Comitês com autorização da Cruz Vermelha e por seu intermédio de arrecadarem donativos e dinheiro por meio de festas ou espetáculos em clubes fechados³⁴⁰.

³³⁶ Israel Souto. Diretor da Divisão de Cinema e Teatro. DIP, ao Nilo Pereira. Diretor DEIP, Recife, 22 set. 1944. APEJE/Arquivo Permanente/Interventoria 09/Departamento dos Correios e Telégrafos.

³³⁷ A neutralidade foi oficializada a partir do Decreto Lei nº 1.559, de 4 de setembro de 1939, período em que as grandes potências estavam em conflito declarado.

³³⁸ S/D. Ofícios e Decretos. 1931-1953. 21 maio. 1938. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³³⁹ Art. 4º Lei nº 1.559, de 4 de setembro de 1939. Ofícios e decretos. Ordens emanadas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ao Chefe de Polícia do Distrito Federal. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/ Prontuário Funcional nº 28.594 (1931-1953).

³⁴⁰ Ofícios e decretos. Ordens emanadas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ao Chefe de Polícia do Distrito Federal. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594 (1931-1953).

Em paralelo à Cruz Vermelha, Gustavo Armbrust iniciou uma campanha de Bônus de Guerra, junto com a Cruzada Nacional de Educação³⁴¹, cuja finalidade era a de arrecadar recursos para o Fundo Nacional de Ensino Básico Primário³⁴². Tanto o DEIP de Pernambuco³⁴³, como os Interventores Federais dos Estados de Alagoas – Amazonas – Bahia – Espírito Santo – Rio de Janeiro³⁴⁴ – Rio Grande do Norte – Paraíba – Paraná – Piauí – Santa Catarina – São Paulo – Sergipe e o Prefeito do Distrito Federal, em conjunto com o Ministro da Guerra³⁴⁵ e da Marinha e do Sr. Comandante Amaral Peixoto, Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro, aderiram à campanha³⁴⁶.

³⁴¹Foi fundada em 3 de fevereiro de 1932, no Rio de Janeiro pelo Dr. Gustavo Armbrust, que se manteve presidente; foi reconhecida como utilidade pública, pelo decreto n. 21.731, de 15 de agosto de 1932. (...), em 19 de Abril de cada ano, promove o “DIA DO PRESIDENTE”. APEJE/Arquivo Permanente/Documentos Manuscritos e Impressos/Interventoria (DEIP) 1931-1947 – Ofícios. S/D

³⁴² “Assim é que, com a contribuição mensal de cinco tostões, os oficiais e praças da Polícia Militar, os Fuzileiros Navais, a Escola de Aeronáutica, os alunos da Escola Militar e da Escola Naval, unidades do Exército, estão tendo várias escolas da Cruzada Nacional de Educação. (...) é de quatro milhões o número de crianças que recebem instrução e igual o número das que não recebem instrução, por falta de escolas. Sabemos que os poderes públicos gastam anualmente quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros com instrução primária (...) a manutenção de escolas para todas as crianças em idade escolar, reclamaria igual importância. A campanha do tostão foi instituída em maio do ano passado pela Cruzada nacional de Educação e inaugurada pelo presidente Getúlio Vargas. A despeito da situação anormal que estamos atravessando, já deu resultados bem apreciáveis. Basta dizer que permitiu a aquisição de material escolar (cartilhas, cadernos, lápis e tabuadas) para duzentas mil crianças e, bem assim, a abertura de várias escolas primárias. Sou amigo do tostão, minúsculo e poderoso, que está contribuindo para que milhares de crianças pobres tenham a riqueza de um livro e de um mestre, a glória de um fecho de luz clareando o seu caminho para sempre”. Presidente da Cruzada Nacional de Educação CARTILHA. **O milagre do Tostão. Cruzada Nacional de Educação**. Largo da Carioca, 5 – 8. And. – sala 813-814. Rio de Janeiro. Dr. Gustavo Armbrust. 17 mar. 1943. APEJE/Arquivo Permanente/Documentos Manuscritos e Impressos/Interventoria (DEIP) 1931-1947 – Ofícios.

³⁴³A Cruzada Nacional de Educação agradece a valiosa e patriótica cooperação do D.E.I.P. sob sua direção na “Campanha do Tostão” e solicita a gentileza de mandar distribuir a inclusa crônica pelos jornais e do interior do Estado. (...) “Campanha do Tostão” NÃO SE DESTINA À CRUZADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E SIM PARA O FUNDO NACIONAL DE ENSINO PRIMÁRIO. APEJE/Arquivo Permanente/Documentos Manuscritos e Impressos/Interventoria (DEIP) 1931-1947 – Ofícios.

³⁴⁴ “(...) meus agradecimentos por me haverem indicado membro da Comissão de Honra da Campanha do Tostão. (...) Acredito que este movimento, a exemplo do ocorrido ano passado, alcançará invulgar sucesso, sobretudo pelo seu entrosamento com a propaganda de bônus de guerra, podendo, em abril de 1944, ser entregue ao Sr. Presidente da República quantia apreciável para o ‘Fundo Nacional de Ensino Primário’”. O Estado do Rio não poupará esforços. Cruzada Nacional de Educação. Niterói. Ermani do Amaral Peixoto. Interventor Federal. Gustavo Armbrust. 17 mar. 1943. Idem.

³⁴⁵ “(...) Tenho muita satisfação de aceitar o convite (...) Jamais me negarei a prestar meu decidido apoio (...) podeis contar comigo e com o exército, porquanto são também bons soldados aqueles que se alistam na cruzada patriótica que sois chefe”. Cruzada Nacional de Educação. Rio de Janeiro. Ministério da Guerra. Eurico Gaspar Dutra. Gustavo Armbrust. Idem.

³⁴⁶Cruzada Nacional de Educação. Rio de Janeiro. Dr. Gustavo Armbrust (presidente). Nilo Pereira. Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Idem.

A propaganda estava fundamentada nos “golpes” desferidos contra o analfabetismo. No entendimento de Gustavo Armbrust, a “Campanha do Tostão” tinha duas finalidades: “1º. A mediata – que era a cooperação do povo para o esforço de guerra, investindo-a na compra de “Bônus de Guerra”. 2º. A imediata – de construir com tais títulos nacionais a total cooperação do povo no combate a analfabetismo. (...) Revela notar que tudo o que for apurado na “Campanha do Tostão” será remetido ao Sr. Interventor Federal neste Estado que no dia 19 de Abril de 1944 fará entrega, depois de transformado em “Bônus de Guerra”, ao Presidente Getúlio Vargas, na data natalícia”³⁴⁷.

Conforme é de conhecimento, a II Guerra Mundial pode ser dividida em três fases: a primeira, entre 1935 a 1939, em que Japão, Itália e Alemanha iniciaram políticas expansionistas, militaristas e agressivas contra a China, Etiópia e Checoslováquia; a segunda, a partir de set. 1939, quando ocorreu a primeira manifestação de reação do Reino Unido e França contra a Alemanha; e a terceira, de 1941 a 1945, quando o Japão atacou os Estados Unidos (ALVES, 2002).

Seguindo essa lógica, aplicada no caso brasileiro, podemos dividir os anos que foram de 1935 a 1939 como um período de estranhamento e distanciamento da guerra Europeia; a segunda fase, de 1939 a 1942, de neutralidade; e a partir de 1942 até 1945 da entrada do Brasil no conflito, ao lado dos países “aliados”.

A primeira fase, entre 1935 a 1939 ficou a cargo do Serviço de Controle da Imprensa (SCI) – Seção da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) as proibições e manipulação das notícias, chefiada pelo delegado Edson Moury Fernandes, subordinado ao Secretário de Segurança Pública Etelvino Lins e ao Interventor Agamenon Magalhães em Pernambuco. Nesse primeiro momento o alinhamento se deu entre o Interventor, Secretário de Segurança Pública, Delegados e agentes policiais – adidos, secretos, e uma ampla rede de “colaboradores” em paralelo, ou sob o comando das Forças Armadas.

³⁴⁷ Cruzada Nacional de Educação. Gustavo Armbrust. Presidente. D.E.I.P. Nilo Pereira. Departamento Geral de Imprensa e Propaganda. 17 mar. 1943. APEJE/Arquivo Permanente/ Documentos Manuscritos e Impressos/ Interventoria (DEIP) 1931-1947 – Ofícios.

Na segunda fase, entre 1939 a 1942, conforme dissemos, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigido por Lourival Fontes. Esse órgão serviu como catalisador das ordens emanadas dos altos oficialatos do poder Executivo – Ministro da Guerra, Ministério das Relações Exteriores em conjunto com o Serviço de Controle da Imprensa (SCI) - DOPS. Portanto, já nesse segundo momento percebemos a mobilização dos militares no DIP e ordens coordenadas visando a neutralidade na Guerra Europeia.

Na terceira fase, entre 1942 a 1945, quando o Brasil entrou oficialmente no conflito, foi criado o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), dirigido por Nilo Pereira em Pernambuco, além dos DEIPs nos demais Estados. Nesse terceiro momento os civis, fossem eles delegados, agentes secretos, ou as superintendências, respondiam diretamente ao comando do Major Antônio José Coelho dos Reis, do Exército, antigo assessor chefe do gabinete do Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra; e posteriormente para o major Amilcar Dutra Menezes, que assumiu a Divisão de Radiodifusão, na censura das notícias sobre a guerra.

As trocas de informações a partir de 1942 entre o DIP, DOPS, DEIP, Forças Armadas e Ministérios nos mostram uma trama de constante vigilância e repressão ao espaço social, acentuada proibição de notícias que revelassem embarques, desembarques, posição de tropas, exportação de minerais e produtos que se referiam ao esforço de guerra a partir do acordo Pan-Americano. Porém, desde 1941 já estavam em negociação as principais medidas de cooperação entre as nações alinhadas aos Estados Unidos. Ficou previsto que o Brasil disponibilizaria seus recursos naturais, geográficos e humanos em troca de um convênio-naval-militar de auxílio técnico e material para a instalação de bases aéreas e marítimas, fornecimento de navios e aviões.

No contexto da II Guerra Mundial, entre os anos de 1940 e 1941 foram sendo desenhados “outros” inimigos internos, além dos comunistas e integralistas, como mais um dos grupos considerados “perigosos”. Com isso, todas as literaturas, revistas e jornais que não fossem em português foram suspensos. Somente as notícias em português foram permitidas, com

restrições. As instituições escolares e associações que veiculassem outros idiomas também foram proibidas, assim como os meios de comunicação via rádio, telefone, cartas.

Existiu durante o período da II Guerra Mundial uma atmosfera sensacionalista em torno das notícias, os órgãos de censura, assim como os militares entendiam que a população poderia ser levada à “desobediência” às ordens impostas pelas autoridades através de algum anúncio. Também entendiam que um elogio transmitido a um país qualquer quebraria a neutralidade. Uma das grandes preocupações se deu em torno dos segredos militares, para que não fossem divulgados na imprensa³⁴⁸.

As medidas internas do Brasil foram se alinhando aos acordos e compromissos mundiais. As relações exteriores e as altas patentes das Forças Armadas e demais órgãos do poder acompanharam de perto a assinatura da “Carta do Atlântico” entre 9 a 12 de agosto de 1941, entre Churchill e Roosevelt, o Pacto Britânico Soviético, em 26 de maio de 1942, a Conferência de Casablanca em janeiro de 1943 e em Teerã em 28 de novembro a 1 de dezembro de 1943. Antes mesmo do posicionamento do lado dos aliados, a configuração internacional dava claros sinais de fim de guerra e de bipolarização do mundo³⁴⁹.

Enquanto a II Guerra dividia o mundo, a grande preocupação durante o bonapartismo era a de alinhar os interesses dos militares contrários a seu favor, uma vez que os descontentes caídos nesse período queriam retomar as

³⁴⁸ DEIP. 212-D. Cópia. Delegacia de Ordem Política e Social. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.626; Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1942. DIP, Lourival Fontes. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³⁴⁹ “Os três grandes confirmam o desembarco na Normandia e esboçam as futuras Nações Unidas, e em Malta (do 4 ao 11/02/1945) pactuam construir uma ordem mundial inspirada nos ideais da paz e governada pelos princípios do direito internacional. Aceitam o princípio do direito dos povos a eleger a forma de governo que desejam adotar e confirmam a criação das Nações Unidas e, repartem e transformam os territórios, os povos, as Nações que ficaram sob a influência da URSS e dos EUA. Último encontro: a Conferência de Potsdam (de 17/07 a 2 ago. 1945), ali decide-se o desarmamento e a ‘desnazificação’ de Alemanha. Em 5/03/1946, Sir Winston Churchill, em frente à presença irreversível da URSS na Tchecoslováquia, declarou: “[...] Uma cortina de ferro instalou-se na Europa [...]”; foi o começo da “Guerra Fria”, em: Histoire du XX siècle. 1900-1945. Tome 1, Ed. Haitier, Paris, França, 1996, pp. 465-469 apud ARCE, Gustavo. **A economia mundial no século XXI**. The world economy in the XXI century. Centro Universitário de Brasília. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. UNICEUB. Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 12, n. 2, p. 1-35, jul/dez.2014. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/2585>>. Acesso em: 06 out. 2015.

eleições subtraídas de 1938. Foi por esta razão que entre o início de 1930, quando foi tomado o poder até 1945, somam-se 94 o número de agitações, conspirações, protestos, revoltas e motins que envolveram generais, oficiais, praças, entre outros no país, as insurreições “tradicionais” em todo período, antes e depois da implantação do Governo Vargas, chegaram ao total de 50 entre 1930 a 1934; 38 entre 1935 a 1939; e 6 entre os anos de 1940 a 1945³⁵⁰.

Foi nesse contexto de dicotomias que um dos agentes secretos infiltrados no Exército em conversa com o capitão José de Figueiredo, em Recife, informou que estava em curso um movimento de “caráter liberal democrático” no Rio de Janeiro, “chefiado pelo dr. Armando Sales de Oliveira, o general Flores da Cunha e o cel. Aviação Eduardo Gomes, elementos do Rio Grande do Sul, principalmente Santo Ângelo, na 3ª Região, os Generais Milton de Freitas Almeida, Renato Paquet e um número elevado de oficiais, cel. Edgar Dutra, Rangel Fontoura, Major Acioli Borges, capitães Hermenegildo Carneiro, os irmãos Forniers, Argemiro de Assis Brasil, entre outros. Conforme suas informações, esse movimento contava ainda com o apoio no Rio de Janeiro de vários ‘políticos decaídos’, como o dr. Sampaio Correia, o advogado Dr. Silvio Rangel Fontoura, Lengruber Filho e não confirmado, Pedro Ernesto”³⁵¹.

Continua o documento informando que havia “vários ‘elementos da ação integralista e quase todos da Aliança Nacional Libertadora (ALN)’, como: Herculino Cascardo e Renato da Cunha Tavares, quase todos antigos revolucionários de 1924, e Nelson de Mello teria sido o último a aderir ao movimento, na Bahia Cegadas Viana, em Recife o tte. cel. Muniz de Farias, cel. Alípio, da Força Policial do Estado, que recebeu uma carta do cel. Juarez Távora. Na Paraíba, major Asdrúbal Gayer Azevedo da 2ª. C.R. O cel. Na Paraíba o Ney-Maier, comandante do 22º C.R é – “inimigo pessoal do Ministro

³⁵⁰ Para maiores esclarecimentos, consultar: CARVALHO, José Murilo de. A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. In: **Forças Armadas e política**, 1930-1945. Rio de Janeiro. Setembro de 1980, p.113. Brasília, Editora Universidade de Brasília, cl983. Disponível em: <<http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/Revolução-de-30.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2015.

³⁵¹ Movimento Democrático de Pernambuco. Agente Secreto. 14 jul. 1941. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/ Prontuário Funcional nº 28.872.

da Guerra, de quem faz a mais desairosa ausência³⁵²”. Nesse sentido, o contexto de II Guerra Mundial promovia a profissionalização e regulamentação das atividades policiais em conjunto com a permanência do bonapartismo getulista acirrava as lutas políticas no interior do Exército, dos civis e instituições ligadas a Defesa Nacional.

A espionagem e censura na II Guerra Mundial

A espionagem dava conta dos problemas internos contra o governo getulista, mas paralelamente a toda a desconfiança que borbulhava de norte a sul, impunha-se o problema da entrada ou não do país no conflito Mundial. É neste momento que o Brasil passa a integrar a União Pan-americana, segundo a qual, consolida-se sua aliança com os Estados Unidos que, tendo fechado o acordo com a maior parte dos outros países da região, entra naquele conflito internacional muito mais fortalecido. As regiões Norte e Nordeste eram uma das principais preocupações por várias razões: além de não fazer “vizinhança” com nenhum dos países pertencentes ao acordo Pan-americano,³⁵³ a região

³⁵² Movimento Democrático de Pernambuco. Agente Secreto. 14 jul. 1941. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/ Prontuário Funcional nº 28.872.

³⁵³ “I) No sentido da cooperação do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte, em caso de agressão armada contra qualquer País do hemisfério ocidental, pertencente a União Pan-Americana podem ser formuladas as seguintes bases na atual emergência, tendo em vista o estudo de um eventual convênio aero-naval-militar, em Washington: - Se uma das potências associadas à União Pan-Americana for atacada por Nação extracontinental, o Brasil concorrerá com todas as suas forças e outros recursos de que dispuser, na defesa comum da América. A aplicação dessas Forças será feita nas condições estipuladas entre os EUA, à potência ou potências interessadas e o Brasil, que facilitará, para esse efeito, o uso de seus recursos e organizações aéreas, navais e terrestres; - Se o Brasil for atacado por qualquer potência extracontinental, os EUA garantirão as comunicações marítimas e a integridade do litoral e ilhas do Norte e Nordeste do País em combinação com as forças brasileiras, de acordo com o convênio que for estabelecido. ‘II) Na primeira hipótese, o concurso que o Brasil poderá proporcionar as potências da União Pan-Americana, será precisado conforme as necessidades que as mesmas indicarem’. ‘O concurso imediato só poderá ser prestado: - pelo fornecimento de matérias-primas de que o Brasil já é produtor, garantidos os transportes por via marítima, pelos EUA, exceto, em certos casos, em que, possa ser feito por via férrea (Uruguai) ou via fluvial (Paraguai e Argentina); - pela utilização de suas atuais bases navais e aéreas e das que vierem a ser instaladas pelo Brasil; - pela permissão de trânsito das Forças amigas através de seu território, nas condições fixadas pelo Brasil’. ‘O Brasil se compromete a desenvolver, o mais rapidamente possível, com o auxílio material e técnico dos Estados Unidos, a organização de sua defesa militar, particularmente do litoral: - a instalação de bases aéreas e navais em regiões a fixar ulteriormente’. ‘III) No caso de ataque ao Brasil por qualquer potência extracontinental, os EUA tomarão a seu cargo a vigilância da costa brasileira do Norte e Nordeste, enquanto que a esquadra brasileira e suas forças aéreas, reforçadas pelos meios que os Estados Unidos ou outras potências da União Pan-Americana possam fornecer, incumbir-se-á especialmente da zona ao Sul e do oriente brasileiro’. ‘ - Os EUA facilitarão,

era a mais próxima do continente europeu e a que mais se aproximava da entrada do Caribe, ponto geográfico considerado estratégico para a defesa dos dois continentes. Nas rotas marítimas do litoral e ilhas do Norte e Nordeste foram instaladas as principais bases de comunicação, assim como instalações de embarque e desembarque para o escoamento dos produtos do esforço de guerra e traslado de pessoas e militares.

Uma invasão pela costa do Oceano Pacífico era menos provável do que pelo Oceano Atlântico que se comunicava com os países europeus. No caso de ataques foi previsto um plano “B”- onde as comunicações, bem como o escoamento de produtos seriam feitos pelo sul do Brasil, por transporte férreo, nos limites entre Paraguai e Uruguai em direção ao Oceano Atlântico.

Por isso, a proibição da circulação das notícias, acima aludida, foi imposta como uma estratégia militar e tática de guerra, visto que a informação foi elevada ao grau de “inteligência militar”.³⁵⁴ “A aquisição de informações sobre o adversário nem sempre se caracteriza por informações extremamente ocultas. Tais informações, apesar de não serem muito protegidas, eram de importante valia como, por exemplo, as relativas ao desenvolvimento social, estatísticas econômicas, demográficas e também sobre as políticas adotadas em âmbito interno” (CEPIK, 2003 *apud* ARAÚJO, 2010).

As proibições das notícias que contivessem dados precisos sobre qualquer conflito interno, de classes políticas e sociais ou problemas econômicos entre as regiões do Brasil³⁵⁵, bem como referências contrárias aos

desde já, ao Brasil a aquisição dos recursos em material bélico de que carece para o completo de sua rede ferroviária, particularmente para facilitar a defesa da faixa litorânea;’ (V) Caso a guerra irrompa antes do Brasil haver ultimado sua preparação, pode ser encarada a conveniência dos Estados Unidos ou outra Nação da União Pan-Americana, concorrerem com forças militares para, juntamente com as brasileiras, serem empregadas para um mesmo objetivo”’. Ofício Secreto 284 e Anexo. Do Chefe do Estado Maior do Exército ao Ministro da Guerra, Bases de Convenção com os EUA, Rio de Janeiro, 11-09-1941, p.1,2,2 e 4. AHEx: Acervo Góes Monteiro *apud* LATFALLA 2010. p 61-77.

³⁵⁴ Inteligência consiste na obtenção de informação sobre seu oponente de maneira mais ágil e oportuna, e ao mesmo tempo prevenindo-se de que o oponente faça o mesmo. DUNNINGAN, 2003, 316 *apud* ARAÚJO, 2010.

³⁵⁵ “Reiterando recomendação contida meu SCI 349 de 29 de Outubro próximo passado vg solicito providências sentido não sejam divulgados nem transcritos no todo ou em parte manifestos partidos de grupos vg agremiações vg sociedades etc”. Cópia, n. 362.– NSCI. Reservado Urgente. D.P.S. São Paulo. Sampaio Mitke. DIP. Ao Diretor Nilo Ferreira. DEIP. 1-11-1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

países em guerra foram proibidas para que não servissem para a contra inteligência³⁵⁶.

Foram proibidas notícias que comprometessem a “boa” imagem de instituições públicas, órgãos do governo, como: previdência social, assistência econômica; empreendimentos do Governo em território político (em particular a legislação, cívico, Industrial, agrícola; importasse propaganda derrotista contra o Brasil, sua integridade, Independência), focalizar com exagero aspectos de miséria material ou moral de indivíduos e coletividades do país³⁵⁷; notícias que preconizassem campanha dissolvente e desagregadora da unidade nacional; ou que provocassem agitações de classe ou intranquilidade da população; sentimentos de hostilidade contra os estrangeiros radicados no país em colaboração com o progresso; no sentido de criticar desfavoravelmente a Constituição e as leis; antecipar notícias de modificações nas mesmas³⁵⁸.

Também fazer propaganda de ideias que lhes eram contrárias (em especial no que concerne à legislação do trabalho e de assistência social); separatismo e bairrismo, ou exaltação de qualidades de certas unidades da Federação ou de grupos étnicos da população nativa, em detrimento ao resto do país; depreciações dos símbolos e dos grandes vultos nacionais, a história e a civilização pátrias, as qualidades do povo brasileiro, elogiar políticos exilados. No concernente às religiões, tornou-se proibido divulgar informações sobre as matrizes religiosas africanas, para que não denotasse “um grau inferior de civilização ou de cultura”³⁵⁹. Essa questão foi retomada como medida de “Higiene Mental e Social” pela Secretaria de Segurança Pública que colocou as

³⁵⁶ “Aquele que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações de qualquer natureza que ameacem à salvaguarda de dados, conhecimentos, áreas, pessoas e meios de interesse da segurança da sociedade e do Estado”. MORAES. Marcio Bonifácio; ARAÚJO, Raimundo Teixeira de. A atividade de inteligência, em nível estratégico, uma proposta para o Brasil. Disponível em: <<http://reservaer.com.br/estrategicos/atividade-de-inteligencia.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

³⁵⁷ DEIP. 212-D. Cópia. Delegacia de Ordem Política e Social; APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594. Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1942. DIP, Lourival Fontes. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.626.

³⁵⁸ Cópia, n. 362.– NSCI. Reservado Urgente. D.P.S. São Paulo. Sampaio Mitke. DIP. Ao Diretor Nilo Ferreira. DEIP. 1-11-1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³⁵⁹ Cópia, n. 362.– NSCI. Reservado Urgente. D.P.S. São Paulo. Sampaio Mitke. DIP. Ao Diretor Nilo Ferreira. DEIP. 1-11-1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

religiosidades africanas e o espiritismo no mesmo nível dos “jogos de azar”, constituindo-as como ofensa ao decoro público.

Em 1942 Agamenon Magalhães dizia que as religiões “afro-brasileiras” eram “formas primitivas e exóticas”, de exploração de “gente inculta” e que essas atividades “perniciosas” haviam sido reprimidas com o maior rigor, concluindo que “delas só resta como lembrança aquele copioso material que tanta curiosidade despertou na Exposição Nacional de Pernambuco e que permanece, hoje, no Museu do Estado³⁶⁰”.

Assim como foram proibidas propagandas que tentassem diminuir o prestígio e a dignidade do Brasil no interior e no exterior, o seu poder militar, a sua cultura, a sua economia e as suas tradições, também o foram: depreciar as classes armadas e seus chefes, provocar animosidade contra umas e outras; dar destaque a operações das forças russas, fazer propaganda de sistemas políticos ou sociais contrários ao governo, ou de ideias subversivas da organização social, da moral e dos deveres para com a Pátria; quando fizer a propaganda política de ideias estrangeiras contrárias ao sentimento nacional; tendam a despertar, acirrar ou justificar os ódios de classes, envolver no noticiário referências a “regimes políticos”³⁶¹.

Foram proibidas as publicações de notícias ou entrevistas de caráter militar, que viessem dos Ministros ou do Presidente da República, sem a devida autorização oficial. Declarações atribuídas ao Presidente da República e demais membros do governo, quando não devidamente autenticadas³⁶²; propagar boatos ou notícias em torno de qualquer ato oficial, alteração ou mudança de qualquer membro do governo, da alta administração pública, de militares e magistratura³⁶³.

³⁶⁰ Destacamos que este assunto é de extrema importância, porém não vamos adentrar nele. Realizações do Estado Novo em Pernambuco. Recife, 1942. APEJE/Arquivo Permanente/Impressos/Caixa 26 (1942).

³⁶¹ DEIP. 212-D. Cópia. Delegacia de Ordem Política e Social APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.626; Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1942. DIP, Lourival Fontes. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³⁶² S/D. Ofícios e Decretos. 21 maio. 1938. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594 (1931-1953).

³⁶³ S/D. Ofícios e Decretos. S/D. 21 maio. 1938. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594 (1931-1953).

A Secretaria de Segurança Pública interceptou, bloqueou e suprimiu notícias que detalhassem problemas sociais e políticos que envolvessem a cidade de Recife, assim como proibiu a entrada e saída de notícias sobre a II Guerra Mundial, sobre escalas, entradas e saídas dos vapores nacionais e ou estrangeiros nos portos de todo país. Segundo o documento, estas medidas foram tomadas para garantir a defesa nacional e deveriam ser cumpridas rigorosamente, e para isso o Sindicato dos Agentes Marítimos serviu como uma assessoria e braço de vigilância³⁶⁴.

Da mesma forma, notícias que despertassem perigo e terror à tranquilidade pública e privada, que propagassem na “mocidade” ideias “subversivas” à organização social, à moral, aos bons costumes, aos “deveres do cidadão com a Pátria”,³⁶⁵ que perturbassem a ordem social, que provocassem escândalos ou reações de qualquer natureza, que causassem pânico, terror, desconfiança, expusesse a miséria material, fome e epidemias³⁶⁶. Foi proibido publicar caricaturas, anedotas, fotografias ofensivas a qualquer homem público, povo ou exército das nações que se encontravam em estado de guerra³⁶⁷. A imprensa, segundo os militares, poderia perturbar a ordem interna, além de alimentar a contra informação dos “inimigos”. Foram proibidas notícias catastróficas de cunho meteorológico, acidentes de trânsito, aeronaves ou militares.

³⁶⁴ Sindicato das agências de navegação de Recife. Circular nº 40. (confidencial). Carlos A. de Médi. 17 mar. 1943. APEJE/Arquivo Permanente/Documentos Manuscritos e Impressos/Interventoria (DEIP) 1931-1947 – Ofícios.

³⁶⁵ “Notícias escandalosas e sensacionalistas em torno de crimes, suicídios e escândalos sociais e das pessoas neles envolvidas. “Manchettes” e títulos exagerados em torno desses fatos. Divulgação de nomes de menores neles envolvidos e, nos escândalos sociais, dos nomes dos protagonistas quando esses escândalos não redundem em crimes da ação pública ou não causem prejuízos à coletividade. Fotografia de cadáveres, acidentados ou não, corpos mutilados, ou qualquer aspeto fotográfico horripilante e que atente contra a moral, os bons costumes e o decoro público”. Ofícios e Decretos. S/D. 21 maio. 1938. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594 (1931-1953).

³⁶⁶ Ofícios e Decretos. S/D. 21 maio. 1938. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594 (1931-1953).

³⁶⁷ “De ordem superior levo ao conhecimento de Vossa excelência que não pode, absolutamente, ter curso ou ser publicado qualquer manifesto, compreendendo-se como tal declarações coletivas de classes ou indivíduos quer relativas a assuntos nacionais doutrinários, quer referente a questões de ordem externa. Antecipadamente grato pelas providências que tomar nesse sentido. Saudações cordiais – Sampaio Mitke – Chefe do controle da imprensa do DIP. Visto Nilo Pereira. 1ª Seção da Diretoria do Expediente e Contabilidade da Secretaria da Segurança Pública do Estado, Recife, 30 de outubro de 1943”. Ofícios e Decretos. 21 maio. 1938. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594 (1931-1953).

Foram proibidas as notícias que revelassem, com exatidão, informações referentes à defesa nacional, mobilização eventual de tropas, aquisição ou venda de material bélico de caráter militar, notícias desfavoráveis ou tendenciosas em torno de qualquer ato de terror ou de propaganda derrotista que ferisse a integridade e independência do país, dos governos e de seus dirigentes políticos, administrativos, representantes da República ou Ministros³⁶⁸.

O serviço de inteligência envolveu vários órgãos, como o DIP, DEIP, DOPS, Forças Armadas, Ministérios, Consulados, superintendências instaladas em portos, aeroportos, correios, rádios, telégrafos. Com o uso do serviço secreto nas diversas instâncias, foi montada uma teia de relações que passou a alimentar o serviço “inteligência militar” com dados sobre o cotidiano da população. A partir do posicionamento do governo ao lado dos países aliados, foi executado um programa de “força tarefa” de vigilância e interceptação de

³⁶⁸ “Encareço providências definitivas no sentido de que não mais tenha curso qualquer espécie de publicidade pela imprensa ou pelo rádio sobre bases navais ou aéreas em nosso território sem qualificá-las como brasileiras pt Cumpre esclarecer que todas as bases são nacionais e atualmente vg por concessão especial do governo brasileiro estão sendo também utilizadas vg a título transitório vg pelas nações aliadas pt Saudações. Exercícios de defesa antiaérea e indicação de locais onde sejam construídos abrigos; a realização do resultado de experiências de material bélico e de exercícios militares; Movimentos de forças; Disposição, movimento e capacidade das unidades aéreas; Ordens secretas de sinalização de faróis, boias e outras indicações para navegadores; Posição de navios de guerra ou mercante dos países beligerantes, nas águas ou nas proximidades das águas do país; Destino de tropas, indicação de transportes que as conduzam, caminho a ser percorrido, ponto ou horário de embarques ou desembarques; Chegada e partida de quaisquer navios em porto nacionais, bem como a natureza do carregamento dos mesmos; Localização de fortes e fortificações; Posição e número dos pontos de defesa costeira e antiaérea e de objetos camuflados; Movimento ou localização de tropas do Exército na, Marinha ou das Forças Aéreas, fora ou dentro dos limites do país; Composição das unidades militares, seu número e equipamento; Posição, movimento, chegada ou partida, carregamento, identidade navios brasileiros das Marinhas de Guerra e mercante, em águas de qualquer país; Número, tamanho, caráter, posição de navios em construção ou informações prematuras da data de lançamento, ou detalhes da construção, bem detalhes materiais ou técnicas sobre estaleiros; Movimentos de aviões militares, nacionais ou estrangeiros; Aquisição, embarque, descarga ou transporte de material bélico; Revelar os estoques de armamento e munição; Aquisições de material de guerra ou sua fabricação no país”. DEIP. 212-D. Cópia. Delegacia de Ordem Política e Social;. DIP, Lourival Fontes, Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594; DEIP. 212-D APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.626. CÓPIA Off Dr. Nilo Pereira. Diretor DEIP – Pernambuco – Recife. Z 8 Praça 15 Rio Df – 525700 96 10h. Telegrama. Tte. Cel. Antônio José Coelho dos Reis. 10 jun. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.626.

correspondências de “todos os indivíduos nacionais e estrangeiros suspeitos e simpatizantes dos países do Eixo³⁶⁹”.

No caso das comunicações telegráficas, os agentes responsáveis recebiam informações vindas de diversos órgãos e repassavam as informações seguindo as instruções contidas nas comunicações, como o caso da entrada do Brasil na Guerra³⁷⁰.

Em outubro de 1942, configuram-se novas correlações de poder. O general João Batista Mascarenhas de Moraes do Exército³⁷¹ deixou a cargo do DEIP³⁷² e da DOPS através da Seção de Controle da Imprensa³⁷³ a censura

³⁶⁹ Ofícios (1939-1946). Departamento dos Correios e Telégrafos. Diretoria Regional de Pernambuco. Reservado. Encarregado do Governo Federal junto às Companhias Telegráficas. Olívio Caldas à Delegacia de Ordem Política e Social: Sr. Dr. Fábio Correia. Recife, 02 set. 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

³⁷⁰ Ministério das Relações Exteriores. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 389 (4100).

³⁷¹ “foi dirigido às missões diplomáticas brasileiras na América seguinte circular: aspas queria passar nota a esse governo dizendo que vg acordo normas adotadas e compromissos assumidos nas conferências pan-americanas de Buenos Aires Lima vg assim como nas reuniões consulta ministros das relações exteriores vg governo brasileiro leva a seu conhecimento que na noite de 15 para 16 corrente foram torpedados a vinte milhas Costa Sergipe cinco vapores brasileiros passageiros que navegavam de porto para porto Nacional conduzindo inclusive romeiros que se destinavam congresso eucarístico de São Paulo pt um dos navios o aspas boependy aspas conduzia um contingente de tropa de 120 homens que não se dirigiam para nenhum setor de guerra havendo apenas sido transferidos de uma região militar para outra no país pt antes desse atentado vg com percas de muitas vidas vg já havia sido torpedos em viagem intercontinental por submarinos do eixo treze navios brasileiros pt nossa atitude foi então de simples protesto contra violação nesses atos desnecessários e brutais das normas de direito e dos princípios da humanidade que regem a guerra no mar pt desta vez vg em que número de vítimas foi de várias centenas vg compreendendo mulheres e crianças vg a agressão foi dirigida contra nossa navegação essencialmente pacífica e por sua própria natureza sem objetivo suscetíveis de favorecer qualquer país beligerante mesmo americano nem ferir interesses de terceiros pt eram navios de passageiros e nenhum navegava zona de guerra ou de bloqueio nem podia ser suspeito levar carregamento para qualquer adversário das potências do eixo vg uma vez que os seus portos destinado eram unicamente brasileiras pt seu afundamento costa brasileiras e indiscutivelmente ato agressão direto Brasil externa da guerra américa sul pt a vista disso governo brasileiro intermedido embaixada Espanha e legação Suíça fez saber governo Alemanha e Itália que a despeito sua atitude sempre pacífica não há como negar que esses países praticaram contra brasil atos guerra criando situação beligerância somos forçados reconhecer defesa nossa dignidade da nossa soberania da nossa segurança e a da américa e a repelir na medida de nossas forças fecha aspas pt”. Ministério das Relações Exteriores. Ministério da Guerra, 7ª Região Militar; 7ª Divisão de Infantaria, Quartel General – Estado Maior, 2ª. Seção. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 389 (4100).

³⁷² Sócrates Times de Carvalho, secretário da revista Periódico Ilustrado Educação e Trabalho; Apulchro d’Assumpção, redator e secretário da revista a Gazeta; Sanelva de Vasconcelos, secretário da Associação Imprensa de Pernambuco; Esmeragdo Marroquim, redator e secretário do Jornal do Comércio. 24/03/1942; 20/03/1943; 20/03/1943; 20/03/1943. APEJE/Arquivo Permanente/Documentos Manuscritos e Impressos/Interventoria (DEIP) 1931-1947 – Ofícios.

referente às notícias sobre a II Guerra Mundial³⁷⁴, que deveriam seguir rigorosamente os procedimentos adotados pelo Gabinete do Ministro da Guerra e divulgados pelo DIP.

Como foi possível observar, a censura à imprensa e à população em Pernambuco envolveu muitos órgãos, os quais dividiram entre si as atribuições, ou mesmo se superpuseram, formando uma teia de relações e correlações de poderes. No ápice do controle estavam as Forças Armadas, seguidas pelo DIP, DEIP, DOPS e demais esferas públicas, como: a Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, junto com superintendências, localizadas nos portos, telégrafos, rádios, correios, órgãos públicos e de imprensa.

³⁷³ “deve ser orientada toda propaganda em torno forças expedicionárias Brasileiras bipt aspas aviso 82-81 em 11. 2.944 - reservado visando impedir sejam colhidos dados objetivos sobre as forças expedicionárias brasileiras vg através de indiscrições que só nos poderão acarretar males vg recomendo sejam expressamente vedadas as publicações jornais vg revistas vg radiações vg cinemas vg palestras vg etc. quaisquer referências às organizações vg comando vg efetivos armamento vg deslocamento vg data e local de embarque vg assim como pontos de destino provável de nossas forças expedicionárias pt Toda publicidade vg portanto a exemplo de nossos aliados discretos na preparação de suas expedições vg deve limitar-se às generalidades relativas à tão nobre empreendimentos vg sobre o indispensável apoio de toda nação lhe cumpre dar vg acima de tudo vg sobre valor e a capacidade de nossas soldados vg engajados com admirável espírito militar nesta empresa de tão altos e fecundos auspícios e o futuro do Brasil pt. É vg assim vg necessário levantar-se e apoiar-se a opinião pública para tão excepcional acontecimento em nossos anais militares vg porém vg jamais de maneira que prejudique o sigilo de sua preparação - chave de segredo com que se abrem as portas do sucesso - em todas as nações de guerra pt”. Ministério da Guerra. Telegrama DG, 154. Reservado 82 81. General Eurico Gaspar. Ministro da Guerra. Amilcar Dutra de Menezes. Diretor Geral – CT. à Nilo Pereira. DEIP, 14 fev. 1944. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.838.

³⁷⁴ “Aumentando diariamente os encargos atribuídos ao Estado Maior Regional, que absorve totalmente a atividade dos oficiais que nele servem, é este Comando levado a dispensá-los da execução de determinados trabalhos, aliviando-os assim um pouco. De forma que possam enfrentar, com maior eficiência, outros problemas de grande importância. A censura da imprensa e do rádio, sob o ponto de vista militar, evidentemente um serviço necessário, máxime na situação presente, posto que permita melhor coordenação e orientação de uma das mais valiosas fontes de informação do público, figura entre um dos encargos a ser aliviado. Não importa isso dizer, no entanto, que não se procede mais a essa censura. Há, na realidade, apenas uma passagem deste encargo para a autoridade civil, que, aliás, em parte, dele já está encarregada – e que a executará mediante entendimento com este Comando. A imprensa e o rádio de Pernambuco, que tantas provas têm dado do desejo de uma colaboração eficiente e produtiva, já estão suficientemente orientados e integrados dentro do momento que o país atravessa. Ponderados, e focalizando problemas nacionais com elevação de vistas e uma atitude digna de encômios, já trilham caminhos seguros, do qual, tem este Comando a certeza, jamais se afastarão”. Ministério da Guerra. 7ª Região Militar. 7ª Divisão de Infantaria, Quartel General – Estado Maior, 2ª. Seção. nº 367-B. Circular Reservado. À Imprensa de Pernambuco, correspondentes de agências estrangeiras e de outros jornais e rádio Club de Pernambuco. Assunto: Censura da Imprensa e do Rádio. Comandante Gen. Div. João Batista Mascarenhas de Moraes. J.B.P.G. – Maj. Recife, 3 out. 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.626.

A censura ao cinema e aos aparelhos e transmissões radiofônicas

A censura arrecadou verbas durante o período de participação do Brasil na II Guerra Mundial,³⁷⁵ pois todos os espetáculos submetidos ao crivo dos censores, precisavam pagar a estampilha que oficializava tal controle. Criaram-se “selos” que comprovavam o controle sistemático, além da instituição da arrecadação de verbas através de festivais e apresentações de artistas e carnavais apoiados pelos DEIPs³⁷⁶. Os filmes do período de guerra foram controlados pelas Forças Armadas através da Divisão de Cinema e Teatro³⁷⁷ do DIP. A orientação era para que fossem proibidas cenas que provocassem aos espectadores “depressão” ou hostilidade, ou que propagasse qualquer forma de ideologia ou posicionamento da população na guerra³⁷⁸.

³⁷⁵ “O empresário/emissoras deverá apresentar os programas, inclusive cinematográficos e radiofônicos, para aprovação diariamente em três vias, a primeira será selada com uma estampilha de 5\$000 estadual, mais uma Taxa de saúde de 1\$000, depois de selada e inutilizada será entregue ao interessado. A segunda enviada ao DEIP para controle e anotação no respectivo fichário e a terceira arquivada nesta delegacia”. Caso os empresários e as emissoras estivessem irregulares com a selagem e censura prévia das programações, poderia ser aplicada uma multa ou cassação da licença, segundo o art. 129 do Decreto-lei n. 1.949/39, o valor poderia variar de Cr.\$500,00 a Cr.\$ 5.000,00, e dado um prazo para corrigir as irregularidades. Caderno de Expediente do DEIP/SC. 1º Trimestre de 1943. Ofício Gab/230 - 16 de fevereiro de 1943. Arquivo Público de SC. p. 416. Art. 99 do decreto-lei n.1949 *apud* ELIAS, Thiago Henrique. **Órgão de Censura e Propaganda: Uma análise da estrutura interna do DEIP/SC durante os anos de 1942-1945**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: Velhos e novos desafios. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis-SC.

³⁷⁶ Nota de circulação do DEIP comunicando a receita arrecadada em cada município do Estado no 1º semestre de 1940. Vitória. 16/8/1941. 1f.; 1p. BR. APEES. DEIP. DIG. 1459. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Inventario_Analitico_DEIP_ES.pdf>. Acesso em: 02 out. 2015.

³⁷⁷ Para maiores informações sobre esse órgão, consultar: FARO, José Salvador. A comunicação populista no Brasil: O DIP e a SECOM. In: MELO, José Marques de (org.). **Populismo e comunicação**. São Paulo: Cortez Editora, 1981; GARCIA, Nelson Janr. Estado Novo. Ideologia e propaganda política. São Paulo. Loyola, 1982; TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa política e cidadania**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1999.

³⁷⁸ “cenas que dizem deprimir qualquer beligerante impressionando o espírito público e ferindo a sensibilidade das plateias; cenas hostis a qualquer das nações em guerra; cenas em que apareça de forma ridícula qualquer personalidade política internacional. A censura deverá não somente o filme, mas também a parte falada, sendo proibidas referências desabonadoras a qualquer dos beligerantes, ou comentários críticos a qualquer dos seus atos. A exibição de qualquer filme de guerra deverá ser precedida de um pequeno Short com palavras de advertência ao público para que assista ao filme com isenção de ânimo e se mantenha em atitude de discrição compatível com a neutralidade do Brasil”. DIP: Lourival Fontes. Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1938. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

Para que fosse facilitada a censura nas estações de rádio, (*broadcasting*³⁷⁹) as notícias de guerra deveriam ser transmitidas em horários estipulados e deveriam receber o título de “crônicas ou notícias de Guerra”, aliás, toda programação deveria passar pela censura, fosse ela prévia ou *in loco*³⁸⁰.

Se os meios de comunicação oficiais ficaram sob forte repressão, que não dizer das rádios clandestinas, sobre as quais DEOPS e DOPS Estaduais agiram com maior rigor ainda. Para fazer a repressão às rádios amadoras, a SCI aparelhou uma área dentro da DOPS com escuta permanente³⁸¹. Após a localização eram enviados policiais para prenderem as pessoas envolvidas com sinais de rádio e envio de notícias do Brasil para outros países.

Alguns exemplos da extrapolação da função de censura dos DEIPs Estaduais era a permanente intervenção nas carreiras profissionais, como o caso de Silvério Silviano Neto³⁸², impedido de ser contratado em Pernambuco pelo DIP do Distrito Federal. Além disso, entre 1942 a 1945 muitos alemães e italianos foram presos acusados de espionagem e transmissão clandestina de mensagens radiofônicas, entre eles estavam: Heins Otto Hermann Lorenz, Rudolf Heinrich Adolf Karl Ehrhorn, Herbert Friedrich Julius Von Heyer, Edmond Di Robilant, Amleto Albieri³⁸³.

³⁷⁹ Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1938. Lourival Fontes. DIP. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³⁸⁰ Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1938. DIP, Lourival Fontes. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³⁸¹ Para melhor apreensão sobre este serviço, consultar: Othon Jambeiro *et al.* **Tempos de Vargas : o rádio e o controle da informação** / Othon Jambeiro ... [et al.] ; preparação de originais e revisão: Tania de Aragão Bezerra, Magel Castilho de Carvalho. - Salvador: EDUFBA, 2004. 191 p. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/3yd/pdf/jambeiro-8523203109.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

³⁸² Israel Souto. Diretor da Divisão de Cinema e Teatro. DIP, ao Nilo Pereira. Diretor DEIP, Recife, 16 nov. 1944. APEJE/Arquivo Permanente/Interventoria 09/Departamento dos Correios e Telégrafos.

³⁸³ Ofícios (1939-1946). Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Reservado. 0655 (310-S4). Delegado Especial de Segurança Política e Social: Olindo Denys. A DOPS de Pernambuco. Fabio Correia. Resposta do Ofício nº 41 encaminhando em 18 jan. 1943. Resposta de Olindo Denys em 9 fev. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

A censura às cartas postadas através dos Correios

Dentro dos correios e telégrafos em Recife funcionou uma extensão do SCI com quatro agentes do serviço secreto, além de um intérprete. Tiveram como orientação geral o “exame”, ou melhor dizendo, a violação das correspondências expedidas ou recebidas de pessoas dos países em guerra, ou simpatizantes, bem como por integralistas ou comunistas³⁸⁴, ou qualquer outra correspondência.

Os órgãos dos Correios violaram e investigaram correspondência endereçada a brasileiros ou estrangeiros de qualquer nacionalidade em todo território nacional, incluindo os hóspedes de hotéis, pensões e “casas de cômodos³⁸⁵”. Existiu ainda uma preocupação maior com relação às notícias que vinham da Argentina, justificado pelo que denominaram de “notícias comunistas”. Toda e qualquer comunicação fluvial de agências telegráficas e correspondências foram proibidas³⁸⁶.

Um dos exemplos é a correspondência violada em 28 de abril de 1943 de Miguel Nichita a Carmen Ribeiro. Primeiramente ressaltamos que esta correspondência veio de Buenos Aires – Argentina e seu destino era Recife. Antes que chegasse foi interceptada pela Censura Postal Brasileira e enviada para DESPS, que em sequência transmitiu em caráter confidencial para a DOPS de Pernambuco³⁸⁷. Em termos gerais a carta não foi transmitida em todo seu conteúdo. Foram extraídas as informações em cada parágrafo. O teor da carta é sobre um pedido de documentação da Secretaria de Segurança Pública sobre o motivo de sua prisão em Recife.

³⁸⁴ Ofícios e Decretos. (1931-1953). s/d. [Estimado 1938-1939]. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³⁸⁵ Pensões e casas deveriam prestar toda colaboração, alimentar uma lista com registros para os agentes policiais de toda rotina de seus clientes e estabelecimentos, informar ainda se existiam movimentações “suspeitas”.

³⁸⁶ “Há também um cuidado especial na correspondência da “Posta Restante”. Na correspondência “via marítima” é ponto de capital importância o exame de impressos procedentes da Argentina, os quais têm servido de veículo à propaganda comunista e a ataques contínuos ao Regime Nacional”. Ofícios e Decretos (1931- 1953) S/d. Estimado de: (1938-1939). APEJE/Secretaria de Segurança Pública/ Prontuário Funcional nº. 28.594.

³⁸⁷ Ofícios (1939-1946). Nota Reservada. G.T. 000362. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Tem. Cel. Delegado Especial: Olindo Denys ao Delegado de Ordem Política e Social de Pernambuco: Fábio Correia. Rio de Janeiro, 15 maio 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

Tudo indica que Nichita era missionário e foi fixado pela DOPS do Recife entre 19 a 26 de maio de 1942. Claramente suplicando pede que Carmen interceda por ele junto aos Delegados Fábio Correia e Mário Melo dizendo que sua carreira, dignidade e honra depende de um certificado, que está sofrendo perseguição de agentes policiais “sem dignidade”, ao fim diz que não sabe notícias de sua família por não poder mandar correspondências³⁸⁸.

Em resposta ao ofício confidencial, diz que Nichita é um “elemento agitado”, que no percurso que fez a bordo do navio para o Recife, incompatibilizou-se com o comandante do navio “Esmeralda”. As denúncias de mau comportamento foram suficientes para o rapaz não receber visto de permanência no Brasil. O delegado adentrou ainda na vida íntima de Carmen, disse que a filha do juiz aposentado nutria certa simpatia pelo estrangeiro, e conclui que o rapaz era um “indesejável” e por causa de mais duas passagens pela polícia foi fichado e proibido de entrar no Brasil³⁸⁹. Ocorre que a correspondência de Nichita à Carmem era um pedido de súplica para que seu nome fosse retirado da lista de fichados pela polícia brasileira, prejudicando-o no seu país de origem. Nesse sentido, independente do sujeito, eram sacramentadas a culpabilidade sob qualquer argumento e as consequências para as vítimas pouco importava ao policiamento.

A censura aos cabos submarinos, telefonia internacional e telegramas

A partir de 1942, quando o Brasil entrou no conflito, os agentes secretos foram enviados para fazer a censura junto com censores nas escutas dos cabos submarinos. A questão estava inserida no âmbito da Segurança Nacional, uma vez que tais cabos asseguravam a ligação oficialmente irradiada entre os vários Estados, o Brasil e o exterior. As medidas repressoras se deram

³⁸⁸ Ofícios (1939-1946). Nota Reservada. G.T. 000362. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Ten. Cel. Delegado Especial: Olindo Denys ao Delegado de Ordem Política e Social de Pernambuco: Fábio Correia. Rio de Janeiro, 15 maio 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

³⁸⁹ Ofícios (1939-1946). Ofício nº 406. Delegacia de Ordem Política e Social: Fábio Correia ao Delegado Especial de Segurança Política e Social: Tte. Cel. Olindo Denys. Recife, 21 maio. 1943.

desde interceptação das ligações à quebra de privacidade. Para esse serviço foram contratados dois censores que dominavam os idiomas francês e inglês para ouvir todas as comunicações feitas e, quando necessário, interceptarem a ligação³⁹⁰.

Segundo o Delegado de Ordem Política e Social, cerca de quarenta telefones foram mantidos em escuta permanente. Na estação telefônica, três investigadores se revezavam no serviço. A orientação era a mesma posta em prática nos correios, contando também com tradutor para os comunicados em língua estrangeira, em especial alemã³⁹¹.

No telégrafo foram proibidas mensagens “cifradas”. Os órgãos do SCI, DIP e DEIP contaram com a cooperação da chefia de tráfego, que não permitia a transmissão de qualquer notícia ou mensagem em língua desconhecida. Logo após o recebimento do pedido de transmissão, estes eram submetidos à censura, para só posteriormente serem entregues a seu destinatário. “Além dos funcionários da polícia e em íntima colaboração com eles, acham-se, atualmente, três censores designados pela Diretoria Regional dos Correios³⁹²”.

As notícias recebidas e enviadas por telegramas internacionais deveriam também passar pela censura. No caso dos telegramas de procedência alemã, francesa ou de qualquer outro país ou determinado que apresentasse a origem, a data e a agência, como exemplo: “Telegrama da Associated Press (agência norte-americana),” “Telegrama da Agência Havas (agência francesa): “BRATISLAVIA, 18, (HAVAS, agência Francesa); BUDAPESTE, 17, (TRASOCEAN, Agência Alemã)”, quando a correspondência fosse direta, seria mencionado o nome do correspondente; não foi permitida a publicação de nenhuma fotografia sem que, na legenda, fosse informada sua procedência e a agência responsável. Completando as instruções: quando fossem referenciar os exércitos e os países beligerantes, deveriam ser designados apenas pelas

³⁹⁰ APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594. Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1938. DIP, Lourival Fontes. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

³⁹¹ “d) As empresas que exploram os telefones internacionais serão obrigadas a visitar a Censura, com a devida antecedência possível, das comunicações que se vão fazer, para devida assistência do censor”. Ofícios e Decretos. (1931-1953). s/d. [Estimado 1938-1939]. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³⁹² Ofícios e Decretos. (1931-1953). s/d. [Estimado 1938-1939]. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

suas nacionalidades sem outros qualificativos partidários. Exemplo: o exército francês; o exército alemão; o exército inglês; a França; a Inglaterra; a Alemanha; o exército da França e da Inglaterra. E nunca: o exército nazista; os exércitos das democracias; as democracias ocidentais, etc³⁹³. Embora a maior parte dessas regras tivesse sido imposta no período de neutralidade, continuaram vigorando até o fim da guerra.

Continuando, os comunicados do alto comando dos exércitos em luta ou de seu estado-maior deveriam “receber da imprensa tratamento igual, e assim, serão publicados no mesmo tipo, no mesmo número de colunas e nas páginas das notícias de guerra³⁹⁴”. Nesse sentido foi proibido aos jornais e revistas fazerem acréscimos nos telegramas recebidos para passarem pela censura, independente de serem divulgadas por cobertura direta ou por informante de agência estrangeira, ou matéria remunerada³⁹⁵.

³⁹³ Ofícios e Decretos. (1931-1953). s/d. [Estimado 1938-1939]. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.594.

³⁹⁴ Idem, idem.

³⁹⁵ Ibidem.

CAPÍTULO IV

A ascensão, indisciplina e a construção dos agentes da polícia política e dos espões

A ascensão dos investigadores da ordem política

Uma vez integrado ao sistema repressivo, um policial podia fazer carreira, desde que preenchesse determinados requisitos, conforme veremos a seguir, reconstituindo a trajetória, a exemplo do investigador Francisco de Assis Lima e a de Edson Moury entre outros, todos integrantes da DOPS de Pernambuco.

Francisco de Assis Lima foi o investigador nº. 70, iniciou como agente secreto em 1932 na Inspetoria de Ordem Política e Social (IOPS) e seus proventos foram pagos por verba secreta até se tornar adido³⁹⁶ em 1935. Assim como muitos outros agentes desse período, eles eram punidos por falta de exatidão no exercício de suas funções em até 5 dias em 1936.

Podemos considerar que a ascensão de Assis foi rápida, ainda em 1936 foi promovido como investigador de 2ª classe³⁹⁷. Fez parte de um grupo de policiais que pertenciam à cúpula da IOPS, famosos por sua violência e pelo uso de tortura como método de interrogatório. Integraram esse grupo: Etelvino Lins, Frederico Mindelo, Vander Koche, Manuel Faria, Malvino Reis (ROSE, 2001, p. 113), entre outros. Tornou-se um expert na repressão ao comunismo e pelo treinamento a 10 outros investigadores teve um aumento salarial de 100\$000 por mês³⁹⁸. Apelidado por Chico Pinote (CAVALCANTI, 2015; ROSE, 2001, p. 113) por ter o hábito de espancar presos pulando sobre seus corpos, Assis esteve entre os policiais que dispararam contra a população na chacina em 3 de março de 1945.

Entre os muitos feridos, morreram os estudantes de Direito Demócrito de Souza Filho³⁹⁹ e Manoel Elias dos Santos. Francisco, juntamente com Álvaro Gonçalves da Costa Lima e Hermes Ribeiro Samico, escreveram o livro apresentado na II Conferência Nacional de Polícia em 1958, intitulado *Aspectos*

³⁹⁶ Termo utilizado para os agentes secretos lotados nas delegacias.

³⁹⁷ APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Individual: Francisco de Assis Lima nº 26.948 (1932-1960).

³⁹⁸ O.S. n. 31. PORTARIA. Adalberto do Rego Maciel. 2º Delegado Auxiliar respondendo pelo expediente. Recife, 06 abril de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 21.562.

³⁹⁹ Há referências de que o estudante de Direito foi morto, segundo investigações do período pelo agente Cícero Romão.

da atividade do Comunismo em Pernambuco, livro amplamente difundido e distribuído para diversas autarquias e órgãos públicos de todo Brasil, e que em 1986 estava em sua 3ª edição. Em 1964 Francisco foi para o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) (CAVALCANTI, 2015).

Trabalhavam como investigadores no início de 1937 os seguintes agentes policiais:

Tabela 08 – Lista de agentes policiais (1937)

Nome	Nº
José de Britto Albuquerque Veiga	71
João Candido Cabral	72
Luiz Firmino de Oliveira	73
Saul Pedrosa	80
José Fernando da Silva	82
Severino Tavares de Britto	85
Daniel Francisco Alves	87
Manoel Lopes de Mello	89
Edgar Ciriaco da Silva	90
Victório Accyoli Lins	94
Amaro Leonel Pedrosa	95
José Felipe Silva	96
Júlio César de Figueiredo Cavalcanti	97
João Antônio Peregrino	100
Manoel Ferreira Leão	101
Alcides Varejão de Freitas	102
João Climaco Rattis de Azevedo e Silva	104
Valdemar Felipe da Silva	105
Oséias Servio Ferreira	106
Félix Alves Cavalcanti	107
Sidrack de Araújo	108
José Siqueira Figueiredo Filho	109
Severino Albanêz de Souza	110
Luiz Guedes da Silva da Luz	111
José Martins de Arruda	112
Reginaldo Carneiro da Cunha	113
Milton Costa	114
Jacy Gomes de Araújo	115
Luiz de França e Silva	121
Luiz de Paiva Costa	123
Jonathas Valentino de Oliveira	126
Osório Lopes Ferreira Ventura	128
José Correia de Queiroz,	129
João Cancio de Moraes	130
Waldemar Ferreira Magalhães	132
Gentil Diniz de Almeida	134
Rivaldo Pedrosa de Vasconcellos	136
Jonas Baptista Bastos	137
Benevenuto Paulo de Moraes Borba	138
Eduardo de Araújo Veiga	139
José A. Chaves	141
Anataíde Paulo	142
Antônio Barros Moreira	157
Geraldo Telles	202
Jayme Velloso	203
José Victor da Silva	206

Quando o agente correspondia bem às funções para os quais eram designados, eram promovidos, chegando vários deles a se tornarem delegados também. Quando não correspondiam à expectativa da corporação, eram substituídos. Em alguns casos, a entrada na corporação ocorria a partir de uma carta de interesse do aspirante a investigador, como o exemplo de Edson Moury Fernandes ao Delegado Geral de Polícia de Pernambuco, Carlos Romero:

Saúdo respeitosamente V.S. Tendo conhecimento de que os serviços policiais deste Estado estão passando por uma reforma geral, sob o controle e orientação de V.S., aproveito a oportunidade para pedir a inclusão do meu nome entre os candidatos às vagas que se possam dar com a mesma reforma. Preparatório no (sic) no ginásio Pernambucano com dez exames feitos, sinto-me ansioso por prestar os meus humildes serviços à atual administração do Estado. As responsabilidades e obrigações de V.S. não permitem que me alongue por mais tempo.

Todavia, peço vênica para declarar que, se me fosse permitido optar por qualquer cargo, daria preferência ao comissariado, uma vez que a minha condição de estudante melhor se adaptaria a esta função. Ultimamente contraí matrimônio e, pobre, julgo ser de justiça trabalhar honestamente para fazer face às minhas responsabilidades. Sou de V. S com estima e respeito. Patrício admirador, Edson Moury Fernandes⁴⁰¹.

Após a manifestação de inclusão nos corpos policiais, era feita uma varredura na vida do futuro agente, a começar pela solicitação de documentos comprobatórios sobre ter cursado o aludido ginásio pernambucano, além de atestado de seus professores informando que tinha preparo em português, francês, inglês, geografia e história, que era conhecedor de ciência da natureza e de matemática; que teve ótimo comportamento, que era estudioso e cumpria todos seus deveres⁴⁰². Em seguida a este processo Edson foi contratado como escrevente e investigador de 2ª classe – isso porque entre muitas outras,

⁴⁰⁰ 1ª Seção, nº 855. PORTARIA. DOPS. Delegado Arthur Leite. Recife, 30 de março de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública. Ofícios.

⁴⁰¹ Carta escrita à mão, s/d [provável início de 1931]. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Individual: Edson Moury Fernandes nº 4786.

⁴⁰² Atestado escrito à mão. Recife, 16/02/1931. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário individual: Edson Moury Fernandes nº 4786.

demonstrou ter habilidade com a escrita. Em poucos meses ele já havia sido promovido a investigador de 1ª classe⁴⁰³.

Tal ascensão é considerada meteórica, uma vez que o policial recém-nomeado entraria obrigatoriamente na 3ª classe, permaneceria um ano a título de experiência, e se aprovado passaria para a 2ª classe, com salário 100\$000. No topo da hierarquia estavam os investigadores da classe especial “com atribuições de investigação e funções especializadas”. A ascensão na carreira se dava através de elogios pessoais a atos de dedicação e bravura, ou qualidades excepcionais do investigador, como: lealdade, inteligência e iniciativa no desempenho de suas funções (FLORINDO, 2007, p. 115).

Em 1933, Moury passou a exercer a função de ajudante na Seção de Costumes e Repressão aos Jogos, em seguida foi designado para investigar a morte do estudante Milton José Fragoso, no mesmo ano em que foi eleito presidente do *Centro Acadêmico*,⁴⁰⁴ ou seja, conforme já indicado, como infiltrado no meio estudantil. A formação acadêmica na área de Direito colocou-o em contato com o jurisconsulto Clóvis Bevilacqua, o escritor Agrippino Grieco, o Dr. Adhemar Vidal, Oliveira Vianna, Epitácio Pessoa, Tristão de Athayde, Queiroz Lima. Estes nomes foram alguns que formaram em 1933 a turma de bacharéis em Direito em Pernambuco, adeptos e seguidores do integralismo, conforme já apontado.

Em 1934, Moury formou-se bacharel e foi nomeado comissário de polícia. Um ano depois se tornou delegado⁴⁰⁵ de Polícia do 3º Distrito da

⁴⁰³ APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário individual: Edson Moury Fernandes nº 4786.

⁴⁰⁴ Junto com “Altamir Gonçalves Dias, 1º secretário; João Baptista de Hollanda, 2º secretário; Antônio Correia, tesoureiro; comissão administrativa: Ruy Carneiro da Cunha (presidente), Pontes Vieira, Benjamin Machado e Cyriaco Ribeiro; comissão social: Oscar Berardo Filho (presidente), Corinto de Arruda Falcão, Trindade Henriques e Eraldo Gueiros; comissão jurídica: Bolivar Pedrosa (presidente), Ferreira Dantas, Manoel de Mello e Leopoldo Lins. A direção do Centro Acadêmico, no período do corrente ano, teve à sua frente os bacharelados Fabio Correa, Tavares Buriel, Fernando Cascão, Antônio Amaral, Estácio Varjal, Hubem Bemvindo e Mario Pessoa”. Recorte de jornal, sem indicação, ano 1933. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Individual: Edson Moury Fernandes nº 4786.

⁴⁰⁵ Marcelo Thadeu Quintanilha Martins em sua tese de doutorado em história defendida na USP trás a miúdo a história de alguns delegados de polícias e a relação estreita com o curso de direito e ascensão. Para maiores informações consultar: MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A civilização do Delegado. Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. Tese de doutorado em história. USP, 2012. Disponível em:

Delegacia de Ordem Política e Social. Como é possível observar, em apenas cinco anos ele estava no topo de sua carreira. Em 1937 chefiou a Seção de Censura à Imprensa (SCI), mas foi em 1939, quando esteve à frente da Secretaria de Segurança Pública, que deixou seu “legado”: estruturou a polícia política para fazer a repressão coordenada entre a polícia civil, militar, superintendências, DIP, DEIP, Forças Armadas e consulados, na aplicação das leis de censura editadas nas diferentes fases da relação do Brasil com a II Guerra Mundial.

Em nota no *Jornal do Comércio*⁴⁰⁶ em 18 de janeiro de 1940 no espaço chamado *diversitas*, Edson Moury recebeu elogios⁴⁰⁷ pelo tempo que exerceu a função de delegado. Foi dito que ele “soube imprimir uma diretriz segura e eficiente, revelada pelos trabalhos que conseguiu levar a efeito, no interesse da ordem pública e no combate sem tréguas à infiltração dos ideais extremistas⁴⁰⁸”. A notícia trouxe ainda a informação de que Edson Moury recebeu um relógio pulseira *ômega* de ouro dos cinco delegados da capital e do inspetor de Polícia Marítima e Aérea⁴⁰⁹ pelos serviços prestados no policiamento do Estado de Pernambuco em reunião no gabinete de Etelvino

<file:///C:/Users/xx/.oracle_jre_usage/Downloads/2012_MarceloThadeuQuintanilhaMartins_VRev%20(3).pdf >. Acesso em: 16 abril 2017.

⁴⁰⁶ De propriedade de Francisco Pessoa de Queiroz.

⁴⁰⁷ “Por ter de reassumir as suas elevadas funções no cargo que ocupava junto ao Instituto dos Industriários, deixou, anteontem, a Delegacia da Ordem Política e Social, o ilustre dr. Edson Moury Fernandes. Ao afastar-se de tão espinhosa missão, o distinto coestadano (*sic*) pode afirmar, sem temer contestações, que soube sempre cumprir os seus deveres, sem vacilação nem tibiezas. Inteligente, de uma argúcia incomparável, trabalhador, com acentuadíssima vocação para a carreira policial, o dr. Edson Moury ocupou todos os postos da polícia, a que começou a servir desde 1931, sempre com uma correção admirável”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Individual: Edson Moury Fernandes nº 4786.

“Teve atuação destacada e brilhante no combate aos extremismos, principalmente evitando a infiltração comunista, desarticulando células, prendendo delinquentes condenados pelo Tribunal de Segurança, etc. Foi durante todo o tempo em que esteve à frente do importante departamento da Secretaria da Segurança, uma centelha vigilante, enérgica e incansável da ordem pública. Espírito realizador, introduziu, com o apoio e a orientação do ilustrado Etelvino Lins, várias reformas no sentido de aperfeiçoar o nosso aparelho policial”. Recorte do *Jornal do Comércio*, Recife, 18 jan. 1940. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Individual: Edson Moury Fernandes nº 4786.

O dr. Edson Moury deixou o cargo prestigiado pelos seus chefes e num ambiente da maior cordialidade pessoal com seus colegas.

⁴⁰⁸ “Afastando-se, agora, do cargo a que serviu com zelo e dedicação, o dr. Edson Moury Fernandes deixou objetivadas diversas reformas e melhoramentos, cuja execução o secretário de Segurança Pública, a que está subordinada a Delegacia [Ordem Política e Social], orientou e prestigiou”. Recorte do *Jornal do Comércio*, Recife, 18 jan. 1940. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário individual: Edson Moury Fernandes nº 4786.

⁴⁰⁹ Idem.

Lins. O jornalista Aníbal Fernandes, citado por Paulo Cavalcanti em seu livro⁴¹⁰, chamava a cúpula do PSD em Recife entre 1945-1952 de “catedráticos da Sorbonne da Rua Aurora⁴¹¹”.

Casos de indisciplina dos agentes da DOPS nos primórdios da década de 1930

Mas nem tudo era um “céu de brigadeiro⁴¹²” no interior desse sistema repressivo. Várias situações relatadas nos ofícios que tramitavam entre a Secretaria de Segurança Pública e as demais delegacias demonstram o distanciamento entre o padrão ideal do agente e o cotidiano do exercício de suas funções. Talvez por isso aqueles que se destacavam e ascendiam rapidamente na carreira, como os citados acima, fossem, não a regra, mas a exceção. Há vários tipos de ocorrência que configuram a denominada “indisciplina”, indo da simples falta, brigas entre agentes por questões pessoais, quebra de hierarquia e questões mais sérias de embriaguez, até o abuso de poder ante a impunidade de que gozavam.⁴¹³ Como destaca Lima

⁴¹⁰ CAVALCANTI, Paulo. Nos tempos de Prestes (o caso eu conto, como o caso foi). 3o. v. **Memórias políticas**. Recife: Editora Guararapes, 1982.

⁴¹¹ “O PSD, majoritário na Assembleia e com seus “currais eleitorais” intocáveis no interior, abischoitou, entre outras, a Secretaria de Segurança Pública, através da qual costumava fazer política em todo o Estado, coagindo adversários, assustando eleitores, prendendo desafetos e contestadores do governo. As delegacias na capital, dentro dessas tradições, eram as antessalas dos parlamentos. As fraudes nos pleitos sucessórios começavam, em regra, nos corredores dos comissariados e sub-comissariados do interior, terminando nos amplos salões da própria SSP. [...] O peso maior do PSD, conseqüentemente, recaía sobre essa máquina de fazer votos, manipulada desde os tempos do Estado Novo pelos agentes de segurança. A essa polícia essencialmente político-partidária, o jornalista Aníbal Fernandes apelidava de a ‘Sorbonne da Rua Aurora’, de que eram catedráticos homens como Etelvino Lins, João Roma, Fábio Corrêa, José Francisco de Melo Cavalcanti, Edson Moury Fernandes, Moacir Sales, Paulo Guerra, Álvaro Costa Lima, Eudes Costa, de largo tirocinio na ciência da pancadaria, da fraude eleitoral e do arbítrio” (CAVALCANTI, 1994, p. 120-121 *apud* SILVA, RICARDO, 2011, p. 110).

⁴¹² “Céu Azul de Brigadeiro ou apenas Céu de Brigadeiro é uma expressão antiga usada na Aeronáutica. Brigadeiro é a patente máxima da arma de Aeronáutica, equivalente à de general no Exército e de Almirante na Marinha. E como é com céu azul, limpo e poucas nuvens que o brigadeiro levanta voo aos comandos do seu avião, veio essa expressão. Com o tempo se tornou popular e acredito que além de um céu limpo, indica também que está tudo ok, sem problemas a vista, para seguir em frente!”. Disponível em: <<http://ceudebrigadeiroblog.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2017. também é identificada como uma gíria carioca dos anos de 1940 a 1950 que significava “jogar pelo seguro, que tudo esta bem, conforme, calmo, que não há perigo nem chateação à vista”.

⁴¹³ Não vamos nos deter nos casos anteriores, mas destacamos que eles existem não só como indisciplina, mas enquanto crime, exemplo do assassinato do “guarda civil” Ferreira Francisco Lopes Abbat no Pina, pelo subinspetor da Guarda Civil Manuel Pessoa de Oliveira, auxiliado

(2014, p. 15), a indisciplina de muitos soldados e guardas, que compunham os aparatos de policiamento, não passava despercebida nem mesmo pela imprensa, a polícia foi vista com um misto de confiança e descrédito.

Tais casos percorrem todo o período analisado, mas foi dada ênfase ao ano de 1937, período em que estava sendo gestado o golpe bonapartista, porque observamos que o Regimento Disciplinar Militar de 1939 enfatiza exatamente a necessidade de combater os problemas ocorridos nesse período, ou seja, a importância de investirem na preservação da ordem disciplinar policial que estava desacreditada e que precisava ser normatizada, principalmente com relação à preparação, conduta policial e valores que deveriam ser introduzidos nos cursos de preparação.

Estudos mais recentes fazem uma distinção entre transgressão, violação de regras, indisciplina hierárquica e infração penal posteriores a 1960⁴¹⁴. Contudo, encontramos referências sobre indisciplina policial sendo tratadas administrativamente a partir da criação do Código Penal de 1942. Esta discussão faz parte do Direito Militar⁴¹⁵ e é um assunto pouco recorrente na historiografia acadêmica das ciências sociais.

por Isaias Gonçalves de Lima, Francisco de Andrade e Gastão. Chefe de polícia, 1928, p. 5. APEJE/Arquivo Permanente/Relatórios Impressos.

⁴¹⁴Abuso de Autoridade. LEI 4.898/65: “Tipos penais: arts. 3º e 4º. Pena: art. 5º, § 3º, alíneas “a”, “b” e “c”: multa, detenção de 10 dias a 6 meses e perda do cargo e inabilitação para exercer função pública. Competência: Juizado Especial Criminal da Justiça Estadual. Excepcionalmente, Juizados Especiais Federais, se o infrator for autoridade ou agente do serviço público federal (p. ex., Agente da Polícia Federal). Conceito de autoridade (art. 5º): quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração. Providência: lavratura de Termo Circunstanciado, com remessa ao Juízo competente, providenciando-se, se for o caso, requisição de exames periciais (Lei 9.099/95, art. 69). Observações: a) Se praticado por Policial Militar, a competência é da Justiça Estadual (Súmula 172 do STJ); b) Ao contrário do que se pensa, o crime não é privativo de policiais, podendo ser praticado por prefeito, fiscais, juízes e outras autoridades ou seus agentes; c) Além da infração penal, o agente está sujeito a uma sanção administrativa e outra civil (art. 6º), fato que poderá originar comunicação do Delegado de Polícia ao superior hierárquico do acusado (para fins disciplinares) e ciência à vítima (para fins civis)”. Disponível em: <<http://www.policiacivil.mt.gov.br/UserFiles/File/Legislaao%20Especial.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

⁴¹⁵ Por Direito Militar há que se entender todo o conjunto legislativo que está ligado, de uma forma ou outra, ao sistema que envolve tanto as Forças Armadas Brasileiras, como aquelas que são consideradas suas Forças Auxiliares: as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal. Disponível em:<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1440>. Acesso em: 28 nov. 2016.

Como já destacado por especialistas do Direito militar⁴¹⁶, a hierarquia é a base da manutenção de toda corporação, e esse controle é mantido por regulamentos e normas próprias no interior das corporações, principalmente no que tange à apreciação das transgressões disciplinares e administrativa (OLIVEIRA, 2014, p. 56). Como observado, as regras criadas no Regimento Disciplinar Militar de 1939 fazem parte da correção da indisciplina e dos abusos da legalidade praticadas por investigadores secretos e agentes policiais da Delegacia de Ordem Política e Social e da Delegacia de Investigações e Capturas na capital do Recife e no interior.

A hierarquia militar, logo no artigo 1º, dizia que toda estrutura policial se baseava nela, que o mais graduado comandava somente porque se preparou e revelou qualidades de chefe, sendo assim, era tão “nobre” obedecer quanto comandar⁴¹⁷ e que, ao quebrar essa regra basilar, toda a corporação ficava comprometida. Mas, tal quebra de hierarquia foi comum, principalmente no ano de 1937, principalmente no que se refere à falta de cumprimento ou exatidão do serviço desempenhado pelos soldados ou investigadores. Só nesse ano foram suspensos, por falta de exatidão e cumprimento do serviço, por falta de compostura e outros casos mais graves, mais de cinquenta investigadores.

Como demonstra a documentação da Delegacia de Ordem Política e Social, durante as festividades do carnaval foram suspensos, por falta de exatidão no cumprimento dos deveres, por cinco dias, os investigadores nº 133, 127, 91, 117, 92 e 99, por 3 dias, os investigadores nº 131, 74, 20, 140, por 2 dias, os investigadores 143, 209, 210, 98, 103, e, por um dia um investigador nº 77. Por falta de compostura foi suspenso por 3 dias o investigador 205, e censurados os investigadores 81, 86, 207 e 44; os três primeiros por falta de exatidão no cumprimento dos seus deveres e o último por indisciplina.⁴¹⁸

⁴¹⁶ COSTA, José Armando da. **Direito Administrativo Disciplinar**. Editora Brasília Jurídica, Brasília, 2004; OLIVEIRA, Paulo Roberto Santos de. **A Segurança Pública na Bahia e a Justiça Militar Estadual: Doutrina e Controle Externo**. Dissertação de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania. Faculdade de Direito. Salvador 2014.

⁴¹⁷ Brigada Militar de Pernambuco. Regulamento Disciplinar (RD). Capítulo I. Princípios Gerais de subordinação. Imprensa Oficial. Recife, 1939, p. 5. Acervo Permanente/Impressos. Governo do Estado de Pernambuco. Caixa 24 (1938-1939).

⁴¹⁸ Portaria, nº 12, p. 44. SSP. DOPS: José Arthur Leite. Recife, 13 de fevereiro de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional. Ofícios.

Poderíamos supor que tais indisciplinas estavam associadas ao período festivo, por faltas, problemas de alcoolismo ou porque simplesmente resolveram participar das festividades durante o carnaval, porém as reclamações e suspensões continuam no mês seguinte. Foi suspenso por três (3) dias o investigador nº 210, por não haver notificado o resultado de parte de serviço que foi confiado⁴¹⁹, por falta de exatidão no cumprimento do dever, suspenso o investigador nº 201 por três dias.⁴²⁰ Também suspensos por cinco (5) dias, os investigadores nº 98, 131 e, por dois (2) dias, o investigador 103, o primeiro por disciplina e, os dois outros, por falta de exatidão no cumprimento do dever⁴²¹. O mesmo continua nos dias seguintes, suspensão por três (3) dias aos investigadores nº 201, 109, 207 e 95 por falta de exatidão no cumprimento dos seus deveres⁴²². Além dos afastados, suspensos e demitidos, existem também os casos de substituições nas funções, como o caso de Romildo Alves Leite designado “para exercer o cargo de investigador de polícia do quadro especial, em substituição ao de número 124, Francisco Rodrigues Braga Júnior, (...) exonerado”.⁴²³

Nesse sentido, identificamos casos de imprecisão no cumprimento do serviço, tanto por frequência, desentendimento pessoal entre os agentes, ou por problemas relacionados a jogos e alcoolismo, como demonstra um recorte do jornal “Diário da Manhã” que denunciava a desordem decorrente de briga entre o escrevente Octaviano Queiroz e o investigador de Generino Maciel durante a madrugada do dia 23 de junho de 1937 no Cassino Atlântica⁴²⁴. Novamente durante a madrugada do dia 4 de setembro, outros dois

⁴¹⁹ . Portaria, nº 26, p. 56. SSP. DOPS: José Arthur Leite. Recife, 03 de março de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional. Ofícios.

⁴²⁰ Portaria, nº 16, p. 58. SSP. DOPS: José Arthur Leite. Recife, 05 de março de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional. Ofícios.

⁴²¹ Portaria, nº 17, p. 60. SSP. DOPS: José Arthur Leite. Recife, 08 de março de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional. Ofícios.

⁴²² Portaria, nº 22, p. 77. SSP. DOPS: José Arthur Leite. Recife, 22 de março de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional. Ofícios.

⁴²³ Portaria, nº 593, p. 141. SSP. 1º seção, p. 59. SSP. Diretoria do Expediente. Secretário de Segurança Pública: Cap. Frederico Mindelo Carneiro Monteiro. Recife, 26 de maio de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional. Ofícios.

⁴²⁴ Portaria, nº 59, p. 189. DOPS: Delegado Arthur Leite. Recife, 05 de julho de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional. Ofícios.

investigadores de nº 207 e 57 da Delegacia de Ordem Política e Social “fizeram libações alcoólicas e se agrediram mutuamente no ‘Cassino Oriental’⁴²⁵”.

Até o 2º Delegado Auxiliar, respondendo, interinamente, pelo expediente da Delegacia de Ordem Política Social, aplicou penas disciplinares de cinco (5) dias de suspensão aos investigadores 87 (Daniel Francisco Alves), 91, 105, 201 e 207, e a dois (2) dias de suspensão ao de número 94, por terem faltado várias vezes ao serviço sem motivo justificável⁴²⁶.

Casos mais sérios como de homicídios também eram tratados com suspensão de funções, até que fosse “solucionada a acusação”, como foi o caso do investigador especial nº 129, José Correia de Queiroz, acusado de assassinar Pedro Monteiro Gomes, vulgo Cara de Ferro⁴²⁷. Esse último exemplo explicitamente era um caso de abuso de legalidade.

Para que não percamos de vista a amplitude dessas categorias, bastanos demonstrar que a falta de disciplina envolvia até mesmo os símbolos nacionalistas, como a bandeira brasileira em 1936 quando o investigador número 109 da Ordem Social Palácio, Fernando Caluête, por alguma razão ameaçou rasgar a bandeira que estava nas mãos de uma professora enquanto pedia donativos em uma estação de trem para o “festival das Crianças Pobres”. na ocasião, envolveu-se na discussão um outro passageiro de nome Pedro Araújo protestou dizendo que ele não seria capaz e o chamou de mocó:

isso foi o bastante para que o investigador sacasse de um revólver e investisse sobre Pedro Araújo detonando a mesma arma a queima roupa, não tendo atingido o projétil, produzindo apenas na vítima queimaduras originada pelo fogo de pólvora no paletó camisa e em [direção] da pele, cujo investigador foi preso pelo cabo Severino Izaac de Miranda comissário de polícia naquele Distrito apreendendo também a arma, auxiliado pelo soldado aqui destacado de nome é Manoel Caetano da Silva, esta autoridade se inteirando foto estourou inquérito a acerca do mesmo, ouvindo diversas testemunhas que afirmam crime de agressão praticada pelo citado investigador Palácio Fernando Caluête, na pessoa de Pedro Araújo⁴²⁸.

⁴²⁵ Portaria, nº 77, p. 237. DOPS: Delegado Arthur Leite. Recife, 08 de setembro de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional. Ofícios.

⁴²⁶ Portaria, nº 26, p. 85. SSP. DOPS: 2º Delegado Auxiliar: Alberto do Rego Maciel. Recife, 30 de março de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional. Ofícios.

⁴²⁷ Portaria, nº 262, 1º seção, p. 59. SSP. Diretoria do Expediente. Secretário de Segurança Pública: Cap. Frederico Mindelo Carneiro Monteiro. Recife, 05 de março de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional. Ofícios.

⁴²⁸ Ofícios recebidos. Diretoria do Expediente. Delegacia de Polícia do Município São Caetano. Delegado: Artur de Oliveira ao Sr. Dr. 2º Delegacia Auxiliar do Recife. 14 out. 1936, pp. 138, 139. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4698.

A partir desse inquérito, o Juiz Municipal de São Caetano, decretou a prisão preventiva do investigador Plácido Fernandes Caluête, como incurso no artigo 294§1, combinado com o artigo 13⁴²⁹.

As reformas iniciadas após o golpe bonapartista levaram à demissão de vários agentes: 44 Lyrio Pessoa Fragozo; 81 Jurandyr Correia de Mello; 109 José Siqueira Figueiredo Filho, o investigador n. 145 José Paes Mello, o investigador 103 José Honório de Farias, além dos agentes que serviam nas delegacias, entre os investigadores estavam aqueles inseridos no serviço secreto e locados nas indústrias:

Proponho a V. Excia., que sejam demitidos, por conveniência do serviço, os investigadores especiais ns. 140, 128, 133, 137 e 123, bem como o investigador adido 69, dos quais, segundo informações verbais do Sr. Jack Romangueira, secretário de Pernambuco Tramways, não satisfazem às exigências requeridas para o desempenho das funções, deixando o serviço em completo abandono. Outrossim proponho a V. Excia. que sejam nomeados investigadores especiais os srs. Rafael Cavalcanti Aquino, Luiz Sinfrônio de Carvalho, Manoel Alves da Silva e Rafael Sennier de Araújo, nas vagas verificadas com as demissões dos quatros primeiros⁴³⁰.

Por fim, todos os investigadores adidos foram dispensados e a delegacia foi extinta,⁴³¹ mas melhores “cotados” foram novamente contratados a pedido dos delegados. Entre demissões, substituições e prisões seguiram os investigadores da DOPS colecionando advertências.

Foi, portanto, nessa conjuntura que o Regimento Disciplinar foi criado. Nele identificamos a preocupação com os princípios do respeito rígido à hierarquia e a subordinação que se baseava no “pronto cumprimento das

⁴²⁹ Ofícios recebidos. Diretoria do Expediente. 2º secção, n. 10505/1607-36. Ao Delegado de Ordem Política e Social, 14 out. 1936, pp. 138, 139. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 4698.

⁴³⁰ Ofícios n. 1.188. Superintendência do Serviço de Repressão ao Comunismo. Major Nelson Leobaldo de Moraes. Ao Sr. Cel. Secretário de Segurança Pública. Recife, 23 nov. 1937, p. 630. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.584.

⁴³¹ Ofícios. nº 1.206. “Proponho a V. Excia. que, por conveniência do serviço, sejam dispensados os investigadores adidos e demais pessoal não classificados nas Delegacias de Ordem Social e Ordem Política, os quais pertenciam à extinta Delegacia de Ordem Política e Social”. Superintendência do Serviço de Repressão ao Comunismo. Recife, 25 nov. 1937. Ao Exm. Sr. Cel. Secretário de Segurança Pública. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 21.562.

ordens recebida dos chefes”,⁴³² na “observância às prescrições dos regulamentos”, na “colaboração espontânea na disciplina coletiva”, tudo isso inspirado pelo sentimento do dever, e não pelo receio de castigos, conforme rezava seu artigo nº 2º⁴³³.

O cargo de chefia e dos superiores deveria servir de exemplo enquanto disciplina forte, esclarecida e “digna nas palavras”, “evitando-se gestos ou atos ofensivos”; assim como o cumprimento e aplicação do regulamento nas faltas disciplinares⁴³⁴, isso também se aplicava ao cumprimento, sem hesitação, uma vez que a consequência da execução das ordens era de responsabilidade da corporação⁴³⁵.

Para resolver os problemas de convivência entre as diferentes corporações, os guardas civis, a polícia militar e os agentes da DOPS, foram incentivados, desde a formação na escola de polícia até a contratação do agente, ao companheirismo, amizade e reciprocidade entre as forças policiais, pois todos faziam parte de uma “grande família”. Também foi considerado que era necessário dar ênfase no cumprimento dos deveres, pois isso contribuiria para uma convivência pacífica e harmoniosa entre os agentes da mesma patente e seus subordinados, conforme previsto no art. 8º §único:

“Desde que todos os militares cumpram seus deveres (...), a vida no quartel muito concorrerá para a formação da grande família militar, onde o desenvolvimento do espírito de coesão resulta, em grande parte, de um sentimento de verdadeira afeição mútua. Recordando sempre as tradições nacionais, trabalharão todos em comum para o benefício do serviço, estimar-se-ão cada vez mais, prestando, assim, reciprocamente, na paz e na guerra, a necessária colaboração e, no momento em que for preciso saberão todos sacrificar-se pela Pátria”⁴³⁶.

Possivelmente esse regimento previa assegurar a boa convivência entre os agentes, uma vez que estes se digladiavam nas delegacias, na sala de investigadores e na Secretaria de Segurança Pública, como observado na comunicação em que estiveram em uma discussão acalorada os

⁴³² Brigada Militar de Pernambuco. Regulamento Disciplinar (RD). Capítulo I. Princípios Gerais de subordinação. Imprensa Oficial. Recife, 1939, pp. 5,6. APEJE/Acervo Permanente/Impressos. Governo do Estado de Pernambuco. Caixa 24 (1938-1939).

⁴³³ Idem, idem.

⁴³⁴ Idem, idem, p. 6.

⁴³⁵ Artigo 4º. Idem, idem.

⁴³⁶ Idem, idem, pp. 7, 8.

investigadores: Daniel Torres da Silva, João Belarmino da Rocha e Roberval Lins, “durante a qual se portaram de maneira inconveniente, usando linguagem não conforme com a postura que devem manter, havendo até ameaças de agressão do primeiro com os últimos”. Como medida disciplinar, o delegado propôs que os ditos investigadores fossem severamente punidos⁴³⁷. No mesmo dia dessa ocorrência, o investigador Carlos de Almeida Oliveira, no recinto desta Secretaria de Segurança Pública, ameaçou agredir fisicamente “o seu companheiro Arthur da Costa Florindo, com o qual ainda se agarrou⁴³⁸”.

Para resolver a falta de “afetividade” entre os agentes policiais, o artigo 9º determinava que agissem com “camaradagem sã” e “solidária”, e que era imprescindível que seus membros mantivessem nas demais corporações policiais uma relação social, de família, além de impor regras para o estabelecimento de uma relação mais próxima, por “meio de visitas e outras provas de amizade e consideração”, concluindo que era “muito recomendável que os comandantes de corpos não poupassem esforços, nem perdessem oportunidades para participarem da vida social dos seus comandados”.⁴³⁹ Ou seja, para se garantir a disciplina tentou-se regulamentar até mesmo a vida privada dos agentes.

Mesmo após a criação do Regulamento Disciplinar Militar, dos treinamentos, pedidos de bons modos e de convivência cordial, a conduta entre os agentes era precária, como demonstra a diligência de janeiro de 1944, na qual Manoel Virgolino, prestando um serviço de garantia pessoal ao investigador Amaral Peixoto no Grande Hotel, em conversa, teria “caçoadado” da infidelidade da esposa de outro investigador: Severino Rodrigues de Freitas. Segundo a apuração dos fatos, Virgolino trouxe à tona um fato que lhe não competia, em meio à discussão, alterou o tom de voz e expressou-se gesticulando em “termos que a boa moral condena e, sem dar importância ao

⁴³⁷ 1ª e 2ª Delegacia Policial (1933-1935). 4ª Delegacia da Capital, Delegado: Mário Gadelha Simas. Recife, 8 de agosto de 1934, p. 683. APEJE/Arquivo Permanente/Regulamentos Impressos do Governo de Pernambuco/SSP 571.

⁴³⁸ Idem, idem, p. 684.

⁴³⁹ Regulamento Disciplinar (RD). Capítulo I. Princípios gerais de subordinação. Imprensa Oficial. Recife, 1939, p. 8. Brigada Militar de Pernambuco. APEJE/SSP/Acervo Permanente/Impressos Governo do Estado de Pernambuco/Caixa 24 (1938-1939).

escândalo, convidou Severino para uma luta no Grande Hotel. Continuou a sindicância policial:

Ferido na sua boca e dignidade, a vítima não resistiu diante de tantas provocações e aceitou o desafio. Neste íterim, Aderbal Monteiro Dias e Francisco Gomes Calado intervieram energicamente, conseguindo, enfim, evitar uma grave ocorrência, pois para isso, havia francas possibilidades, dado o estado de ânimo em que ambos se achavam. Do exposto, conclui-se que o investigador acusado infringiu a boa norma de conduta, abordando uma questão particularíssima num momento e lugar inconvenientes.⁴⁴⁰

O resultado desse processo foi que o delegado de Ordem Política e Social suspendeu o investigador nº 64, Manoel Virgolino de Souza, por dez (10) dias, “advertindo-o, ainda, de que, na reincidência ser(ia) proposta a sua demissão⁴⁴¹”.

Creemos que é nesse contexto que surgem as regras de advertência e transgressão disciplinar ao “dever militar” ou a corporação policial, abarcadas nas violações praticadas pelos agentes ao longo da década de 1930 descritas no artigo 12, sobre as penas de repreensão, detenção, afastamento, prisão de até 30 dias, rebaixamento temporário de até 90 dias, exclusão ou expulsão, de acordo com a gravidade, hierarquia e natureza e amplitude⁴⁴². Classificadas como: a) Leves (L); b) Médias (M); c) Graves (G⁴⁴³); destacaremos alguns itens dessa longa lista:

- 1- Falta a verdade (G);
- 2- Utilizar-se do anonimato com o fim de ofender ou depreciar camarada ou superior (G);
- 3 – Concorrer para a discórdia ou desarmonia entre os camaradas ou, ainda, pertencendo ao mesmo corpo, repartição ou serviço, cultivar inimizade entre os mesmos (M);
- 4- Frequentar ou fazer parte de sindicatos, associações profissionais com aspecto de sindicato, ou mesmo associações beneficentes cujos

⁴⁴⁰ José Lopes de Oliveira ao Delegado. Delegacia de Ordem Política e Social. Recife 5 abril 1944. Ofícios, portarias, relatórios, listas, resultados de diligência (1937, 1939, 1944). APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.021.

⁴⁴¹ Idem, 13 de abril de 1944.

⁴⁴² Brigada Militar de Pernambuco. Regulamento Disciplinar (RD). Título III – Das penas disciplinares – Capítulo I – Da natureza e amplitude. Imprensa Oficial. Recife, 1939, p. 27. APEJE.SSP/Acervo Permanente/Impressos Governo do Estado de Pernambuco/Caixa 24 (1938-1939).

⁴⁴³ “Brigada Militar de Pernambuco. Regulamento Disciplinar (RD). Título II. Das transgressões Disciplinares. Capítulo I da Definição e especificações. Imprensa Oficial. Recife, 1939. Capítulo II – da declaração – ART. 14 – classificação das transgressões”. Idem.

estatutos não estejam aprovados por decreto, desde que o fato não chegue a constituir crime contra a ordem política e social, previsto em (G);

5- Deixar de punir o transgressor da disciplina (M);

6- Não levar a falta ou irregularidade que presenciar, de que tiver ciência e não lhe couber reprimir (...) (M);

7- Deixar de cumprir ou de fazer cumprir as prescrições regulamentares, na esfera de suas atribuições (M);

8) Esquivar-se de providenciar a respeito de ocorrências do domínio de suas atribuições (...) (M);

9) Deixar de comunicar ao superior imediato ou a outro na ausência daquele qualquer informação que tiver sobre iminente perturbação da ordem pública da boa marcha do serviço, logo que disso tenha conhecimento (G);

10- Deixar de dar informação que lhe competir nos processos que lhe forem encaminhados (...) (M);

11- Deixar de levar por hierarquia e no mais curto prazo, ao conhecimento da autoridade competente (...) (L);

12- Apresentar parte, queixa, representação ou outro qualquer documento sem fundamento (G);

13- Queixar-se ou representar contra superior (...) (M);

14 – Dificultar ao subordinado a apresentação de queixa ou representação (G);

15 – Deixar de comunicar ao superior a execução de ordem dele recebida (L);

16- Relatar, sem motivo justo, a execução de qualquer ordem (G);

17- Aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem de competente ou para que seja retardada a sua execução (G);

18- Não cumprir a ordem recebida por negligência (G);

19 – Simular doença para esquivar-se ao cumprimento de qualquer dever militar (M);

20- Trabalhar mal, intencionalmente ou por falta de atenção, em qualquer serviço ou instrução (M);

24 – Deixar de fazer o serviço para que foi designado ou escalado (G);

25 – Abandonar o serviço para que tenha sido designado (G);

38 – Tomar parte em jogos proibidos, ou jogar a dinheiro dentro do quartel, repartição ou serviço (G);

89 – Desrespeitar as convenções sociais nos lugares públicos (L);

105 – Ofender a moral e aos bons costumes por atos ou palavras (M⁴⁴⁴).

Junto a essas questões também foram incorporadas: a) todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar (...) praticadas contra a Bandeira, o Hino, o Escudo e as Armas nacionais, símbolos patrióticos e instituições nacionais contra a honra e o pundonor individual militar; contra o coro da classe, contra os preceitos sociais e as normas de moral; contra os preceitos

⁴⁴⁴ Regulamento Disciplinar (RD). Título II. Das transgressões Disciplinares. Capítulo I da Definição e especificações. Imprensa Oficial. Recife, 1939. Capítulo II – da declaração – ART. 14 – classificação das transgressões, Idem, pp. 10-20.

de subordinação, regras e ordem de serviços estabelecidas nas leis e regulamentos ou apresentadas por autoridades competentes⁴⁴⁵.

A partir de 1942 com a criação do Código Penal Militar, as transgressões praticadas pelos investigadores passaram a ser julgadas por leis especiais e a compor processos administrativos, o que em parte legitimava a expulsão dos indesejáveis da corporação, ao mesmo tempo em que faziam permanecer os que serviam com afinco as ordens de seus superiores, principalmente no quesito de truculência praticada pelos subordinados ou superiores.

A aplicação das leis no quesito ideológico, por suspeita de aderirem ao comunismo, levou à prisão dois investigadores: Raimundo Nonato e Genaro Pereira Burgos⁴⁴⁶, e foi amplamente utilizada para afastar boa parte dos policiais que não agiam conforme mandava a cartilha. Essa forma processual amplia-se e é aprimorado no pós 1960 atingindo toda a corporação: a Polícia Civil, Guarda Municipal, Polícia Militar e agente da DOPS.

Agentes “ultrassecratos”, “gestapo pernambucana” ou “quintacolonistas”?

Entre os agentes da DOPS de Pernambuco, seguindo um padrão adotado para todo o país, foi criada uma categoria denominada “ultrassecratos”, conhecidos como a “gestapo pernambucana” que atuou como espões no interior dos órgãos de repressão: delegacias, interventoria e Forças Armadas, ou seja, contra eles próprios, além de infiltrados em reuniões de políticos, em espaços frequentados por intelectuais e/ou acadêmicos, como ocorreu nos cursos de Direito e de Medicina de Recife, em grupos que criticassem as “causas” getulistas, chegando até a espionar soldados norte-

⁴⁴⁵ Regulamento Disciplinar (RD). Título II. Das transgressões Disciplinares. Capítulo I da Definição e especificações. Imprensa Oficial. Recife, 1939, Idem, pp. 9, 10.

⁴⁴⁶ “O Exmo. Sr. dr. Secretário da Segurança Pública manda transcrever para vosso conhecimento e devidos fins, o telegrama do Dr. Delegado de Polícia de Petrolina, sobre a prisão de Raimundo Nonato e Genaro Pereira Burgos: “Petrolina – pq. 349.49.8.7. Peça Vossa Excl. consentir preso sua disposição Raimundo Nonato e Genaro Pereira Burgos vg por ter os mesmos manifestado ideias comunistas em pleno Bar esta cidade vg maltratando com palavras exmo. dr. Presidente Getúlio Vargas”. Instarei inquérito Saudações (a) João Alves Campos. Delegado de polícia. Ofícios recebidos (jan a dez 1945). Diretoria do expediente. Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social. 2ª Seção n. 160/Ag. Recife 9 jan. 1944. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 1500.

americanos. De Pernambuco extrapolaram a jurisdição do Estado, adentrando aos vizinhos, como foi o caso da Paraíba.

Esses agentes foram lotados em duas divisões da Delegacia de Ordem Política e Social: o Serviço Especial Secreto e o Serviço Secreto do Movimento da Guerra, e tinham como missão vigiar o que denominamos genericamente de espaços institucionais, ou seja, aqueles considerados prioritários para a segurança nacional. Não esqueçamos que, além desses agentes ultrassecretos, havia a repressão perpetrada pelas Delegacias do interior, da capital, as delegacias especializadas, assessorias e aparelhos de censura, como o DIP e DEIP.

O Serviço Especial Secreto (SES) e o Serviço Secreto do Movimento da Guerra (SSMG) tinham, pelo menos, dez investigadores e uma de suas características era a de manterem suas identidades preservadas e denominados, cada qual, com um tipo de código bastante variado. Assim, por exemplo, enquanto Luiz Cisneiros era indicado apenas com a letra “C”, ou seja, a primeira letra de seu sobrenome, o agente Francisco Gomes Calado correspondia a “A17 – Memórias”, o agente Ton e o XXX (Triplo X), mas, em comum, todos serviram como “agentes ultrassecretos”, ou seja, como “espiões”.

Como observaremos a seguir, a lógica adotada em 1942 traz, em sua essência, similitudes com relação às táticas de vigilância e repressão utilizadas logo após a abertura de 1946 em que a DOPS teoricamente teria sido desarticulada. Nesse sentido, as experiências desse período de II Guerra Mundial serviram para criar as “Instruções para o funcionamento do Serviço Secreto de Informações Policiais (SSIP)”.

Notamos no interior do serviço ultrassecreto algumas táticas peculiares, como o uso de uma linguagem criptografada,⁴⁴⁷ utilizada na I Guerra Mundial

⁴⁴⁷ Um dos primeiros sistemas de criptografia conhecidos foi elaborado pelo general Júlio César, no Império Romano. Júlio César usou sua famosa cifra de substituição para encriptar comunicações governamentais. Para compor seu texto cifrado, César alterou letras desviando-as em três posições; A se tornava D, B se tornava E, etc. Às vezes, César reforçava sua encriptação substituindo letras latinas por gregas. O código de César continua sendo usado até hoje. Atualmente denomina-se qualquer cifra baseada na substituição cíclica do alfabeto de código de César, MALAGUTTI, Pedro. **Aprendendo Criptologia de Forma Divertida**. Oficinas. UFPB, p. 17. Disponível em: <<http://www.mat.ufpb.br/bienalsbm/arquivos/>

para codificar informações que deveriam ser ocultadas, como o dia; o local; o nome das pessoas envolvidas; etnia, cargos de pessoas ligadas ao Exército, a Marinha, a Aeronáutica, bem como demais policiais da própria DOPS.

Assim, por exemplo, um dos agentes que se identificou como XXX (ou Triplo X) em carta parcialmente criptografada, descreveu sua precária situação ao Delegado de Ordem Política e Social no período em que espionava o prédio do Exército localizado no Forte do Brum. No caso desta comunicação foi razoavelmente fácil descobrir que foi utilizada a criptografia baseada em palavra “chave”, ou palavra “mestra”, seguida do alfabeto que a codifica, pois sem ela não é possível chegar a um entendimento sobre o que diz a mensagem.

A “chave” no documento era a palavra LONDRES, seguida de letras do início do alfabeto no total de cinco (ABCÇF), obedecendo a seguinte ordem: LONDRESABCÇF, logo abaixo as outras letras do alfabeto GHIJMPQTUVXZ, nesse sentido, as letras acima correspondiam às de baixo e vice-versa. Em alguns casos notamos alguns erros, o que pode ter sido intencional, distração ou falta de uso desta técnica. Num primeiro momento, acompanhando a situação do agente, observamos que ele foi “descoberto” e possivelmente ameaçado por outro agente policial ou pessoa de confiança do grupo que estava sendo vigiado. Indicamos abaixo a “tradução” que fizemos de uma das criptografias, destacando em vermelho o código e a correspondente decodificação. Conforme o início do documento:

L	O	N	D	R	E	S	A	B	C	Ç	F
G	H	I	J	M	P	Q	T	U	V	X	Z

Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social.

Parte Agente XXX (263)

Para os devidos fins, comunico a V.S. que acabo de ser **JPRNANJH** (*demitido*) exatamente no momento em que estava realizando um serviço da máxima importância.

Conforme determinação superior, venho **TQQNITIJG H EHIAH** (*assinando o ponto*) nessa Delegacia em vistas de já estarem outros **PGPRPIAHQ** (*elementos*) também **TQQNITIJH** (*demitidos*), já tendo um deles me perguntado si eu não havia sido intimado a fazer o mesmo. E no dia **QPAP JP QPAPRUMH** (*sete de setembro*) estive **TN** (*aí*), com aquele fim. Dois dias depois, dentro do **TMRTFPR** (*armazém*) do **UMBR** (*Brum*), onde **AMTUTGOTCT** (*trabalhava*), fui surpreendido com uma passagem que me deixou um tanto desapontado.

O SM, RTIBPG ZMTIVNQVN QRIATIT, (Sr, Manuel Francisci – Francisco? Smtana - Santana), um EMPAH (preto) encarregado dos AMTIQEHMAPQ, (transportes), na presença do VOPZP do TMRTFPR (chefe do armazém), QM. VGTMIJH LBPNMO (Sr. Clarindo Gueirh - Gueiro), e na presença de várias outras pessoas, me disse, em tom de brincadeira, que eu não o EMEIJPQQP (prndesse – prendesse), quando o encontrasse nas suas VTMMTQETITQ (carraspanas - bebedeiras), adiantando que eu tinha sido CNQAH IT EHGNVNH (visto na policio – policia). Apesar da minha surpresa, fiquei calmo, enquanto o VGTMIJH (Clarindo) fitava-me espantado.

Este documento quase em forma de defesa e pedido de permanência do agente em sua missão, denota o seu total empenho em continuar com a missão, apesar desta estar comprometida porque outros agentes, também “ultrasecretos”, desconfiaram que ele estaria infiltrado exatamente como tal. Em sua defesa, apresenta os vários avanços conquistados ao longo do tempo:

Ora, este moço já vinha me passando umas tantas NIZHMRTXHPQ (informações) muito preciosas, acerca das TANCNJTPQ (atividades) dos JHNQ NMRTHQ JPGP (dois irmãos dele). Eu já tinha dito a ele que tinha sido NIANRTJH T TQQNITM H EHIAH, (intimado a assinar o ponto), fazendo-o crer em novas EPMQPLBNXHPQ EHGNTNQ. (perseguições policiais). Por isso ele vinha me VHIZNTIJH (confiando) muita coisa, como: que o IPPRNTQ (Neemias) tinha muita firmeza, pois tinha absoluta certeza da decadência e da próxima derrocada do TABTB MPLNRP (atual regime), e que, quando ele CPNH JH MNH (veio do Rio) já foi com intensão de ver si o QM. NIAPMCPIAHM (Sr. Interventor) tinha mesmo coragem de RTIJTM EMPIJP-GH (mandar prendê-lo). Disse mais que o outro NMRTH JPGP (irmão dele), tinha sido (tido) um TAMNAH (atrito) com V.S., no próprio LTUNIPAP (gabinete) tendo ele JTJH (dado), em V.S., vários QHVHQ (socos), sem que tivesse tido a VHMTLPR de EMPJP-GH (coragem de prede-lo – prendê-lo). Enquanto isso, afirmou que o QTIATIT (Santana) disse isso, VGTMIJH (Clarindo) PRNJVPB (emudeceu) por completo e, dois dias depois, novamente fui surpreendido com uma intimação para comparecer ao PQVMNAHMNH, (escritório), já tendo o mesmo QTISTIT (Santana) ordens terminantes para não me deixar EPMRTIPVPM (permanecer) lá. Os fatos de dois dias antes não me vieram logo á memória, e fiquei um tanto confuso, sem atinar nos motivos que poderiam determinar tal resolução.

Ou seja, o agente vai apresentando a seus superiores argumentos para garantir a permanência, ao notar que fora descoberto como policial. A acusação contra ele era a de que havia levado outro agente a cometer erros para tomar o seu lugar e, assim, passar a receber melhores salários. Seu argumento era o de que isto não tinha sentido, fora uma invenção e, para tanto, demonstra que, na realidade, estava descobrindo que alguns dos agentes envolvidos na denúncia contra ele haviam se referido ao governo getulista de forma que poderiam ser consideradas críticas. Ou seja, lança sobre seus acusadores o artifício da dúvida sobre a lealdade à função. Como ele não fora

totalmente descoberto, continua, e se os superiores não acreditassem na sua descoberta, ele poderia apenas trocar de função, caso necessário fosse.

Uma vez no PQVMNAHMNH (escritório), o QBEPMNIAPIPIAP (superintendente) de HEPMTXPQ (operassem - operação) me disse que o motivo era ter eu provocado uns PMMHQ (erros) que um VOPZP (chefe) que havia sido QBUQANABNJO (substituído - substituído) por VGTMIJH (Clarindo), havia cometido; provocação essa com intuito de que ele fosse JPRNANH, (demitido) afim de eu ficar no GBLTM JGP (lugar dele), LTIOIJH (ganhando) mais.

Procurei explicar que tal motivo não podia prevalecer por ilógico e absurdo, uma vez que o próprio chefe da VHATUNGNJTJP OTCNT (contabilidade havia) constado acerto absoluto na escrituração a RPB VTMLH (meu cargo). Mas o QBEPMNIPIPIAP (superintendente - superintendente), que é o QM. ZMTIV VHÇ, (Sr. Franc Cox) não modifico a sua resolução, dizendo mais que eu me NIVHRETANUNGNQMT (incompatibilizara) com H QPMCNXH (o serviço). Fiquei desapontado e cada vez mais confuso. Aquele não podia ser o motivo; era evidentemente um pretexto. E no dia seguinte vim a saber de tudo; um dia após aquele em que o QM. QTIQTIT (rs. Sansana – Santana) dissera aquilo em forma de brincadeira, o VGTMIJH (Clarindo) chamou-o perguntou-lhe se era verdade tudo que ouvira, tendo respondido afirmativa. Então houve uma troca de ideias entre os dois, tendo o VGTMIJH (Clarindo) revelado o receio que estava com ele devido às conversas que ANCPMT VHRNLH (tivera comigo). E adiantou que eu procurava sempre saber TGLH QHUMP HQ NMRTHQ SPGP (algo sobre os irmãos dele). Até que eu EMHVBM PN QTUPM SBPR (procurei saber quem) era o EMHAPAHM JH PQJMTQ (protetor do Esdras). Aliás esta última parte não aconteceu. Foi argumento falso. Ardentemente preparado para reforçar o que pensavam. E concluíram logo que eu era um PQENTH JT EHGVMNT (espião da polícia), logo classificado como “PGPRPIAH EPMNLHQH” (“elemento perigoso”).

Então o VGTMIJH (Clarindo) tomou BR VTMMH (um carro) e foi ao NUBMT (Ibura), falar com QM. VHÇ, (Sr. COX) onde arquitetaram a minha JPRNQTH NIRPJNTAT (demissão imediata), dando como motivo aquela versão. Entretanto, eu tenho ainda muitas possibilidades de continuar com o serviço. Sr. Francisco está a par do novo plano que, si der certo, não somente me beneficia como me oferece oportunidade de ficar em contato com uma pessoa muito relacionada com o tal, a qual não acredita naquela versão. E terminando, subscrevo-me respeitosamente.

18 – IHCP –SBTMPIAT P SBTAMH XXX (nove quarenta e quatro – 18 set. 1944)⁴⁴⁸.

Ao que tudo indica, o agente Triplo X estava lotado na 7ª Região Militar, no armazém e posto de alistamento localizado no Forte do Brum, na direção norte, junto ao Porto do Recife. Não ficou claro quem seria o Sr. Franc Cox. O mais próximo que aventamos seria o secretário da Marinha dos Estados Unidos, Frank Knox, responsável em fazer inspeções nas instalações do campo de pouso e abastecimento de aeronaves de Recife, utilizado pelos

⁴⁴⁸. Informantes Secretos. Agente XXX. 09/1944. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828

norte-americanos em combate pelo Atlântico Sul Ocidental⁴⁴⁹. Knox veio ao Brasil várias vezes, a primeira para a inauguração do Hospital Knox Field em 1942⁴⁵⁰, embora desde 1941 já interagisse com o governo brasileiro através do consulado americano chefiado por Walter J. Linthicum, onde instalou o Observatório Naval com objetivo de ampliar a rede de informações e suporte da U.S. Navy (FONSECA, 2014).

A estrutura montada pelos EUA em Recife e em outras regiões do nordeste foram aceleradas porque a situação dos Aliados até meados de 1942 era tida como desesperadora: as forças do Eixo seguiam vitoriosas na África, avançavam em três frentes na Rússia, os submarinos afundavam um grande número de navios indefesos na costa atlântica das Américas, os japoneses conquistavam as Filipinas, avançavam até Midway. As instalações de combate no Brasil e Uruguai foram decisivas para impedir o avanço dos países do Eixo. Outro componente era assegurar o traslado de parte considerável de alimentos, carnes, trigo, e matérias-primas importantes para a indústria bélica e manufatureira dos Estados Unidos e Inglaterra pela rota do Atlântico Sul (FONSECA, 2014, p. 23 e 111).

A partir das narrativas encontradas nos diários de combate⁴⁵¹ (FONSECA, 2014), as belonaves de cruzadores leves, destróieres, navios de patrulha e navios auxiliares da U.S. Navy que prestaram serviços à Força do Atlântico Sul pesquisados nos documentos da NARA e *Record Group 84*, das operações de comboio, salvamento⁴⁵² (FONSECA, 2014, p. 20).

Conforme o autor, o nordeste foi o único local do território brasileiro que recebeu instalações da Base Naval da Marinha dos Estados Unidos, durante a campanha do Atlântico Sul, e o único local que efetivamente sofreu as causas

⁴⁴⁹ Disponível em: <<http://transportenarmr.blogspot.com.br/2013/03/aeroporto-internacional-do.html>>. Acesso em: 28 maio. 2016.

⁴⁵⁰ APEJE/Folha da Manhã (Edição Matutina), 06 out. 1942, p. 1. 303 *apud* FONSECA, 2014, p. 109.

⁴⁵¹ Para maiores informações sobre os diários de guerra e aprofundamento sobre a influência da II Guerra Mundial no Recife, indicamos a leitura da dissertação de FONSECA, Manoel Felipe Batista da. **Base Fox: aspectos do estabelecimento e desenvolvimento da Base Naval da U.S. NAVY no Recife durante a campanha do Atlântico Sul (1941-1943)**. Dissertação de Mestrado em História. UFPE, Recife, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11668>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

⁴⁵² Refere-se aos Documentos dos Postos de Serviço Estrangeiro do Departamento de Estado (Records of the Foreign Service Posts of the Department of State).

do conflito mundial, cerca de 20 navios foram afundados na costa do país em 1942, provocando 740 mortes⁴⁵³.

“De 1941 até o começo de 1944, o Recife passou a ser um importante baluarte dos Aliados no Atlântico Sul Ocidental. Sua posição geográfica estratégica no Saliente Nordestino, ponto vital na defesa do Hemisfério Ocidental, foi fator preponderante para que se procurasse desenvolver instalações militares em terra adequadas à guerra moderna, bem como estreitar a cooperação político-diplomático-militar das forças do Brasil e dos Estados Unidos” (FONSECA, 2014, p. 14).

Apesar das proibições e censura do DEIP, DOPS e Exército, as notícias sobre a guerra eram um dos assuntos principais da população local que acompanhava, através de jornais, programas radiofônicos e magazines notícias como: “a queda da França, os ataques da Luftwaffe contra a Inglaterra, o ataque japonês a base naval norte-americana em Pearl Harbor, a batalha aeronaval em Midway no Pacífico, as derrotas das forças do Eixo em El Alamein e em Stalingrad, acompanhar o grande assalto anfíbio dos Aliados na costa da Normandia. A própria Batalha do Atlântico proporcionava aos ouvintes e leitores notícias de duros combates travados no mar, por exemplo, a Batalha do Rio da Prata, quando o Panzerschiff Graff Spee foi perseguido por três cruzadores da Royal Navy e forçado a ser afundado pela própria tripulação após passados três dias rendidos no porto de Montevideú; a caçada ao encouraçado Bismark no Mar do Norte e Atlântico Norte por navios e aviões da Home Fleet britânica; o afundamento dos navios-transporte (liners) SS Athenia e SS Laconia; o ataque alemão ao comboio PQ-17 no Mar do Norte” (FONSECA, 2014, p.16).

Nesse período, a grande cidade cosmopolita do Recife era ponto obrigatório de muitos militares que vinham do Rio de Janeiro, seja para inspecionar ou mesmo para servir na missão instalada no Recife.

⁴⁵³CYTRYNOWICZ, Roney. **Efeitos e imagens da mobilização civil na cidade de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. Publicada con el patrocinio de la Familia Sverdlin (México-Israel), en memoria de Norman Sverdlin Florman. Artículos (2000 – 2001, Volumen 12:1). Acesso em 10 set. 2014. Disponível em: <http://www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_content&task=view&id=424&Itemid=201>. Acesso em: 31 jul. 2016.

A Faculdade de Direito sob a vigilância dos agentes Ultrassecratos

Um dos objetivos dos “ultrassecratos” era o de controlar o movimento das elites e das Forças Armadas pela abertura política, os quais, respaldados na insustentabilidade jurídica bonapartista, cresciam a cada dia. Esses agentes lançados desde 1942 buscaram mapear os grupos, fossem eles de direita ou de esquerda, suspeitos de estarem inseridos nesse processo. Nesse sentido demonstraremos a seguir como se deram os embates e a vigilância em torno de alunos e professores da Faculdade de Direito de Recife que se posicionavam ante os boatos de abertura em meados de 1944.

A missão era a de identificar os estudantes e professores que fossem contrários à permanência de Getúlio Vargas e o interventor Agamenon Magalhães no governo. Desde 1937 a partir da implantação do bonapartismo, o movimento estudantil foi colocado sob suspeição por causa de uma propaganda intitulada “antifascista” e o lançamento da candidatura de José Américo de Almeida para Presidente da República, na sede da União Democrática do Brasil. Nessa ocasião foi solicitada pela DOPS de Pernambuco a prisão de Irineu Joffily Filho, Juvino Lira e Paulo Pimentel Melo, e ainda identificados Teocrito Rodrigues de Miranda e Antônio França⁴⁵⁴.

Naqueles anos, na Faculdade de Direito, os debates sobre a abertura política adentraram ao âmbito da jurisprudência, questionando-se, entre outros pontos, a legalidade que alicerçava o bonapartismo, tema que mobilizou as atenções dos estudantes. Em agosto de 1944, um dos folhetos que questionava a permanência de Vargas na Presidência foi retirado do mural da Faculdade pela “polícia da gestapo pernambucana” e, em resposta, os estudantes organizaram protestos contra a presença daquela polícia.

Os agentes “Memórias”, “Ton” e “XXX” faziam revezamento na espionagem à Faculdade de Direito, local que pode ser comparado à sala de estar de todos eles. Pois muitos, depois de formados, seguiram carreiras policiais, como foi o caso do ex-sargento Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima,

⁴⁵⁴ Ofícios O/S 1.072. Delegacia de Ordem Política e Social, 16 out. 1937, p.505. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.584.

ex integrante da Ação Integralista Brasileira⁴⁵⁵, que apareceu nas observações de Memórias. Como tantos outros estudantes de Direito, Oswaldo Cavalcanti chegou a delegado da Delegacia de Ordem Política e Social em 1944, após 1945 seguiu carreira política durante cinco décadas, até seu falecimento em novembro de 1994⁴⁵⁶.

O agente ultrassecreto “Ton” iniciou seu relatório informando ao delegado da DOPS exatamente isso – que estaria havendo protestos e reuniões por causa da retirada do folheto no Diretório Acadêmico. O agente ressaltou o perigo dos alunos envolvidos quererem defender seus ideais “com armas ou sem armas”. Uma das características das atividades persecutórias dos agentes policiais foi à construção do inimigo interno, que devida à violenta repressão eliminou seus oponentes, como foi o caso Demócrito de Souza, e os que foram constantemente vigiados, como os estudantes: Odilon Ribeiro Coutinho, Luiz Diniz, Paulo Rodolfo, Andrade Bezerra, Paulo Rodolfo e Gil Bráulio⁴⁵⁷.

Ao que tudo indica, o agente ultrassecreto “Ton” era também estudante de Direito e participava do universo acadêmico, participando como figura ocular da vigilância na Faculdade de Direito, identificou, por exemplo, que o estudante Odilon exacerbava em suas acusações chamando o bonapartismo varguista de

⁴⁵⁵ “Natural do Cabo de Santo Agostinho, ex-integrante da Ação Integralista, sargento e estudante de Direito até 1943. Foi Deputado Estadual (Constituinte) entre 1947-1951 pelo PSD; Deputado Estadual entre 1951-1955 pelo PSP; Deputado Federal entre 1955-1959 pelo mesmo partido; Deputado Federal 1959-1963 pelo PTB; Deputado Federal entre 1963-1967 pelo mesmo partido; foi também ministro da agricultura entre 1963-1964; Deputado Federal entre 1967-1969 pelo MDB; Deputado Federal entre 1983-1987 pelo PMDB; Deputado Federal (Constituinte) entre 1987-1991 pelo PMDB”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/Pernambuco-Oswaldo-Lima-Filho.pdf>>; <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/equipe-de-governo/ministerios>>. Acessos em: 07 jul. 2016; Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Lista geral dos Bacharéis e Doutores que têm obtido o respectivo grau (em continuação) de janeiro de 1942 a dezembro de 1960 atualizada na administração do Prof. José Soriano de Souza Neto. Luiz Leite Soares (arquivista). Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ccj/images/bachareis/bacharis%201942%20-%201960.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

⁴⁵⁶ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/osvaldo_lima_filho>. Acesso em: 07 jul. 2016.

⁴⁵⁷ “Odilon Ribeiro Coutinho e Luiz Diniz. Este ultimo é soldado convocado, e referindo-se aquele ato da ‘GESTAPO PERNAMBUCANA’ disse que ‘com armas ou sem armas deveríamos lutar pelos nossos ideais. As autoridades públicas por isto ou aquilo nos taxam de criminosos, mas na realidade os criminosos são os proprietários dirigentes da nação. O que precisamos é reagir para sermos dignos da tradição da Faculdade de Direito do Recife”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828. Informações de Agentes Secretos. Ton. Recife, 31 ago. 1944.

“nazi-fascista” e por esta razão os estudantes Paulo Rodolfo, Demócrito de Souza e Gil Bráulio hasteariam uma bandeira preta em sinal de protesto por 24 horas no Palácio do Governo, apesar da proibição do Diretor da Faculdade⁴⁵⁸.

Segundo ele, apoiados pelo professor Luiz Guedes Alcanforado, combinaram uma reunião no dia seguinte. As observações do agente “Ton” puseram no mesmo patamar de ilegalidade e criminalidade o professor e os alunos da Faculdade de Direito, assim como apontava ser o diretor e outro professor - o Dr. Barreto Campelo, favoráveis ao governo⁴⁵⁹, cuja continuidade já dava mostras de fragilidade.

O agente Ton em fevereiro de 1945 enviou outro relatório dizendo que o delegado deveria “conhecer” o estudante Joel da Mota Silveira, que acusava Vargas de inúmeros crimes como o de “monopolizar a política do País, pelo crime de ser “nazista” e ainda pelo grande crime que cometera em trair os elementos que tomaram parte na revolução e, ainda mais, pelo imperdoável crime que cometera deportando o seu antecessor, presidente Washington, revelando assim, a sua deficiência de personalidade e completa ausência de caráter”.⁴⁶⁰

Os estudantes espionados acreditavam que Getúlio titubeara em sua aproximação com os Estados Unidos, além de inclinar-se para a causa trabalhista. Como forma de desprestigiar o governo, o estudante agente Joel ainda depreciou a projeção política de Agamenon Magalhães, que saiu de

⁴⁵⁸ “Quanto ao discurso do sr. Odilon Ribeiro foi o mais forte que já pronunciou perante os seus colegas, atacando não somente os ‘princípios nazi-fascistas’ como as demais atitudes do nosso governo. Findos os discursos o acadêmico Paulo Rodolfo palestrando com o sr. dr. Andrade Bezerra, comunicou-lhe que era da intenção da turma fazer amanhã um ‘enterro’, no que foi severamente rebatido pelo diretor da Escola. Em vista dessa atitude o dr. Andrade resolveu, os acad. Paulo Rodolfo, Demócrito de Souza e Gil Bráulio, hastearam a bandeira preta em sinal de luto por 24 horas. No decorrer da reunião foi proposto pelo acadêmico Luiz Cristovão dos Santos que a turma se transferisse dali para o Palácio do Governo a fim de que, defronte daquele edifício, falasse, os oradores para o sr. Agamenon Magalhães dar-lhes uma resposta, uma satisfação. Diante de tal atitude a maioria desistiu”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828. Informações de Agentes Secretos. Ton. Recife, 31 ago. 1944.

⁴⁵⁹ “Segundo os boatos que correram a Congregação deverá reunir-se amanhã ou depois a fim de deliberar sobre o ‘atentado’, no dizer do prof. Este professor definiu-se ao lado dos estudantes, criticando outros colegas como o dr. Barreto Campelo que se achava ao lado do governo”. Informações de Agentes Secretos. Ton. Recife, 31 ago. 1944. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁴⁶⁰ Informações de Agentes Secretos. Ton. Recife, 31 ago. 1944. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

professor de geografia para interventor do Estado⁴⁶¹. Pronto, bastaram essas “ofensas” para que o estudante ficasse conhecido pelos agentes da DOPS, interventor e demais agentes da cúpula repressiva.

Joel afirmou que “Agamenon desgraçou as classes operárias, dando-lhes uma administração puramente comunista, tirando todos os direitos dos industriais e em consequência, se inimizando com todos. Agamenon devia estar preso respondendo pelos crimes, pelas misérias que tem praticado⁴⁶²”.

Ora, como poderia um interventor ter orientação comunista se toda estrutura policial e operacional da repressão agia contra o comunismo? Pelo que percebemos, Joel buscou acusar o interventor no que era de mais emblemático na sociedade: de ser comunista e, como tal, ser responsável pelas mortes de um industrial, um médico e engenheiro⁴⁶³, asseverando que

⁴⁶¹ “afirma o sr. Joel, que o Brasil, hoje, está bem colocado perante as nações unidas, deve-se isso ao sr. Osvaldo Aranha e não ao Presidente Getúlio Vargas que, por insistência do então Ministro do Exterior, declarou guerra ao Eixo. Informações de Agentes Secretos. Ton. Recife, 31 ago. 1944. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828. Quanto ao sr. Interventor Federal no Estado, o sr. Joel faz as piores referências, chegando a dizer que o dr. Agamenon Magalhães, antes de ser interventor, era um simples professor de Geografia no Colégio Pernambucano, profissão que exercia como meio de subsistência e que nada possuía, nenhuma atenção lhe era dispensada, nenhum conceito social possuía. Depois que assumiu a Interventoria do Estado, - afirma o sr. Joel – começou a adquirir projeção; colocou Etelvino Lins como Secretário da Segurança Pública, forjou um grupo de elementos dentro da Polícia que está à disposição, e começou, com seu espírito de comunista, a perseguir os intelectuais de Pernambuco. Prendeu o dr. Ulisses Pernambucano, o dr. Geraldo de Andrade, dr. Simões Barbosa, prof. Gilberto Freire, dr. Pio Guerra, prendeu também o pai do prof. Gilberto Freire”. Informações de Agentes Secretos. Ton. Recife, 31 ago. 1944. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁴⁶² Informações de Agentes Secretos. Relatório. Ao Sr. Delegado de Ordem Política e Social, 17fev. 1945, p. 20, 21. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁴⁶³ “Quanto ao operariado de Pernambuco afirma o sr. Joel. O assassinato do dr. Ernesto, engenheiro da “Great-Western”, praticado por um operário, em Palmares; o assassinato do dr. Delmário Guedes Pereira, médico que foi assassinado por um operário, ainda, o assassinato do dr. Oiticica Lins, delegado do Instituto do Industriários, assassinado também por um operário. Agamenon é responsável por todos esses crimes, é responsável por todas essas vidas preciosas, que forma barbaramente roubadas; tudo isso é consequência da administração do canalha Agamenon”. Adianto que o sr. Joel foi um dos oradores da manifestação prestada ao sr. Gilberto Freire, quando este foi posto em liberdade. Adianto também, que, o sr. Joel foi convidado por uma importante firma comercial situada em Maceió, para exercer, na mesma, suas atividades. Diante de tal convite o dr. João Cleofas ofereceu mais vantagens ao sr. Joel para que o mesmo não o deixasse a casa “Sepa”, dizendo precisar dos seus serviços nas próximas eleições, para propaganda de sua candidatura a governador do Estado, e para falar em comícios que devem se realizar em prol de outros objetivos políticos”. Informações de Agentes Secretos. Relatório. Ao Sr. Delegado de Ordem Política e Social, 17fev. 1945, p. 20, 21. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

isso só ocorrera por causa dos direitos garantidos na constituição; instigando, portanto, o operariado numa resistência armada.

Destacamos ainda que as posições políticas do estudante Joel, formado em 1947⁴⁶⁴, seguiram divergindo da política de conciliação trabalhista proposta em fins de 1945 por Vargas e se aprofundaram quando assumiu como delegado titular da Delegacia de Vigilância Geral, Costumes e Jogos em Recife em 1956, já no período do governo JK.

Após o fim da II Guerra, foram marcadas novas eleições para dezembro de 1945. Destacaram-se dois candidatos à Presidência da República: Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD, e Eduardo Gomes, pela UDN.

“A candidatura Dutra contou com o apoio do PTB e foi interpretada nos meios estudantis de oposição a Vargas como uma saída política orquestrada nas entranhas do governo, ou seja, uma candidatura construída sob a égide da continuidade do poder político formado no interior do Estado Novo” (MATTOS, 2013, p. 43).

Foi a partir dessa abertura que se iniciaram as campanhas em forma de comícios por todo o país e, em Pernambuco, a primeira delas ocorreu no dia três de março de 1945. Notemos que esse movimento havia sido iniciado pelos estudantes ligados ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Recife, pela União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), intelectuais e algumas oposições coligadas. O comício teve início na Faculdade de Direito de Recife e terminou na sede do jornal Diário de Pernambuco (MATTOS, 2013, p. 43). Durante o comício, houve um tumulto quando discursava Gilberto Freyre da sacada do jornal para a multidão na rua e diversos disparos de revólver partiram em direção aos oradores.

Além de populares que haviam comparecido ao comício, os disparos atingiram o universitário Demócrito de Souza Filho, estudante infiltrado do último ano da Faculdade de Direito (MATTOS, 2013, p. 43) e que integrava o grupo do agente infiltrado Joel da Mota Silveira junto com os outros já descritos

⁴⁶⁴ Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Lista geral dos Bacharéis e Doutores que têm obtido o respectivo grau (em continuação) de janeiro de 1942 a dezembro de 1960 atualizada na administração do Prof. José Soriano de Souza Neto. Luiz Leite Soares (arquivista). Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ccj/images/bachareis/bacharis%201942%20-%201960.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

a considerar a confissão do autor dos disparos, Cicero Romão⁴⁶⁵. Ao fim das investigações do período, foi apurado que Cícero Romão teria confessado às “autoridades militares que havia recebido uma arma na Delegacia de Ordem Política e Social” de Recife (Correio da Manhã, 06 mar. 1945, p. 14 *apud* MATTOS, 2013, p. 46).

Como vimos anteriormente, Demócrito de Souza era um dos estudantes citados pelo agente ultrassecreto “Ton” em 31 de outubro de 1944, que havia feito protesto de hastear uma bandeira preta em sinal de luto por 24 horas no Palácio do Governo contra Vargas junto com Paulo Rodolfo e Gil Bráulio. “A notícia sobre a morte do estudante repercutiu rapidamente, tanto nos meios políticos e intelectuais quanto no interior do movimento estudantil, desencadeando uma onda de solidariedade e protestos entre os universitários contrários aos resquícios do bonapartismo varguista. “A versão sobre o assassinato que se oficializou nos meios estudantis foi a de que o atentado havia sido uma ação premeditada do interventor de Pernambuco, Etelvino Lins (MATTOS, 2013, p. 45)”⁴⁶⁶.

Foi a partir desse assassinato que os estudantes da União Democrática Nacional (UDN) colocaram fim à possibilidade de apoio dos estudantes a Vargas. A ascensão dos universitários udenistas no comando da UNE aconteceu em meio à mobilização pela candidatura de Eduardo Gomes (MATTOS, 2013, p. 57)⁴⁶⁷.

⁴⁶⁵ Não há informações que indiquem que o agente ultrassecreto “Ton” possa vir a ser Cícero Romão, nesse sentido optamos em não vincular a morte do estudante diretamente ao agente ultrassecreto; contudo, atribuímos à repressão as forças ostensivas da polícia política lançada pelo Interventor Agamenon Magalhães quando a estabilidade da ditadura já não sustentava o *status quo*.

⁴⁶⁶ Com base nesses relatos, transmitidos por meio de telegramas e notas oficiais ao Distrito Federal, a UNE e outras entidades estudantis, a repercussão do assassinato, além de despertar a solidariedade e protestos entre os universitários, se transformou em um amplo movimento de avaliação da conjuntura do período final do Estado Novo e de posições em favor da democracia. Nessas avaliações, parte das entidades estudantis expressou que qualquer elemento que representasse a continuidade de Getúlio Vargas na presidência da República era altamente inconveniente. Dentre as entidades estudantis que se manifestaram com relação ao episódio, estiveram a UNE, a UME, a grande maioria dos diretórios e centros acadêmicos do Distrito Federal, Niterói e São Paulo, a UEP, a UEE do Rio Grande do Sul, a UEE de Minas Gerais e estudantes de Alagoas, Ceará e Bahia (MATTOS, 2013, p. 46).

⁴⁶⁷ Para maiores informações sobre o decorrer do movimento estudantil e a prospecção em nível nacional da UDN, consultar: MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual Paulista/ UNESP ASSIS, 2013.

A vigilância ultrassecreta aos soldados americanos em Recife

Como foi possível observar ao longo deste capítulo, existiam agentes ultrassecretos nos meios políticos, acadêmicos e no interior das Forças Armadas a serviço de Getúlio e do Interventor Agamenon Magalhães. Um desses espiões infiltrado nos meios militares era o agente ultrassecreto Francisco Gomes Calado⁴⁶⁸, alcunhado como “A17 – Memórias” e, além dele, o agente XXX também prestou serviços, bem com o agente Ton.

“Memórias” era responsável pela vigilância a estrangeiros, fossem eles artistas como Bernardo Moreira Picit⁴⁶⁹ ou soldados norte-americanos em Recife e, de quebra, tecia considerações sobre a situação sócio econômica do Estado e até do país, conforme se observa abaixo, pois, segundo ele, os dólares injetados no comércio do Recife aqueceram as vendas⁴⁷⁰, possivelmente por conta da compra de produtos alimentícios, vestimentas, mobiliários e demais materiais de necessidades vitais.

Em uma de suas investigações “Memórias”, relatou que os “hóspedes norte-americanos” estariam agindo com a mesma “sem cerimônia” com que os russos agiram na Mongólia e nas Repúblicas do Báltico e na Espanha. A associação inusitada relacionava as mulheres de baixa renda da Mongólia às pernambucanas que, após receberem moradia e *status*, voltavam-se contra o governo local como forma de trair o patriotismo ou nacionalismo⁴⁷¹.

Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93354/000721706.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

⁴⁶⁸ Entre 1942 a 1948 Francisco Gomes Calado esteve responsável pelo “serviço de sindicância em torno de elementos estrangeiros”. Disponível em: <<http://obscurofichario.com.br/fichario/bernard-moreira-picit/>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

⁴⁶⁹ Artista plástico francês radicado no Brasil desde 1939. Para maiores informações consultar: <<http://obscurofichario.com.br/fichario/bernard-moreira-picit/>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

⁴⁷⁰ Informantes Secretos. Agente A17. 28 nov. 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁴⁷¹ “I - Como tenho observado, os nossos hóspedes norte-americanos estão agindo com a mesma sem cerimônia com que se houveram os russos na Mongólia exterior e nas repúblicas do Báltico e Espanha, antes dos movimentos de pro-sovietismo isto é, ali penetrariam bons amigos e logo que captaram simpatia dos dirigentes, aderiram pelo agitado, mulhersinhas trefegas, escória da sociedade, fazendo-as suas amantes além de lhes marcar e pagar-lhes boas mesadas estabeleceram-nas em ótimas vivendas, de acordo com os seus desenvolvimento social, elevando-as a senhoria das demais mulheres locais, em virtude da opulência aparentemente manifesta, provocando ciúmes entre as tais, depois de aberta a luta

Fazendo uma alusão sobre o poder dessas mulheres pernambucanas, o agente vislumbrou mostrar para o delegado o perigo da infiltração de espãs estrangeiras. Entre as vigiadas e investigadas estava Hiera Zillermann, rumaica. Desembarcara no Rio de Janeiro em 1941, trocou o nome para Hantes Zilbermann, foi para as zonas da Lapa e do Mangue, “dedicou-se ao meretrício” e, após a proibição de sua profissão foi para Recife. Os relatórios das investigações sobre sua pessoa diziam que “apesar do seu método de vida, escuso”, era tida como “mulher de bons modos, alheia aos escândalos e cenas tão comuns às pessoas que vivem em ‘bas-fond’”.⁴⁷² Segundo o relatório, jamais se envolveu em colaboração com os alemães⁴⁷³ e assim como esta, também uma polonesa que seguiu para Recife foi vigiada. Ao que tudo indica, as “meretrizes” que aportavam em Recife eram vigiadas e suas vidas acompanhadas por investigadores desde o Rio de Janeiro⁴⁷⁴.

A II Guerra Mundial era assunto corriqueiro na esquina da Lafayette, no famoso Café Continental e Café Brasil⁴⁷⁵. Assim como em muitas cidades do Brasil, os cafés eram frequentados por políticos, intelectuais, funcionários públicos, comerciantes, estudantes, profissionais liberais e operários. Cada

econômica pela cobiça surgiu a social pela diferença de meios entre os pobres locais e as miseranda de ontem, assim, se infiltraram de maneira progressiva, vindo a queda da Mongólia exterior que desagregando-se da China hoje é um protetorado russo, até a data presente – Por intermédio destas mulheres, auxiliares pelo esforço estranho, eles apresentam ao público a diferença demonstrada entre a mulher de ontem sem nenhum auxílio econômico e a de hoje, ricamente vestida e passando otimamente bem; não é tão somente uma grande propaganda a olhos vistos, como estas infelizes se prestam inconscientemente ao serviço de espionagem da terra que lhes serviu de berço, por força do despeito desvairado da vaidade humana”. Informantes Secretos. Agente A17. 28 nov. 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁴⁷² Esta palavra em francês significa: terreno de um nível mais baixo do que os adjacentes, bairros miseráveis; figurado: ralé, escória, camadas mais baixas da sociedade. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/frances-portugues/bas-fond>>. Acesso em: 27 out. 2016.

⁴⁷³ Ofício (1939-1946). Cópia. Armas da República. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia de Segurança Política e Social. Nota reservada. G.T. nº 000114. Delegado Olindo Denys para Delegado de Ordem Política e Social Fábio Correa. Rio de Janeiro. 25 fev. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

⁴⁷⁴ Em outro pedido de informação constou o nome da polonesa Pessa Rosemberg. Foi registrada na 1º Delegacia do Distrito Federal como “meretriz”. Em 1942 foi para o Recife. Ofício (1939-1946). Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal. Delegacia de Segurança Política e Social. Nota reservada. G.T. nº 000266. Delegado Olindo Denys para Delegado de Ordem Política e Social Fábio Correa. Rio de Janeiro, 12 abr. 1943. Pelo que percebemos, há indícios da entrada de imigrantes mulheres em Recife. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 31.033.

⁴⁷⁵ COUCEIRO, Sylvia Costa. **A sedução da noite nos cafés do Recife dos anos 1920: entre prazeres e transgressões**. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, p. 3.

qual podia discutir política livremente, expressando suas opiniões a favor ou contra qualquer situação vigente no país ou no mundo. E eis que lá estava o agente XXX, justamente na esquina da Lafayette procurando saber qual era a repercussão social sobre a permanência dos soldados e oficiais americanos no Recife. E vai tecendo seus breves comentários:

(...) há uma crença geral de que os americanos praticam uma velada intervenção no Brasil. Aliás, muita “gente-bôa” pensa assim. Na esquina do “Lafaiete” é o assunto que se fala. E entre os elementos de esquerda impera esse conceito. Há por outro lado uma certa crença de que, entre a Rússia e os aliados do lado de cá, a Inglaterra inclusive serve, há uma profunda desconfiança no futuro político em relação à URSS. Chegam mesmo a pensar que a guerra continuará, mesmo depois da derrota do Eixo, admitindo-se a possibilidade da falada popular, há tanto tempo prevista por Lenin. E os esquerdistas tomam por base, dessa convicção, o fato de se acharem presos os “anti-fascista” do Brasil. Diz-se que na própria América e na Inglaterra não há nenhum comunista preso e que, em todo o continente americano, só há uma anomalia no Brasil. Entretanto, dizem, é necessário que se apoie a atual política do governo, na luta contra o fascismo. Isso afim de algumas figuras democráticas (*sic*), existentes nas esferas do governo, possam agir, até conseguirem a “anistia para os anti-fascistas”. O indulto concedido ao sr. Flores da Cunha é visto como vitória desses elementos⁴⁷⁶.

Era indispensável nesse período classificar o posicionamento dos grupos sociais, mas o que demonstra o agente “Triplô X” é que a preocupação maior era com a possível abertura política, em que a “esquerda” teria mobilidade para se manifestar. As análises do agente e das pessoas que frequentavam as cafeterias sobre a continuidade da guerra, a posição da Rússia e o comunismo estiveram presentes até o término do conflito. Para exemplificar sobre os dilemas do período, um leitor da Rua da Hora escreveu em máquina datilografada para Duarte Lima:

Dr. Lima. Não é exato que lhe tivesse feito qualquer ameaça. O Sr. está perdendo a calma. A vitória do comunismo está contida na nossa vitória contra as nações do eixo ou do integralismo brasileiro ao qual não sei bem se o Sr. pertenceu como alguns me dizem. A vitória do comunismo está contida na vitória da Rússia que o Sr. comigo ao seu lado, terá de festejar muito em breve. De certo que isto desagradará ao Sr.

⁴⁷⁶ Informantes Secretos. Agente XXX. 12 maio. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

especialmente integralista e ao papado, mas ela não se fará sentir, fique certo, pela violência ou pela ação militar que detestamos, mas sim pela ação, digo pela influência que os meus princípios verdadeiramente cristãos vão ter na nova organização do mundo que vai interessar diretamente a todas as nações Americanas. Muito a que batalhar ainda para que vencidas sejam as resistências de homens de dinheiro e de batina, na Europa e nas Américas. Os comunistas, Dr. Lima não ameaçam – agem. AGEM com vigor que lhes é dá fé de que são animados, a certeza de que defendem a verdade e a justiça e que se sacrificam por uma ordem social que imperam os princípios cristãos⁴⁷⁷.

Essas formas de expressão sobre os dados corriqueiros do dia a dia, da posição política diante do conflito mundial, foi um dos assuntos recorrentes no desenrolar da guerra, mas principalmente por causa da posição do para o período da uma guerra fria movida pelas grandes potências com relação a roubos de fórmulas e a um armamento silencioso.

Todo esse quadro de conflitos mundiais serviu para que a própria polícia se antecipasse nas futuras tomadas de decisões, pois as informações, embora nesse primeiro momento não servissem para efetuar prisões, elas comporiam prontuários para futuras investigações e delimitaria os agentes sociais e seus posicionamentos.

A vigilância dos agentes ultrassecretos na Paraíba

Esses agentes fiéis ao governo Getulista e ao Interventor Agamenon Magalhães, além de infiltrados nos diversos espaços institucionais e públicos do Estado, também intervieram nas vizinhanças, em particular, no da Paraíba. O objetivo era o mesmo: identificar pessoas que pertencessem ou fossem suspeitas de participar de qualquer tipo e mobilização, fosse de esquerda, direita ou os considerados extremistas.

⁴⁷⁷ Partes de serviço – Investigações em várias localidades e pessoas na cidade de Recife. 1933-1944. Ao Duarte Lima, de um admirador da rua da Hora e constante leitor. Recife, 09 dez. 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.674.

O próprio delegado Ivaldo Falcone⁴⁷⁸ da DOPS da Paraíba foi alvo de investigações, identificado como sendo de tendências extremistas. O investigador ultrassecreto apontou, logo no início do boletim, além do delegado, outras autoridades locais, entre eles Francisco Spinola Juiz Corregedor; João Teodozio, Geraldo Lucena e José Joffily Bezerra de Melo,⁴⁷⁹ como pessoas, que por estarem se mobilizando a favor da abertura política, foram consideradas de esquerda. Joffily, por exemplo, foi um dos que participou da tomada de poder em 1930, integrando o 22º Batalhão de Caçadores de João Pessoa, mas aparece em 1935 acusado de participar da insurreição Comunista pela Aliança Nacional Libertadora. Em 1938 concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Recife, sendo nomeado, anos posteriores, como Secretário da Agricultura, permanecendo no cargo entre 1942 a 1945. Mas, segundo o agente ultrassecreto, era agora suspeito de articular contra Getúlio.

Grande parte dos que estiveram na mira das investigações nos anos que antecederam a 1945 concorreram, após esse período, às eleições ou apoiaram algum candidato de oposição a Vargas. Esse período formou boa parte da nata política que permaneceu no poder até adentrar a segunda onda bonapartista⁴⁸⁰.

⁴⁷⁸ Informações de Agentes Secretos, Estado da Paraíba. Recife, 09 jul. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁴⁷⁹ Para maiores informações consultar: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joffily-bezerra-de-melo>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

⁴⁸⁰ “Notamos, na Capital, que os extremismos da esquerda e da direita estão articulados e organizados. O primeiro, principalmente, está vivendo às claras, dada a passividade da Delegacia de Ordem Social, subordinada as conveniências políticas. Temos a lastimar que no poder público civil se encontrem elementos puramente comunistas, tais como o dr. José Joffily, Secretário da Agricultura, fichado em Montevidéu e no Rio de Janeiro, em 1935, de onde fugiu antes que o T.S.N. o absolvesse. O dr. Francisco Spinola, Juiz Corregedor, proprietário do carro 197, é outro elemento de tendências esquerdistas e se aproveita do seu automóvel para levar agitadores para reuniões fora da cidade, tais como: João Teodozio, Geraldo Lucena e outros. As reuniões principais são realizadas em casa do judeu Jacob Feldman, proprietário de uma casa de joias sita à rua Duque de Caxias n. 451, as quais frequentam: Leon Clerot, engenheiro do Estado, residente à rua João Pessoa; prof. Mario Gomes, elemento intelectual, residente em Tambauzinho; Henrique Arcoverde, ex - condenado pelo T.S.N. e residente à rua 4 de novembro e Francisco Spinola, de quem já falamos. A Delegacia de Ordem Social nada faz. Diz-se que o dr. Ivaldo Falcone, delegado, tem tendências extremistas e que, certa vez, avisou a João Teodozio de Souza que o mesmo estava sendo seguido. JOSÉ CAVALCANTE LINS: Demitiu-se da Usina da Luz e foi empregar-se em Teresina. Há quinze dias esteve na Paraíba, desaparecendo para o norte, via Recife. Dr. Santa Cruz: Recatado, com uma filha noiva do tenente Erasmo Vieira de Melo do 15 R.I. MIRANDA SÁ JUNIOR: Tirou a pena do T.S.N. e dentro em breve chegará do Rio a Recife. ABELARDO COSTA: Agrônomo, recentemente chegado do Acre, comunista, sem emprego, ligado a Leon Clerot”. Informações de Agentes Secretos, Estado da Paraíba. Recife, 09 jul. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

Como vimos ao longo do capítulo, muitas das pessoas que integraram o poder no período getulista, ao perceberem sua fragilização, “trocaram a casaca”, passando para a oposição que passa a se constituir, assim, tanto a de esquerda quanto a de direita, ambas contrárias à Getúlio Vargas. As forças opositoras aglutinaram o coro dos descontentes e formaram um bloco para programar sua saída. Em contrapartida o governo, a partir de 1942, intensificou a propaganda em torno da imagem de Vargas nos programas de rádio, direcionando-a para os trabalhadores que, em troca da aprovação da regulamentação que consolidou as leis trabalhistas (CLT)⁴⁸¹ em 1943, buscava, entre outros fatores, diminuir as tensões políticas.

Por isso a lista dos que conspiravam contra o governo, organizada pelo agente infiltrado, era bastante extensa pois, além das acima indicadas, outras personalidades da Paraíba foram arroladas. Segundo o informe, a pretexto de jogar gamão na casa do Tenente Cirauli, do 15º R.I, em Barreiras, este e mais Cosme Batistas e João Castor, estariam tramando contra o governo Vargas. Estavam ainda citados: José Cavalcante Lins, ao tenente do 15º regimento de Infantaria Dr. Santa Cruz, Miranda Sá Junior e o agrônomo Aberlado Costa. De quebra, o agente indicava que Ermenegildo Di Lascio, filho de italianos, viajara para a Argentina duas vezes em 1943.⁴⁸² Ou seja, a vigilância foi mantida em qualquer reunião que debatesse política.

⁴⁸¹“A legislação trabalhista e sindical que foi sendo implantada ao longo da década de 30 contribuiu para resolver as relações conflitantes entre capital e trabalho, permitindo que o crescimento industrial se fizesse sem turbulências sociais. Toda a legislação dos anos 30 e 40 foi reunida em 1943 na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Ao final da década, já fora também criado um sistema de previdência social para os trabalhadores urbanos, o qual oferecia uma rede de proteção envolvendo seguro contra acidentes de trabalho, pensões e aposentadorias, política habitacional e assistência hospitalar” (PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p. *in*: LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política**, Capítulo 7, p. 122). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2017.

Indicamos ainda: PELICIONI, Claudete Inês. **Evolução do direito do trabalho no Brasil – Era Vargas**, 2012. Disponível em: <<http://www.pelicioliadvogados.com.br/artigo/artigo-evolu-o-do-direito-do-trabalho-no-brasil-era-vargas/>>. Acesso em: 06 jan. 2017

BALBINOT, Camile. CLT. **Fundamentos ideológico-políticos: fascismo ou liberal democracia?** Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10062>>; <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/23214-23217-1-PB.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2017. DELGADO. Gabriela Neves. **A CLT aos 70 anos: rumo a um direito do trabalho constitucionalizado**, 2013. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/39829/013_delgado.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 jan. 2017.

⁴⁸² Informações de Agentes Secretos, Estado da Paraíba. Recife, 09 jul. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

Como resultado de sua “missão” de espionar os altos escalões governamentais do Estado da Paraíba, o ultrassecreto listou várias outras personalidades que estariam tramando contra Getúlio e o interventor, mesmo tendo sido nomeados por eles: José Joffily, Secretário da Agricultura, o Juiz Corregedor dr. Francisco Spinola, o engenheiro do Estado Leon Clerot, além de pessoas locais: João Pessoa; prof. Mário Gomes, Henrique Arcoverde, João Teodósio, Geraldo Lucena e o comerciante joalheiro Jacob Feldman, todos denunciados pelo investigador João Teodósio de Souza.

O clima da II Guerra Mundial foi propício para a mobilidade desses agentes que circulavam sem serem notados, porém, tal estratégia suscitou desconfiança no interior das corporações – afinal qualquer um poderia ser um infiltrado, sem que o outro o soubesse, contribuindo para a fragilização e fragmentação da polícia política e das forças repressoras, a que se somou a insegurança quanto a permanência ou não do governo que os sustentava no poder, além da mobilização crescente da sociedade em geral, contra o período varguista.

A espionagem dos agentes ultrassecretos aos policiais da DOPS

A configuração dessa polícia ultrassecreta, selecionada entre os agentes que compunham a polícia política no período Vargas, assim como o seu *modus operandi* especializado, tanto no quesito investigativo, quanto na tramitação das informações e no tipo de arquivamento das informações, foram introduzidos no Brasil, conforme Duarte-Plon (2016), por volta de 1938 pelo Capitão Felisberto Batista Teixeira, da DESPS, que havia passado o ano de 1937 na gestapo alemã para aprender sobre tais técnicas *policialescas* (DUARTE-PLON, 2016, p. 97) e, como tal, foi implantada em Pernambuco. Não por acaso, esses agentes serão associados à alemã, ou alcunhados de quinta-coluna, em referência à suspeição de infiltração de ideias nazistas.⁴⁸³

⁴⁸³ Esse termo foi utilizado em um folhetim apreendido pela DOPS que versava sobre a conquista de Hitler na América Latina, intitulado: **A quinta coluna nas duas Américas**. Após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, as comunidades alemãs, italianas e japonesas foram constantemente denunciadas como “quinta-colunista”. Com relação aos alemães esse termo quinta-colunista foi utilizado de forma generalizada para designar três grandes grupos: “o alemão nazista ativo e praticante, o alemão simpatizante do governo nazista e, por fim, o

O treinamento recebido por esta verdadeira legião de “guardiões da ordem e da segurança” tornara-os tão metódicos em seu reconhecimento do inimigo que levou a polícia a “amedrontar” a própria polícia, alimentando com isto o imaginário da existência de uma gestapo pernambucana, principalmente porque esse período foi marcado pela ameaça real da Gestapo nazista,⁴⁸⁴ mas em nível internacional.

Agindo como ultrasecretos, com o intuito de obter informações confidenciais em primeira mão, ampliaram o espectro do olhar *policialesco* sobre possíveis suspeitos, elevando o serviço de espionagem e contraespionagem a um grau de complexidade ainda não experimentado no país.

A trama de espionagem foi de tal ordem que até mesmo o interventor da Paraíba - Rui Carneiro foi vigiado, assim como o foi o já citado Major Juraci Magalhães⁴⁸⁵, ou como demonstrado quando versamos sobre os presos no 14º Regimento de Infantaria de Recife⁴⁸⁶.

Tanto o interventor quanto o delegado estavam cientes da repressão praticada pelo Exército e mais, definiam quais as penas a serem aplicadas, conforme se

alemão sem qualquer ligação com o nazismo” (p.352). “O perigo de ser ‘quinta-colunista’ confundia muitas vezes mito e realidade” (p. 360). (*Gazeta* (jornal). Pront. 1468 – DEOPS/SP. APESP *apud* DIETRICH, 2007, p. 62, 117, 352 e 360). Ver tb: PY, Aurélio da Silva. **A Quinta Coluna no Brasil: a Conspiração Nazi no Rio Grande do Sul**. Globo, Porto Alegre, 1942. RIBAS, Antônio de Lara. O punhal nazista no coração do Brasil. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1944. RATTON, Antônio Carlos Mourão. **Punhal Nazista no Coração do Brasil. Imprensa Oficial, Florianópolis, 1942**. Em Pernambuco: LEWIS, Susan. **Indesejáveis e perigosos na arena política: Pernambuco, o antissemitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945)**. Tese de doutorado. UFPE, 2005. Disponível em:

<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7574/arquivo7868_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 out. 2016. CORDEIRO. Philonila Maria Nogueira. **Ascensão das ideias Nazistas em Pernambuco: A quinta coluna em ação (1937-1945)**. Dissertação de mestrado. UFPE, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7870/arquivo7830_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 out. 2016.

⁴⁸⁴ CRIPA (2006, p. 298) referindo-se a Raquel Sosa (p. 359) destaca que a crise internacional durante o período da II Guerra Mundial provocou um aumento das atividades de espionagem. Para maiores informações consultar: ELÍZAGA, Raquel Sosa. **Los códigos ocultos del cardenismo**. Plaza y Valdes. México, 1996.

⁴⁸⁵ Informações de Agentes Secretos. S/data. Previsão junho de 1944, p. 173. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁴⁸⁶ “Levo ao conhecimento de V.S. que de acordo com as minhas informações anteriores ainda continua em atividade do Estado Maior do Q.G contra os elementos semeadores de ideias subversivas. O serviço secreto do Estado Maior do Q.G da 7ª R.M. descobriu mais 8 elementos que estavam agindo sornateiramente e estão recolhidos presos ao xadrez do 14 R.I. incomunicáveis. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828. Informações de Agentes Secretos. S/data. Previsão junho de 1944, p. 173.

observa no caso do citado Cavalcanti que “chegou a dirigir-se imediatamente para a Aldeia, foi informado dos acontecimentos, desdobrou-se nas atividades e exigiu que fosse fornecido (a ele) com maior brevidade, detalhes, pois quer punir severamente os culpados”.⁴⁸⁷

Um desses agentes, referindo-se a uma vigilância efetuada no próprio Serviço de Informações do Exército, afirmou que já vinha observando, “desde o rompimento das relações diplomáticas com os Países do Eixo”, que militares vinculados ao movimento tenentista ainda agiam no interior daquela corporação: “Identificamos agentes sob o mando local e sob os auspícios de um grupo que estava no poder, quebrando a tão propalada hierarquia militar e pondo em suspeição o próprio serviço de informações do Exército”. O critério que fundamenta a suspeição – o fato de terem tendências políticas divergentes do governo, não indica se se tratava de divergências regionais ou nacionais, mas a referência às oligarquias preteridas pelo bonapartismo é clara: estavam “acoitados por elementos decaídos de vários governos passados”.⁴⁸⁸ Como se tratava de um ofício reservado que tramitava no interior do serviço de informações e repressão,⁴⁸⁹ pode explicar livremente suas suspeitas, o que demonstra o quão autônomo esse sistema chegou a ser.

No entanto, outro fantasma é levantado pelo agente: o do tenentismo. Pois, além de suspeitar dos militares acima referidos, o agente atizou sua sanha persecutória contra o próprio general Newton Cavalcanti,⁴⁹⁰ dado que

⁴⁸⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁸⁸ Informações de Agentes Secretos. Ao Delegado de Ordem Social. Reservado. Investigador Luiz Cisneiros (C). Recife, 18/03/1943, p. 162, 163. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁴⁸⁹ “Reconheço a gravidade desta afirmativa e o quanto de consequências ela me poderá trazer si, por ventura, chegarem ao conhecimento de S. Excia. o General Newton Cavalcanti. No entanto, se o momento é de disciplina e não comporta vacilações, julgo ser de minhas obrigações alertar, a quem de direito, certo “trabalho” impatriótico de desarticulação política que está sendo levado a efeito, talvez com o fim único de fazer cair o Poder Público Estadual ou, mesmo, o Regime. Note-se, no Boletim Diário da 7ª Região Militar, publicado em todos os Jornais da cidade, quais as pessoas que visitam o sr. Gal. Comandante. Mais de 50% delas são inimigas declaradas da atual situação política de Pernambuco”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828. Informações de Agentes Secretos. Ao Delegado de Ordem Social. Reservado. Investigador Luiz Cisneiros (C). Recife, 18 mar. 1943, p. 162, 163.

⁴⁹⁰ “FATOS: Pelo que será exposto, não será difícil concluir-se que grande parte do Serviço de Informações do Exército, composta de elementos do antigo grupo dos “TENENTES”, está forçando desinteligências entre o Comando da Região e do Governo Estadual. Nota-se um trabalho, regularmente articulado e inteligentemente levado a efeito, por vários oficiais de tendências políticas divergentes da atual, acolitados por elementos “decaídos” de vários

este integrara os antigos tenentes que seguiram a linha do integralismo e que apoiaram o golpe getulista de 1930. Nomeado Interventor no Mato Grosso e posteriormente no Rio de Janeiro, em 1935 chegou a general. Foi designado em fevereiro de 1942 para a 7ª Região Militar em Recife⁴⁹¹.

Não era segredo para a sociedade recifense a aproximação de Newton Cavalcanti com a comunidade alemã, divulgada inclusive em jornais⁴⁹². Nesse sentido, o agente secreto registrou dados que já eram de seu conhecimento pelas notícias locais, até porque, antes de abraçar a aliança Pan-Americana, Getúlio “flertara” com a Alemanha. Assim, unindo suspeitas sobre seu viés tenentista e sobre sua simpatia com os nazistas, deslocadas dos contextos em que tais atitudes do General estavam incursas, construiu uma suspeição “aparentemente plausível”. Pois, para o agente ultrassecreto “C”, os responsáveis pela divisão das forças repressoras que resultava em uma “desinteligência” no período, eram os “antigos tenentes”.

Sequer importava que, conforme Forjaz (1977)⁴⁹³, esse movimento, desde 1932, já se encontrasse fragmentado, com alguns de seus integrantes ligados ao movimento de esquerda, como o Partido Socialista Brasileiro, Partido Comunista ou na Aliança Nacional Libertadora, de que são exemplos os casos de “Herculino Cascardo, Agildo Barata, Trifino Correia, Sillo Meirelles”, entre outros; isto sem contar os que haviam abandonado a

governos passados. Informações de Agentes Secretos. Ao Delegado de Ordem Social. Reservado. Investigador Luiz Cisneiros (C). Recife, 18 mar. 1943, p. 162, 163”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁴⁹¹CAVALCANTI, NEWTON *militar; rev. 1930; ch. Casa Mil. Pres. Rep. 1935; interv. MT 1935; interv. RJ 1935; insp. 2º Grupo de RMs 1944-1946; ch. Gab. Mil. Pres. Rep. 1950-1951; comte Zona Mil. Sul 1951. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAVALCANTI,%20Newton.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

⁴⁹²As homenagens à guarnição do ‘Shleswing Holstein’ – Jornal Pequeno, 03/12/1936 – APEJE. *apud* CORDEIRO, 2005, p.45. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7870/arquivo7830_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 jun. 2016.

⁴⁹³Para maiores esclarecimentos consultar: BORGES, Vavy P. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo. Brasiliense, 1992; ARAÚJO, Ângela Carneiro de. **A Construção do Consentimento. Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta**. São Paulo. Edições Sociais, 1998; ARAÚJO Neto, Adalberto Coutinho de. **O Socialismo Tenentista: Trajetória, experiência e propostas de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930**. Disponível em: <<http://www.theses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-30102012-125217/es.php>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

⁴⁹³Idem. **A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo**. Rev. Adm. Empr. Rio de Janeiro. Abr./jun. 1983, p. 13. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v23n2/v23n2a01.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

militância política e, reintegrados à ativa, haviam absorvido o ideário de política nacional⁴⁹⁴.

A vigilância em torno do general Newton teve um objetivo específico, o de levantar suspeitas sobre as companhias de que se acercava o general e faz alusão sobre as reais intenções do militar, uma vez que este era um dos que prestava serviços de espionagem à própria polícia política e que possivelmente estaria “traíndo” a causa getulista⁴⁹⁵.

Em continuidade à sua informação, Luiz Cisneiros - o agente “C” dá uma demonstração da complexa trama de espionagem vigente no período, entrelaçada com o conflito que havia entre os interesses regionais e os nacionais. De um lado, estavam os que permaneciam ao lado de Vargas, alinhados aos Estados Unidos e em oposição à Alemanha. Os agentes ultrassecratos mapearam suas ações através da identificação dos agentes secretos Paes Barreto e Ismael de Gois Lima a serviço do capitão Juraci Montenegro Magalhães que integrara o grupo de tenentistas apoiadores do golpe de Vargas em 1930,⁴⁹⁶ mas que no pós 1937 declarou-se opositor ao bonapartismo implantado. Segundo Cisneiros, o “C”, os oficiais envolvidos

⁴⁹⁴ Idem, ibidem.

⁴⁹⁵ “Como se explicam as visitas contínuas e assíduas dos Pessoa de Queiroz, Neemias Gueiros, Julião Neto, etc.? Os comentários desses senhores em roda privada de amigos me levam a crer na infiltração malévola desses elementos junto a oficiais, mal avisados desta Região Militar, e mesmo do Sr. General Newton, homem de primeiras informações, como sempre foi”. Informações de Agentes Secretos. Ao Delegado de Ordem Social. Reservado. Investigador Luiz Cisneiros (C). Recife, 18 mar. 1943, p. 162, 163. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁴⁹⁶ “Foi um dos tenentistas que levou Vargas ao poder em 1930, serviu no 22º BC na capital da Paraíba no Nordeste. Foi responsável por empossar Carlos de Lima Cavalcanti na Interventoria de Pernambuco, em 1931, nesse mesmo ano foi nomeado interventor na Bahia. Fundou o Partido Social Democrático (PSB) da Bahia. Fez uma acentuada repressão contra a Aliança Nacional Libertadora (ALN) e era um dos anticomunistas ferrenhos. Quando Vargas deu o golpe de 1937, ele saiu do cargo de interventor e retornou ao Exército para fazer resistência. Tudo indica que foi um dos articuladores da abertura política em 1945. Fez parte do grupo de militares e políticos que apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes em 1945 pela União Democrática Nacional (UDN). Nesse ano foi eleito deputado federal e fazia parte da comissão nacional executiva. No segundo governo Vargas, em 1950 assumiu a presidência da Companhia Vale do Rio Doce, foi adido militar brasileiro nos Estados Unidos, em 1954 presidiu a Petrobrás, foi eleito Senador pela UDN, em 1957 presidiu a UDN nacional. Em 1959 voltou ao governo da Bahia até 1963. Em 1964 foi um dos articuladores do golpe ditatorial. Durante a permanência de Castelo Branco foi nomeado embaixador brasileiro nos Estados Unidos, sua permanência foi marcada pela frase: “o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”, ocupou sucessivas pastas da Justiça e das Relações Exteriores. A partir de 1967 ocupou a presidência de diversas empresas brasileiras e estrangeiras. Morreu em 2001”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juraci_magalhaes>. Acesso em: 15 jun. 2016.

queriam sabotar a “inteligência” *policialesca*, e concluiu que era lamentável que os interesses particulares de outros grupos fossem mais importantes do que o objetivo em comum – que era a repressão ao “extremismo”, ou anticomunismo⁴⁹⁷.

Mas, pelo menos quanto ao abandono a Getúlio o agente tinha razão, pois todos os espionados apoiaram a candidatura de Eduardo Gomes às eleições presidenciais no pós 1945⁴⁹⁸.

Juraci Magalhães, logo após desligar-se do governo varguista, voltou para o Exército. Entre 1940 a 1942 frequentou a Escola do Estado Maior no Rio de Janeiro. Foi um dos militares enviados aos Estados Unidos para treinamento em Fort Leavenworth; visitou o Fort Benning, Fort Belvoir, Fort Jackson, na Carolina do Norte, o Fort Seal em Oklahoma (MAGALHÃES, 1981, p. 197 *apud* LIMA, 2009, p. 28).

Mas, retomando à ciranda da espionagem dos ultrassecretos, o agente “C” afirmou que o major Juraci Magalhães também tinha um agente secreto a seu serviço identificado como o capitão Pais Barreto, infiltrado entre as autoridades do Estado para delatar as pessoas que estivessem apoiando os

⁴⁹⁷ “O ex-Cap. Ismael de Gois Lima, que visita, assiduamente, o Major Juraci, é outro elemento escalado para informes políticos aquele oficial. É profundamente lamentável que, em momentos como este, ainda exista quem se preste a mesquinhos interesses de grupos, quando a situação exige, de cada um, o máximo de cooperação contra o inimigo comum. Além, v.c. uma análise da verdade provinda de observações imparciais, onde o fator político e o “ser agradável” não influíram, de modo algum”. Informações de Agentes Secretos. Ao Delegado de Ordem Social. Reservado. Investigador Luiz Cisneiros (C). Recife, 18 mar. 1943, p. 162, 163. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁴⁹⁸ Notícia recebida nesta capital informa que se solidarizaram com a candidatura do major-brigadeiro Eduardo Gomes: — em Recife, os srs. João Cleofas, Domingos Vieira, padre Felix Barreto, prof. Costa Pinto, José Vieira, Severino Maris, Luiz Cedro, Leopoldo Lins, prof. Nehemias Queiroz, Renato Carneiro da Cunha, Pio Guerra, prof. Aníbal Fernandes, prof. Sílvio Rabelo, Luiz Cristóvão, Luiz de Andrade, prof. Geraldo de Andrade, Agripino Lacerda, Cesário de Melo, Ângelo de Sousa, Adalberto do Rego Maciei, João Costa Azevedo, Antiógenes Chaves, Joaquim Bandeira de Melo, Luiz Góis Lima. prof. Nelson Chaves, Galvão Raposo, prof. Mario de Sousa, Wilson Lustosa Cabral, Osvaldo Gadelha, Antônio de Moraes Dourado, Gilberto Moraes; Alfio Ponzi pelos estudantes da Faculdade de Direito do Recife. No Amazonas o capitão Ismael de Góis Lima, Murilo Costa Rego, Salviano Machado, José Gondin e José Gonçalves. Em Montevidéu o general João Maia, e seus quatorze filhos, o sr. Júlio Pereira de Sousa e seus companheiros de exílio. Jornal Diário de Notícias. Notícia: *Adesões à candidatura democrática em Pernambuco*. Página 4, primeira sessão. Rio de Janeiro, quinta-feira, 1 de março de 1945. Fundado em 1930. Ano XV, nº 6856. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/093718/per093718_1945_06856.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016. Ismael de Góis Lima foi diretor do presídio do Recife entre os anos de 1959-1963. In MELO, Zélia Maria. **Bandidos e mocinhos**. Dissertação de mestrado em ciências sociais: Antropologia, 1991. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16995>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

alemães no Brasil.⁴⁹⁹ Aliás, afirma ainda o agente “C”, o capitão Pais Barreto havia lhe contado que o Secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins seria afastado do seu cargo acusado de proteger alemães em Pernambuco.

O agente pondera ainda que suas observações não refletiam uma posição política e que eram isentas de parcialidade, como se isso fosse possível. Em fins de 1942 encontramos o agente C confessando a um dos colegas recém-chegados ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP⁵⁰⁰) que seu serviço estava na mesma chateação de sempre e que tinha a intenção de prestar concurso para outro cargo, em fevereiro de 1943⁵⁰¹.

Mesmo que a atmosfera de suspeição pairasse sobre toda sociedade, os agentes cortinavam-se de cordialidade e casualidade em seus diálogos para não serem descobertos e procuravam, através da inserção social, o máximo de mobilidade visando extrair “confidências” de seus “amigos”, como demonstrado pelo agente XXX em conversa com o advogado Felix Lira,⁵⁰² o qual lhe confidenciou abertamente e confiantemente suas opiniões sobre a fragilidade e eminente queda de Vargas. Os relatos tangenciam a visão pessoal, porém, realista do advogado com relação à desconfiança americana ao governo varguista. De fato, foi Oswaldo Aranha enquanto Ministro das Relações Exteriores quem negociou em 1941 as instalações das bases americanas na

⁴⁹⁹ “O sr. Cap. Pais Barreto, do Serviço de Informações do Q.G., é uma “criação” de detetive “lançada” pelo Major Juraci Magalhães, de quem dá todos os informes em “primeira mão”, disse textualmente, em presença de pessoa de imediata confiança nossa: “Etelvino vai ser afastado; o General está providenciando isto. Está provado que ele (Dr. Etelvino) passou a mão pela cabeça de muitos alemães”. Frases como esta, embora partidas de um oficial “tarimbeiro”, reformado, traduzem bem as insinuações do dr. Secretário da Segurança”. Informações de Agentes Secretos. Ao Delegado de Ordem Social. Reservado. Investigador Luiz Cisneiros (C). Recife, 18 mar. 1943, p. 162, 163. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁵⁰⁰ Foi criado em 30 de julho de 1938, diretamente subordinado à Presidência da República. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

⁵⁰¹ Partes de serviço (investigação em várias localidades e pessoas na cidade de Recife, p. 42). Recife 15 dez. 1942. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 28.674.

⁵⁰² “Ilmo. Snr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social. Relatório: estive casualmente com o advogado Felix de Lira que, espontaneamente, revelou grande e profunda revolta contra o atual regime nacional a que chama de “regime fascista”. E, chamando-me particularmente, segredou-me cuidadosamente sua opinião em relação ao futuro do Brasil. Acha que o presidente Vargas não merece nenhuma confiança do presidente Roosevelt e que é o ministro Oswaldo Aranha quem realiza toda a política internacional. É, na sua opinião, o dr. Oswaldo Aranha quem esta à testa de toda política externa do Brasil, cuja posição ao lado das nações unidas é obra exclusiva daquele ministro”. Informantes Secretos. Agente XXX. 05 jan. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

região nordeste,⁵⁰³ antes do governo assinar o Acordo Pan-americano⁵⁰⁴. No contexto apontado pelo agente XXX, Oswaldo Aranha já havia se posicionado contra o bonapartismo varguista, principalmente após a dissolução da *Sociedade dos Amigos da América* da qual Aranha era vice-presidente e dentro da qual ele liderava a saída de Vargas através da “cruzada democrática”. Logo em seguida à dissolução da associação, Aranha pediu demissão e passou a fazer oposição aberta⁵⁰⁵.

Como foi possível observar, esses agentes, para chegarem a tais informações jogavam “iscas” e indiretas, alimentavam as conversas convenientemente até mapear qual era a posição ideológica do suspeito que facilmente se transformava em acusado, bastando para tanto comentar casualmente alguma notícia em curso. Por exemplo, retomando ao diálogo do agente com o advogado Lira, a simples constatação deste, de que a URSS seria decisiva para a vitória dos aliados na II Guerra Mundial, reforçou no investigador a suspeita de apologia ao comunismo.⁵⁰⁶ No momento seguinte o

⁵⁰³ A primeira missão foi realizada pela Força-Tarefa 3 da U.S. Navy com a missão de “Patrulha de Neutralidade” no Atlântico Sul (FONSECA, 2014, p. 55, 85). As Operações Navais foram comandadas pelo almirante Jonas Ingram.

⁵⁰⁴ Para maiores informações consultar: MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil : 1939-1915 : mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. 277 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/998-Relacoes_Exteriores_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2017.

Concomitante a Oswaldo Aranha, o General Góis Monteiro teve grande influência nas negociações das instalações militares no Brasil. Para maiores detalhes consultar: LATFALLA, Giovanni. **O general Góis Monteiro e as negociações militares Brasil/Estados Unidos - 1938-1942**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Severino Sombra. Vassouras/Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.uss.br/arquivos;jsessionid=CAE55C33DA7221C15FAE980CDA898F8F/posgraduacao/strictosensu/historiasocial/dissertacoes/Giovanni_Latfalla_2011.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2017.

⁵⁰⁵ ARANHA, Oswaldo. **Carta do Dr. Oswaldo Aranha ao Gal. Góes explicando os motivos de sua demissão do Ministério das Relações Exteriores**. Porto Alegre: Oficina. Gráfica da Livraria do Globo, 1945, p. 4-10 *apud* CORTES, Carlos E. Política gaúcha (1930-1964). Tradução Amy Caldwell de Farias. – Porto Alegre: UDIPUCRS, 2007, pp. 168,169.

Para maiores esclarecimentos sobre a influência de Oswaldo Aranha na política nacional e relações exteriores consultar: BANDEIRA, Moniz. **Relações Brasil-EUA no Contexto da Globalização**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998. pp. 187-253; CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha: a estrela da revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996; HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

⁵⁰⁶ “Faz rasgada apologia da URSS na luta contra o eixo e crê na vitória soviética sobre os alemães. Acha, entretanto, que a guerra continuará mesmo depois da derrota nazista, porém, desta vez, das demais nações contra a Rússia”. Informantes Secretos. Agente XXX. 05 jan. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

agente forjou concordar⁵⁰⁷ com as opiniões do advogado, “jogavam verde para colher maduro” como dizemos coloquialmente, deixando explícito que mentira apenas para conquistar a sua confiança⁵⁰⁸.

O agente “XXX”, no mesmo informe, discretamente revelou ao delegado que o outro investigador, o “Paraíba”, segredara-lhe que a polícia estava cheia de “quinta-colunista”, ou seja, pessoas que se mantinham no mesmo diapasão que determinara a criação do aparelho repressivo para o qual trabalhavam, sem saber que próprio Triplo X era exatamente um desses agentes ultrassecretos⁵⁰⁹.

Como é possível observar na documentação, seu colega “Paraíba” pediu ajuda para comunicar ao Ministro Oswaldo Aranha a existência de “quinta-colunistas”, o caso, referindo-se àqueles que não estavam de acordo com a saída de Vargas do poder e que estavam fazendo “oposição” aos que estavam do lado de Aranha.

No fim das observações do dia 5 de janeiro de 1943, o agente “triplo X” demonstrou que quanto mais ampla pudesse ser sua mobilidade social e os grupos que vigiava, maior seria o grau de “veracidade” de suas informações, então vigiar espaços que iam desde o comércio comum da sociedade civil,

⁵⁰⁷ “Tendo sempre a minha aprovação, o dr. chegou mesmo a dizer que no Brasil as próprias autoridades eram nazi-fascistas, principalmente em Pernambuco, onde os nazi-fascistas vivem comodamente ocupando cargos na administração do Estado. Então eu aventurei mais esta: “Sendo esse o panorama político do nosso Estado, não devemos perder de vista toda essa gente a quem não devemos perdoar, quando, porventura, cair em nossas mãos.” (...) Ele ajuntou por sua vez: “E eu não deixei ainda de trabalhar, tenho feito alguma coisa e estou fazendo (Sic) Não viu o protesto contra o Eixo? Fui eu quem o iniciou. Em qualquer ocasião, sempre me encontrarão pronto”. Informantes Secretos. Agente XXX. 05 jan. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁵⁰⁸ “Neste ponto eu emiti a minha opinião: É quando todos nós, antifascistas, seremos irremissivelmente fuzilados.” Apoiando a minha opinião, o referido advogado acrescenta: “E sendo essa indubitavelmente a nossa sorte é muito melhor morrer lutando nas trincheiras do que sucumbir covardemente na frente dum pelotão e ao pé dum muro qualquer”. Informantes Secretos. Agente XXX. 05 jan. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁵⁰⁹ “Também o “Paraíba” que foi investigador e parece trabalhar atualmente nas Bocas, como guarda, encontrando-me, chamou-me à parte e segredou-me: “Sabe que a nossa polícia está cheia de quinta-colunista? - Como está dizendo? – respondi, revelando surpresa. – Está – continuou ele – e eu preciso ir à sua casa. Preciso que você me dê uma cópia de carta para Oswaldo Aranha. Nisso o bonde dele vinha se aproximando. Só tive tempo de dar-lhe o meu endereço”. Informantes Secretos. Agente XXX. 05 jan. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

como comerciantes, artesãos, sapateiros e alfaiates⁵¹⁰ até as autarquias governamentais e as Forças Armadas – policiais civis e militares-, lhe garantiriam maior controle sobre a informação, que era essencial. E apontava uma outra estratégia: usar pessoas que serviam como iscas, ou seja, eram “arregimentadas”, sem que, sobre isso, tivessem sido informadas⁵¹¹.

Esse período foi marcado pela oposição e espírito de luta contra o Estado Novo. Diversos grupos que iam desde os antigos aliados desalojados do poder em 1937, aos liberais, setores das esquerdas, dos partidários da União Democrática Nacional, integrantes do PCB, de estudantes recém-egressos do movimento estudantil, a intelectuais das diversas linhas de Pernambuco fizeram coro a opositores de todo o país e uniram-se com o propósito de dissolver o bonapartismo varguista (BENEVIDES, 1981, p. 23).

Por volta de 1943, a historiografia aponta que eram tantos os inimigos de Vargas que este dá uma guinada na dinâmica ditatorial, confiando que teria apoio dos trabalhadores – editara as leis trabalhistas naquele ano- encetando a possibilidade de uma abertura política. Neste sentido inicia uma campanha de popularização através dos meios de comunicação, criou a rádio oficial “A Voz do Brasil”, através da qual respondia diretamente às demandas sociais⁵¹², e concomitantemente, ampliou o quadro de agentes que trouxessem informações sobre as conjunturas locais e regionais, do qual fazem parte esses agentes ultrassecratos.

A pressão pela abertura política seguiu, assim, paralela à perseguição política, de que é um exemplo o caso do Manifesto dos Mineiros: entre os 92

⁵¹⁰ “Em Joaquim Nabuco há um individuo de nome João Pereira, conhecido por Joca, sapateiro, que é elemento das lutas de 35. Atuou onde morava, em Garanhuns e era elemento ligado ao dr. Edgar Taveiros e um Miguel – um alfaiate que esteve preso, vindo de Garanhuns. (...) mas não perdeu a fé de “Seremos vitoriosos”, é um desses ignorantes que poderá ser utilizado no momento oportuno”. Informantes Secretos. Agente XXX. 05 jan. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁵¹¹ Informantes Secretos. Agente XXX. 05 jan. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

⁵¹² DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-normaatualizada-pe.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2016. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, indicamos a leitura de: ANTUNES, Ricardo. De Vargas a Lula: caminhos e descaminhos da Legislação Trabalhista no Brasil. Pegada, vol. 7, n. 2, pp 83-86. Disponível em: <<http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000233-efcf7f0c95/Antunes,%20Ricardo.%20De%20Vargas%20a%20Lula.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

que assinaram a carta, muitos foram perseguidos e afastados de seus cargos, como: “Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Bilac Pinto, Daniel de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Mário Brant e Odilon Braga”.⁵¹³ Outras moções também acompanharam esse movimento, como a *Carta aos Brasileiros*, divulgada por Armando de Sales Oliveira em dezembro de 1943, quando ainda se encontrava no exílio e a *Declaração de Princípios do I Congresso Brasileiro de Escritores*, em janeiro de 1945⁵¹⁴. Essa abertura política também foi capitaneada pelo governo norte americano⁵¹⁵ e, conforme já aventamos, tinha como principal líder Oswaldo Aranha, desde as escaramuças do período anterior à Aliança Pan-americana.

No interior dessa conjuntura, os relatórios dos agentes se multiplicaram, pois, além das mudanças reais de antigos aliados em opositores e vice-versa, havia também a lógica persecutória que considerava qualquer reflexão sobre a conjuntura uma crítica ao governo e, portanto, suspeitos, gerando um incomensurável emaranhado de suspeições. Como se não bastasse, tais agentes ainda se referem aos “extremistas”, ou seja, remanescentes de movimentos que haviam pegado em armas contra o governo, mesmo antes de Getúlio ou no período dele mesmo, ou apenas ameaçado, ou nem isso, como, por exemplo, ex-tenentistas, integralistas, comunistas e outros tantos.

(...) Contou-me vários episódios ocorridos entre ele e o sr. Interventor Federal, por ocasião da descoberta dos punhais integralistas e do canhão que estava sendo fabricado em Cachoeira – Alagoas. Diz que foi ele que, servindo-se dos elementos de esquerda, principalmente um ex-sargento – conseguiu descobrir a trama integralista em que se pretendia assassinar o Presidente Vargas e vários ministros, estando envolvidos vários secretários deste Estado, inclusive o dr. Segurança, acha, entretanto, que a ação da polícia foi muito

⁵¹³Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

⁵¹⁴ Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

⁵¹⁵ Para maiores esclarecimentos sobre o assunto consultar: CERVO. Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília, 2001, 320 p; MROS, Günther Richter. **Relações Internacionais do Brasil no limiar da era Vargas: processo decisório e questão siderúrgica**. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/183>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

fraca e que, pela forma com que o interventor recebeu o relatório, concluiu estar ele ao par de tudo e, de certo modo, comprometido. Exaltou o interventor Barata e anunciou que no dia seguinte haveria em sua casa um almoço, para o qual não me convidava em virtude da minha posição de escrache, mas que o caráter do almoço seria um acerto entre ele e vários amigos para se manifestarem na passagem do coronel Barata. (...). Também me disse o Hermes ser o seu engenho um refúgio para os que, perseguidos pela reação, tivessem onde descansar. (...) Agora vou intensificar novo trabalho de observação aqui junto aos intelectuais, si bem que com certa dificuldade, graças às desconfianças que reinam em torno de mim⁵¹⁶.

No documento, o interventor Barata se desculpa por não chamar o agente para um determinado almoço por causa de sua posição de “escrache”, adjetivo usado pelo jargão policial para identificar alguém que foi desmascarado, exatamente como ele suspeitava.

Uma vez expurgados de seus postos, caíam em desgraça, como acontecera com o agente “Paraíba” que foi investigador e que, depois de desmascarado, foi trabalhar nas “Bocas, como guarda” e dos quais o sistema continua a se utilizar, mas em condições muito piores, como ocorria também, com “ex-militantes de esquerda”, ou sargentos excluídos das forças armadas.

Por isso o empenho do agente Triplo X em sair da condição de “escrache”, como disse seu superior, também infiltrado em reuniões da alta cúpula pernambucana. Um ano depois ele ainda busca o status de confiabilidade. Inserido nas Forças Armadas como infiltrado, ele tenta ganhar a confiança do delegado afirmando que não seria descoberto em mais uma de suas missões, que estava ganhando espaço e a confiança dos colegas, inclusive de seu chefe que não o tolerava, para isso se articulava com um de seus colegas, Jaime Alves da Silva, policial contratado para fortalecer seu disfarce e tirar qualquer suspeita a seu respeito.

(...) não me foi possível descobrir qualquer vestígio de algum movimento organizado. Tenho estado sempre vigilante, não perdendo nenhuma oportunidade e nem o menor detalhe, que me possa orientar naquele sentido. Só uma coisa concluo: Sendo este setor de alta importância, para qualquer ação

⁵¹⁶ Informantes Secretos. Agente XXX. 10 mar. 1943. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 29.828.

revolucionária, é claro, que os elementos dessa ala nunca a desprezarão. E os elementos lá estão, serão naturalmente, os primeiros a serem utilizados em tal sentido. Deste modo o meu contato permanente com tais elementos, me põe em situação de dupla vantagem: infiltração em qualquer organização que, por ventura venha a surgir e uma aproximação mais e mais estreita, com o fim de lograr a confiança necessária aquela penetração. Daí o meu maior interesse de prosseguir. E, por enquanto, não há nada que me prejudique nesse serviço. Até o chefe que parecia não me tolerar, agora está modificando as suas maneiras de me tratar. O meu serviço tem-me servido para obrigá-lo a tal modificação. Ultimamente entrou lá o Jaime Alves da Silva, para trabalhar como vigia. Houve logo um movimento geral de desconfiança⁵¹⁷.

Assim como o agente Cisneiros, o Triplo X mimetizou-se novamente, conquistando a confiança das pessoas ao seu redor e, demonstrando indiferença sobre questões polêmicas, como as relativas à Segunda Guerra, por exemplo, transitava livremente entre os vigiados. Portanto, a capacidade de fazer amizades e adquirir confiança eram requisitos para exercer tal função. Extrair informações tanto do passado como daquele presente visando mapear as pessoas, os grupos, suas posições ideológicas e políticas, ou seja, manter as autoridades informadas como estratégia para manter o controle sobre os fatos⁵¹⁸.

Observa-se que, prioritariamente, os motes da investigação recaíam sobre críticas ou oposições ao bonapartismo, sobre o andamento das relações diplomáticas e as já citadas posições sobre a II Guerra Mundial em curso. As investigações do agente Triplo X se estendem também ao PCB e, no seu entender, a abertura política, os indícios de aproximação com a Rússia, enunciada na entrevista dada por Oswaldo Aranha à imprensa, estavam levando os integrantes daquele partido a darem pulos de alegria, pois isso

⁵¹⁷ Informantes Secretos. Agente XXX. 01 fev. 1944. APEJE/ Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Individual nº 28.828.

⁵¹⁸ “Fui procurado por vários que me preveniam, dizendo tratar-se de um elemento perigoso, traidor e policial. Mostrando-me de acordo e afirmando que já conhecia essa qualidade de citado elemento, opinei que nenhum de nós devia mais comentar publicamente coisa nenhuma, nem mesmo em relação à guerra. Isso serviu para aumentar o conteúdo da confiança que já depositam em mim. Agora os comentários são sempre cheios de precaução sob o pretexto de ser o Jaime um espião policial. – E, por enquanto, é só”. Informantes Secretos. Agente XXX. 01 fev. 1944. APEJE/ Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Individual nº 28.828.

significava que poderiam se rearticular e até tentar adentrar ao poder político em futuras eleições, pois transcorria o ano de 1944.

(...) até o momento, não consegui obter qualquer indício de existência de qualquer organização de caráter subversivo. (...) A entrevista do ministro Osvaldo Aranha que (?) a possibilidade do reconhecimento do governo soviético por parte do governo brasileiro, tem provocado regozijos e comentários lisonjeiros em torno daquele Ministro e quase tem sido este o aumento de todos os entusiastas. Também a passagem do embaixador russo em Montevideu pelo Brasil e sua entrevista à imprensa do Rio, têm sido comentados com profundo regozijo. Todos os elementos anteveem a possibilidade de um reajustamento da situação política interna do país, de modo a se poder reorganizar o P.C.B. (...) Não se esboça nenhum programa antecipado, pois este parece não existir ainda, mas se vê que se aproxima o momento de quebrarem-se as amarras que (?) a liberdade política do Brasil e então o operariado poder se manifestar livremente⁵¹⁹.

A desconfiança do agente cresce, pois um de seus interlocutores que afirma sobre tais questões é nada menos do que Claudio Tavares, um dos redatores do *Folha do Povo*, jornal editado por esse partido enquanto estiveram na ilegalidade⁵²⁰.

No decorrer de suas investigações, no mês de setembro 1944, Triplo X informou que, novamente, poderia ter sido descoberto. Utilizando-se de mensagem criptografada para se comunicar com o delegado, sua mensagem expressa claramente a existência de um clima de desconfiança entre os agentes, como não poderia deixar de ser, pois cada um deles considerava que a mesma condição que lhe fora dada, estaria sendo atribuída a algum outro, de mesmo grupo.

Tal serviço de espionagem era, portanto, extremamente cauteloso e milimetricamente pensado e articulado. Esses agentes “ultrassecretos” eram mal vistos e desprezados, todos os temiam e desconfiavam de sua presença

⁵¹⁹ Informantes Secretos. Agente XXX. 12 mar. 1944. APEJE/ Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Individual nº 28.828.

⁵²⁰ “Esses comentários são do (B?) em conversa com o M. Carvalho. Também o Cavalcanti, pois, acompanhando todos (...) Fora daquele setor, estive com Claudio Tavares, antigo redator da “Folha do Povo”, o qual conversou muito sobre a guerra em relação a URSS. Sustenta ainda a mesma ideologia e anunciou-me com entusiasmo que “isso aqui vai se modificar. A ditadura existente no Brasil vai levar um tombo, brevemente.” Fiquei com o endereço dele, para visitá-lo na primeira oportunidade: Edifício do Branco Auxiliar, sala 61-6º. andar”. Informantes Secretos. Agente XXX. 12 mar. 1944. APEJE/ Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Individual nº 28.828.

nos órgãos militares e na própria polícia, pois eram “espiões da polícia” e daí a alcunha de “gestapo pernambucana”.

Os agentes secretos da DOPS a serviço das indústrias de Pernambuco

Os *invisíveis*, como foram chamados pelo historiador Sodré, estavam em toda a cidade: “nos bondes, ônibus, botequins, bares, cabarés, dancings, cassinos, pontos de embarque e desembarque, escolas, praças de esporte, nas salas em que se faziam conferências, nas reuniões dos sindicatos e associações culturais, praias de banho ...” (SODRÉ, 1968, p. 278).

Mas, para além da ordenação do que é público e privado, muitos agentes da polícia fizeram parte da folha de pagamento das indústrias que solicitavam seus serviços para exercerem a vigilância e a repressão aos trabalhadores, camuflados de operários. Além desses, havia outro tipo de infiltrados, cujo recurso saía do erário público, extraído de uma verba não controlada pelo exercício orçamentário⁵²¹ (como existe até os dias atuais⁵²²) e cujo valor a ser recebido dependia do tipo de denúncia, seu grau de veracidade e do grau de confiabilidade do denunciante.

Mas havia também os investigadores que recebiam uma remuneração extra ao seu salário como servidores, esta paga pelas indústrias, para exercerem vigilância e repressão no interior das fábricas. Ou seja, entre os anos de 1937 a 1958 – período pesquisado, um verdadeiro exército de agentes “invisíveis” auxiliaram na integração entre o Estado e as empresas no quesito repressivo.

O policiamento pago por verbas secretas estava presente desde a “polícia de choque conhecida como Especial, (...) até a Guarda ou Quadro Móvel, (...) abrangendo numeroso pessoal, em todas as classes e categorias

⁵²¹ Receberam esse termo porque “não apareciam na Polícia Central, indo apenas, às fileiras onde estavam lotados, eram denominados por invisíveis” (SODRÉ, 1968, p. 280).

⁵²² Essa verba secreta é assegurada a Polícia Federal até em nossos dias. Através da Portaria nº 2.877, de 30 de Dezembro de 2011. Aprova o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal. Art. XVII - autorizar a liberação de crédito para a aplicação do suprimento de fundos de caráter sigiloso (verba secreta). Luiz Paulo Barreto (Publicada no DOU nº 01, Seção 1, de 02 de janeiro de 2012). Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/220534966/Http-Intranet-dpf-Gov-br-Legislacao-Regimento-Interno-Portaria-n-2-877-2011-MJ>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

sociais, incluindo-se oficiais das Forças Armadas que se prestaram a receber gratificações policiais por informes que forneciam” (SODRÉ, 1968, p. 278).

A solicitação para que agentes policiais fossem cedidos para prestar serviços remunerados pelos industriais era feita formalmente, através de papel timbrado e, sem nenhuma restrição, o Delegado da DOPS enviava o agente que ficava assim, duplamente subordinado: ao Estado e à empresa privada.⁵²³

Tal expediente era oficial, a ponto do Delegado da DOPS exercer controle sobre a folha de pagamento das indústrias a tais servidores policiais, conforme se observa nos exemplos a seguir. O Delegado José Arthur Leite enviou ofício à Grande Fábrica de Peixes, à Fábrica Tacaruna, ao Grande Curtume Barbalho, à Pernambuco Tramways e Power Company, à Fábrica Apipucos – do grupo Cotonifício Othon Bezerra de Melo, à Fábrica Pessoa de Queiroz, Menezes & Irmãos, à Indústria Pernambucana – Camaragibe e a Tacaruna, solicitando informações sobre as remunerações dos policiais “invisíveis” nelas prestando serviços, ao que as empresas responderam passando, cada qual, os dados abaixo que, por ordem do Delegado, foram anexados aos prontuários de cada investigador.⁵²⁴

⁵²³ “Solicitamos de V.S. um investigador desta Delegacia a fim de prestar serviço em nossa fábrica, situada à rua da Imperatriz, 147, ficando a nosso cargo a devida remuneração”. 1ª Delegacia Auxiliar. Fábrica de Espelhos e Beneficiamento de Vidros. S.A. Comercio e Indústria Rebello Lourenço. Matriz Rio de Janeiro. Filial, Pernambuco. Recife. Ao Dr. Delegado da Ordem Política e Social. S/D. [06/1937]. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563.

⁵²⁴ “Amigo e Snr. Respondendo ao seu atencioso ofícios de 1º do vigente, informamos a Va. Sia., que o investigador especial dessa Delegacia a serviço em n/Fábrica, percebia mensalmente a importância de duzentos mil reais (200\$000).[escrito à mão: Tire-se cópia e arquite-se no prontuário do investigador n. 121. Em 20 mar. 937]”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563. Grandes Fábricas Peixe. Carlos de Brito & Cia. Ao Delegado da Ordem Política e Social. José Arthur Leite. Recife, 11 de Março de 1937. **Ou:** “Caro Dr. Em resposta ao seu apreciado ofício de ontem datado, informamos que o investigador dessa Delegacia, a serviço em nossa Fabrica, percebe o ordenado de DUZENTOS E SETENTA MIL REIS – Rs. 270\$000 – mensal, ordenado este estabelecido, em tempo, de comum acordo com essa Delegacia. Ao inteiro dispor de suas novas e presadas ordens, nos firmamos com a maior estima e consideração”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563. Fabrica da Tacaruna. Manufatora de Tecidos do Norte. José Arthur Leite. Recife, 11 de Março de 1937. **Ou ainda:** “Em resposta ao s/ofício n. 246 datado de 10 do corrente, temos a informar-lhe que o investigador especial dessa Delegacia, a serviço em n/costume, percebe semanalmente a título de gratificação, a quantia de R\$ – 30\$000 (Trinta mil reais). [escrito à mão: Tire-se cópia e arquite-se no prontuário do investigador n. 142. Em 20 mar. 937]”. Sociedade Anonyma. Grande Costume do Barbalho. Delegacia de Ordem Política e Social. 13 de março de 1937 APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563. **E mais:** “Em atenção ao ofício de V.S datado de 10 do corrente, temos o prazer de informar que cada um dos investigadores especiais dessa Delegacia a serviço nesta Empresa percebe diariamente a gratificação de Rs. 5\$000 (cinco mil

Como podemos observar, alguns eram pagos mediante valor previamente acordado entre o Delegado e a empresa, outros conforme decisão da própria indústria e variavam de 70\$000 a 270\$000 mil réis. Possivelmente a remuneração mais baixa referia-se um contrato para prestar serviços por apenas um dia específico da semana, ou mesmo em um determinado horário, e os que recebiam maiores valores correspondiam aos que entravam na folha de pagamento da empresa, ou seja, exerciam funções de operário.

Não é possível rastrear todas as situações em que se envolveram os *invisíveis*, por falta de dados sobre ocorrências consideradas rotineiras no cotidiano das fábricas e não mereciam registro à Delegacia, o que acontecia quando a repressão era mais acentuada e, nesses casos, emitia-se um relatório do serviço, como o caso da Fábrica de Apipucos:

Remeto-vos, para os devidos fins, uma bandeira e 25 boletins comunistas apreendidos pelo investigador n. [55], auxiliado pelos investigadores n. 180 e 190, conforme se vê na Parte abaixo transcrita e apresentada pelo referido investigador n. 55:

reais) o que equivale a Rs. 150\$000 mensais. Ainda como um meio de facilitar-lhe a locomoção, fornece a Empresa diariamente a cada um deles 25 passos de bondes 100 réis. [escrito à mão: Tire-se cópia e archive-se nos prontuários dos investigadores n. 140, 115, 128, 131, 133, 136, 137 e 139. Em 20 mar. 937]". Pernambuco Tramways e Power Company, LTD. N. 498-PT. Ao Delegado da Ordem Política e Social. José Arthur Leite. Recife, 13 de Março de 1937 APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563. **Um outro:** "Em atenção ao ofício de V.S datado de 10 do corrente, temos o prazer de informar que cada um dos investigadores especiais dessa Delegacia a serviço nesta Empresa percebe diariamente a gratificação de Rs. 5\$000 (cinco mil réis) o que equivale a Rs. 150\$000 mensais. Ainda como um meio de facilitar-lhe a locomoção, fornece a Empresa diariamente a cada um deles 25 passos de bondes 100 réis. [escrito à mão: Tire-se cópia e archive-se nos prontuários dos investigadores n. 140, 115, 128, 131, 133, 136, 137 e 139. Em 20 mar. 937]". Pernambuco Tramways e Power Company, LTD. N. 498-PT. Ao Delegado da Ordem Política e Social. José Arthur Leite. Recife, 13 de Março de 1937 APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563. **E:** "Em atenção ao ofício de V.S datado de 10 do corrente, temos o prazer de informar que cada um dos investigadores especiais dessa Delegacia a serviço nesta Empresa percebe diariamente a gratificação de Rs. 5\$000 (cinco mil réis) o que equivale a Rs. 150\$000 mensais. Ainda como um meio de facilitar-lhe a locomoção, fornece a Empresa diariamente a cada um deles 25 passos de bondes 100 réis. [escrito à mão: Tire-se cópia e archive-se nos prontuários dos investigadores n. 140, 115, 128, 131, 133, 136, 137 e 139. Em 20 mar. 937]". Pernambuco Tramways e Power Company, LTD. N. 498-PT. Ao Delegado da Ordem Política e Social. José Arthur Leite. Recife, 13 de Março de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563.

‘Ilmo. Sr. Chefe de investigações. Parte. Levo ao conhecimento de v. s. que fiz serviço no 3º distrito, na Avenida Norte, nas proximidades da Fábrica Apipucos, em companhia dos investigadores ns. 180 e 190, apreendemos a bandeira de propaganda comunista e 25 boletins destinados ao mesmo fim, aproximadamente às 22 horas, os quais passo as mãos de v. s. para os devidos fins⁵²⁵.

A Fábrica de Apipucos, do grupo Cotonifício Othon Bezerra, como analisado no mestrado (RICARDO, 2009), utilizou-se desse serviço ao longo da década de 1940, ou seja, a colaboração entre empresários e a polícia prosseguiu até o período denominado como “redemocratização” e se avolumou no bonapartismo seguinte. A ordem era para que se aplicasse força ostensiva, de ação enérgica contra os trabalhadores.

Além do controle da DOPS sobre os salários, cujos dados eram arquivados no respectivo prontuário, ao Delegado competia exonerar o investigador quando solicitado pela empresa, ou quando este não cumpria as formalidades exigidas, como por exemplo, comparecer ao término de cada jornada, à Central de Polícia, o que não era exigido para todos. Os *invisíveis* dispensados de tal comparecimento eram monitorados pela DOPS que acompanhava seus serviços, e o grau de satisfação dos empresários, através de outro agente que fazia uma espécie de “sindicância” e, a qualquer reclamação, desentendimento ou “ineficiência” no desempenho das funções de vigilância e repressão, eram advertidos ou dispensados. A solicitação de dispensa dos invisíveis investigados, alocados na indústria, era feita pelo “supervisor” – também agente da DOPS que os fiscalizava e recolhia informações do gerente da fábrica sobre seu desempenho e as repassava ao Delegado que procedia à exoneração e substituição por outros.

Portanto, a alocação de funcionários do Estado, no caso, agentes policiais, para trabalhar em empresas privadas não se dava por iniciativa do próprio policial em busca de uma complementação de salário, mas sim em decorrência de uma parceria formalizada entre Estado e iniciativa privada, na qual um órgão público, no caso o DOPS praticamente cumpria as funções de

⁵²⁵ 1ª Delegacia Auxiliar. 2ª Seção. N. 1780/AG. Investigador n. 55. Absalão Ferreira. Ao Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social. Recife, 4 de março de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563.

um Departamento de Pessoal para esta última. Tal se verifica, por exemplo, no relatório do investigador Luiz de França, de n. 121, que relata sua “supervisão” ao trabalho de invisíveis em várias fábricas e indústrias de Pernambuco. Segundo ele,

“segundo informações verbal do Sr. Jack Romanguera, secretário de Pernambuco Tramways, (o adido de n. 69, não cumpr(ia) com seu dever, estando o serviço da referida Fábrica completamente abanado indo o mesmo uma vez por outra sendo que às vezes apenas telefona, faltando sempre o serviço pela manhã. Depois dirigi-me ao escritório da firma Menezes & Irmãos, onde são destacados os investigadores número 138 e 134. Nas Fábricas de Tacarúna e Camaragibe. Tendo informação do Snr. José Clollier, um dos diretores da firma acima, que os ditos investigadores vêm cumprindo com o seu dever, entretanto o de n. 138, destacado na Tacarúna, não tem a necessária atividade e devida energia para os operários” .⁵²⁶

Em decorrência desse “mal desempenho”, pede a demissão dos aludidos agentes, entre outros constantes de seu relatório, os “agentes n. 140, 128, 133, 137 e 123, por não satisfazerem as exigências requeridas para o desempenho das funções” e já indica outros para assumir seus lugares.⁵²⁷ Essa troca de agentes se deu em substituição de seus números fixos. Por exemplo, o investigador de n. 223, Joaquim Ferreira da Silva, foi substituído pelo agente Antônio Leal Mendes em 1944.⁵²⁸

Tal controle sobre serviço dos agentes policiais dentro das fábricas subordinava a ação policial estatal à iniciativa privada, configurando a sobreposição dos interesses do capital ao do próprio governo, de forma que as perseguições e punições aos trabalhadores ocorriam desde o interior das fábricas, colocando todo trabalhador sob suspeita, por princípio. Ou seja, praticamente se criminaliza a função trabalho e para o controle de tais sujeitos,

⁵²⁶ Ofícios. PARTE. SSP. Investigador n. 121 Luiz de França. 22 de janeiro de 1937. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.563.

⁵²⁷ “Proponho à V. Excia., que sejam demitidos, por conveniência do serviço, os investigadores especiais ns. 140, 128, 133, 137 e 123, bem como o investigador adido 69, dos quais Outrossim proponho a V. Excia. que sejam nomeados investigadores especiais os srs. Rafael Cavalcanti Aquino, Luiz Sinfrônio de Carvalho, Manoel Alves da Silva e Rafael Sennier de Araújo, nas vagas verificadas com as demissões dos quatros primeiros”. Ofício n. 1.188. Superintendência do Serviço de Repressão ao Comunismo. Major Nelson Leobaldo de Moraes. Ao Sr. Cel. Secretário de Segurança Pública. Recife, 23 nov.1937, p. 630. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.584.

⁵²⁸ No documento consta que o investigador deveria ser remunerado com verba própria da indústria. Fábrica Camaragibe (1933-1958). Companhia Industrial Pernambucana. Delegacia de Ordem Política e Social, delegado Fábio Corrêa. 27 out. 1944. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 7867.

colocou-se a DOPS a serviço das empresas privadas. Além disso, não se controlava só a fábrica, mas também o próprio agente secreto, exercendo, em seu horário de trabalho como policial, a função de garantir a segurança das indústrias que pagavam uma complementação pelo serviço da polícia política.

Adentrando as funções dos agentes, e localizando as formas de repressão praticadas em cada período, serão expostos alguns relatórios produzidos por eles, relativos à sua rotina dentro das indústrias.

Os agentes secretos na indústria de Camaragibe

A questão trabalhista em Pernambuco tornou-se caso de polícia secreta a partir de 1933. O modelo implantado nesse período “disciplinava o mundo do trabalho” sem expor o formato repressor e violento do Estado: escondendo e escamoteando, amparado nas leis e por meio de uma cristianização visando que pregava a gratidão e a lealdade como moeda de troca pelas benfeitorias trabalhistas (CRUSOÉ, 2014, p. 62). A exacerbação desse controle e tolhimento das liberdades individuais e coletivas se deu no pós 1937 (SILVA. M, 1996a, p. 11).

O Conselho Nacional do Trabalho, criado em 1923 pelo Decreto nº. 16.027, foi fortalecido pelo Decreto 24.784, de 14 jul. 1934, como “organização técnica consultiva e julgadora das questões que interessam à economia, ao trabalho e à previdência social”. Tornou-se órgão de cúpula da Justiça do Trabalho, através do Decreto nº 1.237 de 1939, até elevar-se a Tribunal Superior do Trabalho pelo Decreto-Lei nº 9797 de 9 setembro de 1946⁵²⁹. Ou seja, através da jurisprudência camuflava-se os problemas econômicos e controlava-se a reação dos trabalhadores àquela situação que corroía seus salários.

Foram proibidas as manifestações ou atos de solidariedade ou protesto, que provocassem a cessação coletiva do trabalho ou diminuição sensível e injustificada do ritmo das atividades de primeira necessidade ligadas ao serviço

⁵²⁹ A HISTÓRIA da justiça do trabalho no Brasil: multiplicidade de olhares. – Coordenação geral: Comissão de Documentação do TST. Livro comemorativo dos 70 anos de instalação da Justiça do Trabalho no Brasil. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, Comissão de Documentação, 2011. p, 59.

de: água, energia, fontes de energia, iluminação, gás, esgotos, comunicações, transportes, carga e descarga; comércio, distribuição ou venda de utilidade ou gêneros essenciais à vida: nos matadouros; na lavoura e na pecuária; ou de atendimento utilitário como: colégios, escolas, bancos, farmácias, drogarias, hospitais e serviços funerários, nas indústrias básicas ou essenciais, incluindo a defesa nacional⁵³⁰.

Como se já não tivessem sido todas as categorias sociais envolvidas no Decreto Lei 9.070, de 15 de março de 1946, foi dado ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio o poder de incorporar quaisquer outras atividades, entre as fundamentais a merecerem controle. Nesse sentido, todas as representações, reclamações, greves e dissídios deveriam passar pela aprovação do Departamento Nacional do Trabalho ou das Delegacias Regionais, indicando os seus motivos e as finalidades pleiteadas⁵³¹, criminalizando assim as organizações trabalhistas, pois, conforme prescrito no art. 15º: I - caberá prisão preventiva; II - não haverá fiança, nem suspensão da execução da pena; III - os recursos não terão efeito suspensivo,⁵³² os policiais ainda passaram a assistir e a “vigiar” os dissídios trabalhistas.

A tão propalada “livre” organização e associação ficou, assim, condicionada às recentes leis. Mas em Pernambuco, o retrocesso foi ainda maior, pois tais leis somaram forças repressoras com as promulgadas em anos anteriores, como o Decreto-Lei n. 869, de 18 nov. 1938, que considerava atentado à ordem e à segurança o abandono, por parte dos camponeses, de lavouras, plantações, fábricas, usinas, ou quaisquer estabelecimentos de produção, ou meios de transporte (...). Nesse sentido, ao invés de mediar os conflitos trabalhistas, buscou-se anular o movimento operário e camponês através da incorporação e neutralização dos sindicatos; as greves continuaram

⁵³⁰ Decreto Lei 9.070, de 15 de março de 1946, Art. 3º.

⁵³¹ Não adentraremos nesse assunto em específico, mas é possível aprofundar sobre o assunto nos documentos do antigo Departamento Nacional do Trabalho nas diversas regiões do Brasil, e que em alguns se encontram, inclusive, organizados. Há também documentos sobre estas conciliações nos prontuários e arquivos do DOPS.

⁵³² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9070-15-marco-1946-416878-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

a ser violentamente reprimidas,⁵³³ e buscou-se domesticar os operários⁵³⁴. Como destaca Bak (2001),

por certo prisma, pode-se enxergar a instituição da Justiça do Trabalho como um elemento que se complementava com outros tais como a criação e organização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e a elaboração de um conjunto de normas no campo trabalhista, previdenciário e sindical, na complexa engrenagem de regulação das relações de trabalho que se montava a partir dos anos 30, tendo seu coroamento com a sistematização de toda a legislação trabalhista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 01 de maio de 1943.⁵³⁵

Na mesma proporção em que os direitos eram legislados, burocratizava-se o acesso à justiça, pois só poderiam ser alcançados através de processos trabalhistas na Junta de Conciliação e Julgamento, os quais, por circunstâncias adversas poderiam ser arquivados sem julgamento⁵³⁶. E, quando processados ou deliberados direitos trabalhistas por Tribunal Regional da Justiça do Trabalho, como, por exemplo, aumento salarial, antes de sua promulgação ou tramitação a instâncias superiores, agentes da polícia política comunicavam o resultado ao Ministério do Trabalho⁵³⁷.

Assim, verifica-se um *continuum* relativamente as premissas repressivas anteriores à década de 1940. Tanto é assim que a primeira informação registrada sobre o conjunto de operários existentes em uma fábrica ocorreu em 1933, e foi fornecida pela Indústria de Camaragibe para a “Seção de Ordem Política e Social”. Trata-se de uma lista com nomes, idade, gênero, estado civil, nacionalidade, naturalidade, ocupação, grau de instrução e data de admissão,

⁵³³ A HISTÓRIA da justiça do trabalho no Brasil: multiplicidade de olhares. 2011, p. 34. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/35199/2011_historia_jt_brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jan. 2017.

⁵³⁴ Para mais detalhes ver: GOMES, Ângela Castro. “Ideologia e Trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 1999 *apud* A HISTÓRIA da justiça do trabalho no Brasil:, 2011, p. 59.

⁵³⁵ BAK, Joan, 2001 *apud* A HISTÓRIA da justiça do trabalho no Brasil:, 2011. p, 36

⁵³⁶ “Na falta de defesa, vinte tecelões foram prejudicados por causa do arquivamento de dois processos, segundo denúncia no Jornal Folha do Povo”. Recorte de Jornal Folha do Povo. 26/03/1958. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.604. Justiça do Trabalho (1941-1969).

⁵³⁷ Justiça do Trabalho (1941-1969). Relatório do Investigador 62. “Levo ao vosso conhecimento, que designado por V.S. para observar a reunião do “Tribunal Regional da Justiça do Trabalho”, para julgamento do dissídio dos têxteis de Goiana, para aumento de salário, saliento-nos o seguinte: O mesmo reuniu-se às duas (2) horas e encerrou-se às três e meia (3½) horas, dando ganho de causa aos têxteis da cidade de Goiana, na percentagem de 25% no salário, a partir de 30 de agosto de 1952. A citada reunião decorreu na maior ordem possível, notando-se a ausência dos associados do Sindicato Têxteis daquele município”. (11-11-1952). APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.604.

de cada um dos operários da empresa⁵³⁸. O pedido foi respaldado no Decreto n. 20.291, de 12 agosto de 1931 que se referia à obrigatoriedade de que os postos de trabalho das indústrias de qualquer ramo de serviço, fossem ocupados por, pelo menos, dois terços de brasileiros natos⁵³⁹.

A partir dessa lei, foi iniciada essa “cooperação” um tanto peculiar entre o mundo empresarial e o sistema repressivo que foi sendo aprofundada ao longo de todo o período, conforme já demonstramos e que se mantém depois do bonapartismo getulista.

Os agentes infiltrados, servidores públicos, remunerados pelos industriais, recebiam duplamente para exercer a mesma função e no mesmo período de trabalho: vigiar, delatar e reprimir. O único acréscimo, se assim se pode dizer, era que, infiltrados nas fábricas, além de identificar operários opositores ou críticos à ordem política ou inseridos em movimentos reivindicatórios, também identificavam os “sabotadores” da produção, ou seja, cumpriam a função de um supervisor de chão de fábrica.

A partir de tal vigilância, abriram-se inquéritos policiais nas DOPSS. A repressão desencadeada ao trabalhador pode ser dimensionada em dois aspectos: primeiro como operários, porque perderam seus empregos, ficaram sem suas moradias, salários e meios de sobrevivência, e segundo, como indivíduos, fichados nas delegacias eram chamados a depor periodicamente, com seus nomes em “listas negras”, e dificilmente conseguiam novos empregos. Aliás, as listas negras – relação operários, servidores públicos ou funcionários de autarquias ou similares, existiu para todas as categorias, inclusive militares.

As evidências do uso privado da coisa pública denotam tamanha inversão de papéis que só uma sofisticada e violenta autocracia é capaz de sustentar e encontrar justificativas nos abusos de poder cometidos pelos governantes, industriais e proprietários de grandes extensões de terras, na região analisada. Pois os agentes “invisíveis” atuaram no interior das indústrias

⁵³⁸ Fábrica Camaragibe (1933-1958). Companhia Industrial Pernambucana. Fábricas em Camaragibe. Ao Secretário de Segurança Pública em Recife. 11/01/1933. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 7867.

⁵³⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20291-12-agosto-1931-514687-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 out. 2015.

durante todo o período pesquisado sobre as ações das Delegacias de Ordem Política e Social e enquanto permaneceram as leis repressivas.

As evidências são muitas e se repetem em todos os sentidos. Isso posto, optamos por analisar as perseguições policiais em uma indústria têxtil, a de Camaragibe, tanto pelo número de ocorrências registradas, quanto por expressar o padrão encontrado nos outros casos. Alguns estudos bem recentes sobre a extensão repressiva e a colaboração entre empresários e a última ditadura brasileira têm encontrado a documentação relativa ao tema nos arquivos privados das empresas. Para o período em estudo, tais evidências também aparecem e é possível que muitos dos documentos comprobatórios - memorandos, sindicâncias ou ocorrências escritas pelos agentes invisíveis possam estar nos acervos das próprias indústrias e apenas os casos que se desdobraram em inquéritos policiais tenham sido reportados à DOPS.

A constante troca de agentes ou mesmo as trocas de funções tinham como objetivo melhorar o nível de repressão dos agentes. Os que recebiam melhores tratamentos e também agiam conforme o determinado eram os estudantes de Direito que, com afinco, almejavam o cargo de delegado ou mesmo de Secretário de Segurança.

Em pleno período de campanha política do ano de 1946, dois agentes invisíveis de números 102 e 213 estavam vigiando, nas redondezas da indústria de Camaragibe, uma célula comunista intitulada “Felipe Camarão”. Enquanto os oradores Carlos Cavalcante e Gregório Bezerra faziam seus comícios, o agente da DOPS foi registrando tudo o que se passava.⁵⁴⁰ Apesar do PCB estar legal, todos os integrantes desse partido, assim como seus deputados e vereadores, ou suspeitos de a ele pertencerem, alocados em diferentes legendas partidárias, foram vigiados. Foi justamente durante essa fase de “legalidade” que os agentes secretos mapearam o maior número de indivíduos suspeitos em todas as esferas sociais. Até mesmo simpatizantes do

⁵⁴⁰ “Disse que na constituinte a sua maior preocupação foi defender o voto para os analfabetos, o que não conseguiu em vista da maioria de reacionários. Mas, garantiu que o Partido Comunista continuará lutando pelas reivindicações operárias. Finalmente fez um apelo para que o povo contribua para a campanha pró-imprensa popular”. Fábrica Camaragibe (1933-1958). Companhia Industrial Pernambucana. Fábricas em Camaragibe. COMÍCIO. CAMARAGIBE, Investigadores 102, 213. S/ destinatário. 07 out. 1946. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº Fundo SSP, nº 7867.

partido foram identificados e posteriormente perseguidos sob a batuta do anticomunismo, capitaneada pelo Serviço Secreto de Investigações Policiais (SSIP⁵⁴¹) que, conforme já analisado, foi criado em 1946.

Após as eleições para deputados, vereadores e do Presidente, poderíamos supor que foram acionadas as principais medidas para uma “redemocratização”, sinalizada pela escolha de representantes. Mas o que se processou foi uma forma contínua de perseguição, vigilância e franca repressão aos trabalhadores, fossem elas por questões ideológicas ou não. Dessa forma, a tal protelada redemocratização se transformou em contínua perseguição a um grupo, conformando desta maneira o uso do poder para manter-se no poder, mesmo em período de “abertura política” e cuja historiografia já foi apontada. Tal perseguição ao PCB se deu de forma velada e foi seguida por muitas arbitrariedades, pois, embora as informações sejam parcas, permitem colocar em dúvida se integravam mesmo as fileiras do citado partido, como as sindicâncias que envolveram, por exemplo, os operários da Indústria de Camaragibe: Cristiano⁵⁴², Deoclecio⁵⁴³, José Ferreira⁵⁴⁴ e o trabalhador liberal Valentin (barbeiro⁵⁴⁵). Levados do comício a que assistiam para a DOPS, pelo investigador n. 84, José da Silva Rocha que estava nas mediações da indústria de Camaragibe, sob a acusação de integrarem o partido e tentarem sublevar os operários,⁵⁴⁶ ficaram incomunicáveis por, pelo

⁵⁴¹ A estrutura desse serviço foi tratada no tema: A reafirmação da repressão a partir de 1946: O SSIP e a Delegacia de Ordem Econômica e Social.

⁵⁴² No caso de Cristiano Barboza (ou Augusto) da Silva era casado, filho de Augusto Pedro da Silva e Beatriz Pereira de Lima, natural de Limoeiro, 31 anos, era engomador há 11 anos na indústria de Camaragibe, morava na rua Muniz Machado, 532. Cristiano Barboza da Silva (ou Cristiano Augusto da Silva), inscrito na DOPS sob o número 6092, Prontuário Funcional nº 12.501.

⁵⁴³ “Dioclecio Luiz de Andrade, viúvo, natural de Limoeiro, filho de João Luís de Andrade e Josefa Maria da Conceição, tinha 38 anos, trabalhava como servente de rolo para tecelagem na mesma indústria, também foi procurado no dia 31 de março do mesmo ano, e a informação que colhemos de seu prontuário é que foi fichado no dia 19 de março de 1948. Não localizamos mais informações a respeito”. APEJE. Prontuário Individual Dioclecio Luís de Andrade nº 12.503 (6094).

⁵⁴⁴ Era natural de Alagoas, casado, filho de Lourenço Ferreira da Silva e Sebastiana Maria da Conceição, pedreiro, alfabetizado, 37 anos. Foi preso e levado à delegacia no mesmo dia em que os demais, oficialmente 19 de março de 1948.

⁵⁴⁵ Cristiano Barboza da Silva (ou Cristiano Augusto da Silva), inscrito na DOPS sob o Prontuário Individual nº 12.501 (6092), Dioclecio Luiz de Andrade, Prontuário individual nº 12.503 (6094), José Ferreira da Silva, Prontuário Individual nº 12.507 (6098), e o trabalhador liberal, Valentin da Costa Figuerôa. Prontuário Individual nº 12.508 (6099).

⁵⁴⁶ “Comunico a V.S. para os devidos fins, que no dia 17 do corrente, aproximadamente às 17 horas, em frente à fabrica de tecidos Camaragibe, por ocasião em que operários aguardavam a

menos 11 dias, após o que nada se encontra sobre eles. Tal informação advém da busca do gerente da Companhia Industrial Pernambucana, o qual, ante o desaparecimento dos operários dirigiu-se à Delegacia de Polícia, recebendo do Delegado José de Mélo⁵⁴⁷ a resposta de que sequer sabiam de suas existências. No caso de Cristiano, seu nome não mais aparece na lista de pessoas vigiadas pela polícia na indústria de Camaragibe⁵⁴⁸. José Ferreira da Silva era velho conhecido da polícia, já havia passado por corpo delito acusando-os de escoriações, ou seja, fora espancado com instrumentos contundentes que provocaram lesões físicas.⁵⁴⁹ Tal processo fora movido enquanto suas sequelas ainda estavam em vias de cicatrização e se localizavam nas regiões supra escapulares, nuca e deltoidiana direta, produzidas “em local e motivo desconhecidos”. Diferente do que alegou o delegado ao gerente da Indústria de Camaragibe, no prontuário de Valentim da Costa Figueirôa constam relatos de que todos os envolvidos foram presos⁵⁵⁰ dois dias após o comício⁵⁵¹.

entrada para o trabalho, e quando outros saíam: verificou-se um comício relâmpago, onde falaram três indivíduos vindo do Recife.

“O fim do aludido comício era concitar os operários a não se submeterem ao desconto do imposto sindical, alegando que o mesmo era inconstitucional. Os três indivíduos promotores do comício não foram identificados. No local e em torno, onde se verificou o comício, encontravam-se os seguintes comunistas locais: Antônio Felix Pimentel, Cristiano Barboza da Silva, Dioclecio Luiz de Andrade, José Ferreira da Silva, e Valentim da Costa Figueirôa. Pelo exposto, tudo indica que os elementos locais tinham conhecimento de que se realizaria o aludido comício, e que o objetivo do mesmo era sublevar os operários”. Fábrica Camaragibe (1933-1958). Companhia Industrial Pernambucana. Fábricas em Camaragibe. PARTE, Investigador, n. 84, José da Silva Rocha. Ao Delegado de Ordem Econômica. 17 mar. 1948. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/ Prontuário Funcional nº 7867.

⁵⁴⁷ “Informo que deste Arquivo não consta que DEOCLECIO LUIZ DE ANDRADE, CRISTIANO AUGUSTO DA SILVA E NEWTON FERREIRA DA SILVA, estejam presos à disposição desta delegacia, bem como não consta que o último esteja sendo procurado por esta especializada”. Informação n. 5.148. Recife, 31 de março de 1948. APEJE. Prontuário Individual Dioclecio Luís de Andrade nº 12.503 (6094).

⁵⁴⁸ Delegacia de Ordem Econômica. Informação 5.148. Chefe de Arquivo. Recife, 31/03/1948. APEJE/ Prontuário Individual Cristiano Barboza da Silva nº 12.501 (6092).

⁵⁴⁹ APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Individual: José Ferreira da Silva nº 12.507 (6098).

⁵⁵⁰ “17 mar. 1948 – Foi preso em companhia de outros elementos em frente à Fábrica de Camaragibe, quando promoviam um comício relâmpago de propaganda comunista, com o fim de agitar os operários daquela Fábrica. 19 mar. 1948 – Foi identificado com o ofício n. 209, preventivamente. 20 mar. 1948 – Foi ouvido em termo de declarações, havendo confessado que havia votado na chapa do Partido Comunista”. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário individual Valentim da Costa Figueirôa nº 12.508 (6099).

⁵⁵¹ O prontuário de Valentim, apesar de constar poucos documentos, abrange uma periodicidade que vai de 1948 a 1972. Idem.

Possivelmente o agente policial utilizou demasiada violência e por esta razão, em 1948, o delegado José Mello escreveu um novo ofício para a indústria indicando dois novos investigadores para o serviço nas redondezas da Fábrica⁵⁵² por se tratar de ano de eleições.

De todos os “indiciados” do ano de 1946, apenas o barbeiro Valentin reapareceu nos prontuários referentes à região de Camaragibe, isso porque foi acusado de desacato à autoridade e resistência ao desmanche das instalações do *Jornal Folha do Povo* e, por causa disso, ficou preso por três anos. Após esse período, em 1954, possivelmente há alguns meses de sua liberdade, o pedido de registro e funcionamento do PCB à Câmara dos Deputados foi redigido por três militantes - Adalgisa Cavalcanti, Julia Santiago e Paulo Cavalcanti, em reunião na residência da primeira, na Aldeia de Baixo, 167, em Camaragibe⁵⁵³. Nessa reunião, eles trataram das campanhas eleitorais e da volta da legalidade do PCB. E conseqüentemente todos passaram a ser vigiados.

Essa vigilância adentrou o ano de 1952. Entre os fatos ocorridos ainda na Indústria de Camaragibe destaca-se a reclamação dos operários porque não concordavam com a compensação de uma hora a mais para folgar durante as festas carnavalescas, “então pararam as máquinas, e aos gritos, deixaram o trabalho querendo sair da Fábrica à força, sendo preciso para acalmar a situação ser chamada a RÁDIO PATRULHA”. O investigador relatou que o

⁵⁵² “Tendo o Exmo. Sr. Dr. Secretário da Segurança, recomendado a maior vigilância em torno dos estabelecimentos fabris, a-fim-de melhor resguardá-los de possíveis atentados e de conseqüente subversão à ordem pública, e como nesse parque industrial, apenas existe um único investigador, insuficiente, pois, para um serviço de tanta responsabilidade, apresento com este, a V. S., os investigadores JOSÉ MEDEIROS e PEDRO CUNHA, que passarão a servir nesse estabelecimento, sem ônus para os cofres públicos, até ulterior deliberação. Estimaria fosse esta Delegacia científica, sempre que os referidos funcionários deixarem de corresponder à expectativa do serviço ou transigirem no cumprimento dos seus deveres”. Fábrica Camaragibe (1933-1958). Companhia Industrial Pernambucana. Fábricas em Camaragibe. Ofício, 378. Delegacia de Ordem Econômica. Delegado José Mello. Ao gerente da Companhia Industrial Pernambucana. 05 maio. 1948. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/ Prontuário Funcional nº 7867.

⁵⁵³ “Solicitamos de V. Excia. transmitir ao plenário da Câmara de deputados a nossa repulsa ao art. 32, de projeto de Lei Eleitoral de Emergência, que impede o registro dos candidatos patriotas ao pleito de outubro vindouro pt. Outrossim, pedimos o seu apoio, bem como o de todos o plenário, para o projeto do deputado Coutinho Cavalcanti, que regulamenta o registro e funcionamento do Partido Comunista do Brasil cuja existência jurídica é reclamada por milhões de brasileiros pt”. Camaragibe, 18 jul. 1954. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário individual Valentin da Costa Figuerôa nº 12.508 (6099).

delegado de plantão foi atender a “ocorrência” e “não efetuou nenhuma prisão”. Neste trecho a mensagem do investigador denota indignação, e concluiu que ia “ficar atento”, para descobrir se a atividade partiu de “comunistas ou não”.⁵⁵⁴ Ou seja, os integrantes e simpatizantes do PCB eram observados a miúdo, como se todas as reivindicações partissem deles.

Em julho de 1956, o investigador n. 234, Henrique Pereira da Silva Filho informou sobre uma assembleia que ocorreu no prédio do sindicato em Camaragibe. Durante a reunião, em meio aos 600 operários que compareceram, o investigador diz que não identificou nenhum comunista, mas que, “as palavras e atos dos representantes denotavam desejo de violência, ameaças de greve foram feitas sob estridentes aplausos. Por fim chegou-se a um quase acordo dando um prazo de 8 dias para a direção da fábrica atender as reivindicações dos operários”.⁵⁵⁵

A documentação da DOPS, como observado, é muito extensa e, a partir dela, o pesquisador pode adentrar a inúmeras outras temáticas, mas, se nesse período anterior a 1964, encontramos tamanha complexidade, os documentos posteriores são ainda mais emblemáticos e polêmicos, pois mostram como se processou a institucionalização da violência. Durante a toda existência das Delegacias de Ordem Política e Social foram cometidos abusos da legalidade, desrespeitos aos direitos humanos, prejuízos moral e financeiro a inúmeras pessoas acusadas de pertencerem ao PCB ou simpatizantes, incluindo qualquer um que fosse considerado opositor aos governos, se eleitos ou não. Buscou-se eliminar, com a aplicação de inúmeras formas de violência, qualquer um que se opusesse aos desígnios do poder ditatorial ou autocrático.

⁵⁵⁴ Fábrica Camaragibe (1933-1958). PARTE. Comissário da Delegacia Auxiliar. Investigador adido, n. 321, Joaquim Ferreira da Silva. 19/02/1952. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 7867.

⁵⁵⁵ Sindicato Profissional Cooperação Operária de Camaragibe, Investigador, n. 234, Henrique Pereira da Silva Filho. Comissário do Setor Político. 17 jul. 1956. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 475 (0304).

Da casa grande às indústrias têxteis: o controle do trabalho, isolamento e precariedade

A repressão à sociedade civil, aos trabalhadores em particular e ao PCB em específico, contou com um outro interlocutor, este de cunho internacional com capacidade de adentrar os lares, os mais distantes rincões daquele agreste e contribuir para a formação de uma opinião pública favorável a tais desumanidades: a Igreja católica através de seus inúmeros agentes, padres, freiras e leigos(as) e até mesmo o Vaticano e, mais uma vez, encontramos na Indústria de Camaragibe o melhor exemplo para falar da contribuição da Igreja católica para com o sistema repressivo naquela região e, para tanto, vamos voltar um pouco no tempo.

A Companhia Industrial Pernambucana (CIPER)⁵⁵⁶ foi fundada em 1891⁵⁵⁷, tendo como sócios fundadores Adolfo Pereira Cunha, proprietário da *Usina João Alfredo*, do município de Goiana, mata norte⁵⁵⁸ e Antônio Muniz Machado. Durante o século XIX, foi um engenho que explorava a cana de açúcar em suas grandes extensões de terras, com os incentivos governamentais importou maquinário da Europa e passou a cultivar algodão. Esta indústria faz parte das muitas do Nordeste que trocaram seu antigo sistema de engenhos, de cana de açúcar, por indústrias têxteis. A justificativa mais recorrente foi a “abundância de matéria-prima (algodão), e a facilidade de recrutamento de força de trabalho (RIBEIRO, 1988, p. 27 *apud* AGUIAR, 2012), que não necessariamente precisava ser especializada e a presença de um crescente mercado consumidor.

Segundo Aguiar e Lima (2012), a indústria de Camaragibe tentou por todos os meios atrair europeus com ofertas de trabalho; por não conseguirem, resolveram contratar famílias com filhos, filhas e jovens das áreas rurais das regiões circunvizinhas. Essa estratégia foi realizada por pessoas que eram

⁵⁵⁶ Camaragibe remonta ao período da colonização em Pernambuco, à época das primeiras distribuições de terras atribuída a Duarte Coelho, 1º Donatário da capitania, em carta dirigida ao Rei de Portugal, D. João III, datada de Olinda, 24 de novembro de 1550. Em 1549, se tornou um engenho, era um dos mais prósperos da região até a invasão holandesa em 1645. Em 1891, a propriedade foi vendida à Cia. Industrial Pernambucana – CIPE. Tudo indica que foi a primeira vila operária construída na América Latina. Disponível em: <http://www.upenet.com.br/concluido/2008/Camaragibe_08/arquivos/HISTORIA%20DE%20CAMARAGIBE.pdf>. Acesso em 13 out. 2015.

⁵⁵⁷ A indústria foi fechada em 2001. AGUIAR, 2012.

⁵⁵⁸ Esta região até 1982 fazia parte da região de São Lourenço da Mata.

pagas para “encontrar” e selecionar novos operários, que se encaixassem nos parâmetros desejáveis, “no caso das mulheres e meninas, tinham que ser de famílias legítimas, moralizadas e honestas”, o que nos permite desde sua constituição compreender o caráter da profilaxia moral aplicada com relação ao gênero feminino, em detrimento os meninos contratados (AGUIAR, 2012).

Segundo Lopes (2014), a vinda de famílias das áreas rurais para transformar seus membros em trabalhadores da fábrica, tendo por modelo geral o recrutamento de famílias camponesas por parte de agentes especializados, pagos por produção; a presença patronal na encenação de um ritual de entrada numa instituição a ser vista como fato social total; o trabalho para todos os membros da família, que compõem, a partir de um somatório de baixos salários, um salário da família; a existência de benefícios extra monetários como a concessão de pedaços de terra para a plantação de alimentos dirigida a pais de família mais velhos para o trabalho fabril; a organização de uma feira com preços controlados para baixo, advindos da produção camponesa nas vastas terras da companhia; a promoção de folguedos tradicionais e do futebol através de subvenções a clubes; o reconhecimento de um governo local de fato, com monopólio do mercado de trabalho e das casas, assim como o monopólio da violência física e simbólica da companhia (LOPES, 2014, p. 240).

Com promessas de salários, moradia e assistência médica, escolar, eram instalados na Vila Operária, que ficava a cerca de treze metros da fábrica. A vila tinha 147 residências, atendia em média 1500 operários e familiares (CHERMONT, 1909. p. 578-579 *apud* AGUIAR, 2012). Tudo indica que foi projetada, arborizada, saneada e embelezada⁵⁵⁹.

Nas duas últimas décadas do século XIX, até os anos quarenta do século XX (VIANNA (2004, p. 6), surgiram vilas operárias e núcleos fabris nas regiões rurais em Pernambuco. No caso da indústria de Camaragibe, localizada num antigo engenho, herdeiro da casa grande e senzala, foram construídas novas e “modernas” instalações com o objetivo de

⁵⁵⁹ Estatutos da Companhia Industrial Pernambucana, 1891, p. 4. Acervo Fundação Joaquim Nabuco: Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Produção Intelectual, Pasta 13. Grifos dos autores *apud* AGUIAR, 2012, p. 165.

“arregimentação, fixação e controle do trabalhador, cuja organização estava pautada pela ordem e produtividade” (SOUZA, P., 2013, p. 53).

As vilas operárias foram construídas por diferentes tipos de edificações, nelas encontramos: escolas, igrejas, clubes recreativos, postos médicos, armazéns, mercados e lojas alinhados com objetivo de exercer maior controle sobre o cotidiano dos operários⁵⁶⁰.

Tal controle inibidor se pautava principalmente na propriedade, uma vez que as terras pertenciam à fábrica; no monopólio dos bens e serviços fornecidos; e é claro, na figura de um disciplinador violento e severo nomeado para esta função.⁵⁶¹

A precariedade das condições funcionais foi uma característica do setor têxtil, o “trabalho noturno se dava de maneira indiscriminada, independente de sexo e da idade”. O repouso semanal em média se dava no domingo. A moradia, água, luz e alimentos eram cobrados em porcentagens dos salários dos operários que residissem nas vilas operárias.⁵⁶²

Entre os anos de 1891 a 1908, o controle do trabalho se fundamentou através de um “projeto de natureza disciplinar religiosa”, implantado pelo gerente da indústria de Camaragibe, Carlos Alberto de Menezes (1855-1904)⁵⁶³. Como destaca Loureiro (2006, p. 44), “as condições precárias de

⁵⁶⁰ “Na fase inicial da implantação da indústria no Brasil (aproximadamente entre 1811 a 1880), os engenhos de açúcar, as fábricas de ferro, as minas e as indústrias têxteis construíam casas para seus operários livres ou escravos, isso caracterizando o nível mais sofisticado de posse e propriedade, como foram os casos das senzalas construídas nos engenhos de açúcar do Nordeste. No entanto, foi só em um segundo momento, entre os anos de 1880 e 1930, que os conjuntos de moradias erguidos por empresas para seus operários tiveram uma maior difusão no país, em diferentes estados e regiões” (SOUZA, 2013, p. 74).

⁵⁶¹ Relatório de Avaliação para Tombamento do Conjunto da Fábrica de Tecidos e Vila Operária de Marzagão, em Sabará (IEPHA/MG), de 20 de agosto de 2001 *apud* SOUZA, 2013, p. 111.

⁵⁶² “As condições de trabalho *per se* no interior de uma fábrica têxtil eram desumanas. Não havia praticamente ventilação, o que tornava o trabalho na fiação um verdadeiro martírio, em razão do desprendimento de poeira e partículas da matéria prima. Os problemas respiratórios e as irritações na pele eram comuns. Além disso, a iluminação das fábricas era muito irregular, ocasionando dores de cabeça e cansaço ocular entre os trabalhadores. (...) as instalações sanitárias fabris, na maioria dos casos, [eram] fétidas. A distância [operacional] entre as máquinas era muito reduzida e não havia quaisquer tipos de telas nas suas engrenagens ou correias de transmissão de força. (...). As mutilações de mãos e membros eram normais” (Boletim do DET. Acidente de trabalho no município da capital – Ano de 1919. Ano IX, n. 36, 3º trimestre de 1920, p. 417-419 *apud* LOUREIRO, 2006 p. 43).

⁵⁶³ “estudou no tradicional Colégio Pedro II, do qual saiu, em 1872, com o título de bacharel em Letras. Já no curso universitário, ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde permaneceu entre os anos de 1874 e 1878”. COLLIER, Eduardo. Carlos Alberto de Menezes:

trabalho geraram movimentos reivindicatórios por parte do proletariado têxtil”⁵⁶⁴.

A posição da Igreja era a de que tanto o Estado como os industriais deveriam garantir a propriedade privada em detrimento da coletiva, independente da miserabilidade da população. A manutenção da hierarquia e a ordem estrutural continuaram cristalizadas.

Menezes teve contato com a organização cristã do trabalho através de curso no Val de Bois, do empresário católico Léon Harmel, em viagem a Europa, em 1892, “ficou impressionado com o que presenciou na fábrica francesa e resolveu adaptar tal modelo de gestão industrial na fábrica” de Camaragibe (AGUIAR, 2012, 172). Nesse mesmo período, a pedido do bispo da Diocese de Olinda, Dom João Esberard, visitou o Pe. Miguel Rua, reitor-mor dos salesianos, para que estabelecesse um colégio na congregação de Recife, o que se efetivou em 1895. Menezes também contactou o padre Léon Dehon, da Congregação dos Padres do Sagrado Coração para implantar os serviços religiosos na fábrica.

Durante a construção da fábrica, em 15 de agosto de 1893, ocorreu a primeira Conferência de São Vicente de Paulo, “embrião do plano moral da fábrica (AGUIAR, 2012, p. 186)”. Em 1º de janeiro de 1895, teve início as atividades da fábrica. Nesse mesmo ano foram criadas a Sociedade Cooperativa de Consumo, de caráter econômico, e as associações das Filhas de Maria e dos Santos Anjos, de caráter religioso, além de escola feminina, diurna e noturna, o Clube Musical e o Apostolado da Oração; em 1896, a associação São Miguel e São Luiz Gonzaga, para os meninos; em 1897, a associação Santa e Santa Filomena, para as mães de família; e em 1889, foi

pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph ed., 1996. Perspectiva semelhante se encontra em AZEVEDO, Ferdinand. Ação social católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo. São Paulo: Loyola, 1996 *apud* AGUIAR, 2012.

⁵⁶⁴ “No intuito de apaziguar os ânimos, entre os anos de 1925 a 1926 foram criadas leis trabalhistas que procuraram regulamentar esse setor, como a *Lei de Férias* (Decreto n. 4.982, 24.12.1925), que garantia, a partir de 1925, o descanso remunerado de quinze dias para os trabalhadores dos estabelecimentos comerciais, financeiros e industriais, e o *Código do Menor* (Decreto n. 5.083, 01.12.1926.) proibiu o horário noturno para menores de 14 a 18 anos, e o limite de seis horas diárias”.

criado o Clube Dramático dos Operários de Camaragibe. Havia uma intensa separação entre os gêneros (AGUIAR, 2012, p. 168)⁵⁶⁵.

O projeto implantado na Fábrica de Tecidos de Camaragibe teve com objetivo obter o “máximo de lucro” e proporcionar aos operários “o alimento moral da religião, esse alimento tão poderoso de moralidade, de ordem, de economia, de dedicação e de verdadeira felicidade para os homens⁵⁶⁶”.

O objetivo era despertar o desapego às coisas materiais, o respeito à autoridade, a abnegação, o sacrifício e a união, como forma de pacificar e formar o bom caráter do trabalhador⁵⁶⁷. Foi assim que em 1897, diante de um período de crise econômica relatado pela fábrica, “decidiram reduzir os salários dos operários (em média de 14%) e aumentar os aluguéis das casas (em 20%). Apesar da dureza das medidas, de acordo com os diretores, não teria havido nenhum sinal de protesto da parte dos operários; antes, alguns declararam a justiça da medida⁵⁶⁸. O “modelo de Camaragibe” foi apresentado nas Obras do Congresso Católico.

Aguiar (2012) aponta ainda que por causa das conquistas obtidas junto aos operários, outros industriais já demonstravam interesse pela organização moral cristã, que, segundo eles, estimulava o desejo patriótico de que tal experiência, posto que bem-sucedida, fosse mais conhecida por causa dos inegáveis benefícios que poderia proporcionar (AGUIAR, 2012, p. 170).

A fábrica de Camaragibe, segundo seus idealizadores, buscou implantar nos seus operários um modelo “cristão de produção”, para este fim foram instaladas a Congregação da Sagrada Família, e escola masculina da

⁵⁶⁵ “As congregações e devoções de origem europeia, principalmente a do Sagrado Coração de Jesus, tiveram presença significativa na história da fábrica de Camaragibe, principalmente a Congregação do Sagrado Coração de Jesus, também denominada dehoniana, em referência ao seu fundador. O padre João Leão Dehon foi considerado um missionário da Doutrina Social da Igreja, tornando-se entusiasmado divulgador da *Rerum Novarum*. Esse documento, publicado no dia 15 de maio de 1891, no décimo quarto ano do pontificado de Leão XIII, procurava situar o posicionamento da Igreja Católica com relação à inquietante “questão operária”, ou seja, o “temível conflito” entre capital e trabalho nas sociedades capitalistas modernas” (AGUIAR, 2012, p. 177).

⁵⁶⁶ Companhia Industrial Pernambucana, 1º Relatório, p. 41 *apud* AGUIAR, 2012.

⁵⁶⁷ Corporação Operária de Camaragibe. 1º Relatório. 1901. Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Produção Intelectual, Pasta 11. Acervo Fundaj. *Apud* AGUIAR, 2012.

⁵⁶⁸ Companhia Industrial Pernambucana, 6º. Relatório, 1897. Acervo Fundaj: Coleção Carlos Alberto de Menezes, Série Produção Intelectual, Pasta 8 *apud* AGUIAR, 2012, p. 168.

Congregação dos Irmãos Maristas⁵⁶⁹, cujo objetivo foi o de corrigir os defeitos de caráter e juízo (BARONE, 2008 *apud* AGUIAR, 2012, p. 25). Alguns dos mecanismos utilizados para esta finalidade foram o incentivo ao “trabalho e o conformismo”, no combate aos hábitos desregrados, como a bebida, que promovia a indisciplina e a queda de produção (SOUZA, 2013, p. 82).

Em 1900 a indústria criou a Corporação Operária de Camaragibe, que era dirigida pelos próprios diretores e gestores, Carlos Alberto de Menezes, Pierre Collier e por um Conselho Central de operários, indicado pelos diretores. Foi mantido através de percentual descontado dos salários e das multas de infrações dos operários para cobrir as despesas com as atividades recreativas, manutenção das escolas, serviço religioso e Socorro Mútuo (AGUIAR, 2012, p.183).

A partir de 1901, os custos que a indústria tinha com a educação, saúde e segurança foram transferidos para a Corporação Operária, com isso foram instaladas a Congregação da Sagrada Família, responsável pela educação das meninas, e a Congregação dos Irmãos Maristas, para os meninos.

A partir de 1908, a Corporação foi substituída pelo Sindicato Profissional de Camaragibe; dirigido por Menezes, passou a funcionar amparado nas leis sindicais das indústrias têxteis (AGUIAR, 2012, p. 193). Através do anteprojeto n. 1637, apresentado ao Congresso Nacional, o deputado Ignácio de Tosta tornou ‘facultado aos profissionais liberais que se organizassem em sindicatos, tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros (CARONE, 2011, p.24).

Em 1932, trabalhavam na indústria 504 homens (47%); 340 mulheres (31%); 239 (22%) menores entre 13 a 17 anos, subdivididos em do sexo feminino 167 (15%); do sexo masculino 72 (7%)⁵⁷⁰, num total de 1.083 operários. Um dos fatos que chama a atenção é a quantidade de mulheres

⁵⁶⁹ Para maior entendimento desse período, consultar: COLLIER, Eduardo. Carlos Alberto de Menezes: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph ed., 1996; AGUIAR, Sylvana Maria Brandão, LIMA, Lúcio Renato Mota. “A fábrica de tecidos de Camaragibe e sua organização cristão do trabalho (1891-1908)”. Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP – v.1. n. 2012.

⁵⁷⁰ Fábrica Camaragibe (1933-1958). Companhia Industrial Pernambucana. Fábricas em Camaragibe. Relação de funcionários. 05/03/1932. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 7867.

menores de 17 anos, em detrimento aos homens, possivelmente por causa dos anos de alistamento no exército. A soma dos menores (homens e mulheres) e de mulheres equivaleu um pouco mais do que a metade.

Em 1935, eram 350 (29%) homens, 700 (58%) mulheres e 150 (13%) menores dos sexos masculino e feminino, num total de 1.242 operários⁵⁷¹. Em 1940, eram 675 (54%) homens e 579 (46%) mulheres⁵⁷², num total de 1.254 operários, nesse ano não foi divulgada a quantidade de menores, mas é possível compreender a média dos anos anteriores.

Entre 1936 a 1940 tiveram 691 (55%) novos operários, com possíveis 563 (45%) demissões. Em 1947, teve um aumento substancial, a indústria chegou a 2.357 operários, sendo 1.306 (55%) homens e 1.051 (45%) mulheres⁵⁷³. Esses dados foram fornecidos pelos responsáveis da indústria para a polícia em lista com nomes dos operários.

Como é possível observar, a média entre os trabalhadores homens e mulheres dentro da indústria, exceto pelo ano de 1935 em que teve mais mulheres e menores, a quantidade de trabalhadores do sexo masculino foi um pouco mais do que a metade, comparado com as mulheres. Os anos de 1940 e 1947 não foram destacados os menores porque a lista constante da DOPS não está disponível, mas com as datas de entrada de novos trabalhadores, é possível observar que mais da metade eram novos e que ocorreu um intenso processo de demissões.

É no bojo dessas demissões e da crise econômica do ano de 1935 em Pernambuco que compreendemos as greves dos operários da *Tramways*, *marceneiros*, *metalúrgicos*, *Fábrica Beija Flor*, *Fábrica Pilar*, em 15 de fevereiro; e das greves em novembro do mesmo ano *Great Westerns (dia 08)*, *transporte de carvão (dia 11)*, *transporte terrestres (dia 12)* e *Greve da União*

⁵⁷¹ Fábrica Camaragibe (1933-1958). Companhia Industrial Pernambucana. Fábricas em Camaragibe. Relação de funcionários. 06/08/1935. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 7867.

⁵⁷² Sindicato Profissional Cooperação Operária de Camaragibe. 19/09/1940. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 485 (0304).

⁵⁷³ Fábrica Camaragibe (1933-1958). Companhia Industrial Pernambucana. Fábricas em Camaragibe. Relação de funcionários. 30/09/1947. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 7867.

de *Resistência dos trabalhadores em Amazonas e Trapiches do Recife*, em 13 de novembro de 1935⁵⁷⁴.

Os operários estavam localizados nas vilas de Camaragibe, Camaragibe, Estrada Camaragibe, Aldeia Camaragibe, Barreiras Camaragibe, e pelo menos um operário nas redondezas de São Lourenço, Barro-Recife e Torre⁵⁷⁵. Os limites de Camaragibe: ao Norte, tinha como divisa os municípios de Paudalho, Paulista e Recife; ao Sul, o município de Recife; ao Leste, o município de Recife; e ao Oeste, o município de São Lourenço da Mata⁵⁷⁶.

O anticomunismo, tanto por parte do Estado como por parte da Igreja Católica, se mostrou mais feroz após a insurreição de 1935. O “evento foi um divisor de águas, mostrou que o comunismo não era um devaneio, e estava muito próximo da realidade brasileira (SANTOS, 2014, p.180)”.

Após insurreição, iniciou-se a cassação, foram suspensos os direitos e garantias institucionais de 1934, e criados os órgãos de repressão. “Em 1936, o Ministério da Justiça iniciou a formação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, foi aprovada no congresso a Lei que permitia a criação do Tribunal de Segurança Nacional, que funcionou em todo período denominado por Estado Novo” (SILVA. M. 1996, p. 53).

As ações anticomunistas receberam apoio favorável de grande parte da população que foi “catequisada” para compreender essa organização socioeconômica como inimiga do país (CANCELLI, 1994 *apud* SANTOS, 2014, p. 167). Foi promovida uma verdadeira cruzada contra o comunismo na década de trinta, comparado ao mal da Reforma Protestante do Século XVI (SANTOS, 2014, p. 174); o comunismo foi o mal que deveria ser combatido com a cruz – publicação do jornal O Nordeste, em 25 de julho de 1936, referente a uma parte do discurso do Cardeal Leme, em São Paulo: “A Cruz não teme a foice e o machado”, declaração que certificava que as autoridades do Estado estavam vigilantes e com a cruz e a proteção da Virgem Aparecida, a padroeira do Brasil (SANTOS, 2014, p. 177), estariam protegidos.

⁵⁷⁴. Movimentos Grevistas. Relação das Greves na capital e interior a partir de 1935. 10/03/1958. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/Prontuário Funcional nº 27.532.

⁵⁷⁵ Sindicato Profissional Cooperação Operária de Camaragibe. 19/09/1940. APEJE/Secretaria de Segurança Pública/ Prontuário Funcional nº 485 (0304).

⁵⁷⁶ Disponível em: <http://www.upenet.com.br/concluido/2008/Camaragibe_08/arquivos/HISTORIA%20DE%20CAMARAGIBE.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

Em 1937, Pio XI fez uma nova Encíclica, a *Divini Redemptoris*, com base na *Rerum Novarum*, conclamou os fiéis católicos para a luta contra as propostas comunistas, que segundo a igreja era a destruição da família, da propriedade e dos valores cristãos⁵⁷⁷. Nesse sentido, as comunidades católicas da Indústria Pernambucana estavam cientes dos acontecimentos e dos debates no interior da igreja Católica. “Comungaram” da mesma aliança, o Estado, a Igreja e a Indústria. “A espada do Estado e a cruz da Igreja colocaram-se lado a lado no enfrentamento das ideias e das práticas comunistas (SANTOS, 2014, p. 178)”. Até 1948, continuou funcionando de certa forma, pautados sob o ordenamento da organização cristã do trabalho (AGUIAR, 2012, p. 193).

⁵⁷⁷ PIO XI. *Divini Redemptoris*. Encíclicas e Documentos Sociais. São Paulo. Ed. LTR, 1972 *apud* SANTOS, 2014, p. 176.

Considerações finais

Esta tese analisa o cotidiano repressor dos agentes lotados na Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-P), entre 1931 e 1956, resgatando os mecanismos de vigilância, opressão, coerção e repressão praticados pela polícia política e agentes infiltrados, articulados ao sistema judiciário, Forças Armadas, em especial ao Exército, órgãos administrativos, e a cúpula do governo local.

Como observado, a discussão historiográfica sobre a DOPS de Pernambuco é limitada, praticamente restrita às monumentais dissertação e tese da historiadora Marcília Gama da Silva, defendidas na Universidade Federal de Pernambuco, resgatada em diversas passagens do presente texto.

Fundamentada a análise na ontologia marxiana (Chasin, Lukács, Karl Marx), buscou-se reconhecer nos elementos minúsculos (Walter Benjamin), no resgate da macro e micro história (Emília Viotti), na história vista por baixo (Edward Thompson), a partir dos indícios, resíduos, vestígios, sintomas e pistas (Carlo Ginzburg) a construção do cotidiano policial no que se referiu à execução e à interlocução de um sistema nacional de repressão baseado em amplas e sofisticadas formas de coerção, vigilância, censura e repressão desencadeadas durante o período de 1931 a 1956, perpassando pela instalação da Constituição de 1934, sua queda e instalação do bonapartismo varguista de 1937, o impacto da dubiedade do Brasil no concernente à II Guerra Mundial no funcionamento do sistema repressivo em Pernambuco, as tramas que envolveram a abertura de 1946 e a continuidade e sofisticação da teia que constituiu o sistema voltado para a segurança interna contra um inimigo externo, durante a II Guerra Mundial e um órgão repressor voltado para o fantasma do inimigo interno. Constituíam-se desde as Delegacias regionais e Estaduais da DOPS, a Secretaria de Segurança Pública, até o Exército e a Marinha, os Ministérios: da Guerra, do Exterior, do Trabalho, articulados ainda com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), e em parceria com empresários.

As características de um Estado bonapartista que busca abater seus inimigos para implantar uma modernização conservadora, calcada no ideário

de defesa e da integridade nacional, mantém assim o desenvolvimento capitalista atrofico, dada a letargia burguesa que se gesta sob um modelo capitalista hipertrofiado, que será aprofundado e sofisticado no período posterior a 1964. Aborda-se o cotidiano repressor e os *modus operandi* de agentes policiais, inseridos em espaços públicos e institucionais no Estado de Pernambuco, pesquisados em sua maioria no Arquivo Estadual Jordão Emerenciano em Pernambuco, nos prontuários que contêm os relatórios de tais servidores e funcionários a serviço da repressão, assim como os ofícios exarados das diversas instâncias de poder que versam sobre as trocas de informações sobre o tema e que se encontram no Arquivo Nacional de Brasília. Adentrar nesta categoria de documentos foi desafiador, pois os vestígios são fragmentados, dispersos, incompletos e camuflados, e reconstruir a lógica que constitui a trama histórica demandou muito tempo, persistência e resistência.

Adentrando a organização da Delegacia de Ordem Política, recuperada rapidamente desde o final da década de 1920 até fins de 1950 em Pernambuco, observamos as mudanças na estrutura da segurança pública e policiamento adequando-a aos preceitos da Constituição de 1934, a sua gradual transformação em um aparelho repressivo após a implantação do bonapartismo em 1937, atingindo particularmente as pessoas *non gratae*, ou seja, aqueles que criticassem, sob qualquer ótica, os ditames ditatoriais, com a instituição de leis justificadas pela necessidade da repressão ao comunismo, antes mesmo da insurreição de 1935. Sob a égide da II Guerra Mundial, a atuação da DOPS se intensifica com a criação da Seção de Controle de Imprensa (SCI), mas entram em cena também as disputas pelo poder local, inicialmente ante a troca do interventor estadual e as incertezas sobre qual seria a posição do Brasil no conflito, respingando na cúpula daquele poder político a contenta nacional em torno das divergências entre o Itamaraty e o Ministro das Relações Exteriores, depois adido, Osvaldo Aranha. Tais divergências políticas assanham a vigilância dos agentes infiltrados e, adentrando ao período da reconstituição autocrática, observa-se o acirramento da vigilância com a incorporação das práticas repressivas diretas naquele Estado, em especial a suspeitos de integrarem o Partido Comunista do Brasil ou a políticos eleitos por outras legendas e suspeitos de as utilizarem para

camuflarem sua postura comunista. Mostramos como a DOPS manteve suas funções durante o constitucionalismo democrático do governo Juscelino Kubistchek, vigiando, oprimindo e reprimindo partidários do PCB e agora sob a justificativa da necessidade do combate ao “inimigo interno”, sob a égide da Guerra Fria, tipificando assim as organizações da sociedade civil críticas ao sistema, como criminosos políticos. Assim avançamos no entendimento de que, durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, e quem pese o término do primeiro período bonapartista, a continuidade da repressão foi acompanhada pela instalação gradual de uma rede nacional da repressão.

É neste contexto que as divergências entre os interventores de Pernambuco, Carlos Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães não se restringem a uma disputa pelo poder regional, mas sim de divergências de posicionamento em relação à permanência ou não de Vargas. Tais divergências se refletem na condução do órgão repressivo, cuja autonomia estadual ficou subordinada à centralização propugnada pelo ditador, com impacto na preservação dos poderes regionais e nas relações com o poder central. Tais divergências atingem também as Forças Armadas, que se posicionam desde a tomada de poder de Vargas em 1930, com a consequente articulação do Exército com o Interventor do Estado, a Secretaria de Segurança Pública e a DOPS, no concernente à tipificação do perigo interno e externo no período da II Guerra Mundial. Soma-se a isto a insurreição de 1935, a ascensão das esquerdas e o oposicionismo da direita, o que acirra a repressão desencadeada pela DOPS, agora sob a batuta direta do Ministério da Guerra.

Durante o período da dubiedade sobre a posição do Brasil na II Guerra Mundial, observa-se uma intensa repressão visando garantir uma pretensa “neutralidade”, ou seja, entre 1939 e 1942, nada se podia noticiar sobre o que fosse, sequer nomear os países envolvidos na contenda. Assim, entre os encargos de guerra, como o bônus compulsivo, a parceria entre o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco acirra as práticas repressivas dos agentes atingindo-se, com isso, todas as atividades culturais para além da imprensa, como artistas, cinema, programas e aparelhos radiofônicos, e também as

correspondências pessoais postadas em correios, telefones e telegramas internacionais.

Contrapondo-se a todo este investimento público na preservação da ordem autocrata de forma violenta em relação à sociedade civil, destacam-se os problemas decorrentes do poder e da impunidade garantida a tais agentes. Mesmo para os fins a que se destinavam suas atividades, seus relatórios demonstram que estavam mal preparados, pois interesses individuais e questões pessoais, problemas de relacionamentos com colegas, disputas por postos de trabalho transparecem nos relatórios encaminhados às chefias imediatas.

Além desses afetos à esfera de desempenho de cada agente, havia também os de ordem hierárquica. Se a obediência à ordem superior é um dos princípios basilares da hierarquia militar, como posicionar aqueles que, embora funcionários e/ou servidores, não eram de carreira militar, mas apenas simples soldados ou pessoas contratadas para serviços de espionagem e enquadramento das suspeições, que estavam subordinados, dependendo do momento histórico, às ordens militares? Poucos eram os que ascendiam na carreira, além do que, recebiam salários diferentes dependendo da inserção institucional, se militares, policiais ou servidores.

A documentação demonstra a existência de muitas rixas entre a guarda civil, a DOPS e a polícia militar, integrados todos nas funções de polícias políticas. Os problemas ensejaram a organização de um Regimento Disciplinar no qual transparecem as razões de tais rixas, os comportamentos inadequados dos agentes na sociedade, além de indicar os problemas apresentados na confecção dos relatórios sobre os suspeitos. Foram submetidos a treinamentos mais intensivos, a punições disciplinares, suspensões e mesmo demissões, tudo em vão, conforme aparece nos ofícios. Contribuiu para tanto o fato de que a lógica da suspeição recaí sobre eles mesmos, pois além de vigiarem, após 1939, até os soldados americanos, espreitam as altas patentes do Exército e os governantes na qualidade de agentes ultrassecretos. Ou seja, vigiam a si próprios, os superiores, as fábricas, indústrias, todos os trabalhadores, enfim, a sociedade em geral.

Tais evidências não são encontradas nos prontuários funcionais nem nos individuais, mas sim nos livros de trocas de correspondências entre as delegacias e a DOPS, DEIP e DIP, Exército, Marinha, Aeronáutica, autarquias, Ministérios, etc. Esses ofícios tratam ainda de casos de indisciplinas ou de correspondência sobre pequenas e corriqueiras questões administrativas entre os agentes das diversas delegacias da capital e dos interiores. As condutas administrativas e coercitivas revelam certo grau de ineficiência, amadorismo e irresponsabilidade que determinava a suspeição imposta a toda uma sociedade, a violência do poder público contra a sociedade civil, o abuso de poder que ceifou vidas, destruiu pessoas e que permaneceu impune.

Ao fim e ao cabo, revelam tais documentos que ainda há muito por ser descortinado sobre as práticas coercitivas, violência, vigilância e repressão e que no pós 1964 desagua no terrorismo de Estado, cujos resquícios determinam que sejamos, ainda hoje, considerados uma das sociedades mais violentas do mundo.

FONTES

Arquivo Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)

Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)

Tabela 09 – Lista de Fontes documentais

Número Prontuário	Nome
304/475	Sindicato Profissional Cooperação Operária de Camaragibe
415	Centro dos Reservistas das Classes Armadas “Tudo pelo Brasil”
475	Sindicato Profissional Cooperação Operária de Camaragibe
1206	Ofícios
1500	Ofícios Recebidos
4622	Célula Comunista
4698	Ofícios Recebidos
4786	Prontuário Individual: Edson Moury Fernandes
5258	Ofícios
7072	Prontuário Individual: João Alves Pinheiro de Almeida
7867	Fábrica Camaragibe (1933-1958)
8594	Ofícios e Decretos
12.501	Cristiano Barboza da Silva ou Cristiano Augusto da Silva
12.503	Prontuário Individual: Deoclecio Luís de Andrade
12.507	Prontuário Individual: José Ferreira da Silva
12.508	Prontuário Individual: Valentim da Costa Figuerôa
21.562	Ofícios
26.638	Ofícios
26.948	Prontuário Individual: Francisco de Assis Lima. 1932-1960
27.532	Movimentos Grevistas
27.562	Ofícios Recebidos
27.563	Ofícios
27.583	Ofícios
27.584	Ofícios
27.604	Justiça do Trabalho (1941-1969)
27.838	Ministério da Guerra
27.922	Célula Comunista Base Aérea
28.559	Estatuto dos Funcionários Públicos
28.594	Ofícios e Decretos. 1931-1953
28.626	DEIP
28.674	Partes de Serviço
28.770	Ministério da Guerra
28.872	Movimento Democrático de Pernambuco
29.444	Consulado Alemão
29.638	Administrativo

29.653	Alemanha
29.828	Informantes Secretos
31.033	Ofício (1939-1946)
31.082	Ofícios
31.153	Portaria, Circular, Edital
31.207	Partido Comunista / Boletins sobre a revolta de 1935
389/4100	Ministério das Relações Exteriores
Departamento de Arquivos Permanentes e Impressos	
571 (1ª e 2ª delegacia auxiliar, 1933-1935)	Departamento de Arquivos Permanentes. Regulamentos Impressos do Governo de Pernambuco. SSP
Arquivo Permanente/Impressos	Relatório do Chefe De Polícia, 1928
Arquivo Permanente/Impressos	Relatório. Agamêmnon Magalhães, apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da República, Estado de Pernambuco 1938-1939
Fundo Interventoria (DEIP) 1931-1947	Departamento de Arquivos Permanentes. Documentos Manuscritos e Impressos. Fundo Interventoria. Departamento de Arquivos
Arquivo Permanente	Interventoria 09
Arquivo Permanente	Fundo Interventoria (DEIP) 1931-1947 – Ofícios
Arquivo Permanente/Impressos	Caixa 26 (1942)
Acervo Permanente	Regulamentos Impressos do Governo de Pernambuco. SSP. 571, 1ª e 2ª Delegacia Policial (1933-1935)

Arquivo Nacional de Brasília
BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_638

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Luciano Aronne de. XI Encontro Estadual de História. **História, memória e patrimônio**. ANPUH Rio Grande do Sul. FURG. Anais eletrônicos, 2012. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1341607905_ARQUIVO_TextoANPUHRS2012.pdf> Acesso em: 17 nov. 2015.

AQUINO, Maria Aparecida et al. (Org.). **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

_____. **O DEOPS/SP em busca do crime político: família 50**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP: O anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro**. Série: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do Estado, 2003. v. 3.

_____. **O DEOPS/SP em busca do crime político**. Série: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro . São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. v. 4.

_____. **A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós-64**. Série: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. v. 5.

_____. **A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político**. Série Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. vol 2. São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial do estado, 2002. v. 2.

_____. **A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político**. Série Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. vol 3. São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 3.

_____. **A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político**. Série Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. vol 4. São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 4.

_____. **A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político**. Série Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. vol. 5. São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial, 2002. v. 5.

_____. **No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro**. Série Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2001. v. 1.

_____. (Org.) Encontros com a História - número 2 - **Sujeito na História: práticas e representações**. Bauru: EDUSC, 2000. v. 2.

Livro comemorativo dos 70 anos de instalação da Justiça do Trabalho no Brasil. **A história da justiça do trabalho no Brasil: multiplicidade de olhares** – Coordenação geral: Comissão de Documentação do TST. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, Comissão de Documentação, 2011.

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um envolvimento forçado**. Dissertação de mestrado. Ed. PUC Rio de Janeiro. Loyola, 2002.

ARAÚJO Neto, Álvaro Souza de. **Discurso e prática autoritária no Brasil: O combate à Aliança Nacional Libertadora através da imprensa periódica regional**. Ilhéus – BA. ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 10: Arquivos e Fontes: a pesquisa histórica na Bahia, 2012. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/alvaro_souza.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

ANDRADE, Manoel Correia. **Secretaria da Fazenda: Um século de história**. Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco. Recife, 1991. Disponível em: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Institucional/Secretaria/Histria%20da%20SEFAZ/Secretaria%20da%20Fazenda%20-%20Um%20seculo%20de%20historia.pdf>.

ARAÚJO, Diego Henrique dos Reis; ÁVILA, Rafael Oliveira de. **Inteligência Militar: Uma percepção de conceitos e guerra**. Artigo disponível em: <https://unibhri.files.wordpress.com/2010dez.diego-arac3bajo-inteligc3aancia-militar_uma-percepc3a7c3a3o-de-conceitos-e-guerra.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2015.

ARCE, Gustavo. **A economia mundial no século XXI**. The world economy in the xxi century. Centro Universitário de Brasília. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. UNICEUB. Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 12, n. 2, p. 1-35, jul/dez.2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/xx/Downloads/2585-14422-2-PB.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2015.

ARÊAS, Luciana Barbosa. **Consentimento e resistência: um estudo sobre as relações entre trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro (1930 -1945)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2000.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. **Pandemônio de infâmias: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo**. Tese de doutorado PUC/SP, 2005.

BAK, Joan. **O homem do livro**. Esta é a minha bíblia. In: FRENCH, John D. Afogados em leis – a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Fundo Perseu Abramo, 2001.

BALZ, Cristiano Celmer. **O Tribunal de Segurança Nacional: Aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas. UFSC. Florianópolis, 2009.

BARONE, Jessica. **Livros didáticos de matemática da editora FTD no cenário brasileiro: as primeiras décadas do século XX**. São Paulo: Universidade de Campinas. Dissertação de Mestrado na área de Educação, 2008.

BATTIBUGLI, Thaís. **Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)**. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas Departamento de Ciência Política Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), 2006.

BAUER, Caroline Silveira, GERTZ, René E. **Fontes sensíveis da história recente. Arquivo de Regimes Repressivos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). O Historiador e suas fontes. Editora contexto, 2011.

BELLINTANI, Adriana Iop. **Conspiração contra o Estado Novo.** Porto Alegre. EDIPUCRS, 2002.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965).** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BENJAMIN, Walter. **Passagens.** (org. Willi Bolle). Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/ Imprensa Oficial do Estado, 2006.

BEZERRA, Francisco Diniz. **Análise retrospectiva e prospectiva do setor têxtil no Brasil e no nordeste.** Informe Macroeconomia, Indústria e Serviços, Fortaleza, Ano VIII, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/iis_ano8_n03_2014_textil.pdf/d9c9bcdc-38ac-4991-bf84-d25669d9c818>. Acesso em: 18 out. 2015.

CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário.** São Paulo. Ática: 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A revolução de 30:** seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. In: Forças Armadas e política, 1930-1945. Rio de Janeiro. Setembro de 1980. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983. Disponível em: <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/09/Revolu%C3%A7%C3%A3o-de-30.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2015.

CARVALHO, Márcio Rodrigo Coelho de. Barreiros, cidade afetiva. **Um estudo sobre as relações afetivas das pessoas com a cidade a partir de escritos memorialistas barrienses.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. UFPE, 2009.

CASTRO, Rosimeire Aparecida Angeliní. **Cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930-1960).** Dissertação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs). O Brasil republicano 2: **o tempo no nacional-estatismo.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006, p. 107-143.

CAVALCANTI, Paulo. **Nos tempos de Prestes (o caso eu conto, como o caso foi).** 3o. v. **Memórias políticas.** Recife: Editora Guararapes, 1982.

_____. **O caso eu conto como o caso foi: fatos do meu tempo: memórias políticas.** 2ª ed. CEPE, Recife, Cepe, v. 1. 2015.

CHASIN, J. “Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica” In: TEIXEIRA, F. J. S. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital.** São Paulo: Ensaio, 1995.

COLLIER, Eduardo. Carlos Alberto de Menezes: **pioneirismo sindical e cristianismo**. Recife: Digital Graph ed., 1996.

CÓRTEZ, Carlos E. **Política gaúcha (1930-1964)**. Tradução Amy Caldwell de Farias. – Porto Alegre: UDIPUCRS, 2007.

COSTA, Eduardo José Pereira da. **Pernambuco autoviária: história da ascensão e extinção de uma empresa de transportes urbanos de padrão incomum para sua época**. Dissertação de Mestrado. Engenharia Civil. UFPE, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroa de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CRIPA, Ival de Assis. **Política Exterior do Governo Cárdenas e o Impacto da segunda Guerra Mundial no México**. Revista Projeto História, São Paulo, (32), p. 291-303, jun. 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2432/1527>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

CRUSOÉ Júnior, Nilson Carvalho. Estado e polícia política: vigilância e criminalização no Brasil (1933-1944) Tese doutorado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2014. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=17690>. Acesso em: 23 out. 2015.

CURTIN, LITKE, Joseph C. **Institutional Violence**. Philosophy of Peace. Edited by Deane Curtin and Robert Litke. Rodopi, Amsterdam – Atlanta, GA 1999, p. XIV.

CYTRYNOVICZ, Roney. **Guerra sem guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. Editora Universidade de São Paulo, 2000.

D'Araújo, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.

DEL PRIORI, Mary e VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil. 2010.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): Autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, UFF, Niteroi, 2012.

DIETRICH, Ana Maria. Caça à Suásticas: **O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política**. Histórias da Repressão e resistência. Associação Editorial Humanitas. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

DUARTE-PLON, Lenilde. **A tortura como arma de guerra da Argélia ao Brasil. Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

FAUSTO, Boris. **Revolução de 1930, história e historiografia**. São Paulo: Cia das Letras.

FELTRIM, Luciana da Conceição. **As formas institucionais da violência: Controle, vigilância, cerceamento e repressão política no estado de São Paulo de 1954 a 1960.** Dissertação mestrado, PUC/SP, 2012.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 21-89.

FICO, Carlo. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FILHO, Antônio Rago; VIEIRA, Vera Lucia. **História, Historiadores, Historiografia.** Projeto História nº 41. Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6530/4729>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

FILHO, Antônio Rago. **A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico.** Revista on line Verinotio. Espaço de interlocução em ciências humanas n. 11, Ano VI, abr./2010 – Publicação semestral – ISSN 1981-061X. Disponível em:

<<http://www.verinotio.org/conteudo/0.44345918339068.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005).** Rio de Janeiro: Record, 2005.

FLORINDO, Marcos Tarcisio. **O DEOPS/SP NA ERA VARGAS: Crescimento institucional, administração burocrática e práticas tradicionais de atuação policial.** AURORA ano V número 7 - JANEIRO DE 2011 ISSN: 1982-8004. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/2florindo124a139.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

_____. **O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Franca, 2000.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política - tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República.** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil.** Trad. Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Microfísica do poder.** Org. e Trad. Roberto Machado. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000a.

_____. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000b.

_____. **Estratégia, poder-saber.** Org. e sel. de textos Manoel Barros da Motta; trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e escritos, v. 4).

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História.** Tradução : Frederico Carotti. São Paulo. Cia Letras, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** São Paulo: Vértice, 1988, p. 189-329.

_____. **“Ideologia e Trabalho no Estado Novo”.** In: PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 1999.

_____. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil. O legado de Vargas.** REVISTA USP, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005, p. 113. Disponível em: <file:///C:/Users/xx/Downloads/13414-16388-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

GOMES, Luiz Flávio. Crimes contra a Humanidade: Conceito e Imprescritibilidade (Parte II) Disponível em <http://www.lfg.com.br>. 05 de agosto de 2009. Disponível em: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1633577/crimes-contra-a-humanidade-conceito-e-imprescritibilidade-parte-ii>>. Acesso em: 08 abril 2017.

GYÖRGY, Luckács. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

GRUNSPAN-JASMIN, Élise. **Lampião, o senhor do Serão. Vida e morte de um cangaceiro.** Tradução: Maria Celeste Franco Faria Marcondes, Antônio de Pádua Danesi. Editora da Universidade de São Paulo. EDUSP, 2006.

LATFALLA, Giovanni. **O Estado-Maior do Exército e as Negociações Militares Brasil-Estados Unidos Entre os Anos de 1938 e 1942.** Caminhos da História, Vassouras, v. 6, n. 2, p. 61-78, jul./dez., 2010. p 61-77. Disponível em:

<http://www.uss.br/pages/revistas/revistacaminhosdahistoria/V6N22010/pdf/004_O_Estado-Maior_Exercito_Negociacoes.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão. [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.(Coleção Repertórios).

LIMA, Aruã Silva de. **Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 – 1946).** Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Feira de Santana (UFFS). Feira de Santana, 2009. Disponível em: <<http://www2.uefs.br/pgh/docs/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Disserta%C3%A7%C3%A3oAru%C3%A3.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

LIMA, Marcos Melo de. A vadiagem e os vadios: controle social e repressão em São Luís (1870-1888). Dissertação de mestrado em História. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014. Disponível em: <

<http://www.ppghis.ufma.br/wp-content/uploads/2015/05/Dissertacao-Marcos-Melo.pdf>>. Acesso em: 13 abril 2017.

LIRA Neto. **Getúlio 1930-1945 – Do Governo Provisório a Ditadura Do Estado Novo**. Cia das Letras, 2013.

LOPES, José Sergio Leite; ALVIM Rosilene. **Uma memória operária forte diante de possibilidades difíceis de patrimonialização industrial**. *Cultura Material e Patrimônio de C&T*, 2014, p. 240. Disponível em: <http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/livro%20cultura%20material%20e%20patrim%C3%B4nio%20de%20C&T/15%20UMA%20MEM%C3%93RIA%20SOCIAL%20OPER%C3%81RIA%20FORTE%20DIANTE%20DE%20POSSIBILIDADES%20DIF%C3%8DCEIS_Jose%20Sergio%20Leite%20Lopes.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo (USP).

MACIEL, A. **A história secreta: prontuários da DOPS**. Recife: Ed. Autor, 2000.

MAINENTI, Geraldo Márcio Peres. **O jornalismo como quarto poder: a liberdade de imprensa e a proteção aos direitos da personalidade**. *ALCEU* - v. 14 - n.28 - p. 47 a 61 - jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%2047-61.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2015.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil. 1930-1945**. Rio de Janeiro. FGV, 1978, p. XV.

MELHADO, Felipe de Camargo. **Anti-Herói entre Heróis: Marinósio Filho, Boemia e jornalismo na Londrina do Eldorado**. Mestrado em História. Universidade Estadual de Londrina (UEL). 2014, p. 140, 163.

MELO, Zélia Maria. **Bandidos e mocinhos**. Dissertação de mestrado em ciências sociais: Antropologia, 1991. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1991.

MORAES. Marcio Bonifácio; ARAÚJO, Raimundo Teixeira de. **A atividade de inteligência, em nível estratégico, uma proposta para o Brasil**. Disponível em: <<http://reservaer.com.br/estrategicos/atividade-de-inteligencia.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira**. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 237-266. 2010.

_____. **O ofício das sombras**. *Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 2006, p. 52-69. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_oficio_das_sombras.PDF>.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual Paulista/UNESP ASSIS, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93354/000721706.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

MROS, Günther Richter. **Relações Internacionais do Brasil no limiar da era Vargas: processo decisório e questão siderúrgica**. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/183>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, Marcus Roberto de. **A ideologia anticomunista no Brasil**. Resenha. Rev. Sociol. Polit. no.23 Curitiba Nov. 2004. (Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200019>. Acesso em: 12 fev. 2016.

OLIVEIRA, Nilo Dias. **A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil - década de 1950) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática**. Dissertação (Mestrado em História)– Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

_____. **O aparato repressivo na particularidade do Estado Republicano: as delegacias de polícia política**. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 39, 2009.

PARRA. Lúcia Silva; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)**. São Paulo : Arquivo do Estado : Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. In: Eli Diniz. **Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais Rio de Janeiro**. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs). **O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PAULO, Heloísa Helena de Jesus. **O DIP e a Juventude: Ideologia e Propaganda Estatal (1939-1945)**. Instituições. *Revista Brasileira de História*, n. 14. ANPUH, 1987.

PIRES, Murilo José de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás**. Tese de doutorado. Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/xx/Downloads/PiresMuriloJosedeSouza.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

REZNIK, Luís. **Democracia e Segurança Nacional: A polícia política nos pós Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas, 2000.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870 - 1930)**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

RICARDO, Arleandra de Lima. **A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em tempos de “democracia”?** Mestrado em história social, PUC/SP, 2009.

RIZZO, Eliezer de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 39, 2009.

ROSE, R.S. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil 1930-1954**. Tradução Ana de Olga Barros Barreto. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

SANTOS Neto, Martinho Guedes dos. **Nos domínios da política estatal: O poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Perspectiva. São Paulo, 2002.

SILVA, Victória Gambetta da. **Juventude Operária Católica em Santa Catarina (1948-1970): Trajetória, memórias e experiências**. Mestrado em história. UFSC, Florianópolis, 2009.

SILVA, Marcília Gama. **O DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

_____. *Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano*, Recife, v. 42, n. 47, dez. 1997.

_____. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Ricardo Leite da. **Alto José do Pinho. Ocupação, instituição e práticas culturais (1940-1960)**. Dissertação em história. UFPE, 2011.

SILVA, Fátima Aparecida. **A frente negra pernambucana e sua proposta de educação para a população negra na ótica de um de seus fundadores: José Vicente Rodrigues Lima – Década de 1930**. Tese de doutorado em Educação. UFCE, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3187/1/2008_Tese_FASILVA.pdf>.

SILVA, Diego Carvalho da. **Partidos e Alianças políticas na “Moscuzinho do Brasil”: Os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão-PE**. Dissertação de mestrado em História. Universidade

Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1889.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

SOUZA. Luís Antônio Francisco. **Anotações sobre violência, o crime e os direitos humanos**. Perfil e vertentes, 15 (1), UNESP, 2003.

SOUZA, José Inácio de Melo. **O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**. Annableme: Fapesp, 2003, 230p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2ª. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1968.

THOMPSON. Edward Palmer. **Costumes em Comum**. Revisão técnica: Antônio Negro, Cristina Meniguello, Paulo Pontes. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: Sonho e realidade**. Cia das Letras. São Paulo, 1992.

VIANNA, Mônica Peixoto. **Habitação e modos de vida em vilas operárias**. Monografia USP. 2004.

VIEIRA, Vera Lucia; RAGO, Maria Aparecida de Paula; ALMEIDA, Ângela Mendes de. **Violência institucional e autocracia de Estado: continuidades e rupturas na dinâmica brasileira na segunda metade do século XX**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Faculdade de Ciências Sociais. Departamento de História. Relatório Final, 2009.

VIEIRA. Francisco Jacson Martins. **A mitificação das figuras emblemáticas de Padre Cícero e Lampião através da literatura de cordel**. Dissertação no programa de Literatura Letras da UFCE, Fortaleza, 2012.

ZIMBARG, Luís Alberto. **O cidadão armado comunismo e tenentismo (1927 – 1945)**. Dissertação de Mestrado em História Cultural e social. UNESP, Franca, SP, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93281/zimbarg_la_me_fran.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 jan. 2016.

ZAIDAN, Michel Filho. **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**. Editora Oficina de Livros, 1989.

_____. **Tradição Oligárquica e mudança em Pernambuco**. s/d. Tempo Histórico - ano I número I - jun-dez/2005. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistatempohistorico/index.php/revista/article/viewFile/8/4>>. Acesso em: 11 abril 2017.

_____. **O fim do Nordeste & outros mitos**. Editora Cortez, 2007.